



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO NEOLIBERALISMO:** a atuação de  
assistentes sociais como intelectuais orgânicos (as) no Movimento dos  
Trabalhadores Rurais Sem Terra

SÃO LUÍS - MA  
2026

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO NEOLIBERALISMO:** a atuação de  
assistentes sociais como intelectuais orgânicos (as) no Movimento dos  
Trabalhadores Rurais Sem Terra

Tese submetida ao processo de defesa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA).

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Questão Agrícola e Questão Agrária e Meio Ambiente.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zaira Sabry Azar.

SÃO LUÍS - MA

2026

## Ficha Catalográfica

Silva, Aylana Cristina Rabelo. SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO NEOLIBERALISMO: a atuação de assistentes sociais como intelectuais orgânicos as no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra / Aylana Cristina Rabelo Silva. - 2026. 279 p.

Orientador(a): Zaira Sabry Azar. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2026.

1. Serviço Social. 2. Questão Agrária. 3. Neoliberalismo. 4. Intelectual Orgânico (a). 5. Mst. I. Azar, Zaira Sabry. II. Título

AYLANA CRISTINA RABELO SILVA

**SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO NEOLIBERALISMO: a atuação de assistentes sociais como intelectuais orgânicos (as) no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**

Tese submetida ao processo de defesa do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA).

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zaira Sabry Azar.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Zaira Sabry Azar (Orientadora)**

Doutora em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cristiana Costa Lima**

Doutora em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laurinete Rodrigues da Silva**

Doutora em Geografia  
Universidade Estadual de Roraima (UERR)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Michelly Ferreira Monteiro Elias**

Doutora em Serviço Social  
Universidade de Brasília (UnB)

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Selma Maria Silva de Oliveira Brandão**

Doutora em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Aos (às) assistentes sociais que, no cotidiano do trabalho profissional, sustentam a defesa intransigente dos direitos humanos e a materialização do Projeto Ético-Político, em meio à barbárie social, à intensificação das desigualdades e à “desordem sangrenta” produzida por um sistema que nega a vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sua infinita bondade, compreendendo a divindade para além dos limites físicos dos templos e das restrições humanas. Trata-se de um Deus amoroso e solidário. Essa solidariedade expressa-se no acolhimento aos mais empobrecidos, às populações em situação de rua, às pessoas marginalizadas pela desigualdade social e às afetividades historicamente excluídas.

Utilizo-me da poesia de Mário Quintana (1985), ao afirmar: “Filho, eu te dei a vida, mas a vida é tua. O que eu quero é que tu vivas, que tu sigas, que tu leves a tua própria luz e brilhes, mas o brilho é teu”, para expressar minha gratidão aos meus pais, José e Adriana, que, ao longo de minha trajetória, sempre reafirmaram a centralidade da educação como instrumento transformador de consciências e de possibilidades.

À Jadna, irmã de sangue e igualmente de alma, com quem compartilho jornadas e sonhos. Sua presença configura-se como uma companhia constante, caracterizada pela disponibilidade em acolher meus questionamentos e reflexões.

Às famílias Rabelo e Silva, nas pessoas de Terezinha e Francisca (in memoriam), avós e matriarcas, que nos ensinaram que a mulher possui uma força extraordinária. Com suas vidas, mostraram-nos que viver é privilégio de quem tem coragem.

A Giovanny, pela parceria e solidariedade cultivadas ao longo do tempo.

À Zaira, meus agradecimentos vão além do campo intelectual, pois sempre a reconheci como referência humana e ética. Sua atuação, marcada pela luta por uma sociedade mais justa, ensinou-me a problematizar sem perder a sensibilidade exigida pela pesquisa. Por meio de sua orientação, passei a compreender a universidade como um espaço onde o afeto é possível e o sentir, necessário ao percurso acadêmico.

À Professora Dra. Marina Maciel Abreu, minha profunda gratidão pela orientação na iniciação científica, etapa fundamental da minha formação acadêmica. Seus ensinamentos, sua generosidade intelectual e seu compromisso com a produção do conhecimento contribuíram significativamente para despertar e fortalecer meu interesse pela pesquisa.

À Professora Dra. Franci Gomes Cardoso, expresso meu sincero agradecimento pela orientação no mestrado, pela confiança depositada em meu trabalho, pelo rigor acadêmico, pela dedicação e pelas valiosas contribuições que enriqueceram minha trajetória de pesquisadora. Sua orientação foi essencial para meu amadurecimento intelectual e para a construção do caminho que culmina nesta tese.

À Júlia Iara, amiga solidária, minha gratidão. Estudiosa, pesquisadora e militante do MST, foi presença central na articulação da pesquisa de campo. Aguerrida e sensível, conjuga luta, poesia e esperança, inspiração pela cora pelo afeto com que caminha.

Aos colegas de turma do PPGPP (2022–2026), em especial a Elgonzález, que compartilhou comigo a mesma turma de mestrado e, posteriormente, o seletivo e a turma de doutorado. Juntos, vivenciamos as “dores e delícias” deste percurso do conhecimento, da pesquisa e das descobertas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudo, que me possibilitou dedicar-me integralmente a este processo investigativo, sem maiores preocupações de ordem material.

Ao corpo docente e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, meus sinceros agradecimentos. Pela disponibilidade, entusiasmo e compromisso com a pesquisa e o conhecimento, vocês fortaleceram em nós o desejo de seguir adiante, sempre oferecendo o melhor de si.

À banca de defesa da tese, as professoras Cristiana Lima, Laurinete Delgado, Michelly Elias e Selma Brandão, por aportes teóricos e metodológicos significativos, desafiando-me a refletir sobre os processos de análise e exposição desta produção.

À Adriana, Cyntia e Gisselma, companheiras que conheci na Residência Multiprofissional do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (HUUFMA), e que ficaram para a vida, para os cafés, os conselhos e as afetividades cotidianas.

Às minhas amigas da graduação em Serviço Social da UFMA, o “Clube do Café”. A vida é repleta de surpresas, com encontros regidos por ritmos próprios e pelo sabor de um café quente. Assim, vocês chegaram e me acolheram. Nem ousar contar o tempo; fazem parte das minhas histórias.

Agradeço imensamente a cada assistente social do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que contribuiu com esta pesquisa, mesmo diante do tempo escasso e da complexidade de suas lutas. Às trabalhadoras e aos trabalhadores rurais, meu muito obrigada. A coragem presente nestes escritos nasce, em grande medida, da inspiração em suas lutas cotidianas.

Este trabalho reflete, sobretudo, um processo coletivo de construção do conhecimento. Os nomes citados são apenas alguns entre muitos que contribuíram ao longo do percurso. A pesquisa tornou-se possível graças à colaboração, ao diálogo e às trocas estabelecidas, evidenciando que toda construção é, em sua essência, coletiva.

*“É neste mundo que criaremos cotidianos  
cheios de sentido!”  
(Abramides; Duriguetto, 2014, p.22)*

## RESUMO

Trata da relação Serviço Social e questão agrária no Brasil neoliberal, tendo como referência empírica a inserção e atuação de assistentes sociais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Fundamentada no materialismo histórico-dialético, articula pesquisa bibliográfica, documental e em bases de dados com pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas junto a assistentes sociais atuantes em diferentes setores do MST. O estudo compreende a questão agrária como expressão histórico-estrutural da formação social brasileira, marcada pela concentração fundiária, pela desigualdade no acesso à terra e pela intensificação das expressões da questão social no contexto neoliberal. Os resultados revelam que a atuação de assistentes sociais no MST ultrapassa práticas institucionais restritas, configurando-se como mediação fundamental nos processos de organização coletiva, formação política e fortalecimento da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular. Evidencia-se que a inserção profissional ocorre de maneira vinculada às demandas concretas dos (as) trabalhadores (as) rurais, especialmente nas áreas de educação do campo, acesso a direitos fundamentais, mobilização social e construção de estratégias coletivas de resistência frente à precarização das condições de vida e ao avanço do agronegócio. A pesquisa demonstra que a atuação profissional, orientada pelo projeto ético-político do Serviço Social, contribui diretamente para o fortalecimento da consciência de classe, da participação política e da defesa dos direitos da classe trabalhadora, reafirmando o(a) assistente social como intelectual orgânico(a) comprometido(a) com processos emancipatórios. Conclui-se que a articulação entre Serviço Social e MST constitui uma conexão estratégica no enfrentamento das desigualdades estruturais, de resistência ao neoliberalismo e de construção de um projeto societário orientado à emancipação humana.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Questão agrária; Neoliberalismo; Intelectual orgânico (a); MST.

## ABSTRACT

This study addresses the relationship between Social Work and the agrarian question in neoliberal Brazil, taking as its empirical reference the insertion and professional practice of social workers within the Landless Rural Workers' Movement (MST). Grounded in historical-dialectical materialism, it combines bibliographic, documentary, and database research with fieldwork conducted through semi-structured interviews with social workers active in different sectors of the MST. The study understands the agrarian question as a historical and structural expression of Brazilian social formation, characterized by land concentration, unequal access to land, and the intensification of social issues within the neoliberal context. The findings reveal that the work of social workers within the MST goes beyond restricted institutional practices, constituting a fundamental mediation in processes of collective organization, political education, and the strengthening of the struggle for land and Popular Agrarian Reform. Professional involvement is shown to be closely linked to the concrete demands of rural workers, particularly in the areas of rural education, access to fundamental rights, social mobilization, and the development of collective strategies of resistance against the deterioration of living conditions and the expansion of agribusiness. The research demonstrates that professional practice, guided by the ethical-political project of Social Work, directly contributes to strengthening class consciousness, political participation, and the defense of working-class rights, reaffirming the social worker as an organic intellectual committed to emancipatory processes. It concludes that the articulation between Social Work and the MST constitutes a strategic connection in confronting structural inequalities, resisting neoliberalism, and building a societal project oriented toward human emancipation.

**Keywords:** Social Work; Agrarian Question; Neoliberalism; Organic Intellectual; Landless Rural Workers' Movement (MST).

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

|                                                       |     |
|-------------------------------------------------------|-----|
| Figura 1 – Juventude LGBT Sem Terra                   | 177 |
| Figura 2 – “Sem Terrinha” na Ciranda Paulo Freire     | 183 |
| Figura 3 – Reforma Agrária Popular e Resíduos Sólidos | 222 |
| Figura 4 - Escrevivências Sem Terra                   | 242 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1 - Distribuição da área e da quantidade de estabelecimentos rurais, segundo os grupos de área - Brasil - 2017 | 42 |
| Gráfico 2 - Estabelecimento agropecuário por tamanho da área cor e raça - Brasil - 2017                                | 44 |
| Gráfico 3 –Milho Brasil                                                                                                | 50 |
| Gráfico 4 - Número de projetos de assentamento criados no Brasil por ano (1995 a 2018)                                 | 73 |

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Evolução do Índice de Gini                                   | 41 |
| Tabela 1 - Consumo interno e exportação de soja brasileira em 2024 (%). | 49 |
| Tabela 2 - Quadro Comparativo (1994 - 2000)                             | 70 |
| Tabela 3 - Ocupações realizadas em 2001 e 2003                          | 72 |
| Tabela 4 – Conflitos por terra (2019 a 2022)                            | 75 |

## LISTA DE SIGLAS

|               |                                                                           |
|---------------|---------------------------------------------------------------------------|
| <b>ABEPSS</b> | Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social              |
| <b>ANAS.</b>  | Associação Nacional de Assistentes Sociais                                |
| <b>APAS</b>   | Associação Profissional de Assistentes Sociais                            |
| <b>ARENA</b>  | Aliança Renovadora Nacional                                               |
| <b>ATER</b>   | Assistência Técnica e Extensão Rural                                      |
| <b>BNDES</b>  | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social                      |
| <b>BR</b>     | Bancada Ruralista                                                         |
| <b>CA's</b>   | Centros Acadêmicos                                                        |
| <b>CBAS</b>   | Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais                               |
| <b>CEBS</b>   | Comunidade Eclesial de Base                                               |
| <b>CENEAS</b> | Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais |
| <b>CLT</b>    | Consolidação das Leis Trabalhistas                                        |
| <b>CNA</b>    | Confederação Nacional na Agricultura                                      |
| <b>CNBB</b>   | Confederação Nacional dos Bispos do Brasil                                |
| <b>COB</b>    | Confederação Operária Brasileira                                          |
| <b>CONTAG</b> | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura                    |
| <b>CPI</b>    | Comissão Parlamentar de Inquérito                                         |
| <b>CPT</b>    | Comissão Pastoral da Terra                                                |
| <b>CRESS</b>  | Conselho Regional de Serviço Social                                       |
| <b>CUT</b>    | Central Única dos Trabalhadores                                           |
| <b>DA's</b>   | Diretórios Acadêmicos                                                     |
| <b>DCNT</b>   | Doenças Crônicas Não Transmissíveis                                       |
| <b>EJA</b>    | Educação de Jovens e Adultos                                              |
| <b>EAD</b>    | Educação a Distância                                                      |

|                |                                                                           |
|----------------|---------------------------------------------------------------------------|
| <b>EMBRAP</b>  | Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária                               |
| <b>ENERA</b>   | Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária           |
| <b>ENPESS</b>  | Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social                      |
| <b>FAP</b>     | Faculdade do Baixo Parnaíba                                               |
| <b>FETAEMA</b> | Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão          |
| <b>FHC</b>     | Fernando Henrique Cardoso                                                 |
| <b>FORJ</b>    | Federação Operária do Rio de Janeiro                                      |
| <b>FOSP</b>    | Federação Operária de São Paulo                                           |
| <b>FUNAI</b>   | Fundação Nacional do Índio                                                |
| <b>GEBAM</b>   | Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas                               |
| <b>GETAT</b>   | Grupo Executivo das Terras do Araguaia                                    |
| <b>GSERMS</b>  | Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social |
| <b>IBGE</b>    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                           |
| <b>INCA</b>    | Instituto Nacional de Câncer                                              |
| <b>INCRA</b>   | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                       |
| <b>ITESP</b>   | Instituto de Terras do Estado de São Paulo                                |
| <b>JOC</b>     | Juventude Operária Católica                                               |
| <b>MAPA</b>    | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento                       |
| <b>MASTER</b>  | Movimento dos Agricultores Sem Terra                                      |
| <b>MDA</b>     | Ministério do Desenvolvimento Agrário                                     |
| <b>MDB</b>     | Movimento Democrático Brasileiro                                          |
| <b>MESS</b>    | Movimento Estudantil em Serviço Social                                    |
| <b>MST</b>     | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra                                     |
| <b>MT</b>      | Ministério do Trabalho                                                    |
| <b>MTL</b>     | Movimento Terra e Liberdade                                               |

|                |                                                                       |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------|
| <b>NATRA</b>   | Núcleo de Ação Territorial e Reforma Agrária                          |
| <b>OMS</b>     | Organização Mundial da Saúde                                          |
| <b>PCA</b>     | Paradigma do Capitalismo Agrário                                      |
| <b>PCB</b>     | Partido Comunista Brasileiro                                          |
| <b>PCR</b>     | Primeiro Comando Rural                                                |
| <b>PL</b>      | Partido Liberal                                                       |
| <b>PNRA</b>    | Plano Nacional de Reforma Agrária                                     |
| <b>PP</b>      | Partido Progressistas                                                 |
| <b>PPDSR</b>   | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional |
| <b>PQA</b>     | Paradigma da Questão Agrária                                          |
| <b>PRONERA</b> | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária                      |
| <b>PSD</b>     | Partido Social Democrático                                            |
| <b>PSDB</b>    | Partido da Social Democracia Brasileira                               |
| <b>PT</b>      | Partido dos Trabalhadores                                             |
| <b>PTB</b>     | Partido Trabalhista Brasileiro                                        |
| <b>RIMS</b>    | Residência Integrada Multiprofissional em Saúde                       |
| <b>SRB</b>     | Sociedade Rural Brasileira                                            |
| <b>SUDAM</b>   | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia                       |
| <b>SUDENE</b>  | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste                       |
| <b>TEM</b>     | Ministério do Trabalho e Emprego                                      |
| <b>UDR</b>     | União Democrática Ruralista                                           |
| <b>UEMA</b>    | Universidade Estadual do Maranhão                                     |
| <b>UFMA</b>    | Universidade Federal do Maranhão                                      |
| <b>UNESP</b>   | Universidade Estadual Paulista                                        |

## SUMÁRIO

|          |                                                                                                                     |            |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>                                                                                                   | <b>20</b>  |
| <b>2</b> | <b>SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL NEOLIBERAL: sujeitos e lutas</b>                                      | <b>32</b>  |
| 2.1      | A questão agrária no Brasil: configurações históricas                                                               | 33         |
| 2.2      | Questão agrária, questão social e neoliberalismo: novos desafios de velhas questões                                 | 55         |
| 2.3      | As conexões entre serviço social, questão social e questão agrária: aproximações para um debate necessário          | 83         |
| <b>3</b> | <b>SERVIÇO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: o (a) assistente social como intelectual orgânico (a) da classe trabalhadora</b> | <b>106</b> |
| 3.1      | De classe à luta de classes: consciência e papel do (a) intelectual orgânico (a)                                    | 107        |
| 3.2      | Projeto profissional e Serviço Social: indicações de um compromisso ético e político                                | 135        |
| 3.3      | Movimentos Sociais no Movimento Sócio-Histórico: terrenos férteis para a função pedagógica do (a) assistente social | 149        |
| <b>4</b> | <b>SERVIÇO SOCIAL E MST: os caminhos de encontro nas tramas da Reforma Agrária Popular</b>                          | <b>171</b> |
| 4.1      | Entre a terra e a consciência: motivações e processos de inserção de assistentes sociais no MST                     | 173        |
| 4.2      | Nas trilhas da educação do campo: a formação acadêmico -profissional como parte da luta pela/na terra               | 192        |
| 4.3      | Trajetórias da atuação profissional: intelectuais da/na classe trabalhadora                                         | 222        |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO</b>                                                                                                    | <b>257</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS</b>                                                                                                  | <b>264</b> |
|          | <b>APÊNDICE</b>                                                                                                     | <b>278</b> |
|          | <b>APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA COM ASSISTENTES SOCIAIS DO MST</b>                            | <b>279</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

“Que a universidade se pinte de povo”

(Ernesto Che Guevara, discurso na Universidade de Las Villas, Cuba, 28 de dezembro de 1959)

A presente tese elege como objeto de estudo a relação Serviço Social e questão agrária, com ênfase para inserção e atuação de assistentes sociais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, nos marcos da contemporaneidade, momento em que há um acirramento das expressões da questão agrária, sob a contraditória vigência do capitalismo neoliberal.

A pesquisa científica é atravessada por motivações pessoais e intelectuais, pois o pesquisador está inserido na realidade social que investiga. Assim, o ato de pesquisar resulta tanto do rigor científico quanto das experiências, interesses e inquietações que compõem sua trajetória.

Portanto, manifesto que as motivações que orientam a escolha do eixo temático emergem de experiências diversas, englobando aspectos de minha trajetória de vida pessoal, bem como de minha formação acadêmico-profissional. No âmbito da formação acadêmico-profissional, destaco minha participação no Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS), na condição de Representante Discente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), experiência que proporcionou uma vivência acadêmica e profissional significativamente ampliada.

Durante a graduação no curso de Serviço Social da UFMA, distintos momentos mostraram-se decisivos para a consolidação do interesse pela pesquisa, especialmente no campo temático aqui abordado. Destaca-se, nesse sentido, a disciplina de Movimentos Sociais, ministrada pela professora Zaira Sabry Azar, que desempenhou papel significativo ao articular um referencial teórico consistente, leituras orientadas e um ambiente marcado pelo afeto e pelo engajamento acadêmico.

Destaco, ainda, minha participação como pesquisadora na iniciação científica, no projeto intitulado “O debate intelectual sobre a inserção do Serviço Social na luta social dos trabalhadores: identificação de tendências e repercussões na cultura profissional”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS).

Nesse percurso, constatou-se que, entre as temáticas mais abordadas no Serviço Social no período de 1990 a 2010, destacavam-se: políticas de assistência social; questão social e neoliberalismo; e as lutas por políticas sociais, especialmente nos campos da saúde e da previdência. Por outro lado, a questão agrária, enquanto categoria analítica e sua relação com o Serviço Social, encontrava-se minimamente representada nas produções, evidenciando uma lacuna significativa.

Posteriormente, o processo de reflexão culminou na elaboração do trabalho monográfico intitulado “Serviço Social e Questão Agrária: desafios e possibilidades da efetivação do projeto ético-político na FETAEMA”. Essa investigação concluiu, entre outros aspectos, que a dinâmica da referida instituição evidencia a relevância do Serviço Social enquanto categoria profissional que contribui para a consolidação do movimento sindical, atuando cotidianamente na resistência à hegemonia produtiva do agronegócio, a qual impõe desafios significativos à luta e à organização da classe trabalhadora.

Retomei, portanto, o trabalho monográfico e, após algumas sistematizações, submeti-me à seleção do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), obtendo aprovação e ingressando na turma 2018-2020. A dissertação apresentou os resultados da análise acerca da relação entre a questão agrária e as lutas sociais pela terra, tomando como referência empírica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com destaque para o seu surgimento e consolidação política no Maranhão.

Dessa forma, a escolha do tema desta pesquisa se justifica pela importância de aprofundar a discussão no âmbito do Serviço Social e, de maneira mais ampla, de contribuir para as reflexões acerca da questão agrária, em sua conexão com a questão social no Brasil. Além disso, ressalta-se a importância de enfatizar o pensamento e o debate que constituem a cultura profissional e, conseqüentemente, a identidade profissional.

No intento, ainda, de relevar a justificativa dessa proposta concorda-se com Santana (2023) que a incitação colocada ao serviço social é endossar que, na elaboração do conhecimento e na formação em esfera tanto da graduação quanto da pós-graduação, o prisma da totalidade de modo a compreender as especificidades que constituem o urbano e o rural como interrelacionadas à questão social e que são derivadas dos conflitos do capital com os sujeitos coletivos, que demandam não somente o direito à terra mas, também, o direito à vida.

Para a presente exposição, toma-se como referência a concepção de questão agrária a partir de sua conformação histórica, compreendida no âmbito de um processo marcado pelas desigualdades entre as classes sociais. Destaca-se, nesse contexto, a inserção e consolidação da ideologia neoliberal no campo, cujos desdobramentos intensificam e diversificam as formas de subordinação e precarização do trabalho rural, ao mesmo tempo em que promovem a expropriação e expulsão de trabalhadores de suas terras.

As transformações advindas do neoliberalismo impactam de maneira significativa o desenvolvimento da consciência de classe e a organização política dos trabalhadores e setores populares. Ao privilegiar a flexibilização do trabalho, a precarização das relações laborais e a responsabilização individual diante do cenário econômico, o neoliberalismo enfraquece as estruturas coletivas historicamente responsáveis pela mobilização e pelo fortalecimento da consciência de classe.

Nesse contexto, reduz-se a percepção de que a transformação social depende da ação coletiva, enfraquecendo, conseqüentemente, os movimentos sociais e sindicais. A organização política torna-se, assim, mais fragmentada, com menor capacidade de articular reivindicações de forma ampla, enfrentando desafios significativos para mobilizar trabalhadores que vivenciam a precariedade de maneira individualizada. Dessa forma, o neoliberalismo atua não apenas sobre a economia, mas também sobre a subjetividade social, moldando percepções e dificultando a construção de estratégias coletivas de resistência e emancipação.

Com o avanço e consolidação do neoliberalismo, para além da concentração fundiária, observa-se uma concentração de capital que modifica de forma significativa as relações de trabalho. A mecanização, inserida neste conjunto de transformações produtivas, resulta na redução do número de postos de trabalho,

enquanto os mecanismos estratégicos do sistema promovem a flexibilização de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

O processo de expansão do capital no espaço rural, impulsionado pelo neoliberalismo, repercute diretamente nas manifestações da questão agrária na contemporaneidade, uma vez que delineia novos contornos da luta de classes no campo, sobretudo em função do papel central do agronegócio.

Observa-se uma participação significativa da mídia em articulação com os grupos empresariais na difusão das ideias do agronegócio, apresentando seus projetos como o único modelo viável de produção no campo. Nesse sentido, compartilha-se da concepção de Fernandes (2013), segundo a qual o agronegócio configura-se como um complexo de organizações amplas que abrange, de forma desigual, os sistemas agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro, tecnológico, científico e ideológico.

Para além de sua dimensão econômica e territorial, o agronegócio exerce influência direta sobre a subjetividade dos sujeitos, moldando hábitos, preferências e práticas cotidianas. Essa atuação manifesta-se na alimentação, com a predominância de produtos industrializados e padronizados; nos espaços de comércio, como feiras e supermercados, que reproduzem a lógica de consumo; e na esfera cultural, por meio de músicas, campanhas publicitárias e conteúdos midiáticos que naturalizam e celebram esse modelo produtivo.

Essa racionalidade imprime uma nova dinâmica à questão agrária, tornando-a mais complexa e incorporando novos sujeitos. Nesse contexto, as lutas sociais no campo deixam de se limitar à reivindicação pelo acesso à terra, ampliando-se para a defesa de modos de produção sustentáveis, a preservação da diversidade alimentar e a resistência à lógica hegemônica.

Dessa forma, a organização política assume também uma dimensão cultural, abrangendo a proteção das relações históricas e comunitárias das populações com o território. Assim, as conformações contemporâneas da questão agrária implicam não apenas uma disputa pelo espaço físico, mas também uma disputa acerca de seu significado, incluindo usos, modos de vida e práticas sociais, configurando uma luta atualizada que precisa articular produção material, relações sociais e formação de consciência.

O movimento real e concreto da sociedade impõe a necessidade de disputa política e de resistência, ao mesmo tempo em que evidencia a possibilidade de

construção de projetos alternativos que tencionam e desafiam a lógica hegemônica. Nesse contexto, os movimentos sociais, as cooperativas, as práticas agroecológicas e os saberes tradicionais configuram-se como expressões concretas de formas de sociabilidade e de produção que se contrapõem à racionalidade capitalista. Tais experiências apontam para modos de vida ancorados na solidariedade intraclasse, na sustentabilidade e na autonomia dos sujeitos coletivos.

Consequentemente, não é possível conceber a resistência desvinculada das relações marcadas por interesses antagônicos na sociedade capitalista, sendo necessário compreender que o enfrentamento constitui uma estratégia não apenas para proteger demandas individuais ou específicas, mas também para assegurar a própria reprodução da existência material diante dos limites impostos pelo sistema.

As formas de resistência devem transcender a mera soma de ações isoladas, buscando envolver um número cada vez maior de sujeitos na construção de um projeto orgânico, de modo a contribuir com maior intensidade para a dinâmica das correlações de forças no modo de produção hegemônico. Esse movimento torna-se viável apenas mediante o amadurecimento da organização, fundamentado na consciência de classe, constituindo um percurso essencial para superar uma resistência limitada a ações imediatas e fragmentadas.

Dentre as diversas expressões organizativas, destacam-se os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), formado no Brasil em um contexto marcado pelo agravamento da entrada de capital estrangeiro e pela implementação de grandes projetos no meio rural, em uma sociedade caracterizada pela concentração fundiária, pobreza estrutural e pelas heranças do latifúndio colonial e da modernização conservadora.

Nesse cenário, uma das principais preocupações do movimento foi o impacto do avanço do capital estrangeiro sobre as relações sociais no campo, configurando-o como uma instância destinada a discutir e organizar mobilizações em defesa do direito à terra. Ademais, busca-se não apenas garantir o acesso à terra, mas também assegurar as condições necessárias à sobrevivência por meio da produção e reprodução social.

Na construção da luta popular, os sujeitos vão consolidando sua consciência e identidade por meio da ação coletiva e do engajamento no movimento (Stédile; Fernandes, 2000). Nesse sentido, os integrantes do referido Movimento devem transcender a mera percepção de suas condições enquanto privados de acesso à

terra, articulando estratégias de reivindicação alinhadas aos princípios de um projeto mais amplo, que visa à transformação social.

Assim, na luta pela garantia de direitos e na oposição às investidas hegemônicas do capital, que tendem a individualizar, moralizar e psicologizar as contradições produzidas, o MST conta com um quadro de militantes composto por uma diversidade de profissionais, dentre os quais se destacam os (as) assistentes sociais. Esses profissionais, em consonância com seu projeto ético-político, não apenas defendem o aprofundamento da democracia, voltada para o aumento da participação política e a socialização da riqueza produzida, mas também assumem um compromisso com a emancipação da classe trabalhadora.

Portanto, é possível concordar que “a relação entre os movimentos sociais e o Serviço Social não é apenas necessária; ela foi e é determinante da construção do que hoje denominamos como projeto ético-político profissional” (Abramides; Duriguetto, 2014, p. 26). Pode-se afirmar que essa relação histórica entre movimentos sociais e Serviço Social não se restringe a um vínculo instrumental ou circunstancial; ao contrário, configura-se como uma dimensão constitutiva da identidade profissional, influenciando tanto os referenciais teóricos quanto a esfera interventiva da prática profissional.

Outrossim, essa interlocução evidencia o caráter ético-político do Serviço Social, ao colocar o compromisso com a justiça social, a defesa dos direitos humanos e a promoção da cidadania no centro da prática profissional. Dessa forma, a historicidade desse vínculo demonstra que a consolidação do projeto profissional do Serviço Social está indissociavelmente relacionada à participação e à articulação com sujeitos coletivos que lutam pela transformação social, evidenciando que a profissão não atua de forma neutra.

Logo, por ser um profissional de notável atuação junto à organização da classe trabalhadora, o (a) assistente social pode ser considerado um intelectual orgânico desta classe, a partir das suas ações de natureza educativa, política e organizativa auxilia para a construção e manifestação de novos intelectuais, mas intelectuais estes que “[...] emergindo das massas, permaneçam a elas vinculados [...]” (Cardoso; Lopes, 2009, p. 471).

Enquanto ‘funcionário’ da classe à qual está vinculado, o intelectual precisa exercer a função de condução ideológica e política de um conjunto social, assim como homogeneizar a classe que constitui. Para tanto a função educativa e cultural

do intelectual perpassa a sua assimilação orgânica ao povo, aos seus espaços e suas movimentações, para assim sentir o que o povo sente (Gramsci, 1982). Nessa perspectiva, as classes subalternizadas concebem seus próprios intelectuais, com interesse de compor um projeto político.

Em vista disso, a originalidade desta tese reside na análise do Serviço Social no MST como espaço sócio-ocupacional específico, tensionado pelas determinações da questão agrária e pelas expressões contemporâneas da questão social. Embora haja produção consolidada acerca do MST enquanto sujeito coletivo de luta pela terra e da centralidade da questão agrária na formação sócio-histórica brasileira, ainda são incipientes os estudos que investigam, de modo sistemático, o processo de trabalho do (a) assistente social inserido (a) nesse Movimento, especialmente em suas mediações cotidianas.

Nesse sentido, a tese orientadora deste trabalho avança ao apreender o MST como espaço concreto de exercício profissional, no qual se reconfiguram atribuições, competências e estratégias de intervenção, evidenciando a particularidade da dimensão pedagógica do trabalho profissional, articulada organicamente à formação política e à organização coletiva, em contornos que tensionam e, simultaneamente, potencializam o projeto ético-político do Serviço Social.

Isto exposto, destaca-se que o método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico-dialético, o qual possibilitou analisar a relação entre o serviço social e a questão agrária, destacando a luta de classes no campo e a atuação necessária do intelectual orgânico. Esse movimento investigativo permitiu compreender a realidade a partir de suas determinações, e relações sociais dos sujeitos envolvidos em contextos históricos determinados.

Netto (2011) enfatiza que esse método não é apenas descritivo, mas analítico e explicativo. Ele permite ao pesquisador compreender não os fatos isolados, mas as relações e causas subjacentes de um fenômeno social e histórico. A aparência é o que se vê superficialmente no objeto de estudo, os fenômenos observáveis, os eventos imediatos. A essência é a estrutura interna, os processos e contradições que produzem essas aparências.

Marx (2017, p. 880) adverte que “[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação [aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. É justamente esse movimento de superação das aparências imediatas em direção à essência das relações sociais que garante a atualidade do materialismo histórico-

dialético. Ao analisar a mercadoria como célula elementar da sociedade capitalista, o autor evidencia a contradição entre valor de uso e valor de troca, revelando que o trabalho humano explorado constitui a base da acumulação.

Marx não elaborou um manual sistematizado sobre o método de análise da realidade social, mas, ao longo de sua produção intelectual, desenvolveu um modo singular de investigação que se consolidou como referência fundamental para as ciências sociais. Sua preocupação central não consistiu em formular um guia metodológico prescritivo, mas em apreender a sociedade capitalista em sua totalidade, desvelando as estruturas e relações que sustentam sua dinâmica.

A análise de Marx do capitalismo ultrapassou a descrição superficial dos fatos ao investigar, em profundidade, as relações de produção, os mecanismos de exploração do trabalho e as contradições inerentes entre capital e trabalho. Essa postura teórico-metodológica possibilitou identificar a essência do sistema capitalista, caracterizada pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida e pela reprodução estrutural das desigualdades. Assim, ainda que Marx não tenha deixado um manual metodológico acabado, sua obra configura-se como demonstração prática da aplicação do materialismo histórico-dialético, permanecendo como instrumento fundamental para a compreensão crítica da realidade social.

O movimento do pensamento se desenvolve a partir do concreto pensado, resultante da elaboração teórica que busca apreender a realidade em sua totalidade, sendo que:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (Marx, 2011, p. 54).

Nessa perspectiva, o concreto, sob o enfoque dialético, constitui a unidade da diversidade, sendo resultado de múltiplas inter-relações. Embora se manifeste empiricamente como dado imediato, sua compreensão exige a análise das diversas determinações implícitas, implicando a necessidade de partir do abstrato para apreender o concreto em sua totalidade e nos processos que o constituem.

Logo, é necessário considerar que o objeto de estudo existe no mundo real, independentemente do pesquisador ou de seu modo de investigação. Isso implica

que o objeto não é produzido pela pesquisa, mas possui propriedades, relações e processos próprios, passíveis de observação e análise. Embora exista objetivamente, o objeto não se manifesta de forma direta e completa. Cabe ao pesquisador aproximar-se dele, interpretar as suas relações e manifestações, a fim de compreendê-lo.

Os momentos de investigação e de exposição desempenham funções distintas, embora inter-relacionadas. O momento investigativo consiste na apreensão do objeto de estudo, na análise de suas múltiplas determinações, na identificação de contradições internas e na compreensão de suas relações no âmbito da totalidade. Por sua vez, o momento de exposição diz respeito à organização e apresentação do conhecimento produzido. Nesse estágio, a complexidade do processo investigativo deve ser traduzida de forma compreensível, mediante abstrações, classificações e síntese dos elementos analisados.

No que refere à abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa delinea-se como qualitativa, que segundo Minayo (2001, p. 22):

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes [...]

Enquanto momento metodológico da proposta investigativa, de forma articulada e simultânea a todo o processo, fora utilizado o levantamento de revisão de literatura, com monografias, livros, artigos, teses, dissertações e outros instrumentos relacionados ao tema, como importante fase da investigação.

A pesquisa documental consistiu na análise de legislações e dados relacionados a programas e projetos de instituições públicas voltados à questão agrária, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Além disso, foram examinados documentos produzidos por entidades representativas da categoria profissional do Serviço Social, como as Diretrizes Curriculares da formação em Serviço Social e a Lei de Regulamentação da Profissão.

Os (as) participantes dessa investigação são os (as) assistentes sociais atuantes no MST. Portanto, um dos procedimentos escolhidos para a construção

das informações empíricas foi a entrevista semiestruturada (APÊNDICE A). Os eixos da entrevista contemplaram questões voltadas à contextualização da atuação no MST, incluindo as motivações para a inserção no movimento, as especificidades do setor de atuação, as principais atividades realizadas e outros elementos relacionados ao exercício profissional.

Ademais, as perguntas buscaram apreender como o(a) entrevistado(a) percebe a função pedagógica no seu cotidiano profissional, bem como as particularidades do processo de trabalho no que se refere à dimensão educativa, considerando-a como elemento constitutivo da prática do Serviço Social.

A pesquisa foi composta por dez assistentes sociais. Os (as) participantes foram distribuídos (as) de forma equitativa quanto ao gênero, sendo cinco homens e cinco mulheres. No que se refere ao quesito da autodeclaração raça/cor, cinco participantes identificaram-se como pretos (as) ou pardos (as), enquanto os (as) demais cinco se autodeclararam brancos (as).

Quanto à origem geográfica, quatro são provenientes do estado do Maranhão, um de Minas Gerais, um do Pará, um do Ceará, um da Bahia, um do Tocantins e um do Mato Grosso do Sul, o que conferiu ao estudo uma diversidade regional significativa, possibilitando a incorporação de distintas realidades socioeconômicas e contextos de atuação profissional.

Participaram da pesquisa profissionais vinculados (as) a distintos setores organizativos - dois do setor de produção, dois do setor de formação, dois do setor de direitos humanos, dois integrantes da direção nacional, um do setor de relações internacionais e um do coletivo de relações políticas.

Os critérios de inclusão contemplaram: possuir formação em Serviço Social, atuar no MST e pertencer a diferentes estados da federação. Tais critérios foram definidos com o objetivo de assegurar que os sujeitos participantes apresentassem inserção direta na realidade investigada. Além disso, buscou-se contemplar profissionais provenientes de distintas regiões do Brasil, a fim de garantir maior representatividade regional.

Inicialmente, a coleta de dados estava prevista para ocorrer durante o Congresso Nacional do MST, espaço que possibilitaria a ampliação do número de participantes da pesquisa por meio da realização de entrevistas presenciais. No entanto, o evento foi cancelado em virtude das enchentes que atingiram o estado do

Rio Grande do Sul, o que inviabilizou a participação presencial e, por conseguinte, a ampliação do número de entrevistados previstos no planejamento inicial.

As entrevistas foram realizadas por meio de aplicativo de mensagens, recurso que possibilitou maior flexibilidade quanto aos horários e à disponibilidade dos participantes. Não houve formalização de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por escrito; entretanto, antes do início das interlocuções, os objetivos da pesquisa, seus procedimentos e a forma de utilização das informações foram devidamente apresentados, garantindo-se a livre manifestação de concordância dos entrevistados. O registro dos dados da pesquisa foi realizado por meio de anotações escritas, posteriormente digitalizadas para fins de sistematização e análise. As informações foram transcritas de forma fidedigna, preservando o conteúdo das falas e garantindo o sigilo e a confidencialidade dos sujeitos envolvidos.

Contudo, no período de 19 a 23 de janeiro de 2026, foi possível participar do Encontro Nacional do MST, realizado em Salvador. A vivência nesse espaço coletivo possibilitou uma aproximação concreta com a dimensão empírica da pesquisa, ao propiciar a inserção em práticas, debates e experiências que expressam o projeto político-organizativo do Movimento.

A observação participante favoreceu a compreensão da consubstanciação de uma outra cultura, orientada por uma concepção ampliada de saúde, articulada à soberania alimentar, às estratégias coletivas de luta, à centralidade da infância, à educação do campo e a outras perspectivas de caráter emancipatório. Ademais, a participação no evento possibilitou a realização de registros fotográficos, contribuindo para a sistematização e análise do material empírico produzido.

Com isso, este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro analisa a questão agrária em sua formação histórica, destacando seus fundamentos estruturais sob o neoliberalismo, sua relação com a questão social e a dinâmica dos conflitos. Evidencia, ainda, as conexões entre questão agrária, questão social e Serviço Social.

O segundo capítulo examina a articulação entre o projeto ético-político do Serviço Social e a luta de classes, abordando a consciência de classe e o papel do(a) assistente social como intelectual orgânico da classe trabalhadora, com ênfase na relação com os movimentos sociais. O terceiro capítulo analisa a inserção de assistentes sociais no MST, destacando as aproximações entre o projeto profissional

e a Reforma Agrária Popular, bem como as motivações, a formação acadêmico-profissional e as especificidades da atuação.

À guisa de conclusão, evidencia-se a urgência de aprofundar o debate sobre a relação entre Serviço Social e questão agrária, compreendendo que, no âmbito do MST, a profissão supera a mera instrumentalidade técnica e se orienta por princípios ético-políticos vinculados às demandas da classe trabalhadora. Nesse contexto, o exercício profissional articula formação crítica, mediação de conflitos e leitura de conjuntura, assumindo uma função pedagógica comprometida com a emancipação humana e a formação da consciência de classe.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos (das) trabalhadores (as), do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, marcado pelo compromisso com a afirmação da democracia [...]. (Iamamoto, 2012, p.116)

O presente capítulo dedica-se à análise da questão agrária no Brasil, compreendendo-a como um fenômeno historicamente constituído e enraizado nos processos de colonização e exploração do território. Desde os primeiros ciclos econômicos, notadamente o da cana-de-açúcar, o modelo de *plantation* assumiu papel central na organização do espaço rural, caracterizando-se pela produção voltada à exportação, pela concentração fundiária expressa nos latifúndios e pela dependência da força de trabalho escravizada.

A consolidação do sistema de *plantation*, associada à escravização de povos africanos e indígenas, exerceu implicações diretas na constituição da sociedade brasileira, consolidando padrões estruturais de desigualdade e exploração. A distribuição desigual da terra e a concentração do controle sobre a produção agrícola restringiram o acesso do campesinato a direitos básicos e reforçaram estruturas de poder que beneficiam os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores rurais e das comunidades tradicionais. Esse legado histórico gerou uma trama persistente de conflitos e disputas no espaço agrário.

A dinâmica sócio-histórica brasileira não se caracteriza pela ausência de movimento, tampouco por linearidade ou homogeneidade. A questão da posse, do uso e da propriedade da terra insere-se em um contexto marcado por conflitos complexos e multifacetados, nos quais, além dos interesses antagônicos, se travam lutas de classes tanto no campo quanto na cidade.

As formas de resistência emergem e se transformam conforme as conjunturas, configurando-se como expressões de um movimento estrutural complexo que atravessa a relação fundamental entre capital e trabalho. Logo, a análise da questão agrária no Brasil deve ser compreendida em estreita relação com a questão social, configurando-se como dimensões interdependentes de um mesmo processo histórico.

Nesse contexto de múltipla conflitualidade, em que não se trata apenas da percepção coletiva da exploração, mas da construção de uma consciência de classe elevada ao nível de classe para si, emergem movimentos sociais, como o MST, com

a perspectiva de rearticular a luta pela terra e na terra. Esse fenômeno se evidencia especialmente em um cenário contemporâneo no qual a questão agrária se reconfigura, levando em conta tanto os sujeitos envolvidos quanto os mecanismos de atuação, sob a lógica do capital neoliberal.

Articulado a essas expressões de resistência, o Serviço Social brasileiro configura-se enquanto categoria profissional que, historicamente e de forma coletiva, tem desenvolvido um projeto crítico e contestador da ordem social vigente. Ao longo de sua trajetória, o campo profissional incorpora o movimento das relações sociais como eixo central de sua intervenção. Nesse sentido, sua atuação transcende a análise da questão social e agrária, abrangendo a dimensão interventiva nas múltiplas facetas dessas problemáticas, bem como nas contradições produzidas pelo capitalismo e suas contínuas metamorfoses.

Este capítulo, sem pretender esgotar a temática, propõe-se a analisar os sujeitos historicamente privados do acesso à terra e das condições mínimas para sua sobrevivência. Nessa perspectiva, observa-se que a luta pela terra constitui uma demanda central na dinâmica social brasileira, manifestando-se por meio de diversas expressões caracterizadas por continuidades e rupturas.

Destaca-se, nesse contexto, o MST como referência empírica de organização política, bem como os avanços do Serviço Social no Brasil, especialmente em sua articulação com as lutas sociais da classe trabalhadora. Frente à ofensiva neoliberal, o Serviço Social busca, cotidianamente, construir e reconstruir as relações necessárias ao desenvolvimento de um projeto profissional comprometido com as classes subalternizadas.

## 2.1 A questão agrária no Brasil: configurações históricas

— Essa cova em que estás,  
com palmos medida,  
é a conta menor  
que tiraste em vida.  
—É de bom tamanho,  
nem largo nem fundo,  
é a parte que te cabe  
deste latifúndio.  
—Viverás, e para sempre,  
na terra que aqui aforas:

e terás enfim tua roça.  
 — trabalhando nessa terra,  
 tu sozinho tudo empreitas:  
 Serás semente, adubo, colheita

João Cabral de Melo Neto  
 'Morte e Vida Severina' (1982)

A presente análise reivindica referência à complexidade que reside na compreensão do que seja questão agrária, uma vez que o seu conceito: “[...] pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos da realidade agrária” (Stédile, 2005, p. 17). Significando esta realidade um universo de inúmeros fenômenos, passíveis de análises e interpretações multifacetadas, elege-se por discernir os aspectos propícios à reflexão acerca da disposição da posse, propriedade e uso de terras na dinâmica social do Brasil.

Mediante a uma multiplicidade no debate, uma das construções conceituais de questão agrária, a deslinda como ramo do conhecimento que investiga o âmago das adversidades das sociedades concernentes ao uso, posse e propriedade da terra, isto é, de modo respectivo à maneira como o homem apodera-se do ambiente para estruturar a produção agrícola, quem são os sujeitos que residem e convivem em um território específico e a situação jurídica – alicerçado no capitalismo – da terra, assim como os meios que levaram sua propriedade (Stédile, 2012).

Sob esse ângulo, a acepção de questão agrária apresenta-se indissociável das reflexões acerca da constituição do modo de produção hegemônico, a fase da acumulação primitiva. Em *O capital*, Marx (2017, p. 785) elucida que esta “[...] não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida”. Por conseguinte, dentre os princípios que subvencionam a emersão desse modo de produção, evidenciamos a composição de uma classe trabalhadora, expropriada de suas terras.

Nesse estágio, a insólita condição de arranjo da sociedade se desvela na diferenciação de duas classes sociais, burguesia e proletariado. No que refere a esta ponderação, Marx (2017) elabora que a acumulação primitiva precisa ser devidamente analisada enquanto processo histórico que compreende a separação entre o produtor e meio de produção, e agrega que a referida acumulação “[...]”

aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (Marx, 2017, p. 786).

A acumulação primitiva no cenário europeu se caracterizou como o transcurso que converteu o trabalhador servil, porém detentor de seus meios de produção, em um trabalhador destituído dos referidos meios, possuindo apenas a sua força de trabalho. Com isso, a posse exclusiva dos meios de produção se aglutinou com a classe burguesa.

Sucedeu gradualmente por mecanismo de supressão e expropriação da terra, bem como de outros meios de manutenção, a gênese dos trabalhadores que não dispõem de meios de produção. O proletariado, que emerge como nova classe social é quem oferecerá aos proprietários privados sua mercadoria, ou seja, a força de trabalho, numa vinculação de assalariamento<sup>1</sup>.

O proletariado era impelido a ir para as fábricas que estavam se estabelecendo ou para as terras de outrem onde sua força de trabalho era comprada pelos salários. Essas alterações foram agudamente impactantes para a classe trabalhadora, pois esta precisou alienar sua força de trabalho, como mercadoria, em circunstâncias que lhe eram plenamente discrepantes do que se encontrava azeitada.

À vista disso, o que distingue o estágio da acumulação primitiva são as feições vanguardistas que serviram de recurso à classe burguesa, afinal “A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e, por conseguinte todas as relações sociais [...]” (Marx; Engels, 2008, p. 13).

Com a desagregação das vassalagens feudais, é difundida no mercado uma legião de proletários, e com o acréscimo da manufatura de lã, houve o requisito da conversão das glebas de lavouras em pastagens. Assim, não só os trabalhadores, mas também as terras lograram outras utilidades neste exórdio do modo de produção capitalista, dado que deixou de ser usufruída para realização de trabalho e produção de alimentos, para tornar-se área de rebanho de ovelhas, centralizada em parca quantidade de trabalhadores.

---

<sup>1</sup> Para Marx (2017, p. 787): “[...] esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo”.

Com a expropriação, agrega-se outro préstimo à terra, o que resulta em transições na relação de valor desta, como base de poder e geração de riqueza, se dilata modificando-a em recurso de produção proveitosa e essencial para a acumulação.

O governo da Inglaterra, então, privilegiou os grandes proprietários de terra, dispensando-lhe a aquiescência de relegar os trabalhadores das terras de uso comum, assim esses processos foram auferindo maior ímpeto e suscitaram à migração camponesa. Por conseguinte, no espaço rural inúmeras modificações ocasionadas pelas novas técnicas agrícolas originaram uma produção que deixou de estar intencionada somente para o sustento.

Acerca da renúncia da posse fundiária, de seu traço feudal, para relevar um atributo industrial, as contribuições marxistas expressam que:

A grande posse fundiária, como vemos na Inglaterra, já abandonou o seu caráter feudal e assumiu um caráter industrial, na medida em que quer fazer o máximo dinheiro possível. Ela proporciona ao proprietário a máxima renda fundiária possível, ao arrendatário o máximo lucro possível de seu capital. Os trabalhadores agrícolas estão, por isso, reduzidos já ao mínimo e a classe dos arrendatários já representa o poder da indústria e do capital no interior da posse fundiária (Marx, 2004, p. 77).

Aldeias e vilas foram depredadas e demolidas para afugentar os sujeitos de suas terras, foram ainda obrigados a residir em outros lugares, em situações excessivamente pauperizadas e nocivas. Essa massa de trabalhadores, que forma o exército industrial de reserva, passa a buscar subsistência em qualquer lugar e sob quaisquer condições (Marx, 2017). Por consequência, compreendemos que ao passo que o capitalismo propicia o aperfeiçoamento das técnicas e crescimento da produção, por outro lado controla a paupérie da “classe que nada possui” (Engels, 2010), num acentuado fluxo inverso e estratégico.

As fábricas não dispunham de condições dignas de trabalho, sendo, em sua maioria, ambientes insalubres, caracterizados por umidade excessiva, calor intenso e ausência de ventilação adequada. A alimentação fornecida aos trabalhadores mostrava-se insuficiente e inadequada. Em decorrência dessas e de outras condições, como as extensas jornadas de trabalho, a expectativa de vida da classe trabalhadora era reduzida, ao passo que se observa elevada incidência de doenças e acidentes laborais.

Thompson (2001) em a Formação da Classe Operária Inglesa<sup>2</sup> demonstra que os operários permaneciam isolados nas fábricas até altas horas da noite, mesmo nos dias mais quentes de verão, e caso houvesse atrasos, ainda que alguns minutos, eram descontados da remuneração. Para o jantar era retido um intervalo de quarenta e cinco minutos, não havendo possibilidade de qualquer outra pausa durante a jornada. Não havia, ainda, a expectativa de oportunidade para gozar da companhia da família, o que entre outros diversos aspectos, conferiam estresse e fadiga.

Engels (2010) ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, entre outros aspectos, as condições de vida e moradia, adverte que as circunstâncias de vida e moradia dessa classe eram bastante inseguras. Localizadas em bairros deletérios, as casas costumavam ser triviais e irregulares. Levantadas em vias escurecidas e sem pavimento, eram mal arejadas, não tinham água em quantidade satisfatória e apresentavam ordinárias condições sanitárias.

Todavia, embora a burguesia tenha desenvolvido descomunais métodos de produção e troca, conforme recordam Marx e Engels (2008), ela nivela-se a um feiticeiro, que não é capaz de dominar os poderes horripilantes que apelou. Mediante as condições de vida e trabalho, o proletariado tem sua tarefa revolucionária invocada, e no estopim havia operários lutando de forma mais isolada, posteriormente, os operários de uma mesma fábrica, depois operários de um mesmo setor, de um lugar, todos contra o burguês que os explora sem desvios (Engels, 2010).

Por consequência, “Os operários devem, portanto, procurar sair dessa situação que os embrutece, criar para si uma existência melhor e mais humana e, para isso, devem lutar contra os interesses da burguesia” (Engels, 2010, p. 247). As lutas engendradas pelos operários possuíam como impulso a necessidade de salvaguardar suas existências, a sua condição humana, no fluxo inverso do processo de desumanidade.

A transição de uma sociedade de economia um tanto que particularmente agrária para uma definida pelas atividades urbanas, predispôs variações também

---

□ Ao estudar a vida do operariado na Inglaterra, Thompson (2001) destaca que desde os seis anos de idade as crianças eram treinadas para o trabalho. Elemento considerável para refletir que antes das transformações que marcaram o século XVIII, como a revolução industrial, o sentido de infância não estava concebido tal como na atualidade. As crianças eram observadas como pequenos adultos, sem quaisquer garantia de proteção ou direitos.

nas dimensões cultural e intelectual. Umas das mais notáveis, talvez, seja o surgimento das primeiras universidades, supridas pelos reis e burguesia, o que rompeu com o monopólio da igreja, responsável, até então, pelas escolas e construção do pensamento.

Na realidade brasileira, a acumulação primitiva se deu com a sustentação da força de trabalho de sujeitos escravizados, tanto africanos quanto indígenas, proveito de metais preciosos e produção agrícola. No que refere à terra, logo nos princípios da colônia havia elementos que favoreceram a concentração fundiária, como a outorga de terras aos nobres.

Nesse contexto o país foi fragmentado em amplas extensões, tituladas de capitanias hereditárias e cada uma delas foi cedida a aristocratas portugueses. Com isso, os donatários (nobres lusitanos) entregavam terras aos sesmeiros, ou seja, aqueles que passavam a deter a posse das sesmarias.

Em suma, a produção de forma geral encontrava-se organizada no sistema *plantation*, mecanismos de exploração efetivados pelos colonizadores europeus, e incorporado no século XVI, caracterizado pela predominância dos latifúndios, aproveitamento da força de trabalho dos escravizados e monocultivos para o mercado externo.

Os processos de escravização foram requisitados pelo capitalismo no ciclo que antecedeu à fase industrial, uma vez que o tráfico negreiro despertou um setor desmedidamente lucrativo e considerável na acumulação de capitais. A força de trabalho indígena, por sua vez, foi solicitada como indispensável aos negócios da colônia, especialmente na produção açucareira, da parte dos senhores de engenho que não dispunham de demasiadas condições financeiras. Nesse contexto, o açúcar era o principal produto do setor de exportação do país, sendo seguido pela mineração, e o café que chegou um pouco mais tarde ao solo brasileiro.

Para além dos processos de escravização dos povos indígenas, que envolvia a força física propriamente dita, empregada pelos colonos, havia os recursos de aculturação, estratégias dispostas sobretudo pela Igreja. Entretanto, os indígenas na perspectiva dos jesuítas deveriam ser somente catequizados, e para a coroa a escravização era autorizada.

Jacob Gorender (2016, p. 516) acerca dessa reflexão manifesta que:

[...] a escravização dos índios cedo se tornou objeto de complicado jogo de interesses. Enquanto os colonos viam no índio somente o escravo, os

jesuítas pretendiam catequizá-lo e submetê-lo inclusive ao domínio temporal da Companhia de Jesus. Uma vez que a escravização de indígenas concorria com a venda de negros e restringia seu mercado, os traficantes de africanos não deixariam de aprovar a orientação dos jesuítas, mesmo que o fizessem apenas tacitamente.

Não obstante, a aquisição de africanos escravizados, foi uma alternativa frente às adversidades decursivas da utilização da força de trabalho indígena. A asserção de escravizar os africanos recebeu um suporte quando a Igreja Católica certificou, através de bulas pontifícias, a Portugal o direito de se apossar de territórios africanos e de realizar o comércio dos sujeitos considerados dominados. Assim sendo, a vendagem desses sujeitos em avultados montantes e sua condução para outras partes do planeta, iniciaram com a chegada dos portugueses no continente africano, na metade do século XV.

Nesses termos Caio Prado, em sua análise intitulada Formação do Brasil Contemporâneo, afirma que:

**Nas demais colônias tropicais, inclusive o Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco.** Isto porque, nem na Espanha, nem em Portugal, em que pertencia a maioria deles, havia, como na Inglaterra braços disponíveis, e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte de seu território se achava ainda, em meados do século XVI, inculto e abandonado. Faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão de obra escrava, primeiro dos mouros [...] como depois dos negros africanos, que começaram a fluir para o reino desde meados daquele século. Por volta de 1550, cerca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros (Prado Junior, 1983, p. 24, grifo nosso).

No intuito de obter uma exímia quantia de escravizados, Portugal e outros países da Europa, incitavam as guerras entre populações africanas, uma vez que assim era possível adquirir os negros vencidos a baixo custo e revendê-los a elevado preço nas colônias. No transporte transatlântico, as condições eram subumanas, os negros nos navios ficavam aglomerados nos porões, durante o itinerário tinham de ficar sentados e acorrentados uns aos outros.

As condições da travessia comportavam uma alimentação constituída de um recipiente de mingau cru de milho e miúdas frações de água. Pelo consumo de líquido insuficiente, havia muitos casos de desidratação e afetados com diarreia. Havia, ainda, a disseminação com celeridade de doenças como varíola, febre amarela, sarampo e tifo.

As estimativas assinalam que de 15% a 20% dos africanos escravizados morreram nessas viagens. O tráfico negreiro desencadeou intensas reverberações

na África, implicando de modo vultoso no crescimento demográfico, e por consequência o próprio desenvolvimento econômico. Reinos como Daomé, Angola e Congo fizeram da venda de escravizados sua principal atividade econômica, cessando, o estímulo à exploração de recursos naturais (Azevedo; Seriacopi, 2005)

O período escravocrata durou mais de trezentos anos, sendo o Brasil o último país da América a abolir a escravidão, fazendo com que o povo negro, e sua descendência, compreendesse a quase totalidade da força de trabalho, e o processo de escravização atingisse a todas as conformações da sociedade brasileira. À vista disso, “Senhores e escravos constituíam a dicotomia básica [...] o escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral” (Moura, 1972, p.20)

Consequentemente, os afro-brasileiros construíram um patrimônio cultural material e imaterial, um legado que inclui danças, estilos musicais, festas, culinária, festivais, entre outros. Suas marcas, estão também, na literatura, artesanato, arquitetura, pinturas e esculturas. Portanto, as populações africanas escravizadas não eram somente força de trabalho, mas sujeitos que nos limites e possibilidades das condições materiais produziam suas formas de resistência, inclusive, a partir do seu modo de vida.

Sendo assim,

[...] as relações escravistas também produziam movimentos de reação que se vinculavam à dinâmica de uma sociedade de capilaridade social quase inexistente, como costumam ser as sociedades de castas. Os diversos escalões, os variados degraus de reação contra o status do escravo defluíam em uma constelação de desajustes na economia escravista. Do ponto de vista do próprio escravo essa reações iam desde os suicídios, fugas individuais ou coletivas, até a formação de quilombos, às guerrilhas, às insurreições citadinas e sua participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais. O escravo, desta forma, solapava nas bases as relações escravistas, criando uma galáxia de desajustes conhecida pelos dirigentes da época (Moura, 1972, p. 20-21)

Desta maneira, a resistência se apresentava enquanto necessária para garantir a sobrevivência, sendo que uma de suas expressões, era a própria fuga. Os cativos que conseguiam se refugiar nas matas e florestas, frequentemente, formavam comunidades classificadas como quilombos, onde passavam a viver da agricultura, da pesca, da caça, artesanato, um espaço propício para a dedicação e conservação das suas tradições e valores originários, uma sustentação de suas identidades.

Conhecidas como quilombos ou mocambos, tais comunidades se multiplicavam, tanto que a historiografia oficial que versa sobre a escravidão e depois da abolição ressalta a existência de quilombos em praticamente todos os estados do Brasil. Todavia, o quilombo mais longo foi o de Palmares<sup>3</sup>, que elevou-se na Serra da Barriga, o que compreende atualmente regiões de Alagoas e Pernambuco.

Numerosas expedições compostas por militares foram despachadas para essas comunidades propondo-se extingui-las e garantir o retorno de sua população ao trabalho escravo. Essa tática repressora motivou que diferentes quilombos se tornassem itinerantes, em uma busca contínua por novos lugares para garantir suas existências.

A abolição da escravatura no Brasil foi um processo gradual, encadeado a partir da atuação de diversos sujeitos e frentes de luta, bem como a partir de diferentes mobilizações e formas de resistência. Um transcurso durável e árduo, que contou com a influência tanto de grupos de sujeitos escravizados, como de uma parcela de associações abolicionistas e políticos defensores da abolição.

O estágio pré abolicionista é preciso, entre outros elementos, para uma reformulação da legislação brasileira. Nesse sentido, destaca-se a Lei 601, decretada em setembro de 1850, intitulada como Lei de Terras, que garantia a restrição da propriedade da terra, configurando-a em mercadoria. A legislação fixa acerca das terras devolutas do império, concebendo mecanismos para regulamentar aquelas dadas por sesmarias e demais meios de doação e posse. Nesse processo de mercantilização, uma fração considerável de brasileiros fora excluída do acesso à propriedade fundiária, incluindo-se tanto os africanos escravizados quanto indígenas, assim como suas descendências.

Somente até setembro de 1850, alguma pessoa poderia se estabelecer em uma área e subsequentemente solicitar um título de propriedade sobre ela. Quando fora promulgada a Lei 601, quem desejasse se tornar proprietário de um lote de terra deveria adquiri-lo do governo. A disposição embaraçou o acesso dos pobres à terra

---

□ “O Quilombo dos Palmares localizava-se na Serra da Barriga, região hoje pertencente ao município de União dos Palmares no estado de Alagoas (que tem o sinônimo de “Terra da Liberdade”), mas no período do quilombo situava-se entre o estado de Alagoas e Pernambuco. A formação do quilombo iniciou-se do século XVI ao século XVII, tendo a sua extensão territorial do cabo de Santo Agostinho ao rio São Francisco, onde se encontrava uma vasta área coberta de palmeiras, daí originando-se o nome Quilombo dos Palmares” (Ferreira; Soares, 2023, p.3)

e culminou beneficiando os latifundiários, que podiam obtê-las junto ao governo de forma direta. (Azevedo; Seriacopi, 2005).

Acerca dessa fase nos dizeres de Martins (2013, p. 10):

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. **O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que temos hoje.** Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nele se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais (grifo nosso).

Nos termos do sociólogo acima citado, os trabalhadores cativos e o cativo da terra remetem a uma concepção de propriedade que se consolidou no processo de formação sócio-histórica brasileira e que favoreceu a concentração fundiária. Esse processo, orientado pela lógica produtiva hegemônica, estabeleceu quais sujeitos teriam acesso à terra e quais seriam relegados à condição de sem-terra.

Mediante a abolição gradativa do regime escravocrata, a proposta identificada para a ampliação das plantações de café, foi a imigração de trabalhadores do continente europeu. É com a chegada dos camponeses empobrecidos da Europa para habitar e trabalhar na agricultura, que há uma direção da constituição do campesinato brasileiro. Sendo que o outro momento consistiu no surgimento das populações mestiças que foram se formando ao longo da colonização.

A delimitação da concepção de campesinato é imprescindível para a compreensão da questão agrária (Girardi, 2008). É, com base nessa elaboração conceitual que as acepções da questão agrária são norteadas por paradigmas desiguais, a saber, Paradigma da Questão Agrária (PQA) e Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (Fernandes, 2005).

O PQA reflete o campo a partir da teoria marxista e o suporte medular de debate é a renda da terra, o processo de diferenciação e recriação do campesinato, o conflito e as repercussões danosas ao campesinato desinentes da progressão do capitalismo no campo. De forma antagônica, o PCA preconiza uma supressão do paradigma marxista e sustenta que a pertinência da agricultura familiar nos países desenvolvidos é decorrente da metamorfose do camponês em agricultor familiar (Girardi, 2008).

O campesinato é ao mesmo tempo uma classe social e um modo de vida que perpassa a força de trabalho centrada na família, mas também abrange as relações pessoais e cotidianas, apresentando uma forma de ética camponesa. Concordamos com essa perspectiva que amplia o conceito de camponês o discernindo como um sujeito social, histórico e político, passando a ser apreendido em outras dimensões e não apenas na dimensão econômica.

Sobre o campesinato, Marques (2008, p. 1) refere que:

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleares a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como uma unidade social básica a comunidade.

Destarte, assentimos com o PQA que leva em conta os processos de recriação do campesinato, a concentração fundiária, os conflitos por terra, bem como a desigualdade nas relações sociais no campo impressa pelo desenvolvimento do capitalismo. Logo, são camponeses: as quebradeiras de coco babaçu, assentados, meeiros, posseiros, agroextrativistas, foreiros, quilombolas, indígenas, sem terra, entre outros.

No entanto, nesta elaboração adotamos a categoria de trabalhadores rurais, seguindo a concepção adotada pelo MST. O referido Movimento compreende que o termo camponês é mais um conceito da esfera sociológica e acadêmica, que pode refletir a realidade do trabalhador do campo, mas não foi assimilado por estes trabalhadores. O homem do campo se define como trabalhador ou agricultor, e o próprio Movimento avança na perspectiva da luta.

A força de trabalho familiar camponesa caracteriza-se pelo “[...] trabalho com mão de obra familiar em pequenas áreas de terra, com cultivos diversificados para subsistência, atendendo com o seu excedente o mercado interno [...]” (Azar, 2009, p.2) Ou seja, podemos considerar o camponês como aquele que retira tudo da terra para sua subsistência, com uma integração parcial ao mercado.

Oposta a essa racionalidade de produção tem-se a agricultura empresarial, também nominada de patronal, que pode ser entendida como consequência da invasão massiva do capital no campo. As principais características dessa forma de produção agrícola são os monocultivos, grandes extensões de terra (latifúndio) e

uma produção voltada para a comercialização e exportação, e ainda, o emprego de tecnologias que reduzem a força de trabalho.

Tais particularidades nos retornam aos princípios da história do Brasil, às semelhanças com o período colonial, aos primórdios da formação da questão agrária, logo quando os lusitanos fracionaram as nossas terras e organizaram uma produção para exportação, toda alicerçada no trabalho cativo. Portanto, conforme pensa Souza (2019), a estrutura social do Brasil é legado da escravidão, e não de um conjectural patrimonialismo português, e esta dinâmica se evidencia na contemporânea disposição da configuração fundiária brasileira.

No que se refere às desigualdades na distribuição de terras na atualidade, em termos mais quantitativos, pode-se observar o quadro 01.

Quadro 1 - Evolução do Índice de Gini

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI |       |       |       |
|----------------------|----------------------------|-------|-------|-------|
|                      | 1985                       | 1995  | 2006  | 2017  |
| <b>BRASIL</b>        | 0,857                      | 0,856 | 0,872 | 0,867 |

Fonte: Própria autoria com base em dados do IBGE, Censo Agropecuário, 1985, 1995, 2008, 2017

Os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2017 revelam uma estrutura fundiária, ainda, com demasiada concentração. O Índice de Gini, indicador da desigualdade no campo, assinalou 0,867 pontos, nível mais alto do que constatado nos levantamentos anteriores. Tendo sido registrados 0,854, em 2006, 0,856 em 1995/1996 e 0,857 em 1985. Assim, como no intervalo de 1985 a 2006 o nível de concentração se sustentou aproximadamente sem alterações. Convém expressar que o índice de Gini é um método que mede em grau qualquer distribuição, quanto mais próximo esteja do valor 1, maior a concentração.

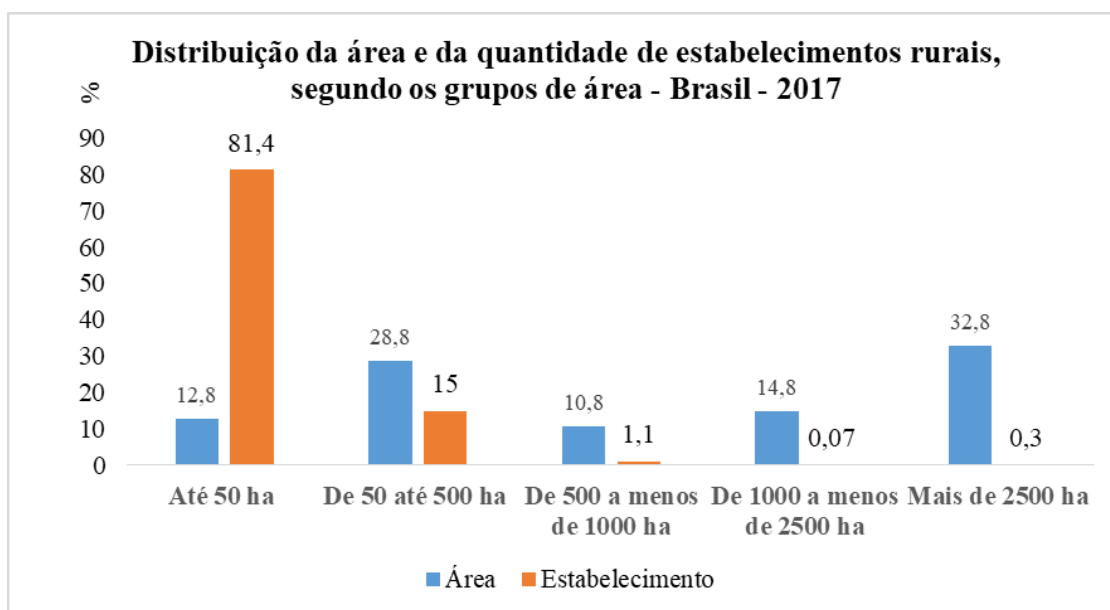
Em se tratando dessa assimetria em termos regionais destaca-se que o índice superior é do Estado do Maranhão, que alcançou 0,888 em 2017, acompanhado pelos Estados do Amapá, com 0,885, Mato Grosso, com 0,876 e Mato Grosso do Sul com 0,867 (IBGE, 2017). A variação entre as regiões pode ser compreendida, entre outros elementos, pelas adequações da dinâmica produtiva à lógica de

*commodities*, e conseqüentemente pelas desigualdades estruturais no acesso à terra.

Portanto, são regiões que vivenciam novas dinâmicas territoriais, materializando um crescimento econômico que está voltado para interesses privados, contribuindo, assim, para a concentração de terras, e conseqüentemente o aumento dos conflitos fundiários, transformando-se em áreas que: “[...] a disseminação do agronegócio ocorre de forma agudamente excludente, impulsionando históricas desigualdades sociais e territoriais do país” (Elias, 2015).

Outro modo de verificar a estrutura fundiária brasileira é correlacionar a distribuição da área com a quantidade de estabelecimentos rurais, expondo a concentração em estratos fundiários mais elevados, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Distribuição da área e da quantidade de estabelecimentos rurais, segundo os grupos de área - Brasil - 2017



Fonte: Própria autoria com base em dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017.

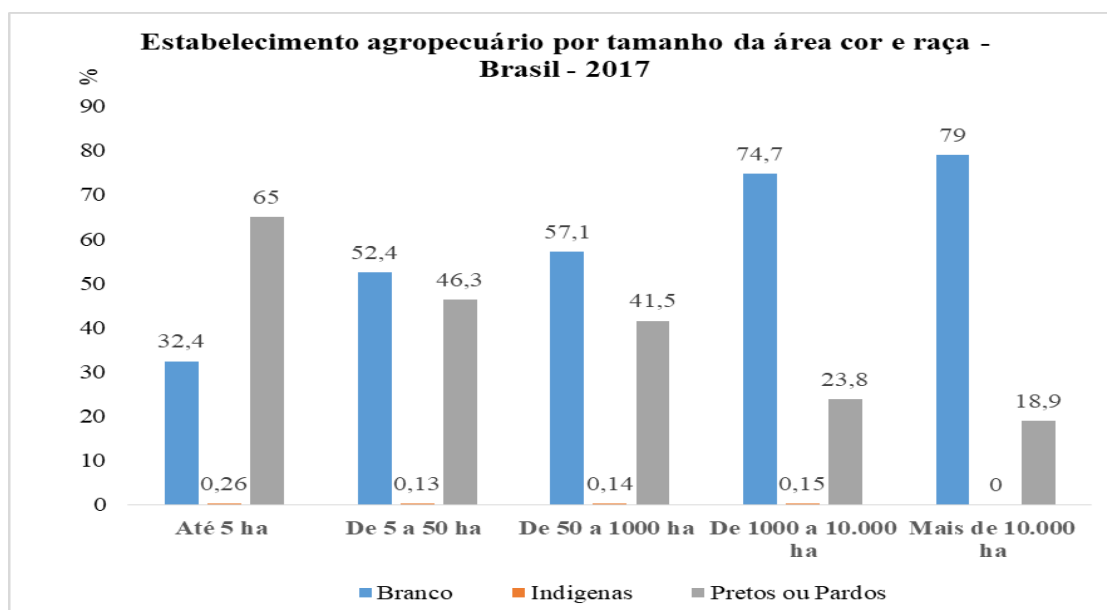
De acordo com essas informações, um total de 81,4% dos estabelecimentos agropecuários possuem uma área menor que 50 hectares, caracterizando 12,85% da área total; cerca de 15% dos estabelecimentos que possuem entre 50 e 500 hectares ocupam 28,8% da área total; estabelecimentos entre 1000 e 2500 hectares abrangem 14,8% da área, traduzindo um quantitativo de 0,7%; os estabelecimentos

acima de 2500 hectares agregam 32,8% da área total e meramente 0,3% dos estabelecimentos.

Percebe-se que quanto menor a área maior o número de estabelecimentos, quanto maior a área mais baixo o número de estabelecimentos, elemento considerável para observar a desigualdade histórica na disposição das terras no Brasil. E, necessário para relevar a atualidade da questão agrária na compreensão das diversas dimensões de desigualdade que se expressam no cenário nacional.

Conforme ponderado, o processo histórico contribuiu, ainda, para tramar um perfil com base em raça/cor de quem teria acesso à terra no Brasil. Componentes que na atualidade podem ser analisados, também, pelas informações do Gráfico 2.

Gráfico 2 - Estabelecimento agropecuário por tamanho da área cor e raça - Brasil - 2017



Fonte: Própria autoria com base em dados do IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Conquanto, a população brasileira<sup>4</sup> seja constituída em sua maioria por negros e negras, pardos e pardas, os dados apontam que em área menor que 5 hectares os pretos e pardos são maioria e abrangem 65% da área dos estabelecimentos, ao passo em que os brancos ocupam um total de 32,4%; em

□ Segundo os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2022, a população brasileira encontra-se no total de aproximadamente 203.080. 756 de pessoas, deste total, por cor ou raça tem-se: 88.252.121 pessoas brancas; 20.656.458 pessoas pretas; 850.130 pessoas amarelas; 92.083.286 pessoas pardas; 1.227.642 pessoas indígenas.

estabelecimentos com área entre 5 e 50 hectares os brancos ocupam 52,4% e os negros 46,3% da área; nas áreas entre 50 a 1000 hectares eleva a fração de brancos proprietários dos estabelecimentos e diminui a quantidade de negros; em estabelecimentos com 1000 até 10.000 hectares os brancos são 74,4% e negros 23,8%; as discrepâncias são maiores ainda nas áreas acima de 10.000 hectares, onde brancos estão no comando dos estabelecimentos enquanto o número de negros é 18,9%.

À vista disso, consente-se com uma indissociabilidade entre questão agrária e questão racial, que nas particularidades da história do Brasil se delineou nas bases escravocratas e no racismo engendrado. A vigente apartação em que se encontra os negros, tanto no campo quanto na cidade, possuem suas bases na escravidão. E, pelo fato de desde o início serem impossibilitados do justo acesso à terra e aos recursos propícios para explorá-la, garantiu uma posição de subalternidade social e econômica da população negra em comparação à branca no campo, tornando a questão racial uma considerável dimensão da questão agrária na contemporaneidade (Girardi, 2022).

Além da, até então, irresoluta concentração fundiária, outro aspecto da questão agrária brasileira é o avanço da industrialização da agricultura que pode ser caracterizada pelo atendimento das exigências do capital no campo. Em um processo gradativo, o capital se inseriu no campo a partir de várias frentes, uma delas, a tecnológica, que tem na revolução verde um expoente e um marco histórico.

A referida revolução ocorreu em um contexto de significativas transformações no campo social, político e econômico, sendo o cenário do pós-segunda guerra mundial. Nesse momento, a indústria passou não somente a produzir, mas também a fomentar o uso de agrotóxicos, além da incorporação de máquinas para os processos da produção agrícola.

Algumas instituições privadas, como a Rockefeller e a Ford, antes mesmo de finalizar a Segunda Guerra Mundial, viram na agricultura uma conveniente possibilidade para a reprodução do capital, e iniciaram os aproveitamentos em estratégias e aprimoramento de sementes. Após a guerra, diversas indústrias químicas que fornecem para a indústria bélica norte-americana iniciaram a produção de agrotóxicos: herbicida, fungicida, inseticidas e fertilizantes químicos na produção agrícola para extinguir fungos, insetos, ervas daninhas (Andrades e Gamini, 2007).

Por conseguinte, a revolução verde foi resultante de inúmeras articulações que pretendiam a ampliação do capital no pós-guerra, sendo o cenário em que se configuraram as modificações nas práticas agrícolas. O objetivo central era alargar a produção e o lucro, e dentre as principais transformações estavam a mecanização e redução dos custos de manejo, alterações genéticas de sementes e os insumos industriais. O avanço do capital mundializado sobre a agricultura evidencia a incorporação desse setor à lógica ampliada da acumulação capitalista, expressando uma crescente imbricação entre indústria e produção agrícola.

Tal processo materializa-se na articulação entre extensas frações de terra e empresas transnacionais, bem como na convergência de interesses entre proprietários fundiários e capitalistas internacionais, configurando uma dinâmica em que a terra se converte em ativo estratégico para a valorização do capital.

Esse processo concebeu pacotes que materializaram modificações tecnológicas na produção agrícola, pretendendo alcançar uma melhor produtividade, em termos quantitativos, por meio de sementes geneticamente modificadas, fertilizantes do solo, mecanização e aplicação de agrotóxicos.

A utilização de agrotóxicos tem suscitado intensos debates, tanto no âmbito ambiental quanto na área da saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) reconhece que esses produtos apresentam elevado grau de toxicidade e são potencialmente nocivos à saúde humana e ao meio ambiente, configurando-se como importantes agentes causadores de intoxicações exógenas<sup>5</sup>, com incidência particularmente expressiva em países emergentes e em desenvolvimento.

Lopes (et al, 2018) em seus estudos realça a relação da exposição aos agrotóxicos com alguns tipos de doenças como neoplasia no cérebro, linfoma não-Hodgkin, melanoma cutâneo, câncer no sistema digestivo, sistemas genitais masculino e feminino, sistema urinário, sistema respiratório, câncer de mama e câncer de esôfago.

O Instituto Nacional de Câncer (INCA, 2022) se posicionou evidenciando que o câncer é a segunda motivação de morte no Brasil por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), até mesmo de mortalidade prematura (abaixo de 70 anos de

---

□ “As intoxicações exógenas são manifestações patológicas causadas pelas substâncias tóxicas e estão, frequentemente, relacionadas a situações de emergência, em especial, àquelas caracterizadas como agudas, isto é, que resultam de uma exposição única ou a curto-termo e que, usualmente, se manifestam com dados clínicos evidentes de risco de vida. Essas ocorrências podem ser acidentais, como também intencionais” (Romão e Vieira, 2004 apud Cavalcante, 2022, p. 24).

idade). Expecta-se que para o triênio de 2023-2025 ocorram 704 mil casos novos de câncer por ano, na população brasileira, sendo o câncer mais ocorrente o de pele não melanoma, (220 mil casos novos), acompanhado pelos cânceres de mama (74 mil casos) e próstata (72 mil casos), cólon e reto (46 mil), pulmão (32 mil) e estômago (21 mil). Releva-se que para o câncer de pele, câncer de próstata e mama, a exposição a específicos componentes ativos de agrotóxicos e a elevação da expectativa de sua incidência foi validado cientificamente por pesquisas nacionais e internacionais.

Além do câncer, outras doenças estão associadas à exposição aos agrotóxicos, como:

[...] infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade, neuropatia, depressão e outros transtornos mentais, e desregulação hormonal. Acrescentam-se os sinais e sintomas clínicos das intoxicações agudas por agrotóxicos, a saber: cefaleia, náuseas, vômitos, diarreia, dermatite, tremores e convulsões, parada respiratória e morte (INCA, 2022).

No que refere aos impactos da utilização de agrotóxicos no meio ambiente distinguimos o agravo causado sobre os recursos hídricos, os peixes, o solo, os insetos, refletindo que:

Agrotóxicos podem contaminar reservatórios de água, rios, recursos hídricos e bacias fluviais, podendo interferir nos organismos vivos aquáticos. Algumas substâncias já proibidas há décadas no país, como é o caso do Hexaclorociclohexano (HCH), ainda estão sendo detectadas em amostras de águas, poços e mananciais. Lagos urbanos, como um localizado na cidade de Cascavel, no Paraná, com intensa atividade agrícola, apresentaram contaminação recente por organofosforados. Situação semelhante foi encontrada em Fortaleza, onde foram detectadas as substâncias cipermetrina e malationa em dois rios da região metropolitana. Até mesmo na água da chuva, em regiões de produção de soja, foi detectada a presença de diferentes agrotóxicos (Lopes, et al, 2018, p. 522).

Além dos agrotóxicos, os pacotes da Revolução Verde incluíram os processos de mecanização da produção agrícola, que por sua vez concretizaram uma estrutura que favoreceu uma minoria e eliminou uma grande quantidade de trabalhadores do processo produtivo. Assim, sucederam variações aceleradas e profundas na agricultura, motivando fenômenos como a migração camponesa, que possui conexão profunda com o acirramento da questão urbana.

Condizente com essa perspectiva Martine (1987, p. 10) destaca que:

[...] o custo social das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas vantagens econômicas. Sem dúvida a produção e a produtividade aumentaram, mas não no ritmo esperado. A agroindústria se expandiu

rapidamente, mas a produção per capita de alimentos básicos é menor do que no início da modernização. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados. **O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades** (grifo nosso).

Logo, com a industrialização aumentam e se diversificam os modos de subordinação e precarização das relações de trabalho, bem como expropriação e expulsão dos trabalhadores de suas terras, e ainda a produção não de alimentos, mas a transformação da produção agrícola em produção de mercadorias. O conjunto dessas transformações introduzidas na agricultura é denominado de agronegócio.

A supremacia do agronegócio apoia-se no padrão agroexportador de produtos, em ampla proporção, com a utilização intensa de agrotóxicos e transgênicos. São complexos agroindustriais com vastos investimentos em tecnologia e mecanização; modelos de gestão e domínio da força de trabalho assalariada; e ainda, um mecanismo midiático que propaga as convicções fundamentais para persuadir que esse é o único molde possível de produção de alimentos.

A demasiada repetição do *slogan* “agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo” é uma das expressões da influência ideológica construída pela mídia, que precisa ser compreendida enquanto funcional no movimento da luta de classes. E, para isso, dialogamos com Gramsci, que a contextualiza como parte mais dinâmica da superestrutura ideológica das classes dominantes.

Os escritos gramscianos <sup>6</sup> sustentam o papel exercido pela mídia de formuladora de “homogeneidades” e construção de culturas (Gramsci, 2000). Nessa concepção a mídia é “[...] a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica [...]” (Gramsci, 2000, p. 78). Assim, a partir do enfoque ou ângulo estabelecido, direta ou indiretamente a mídia possui expressiva influência na formulação de opiniões públicas.

Conforme Gramsci,

**Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato:**

---

□ Ressalta-se que Gramsci, a partir das análises sobre a imprensa, afirma que esta é a “[...] organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica e ideológica”. Por exercer tal papel, constituiria na ‘parte mais dinâmica’ da estrutura ideológica de uma classe. (Gramsci, 2001, p.78).

**combater a classe trabalhadora.** [...] os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa, com prejuízo da política e da classe operária. [...] E não falemos daqueles casos em que o jornal burguês ou cala, ou deturpa, ou falsifica para enganar, iludir e manter na ignorância o público trabalhador (Gramsci, 2005, s./p, grifo nosso)

Não raro o agronegócio, na mídia atual, sob o gerenciamento da burguesia agrária, é traçado como padrão de produção agrícola que manifesta exímio rendimento, passando a significar sinônimo de desenvolvimento técnico, tal como responsável pelo processo de modernização do campo. Considerando isso, os veículos midiáticos tornam-se vitais para expor conteúdos à sociedade, enquanto sujeitos com dilatada propriedade de mobilização, conferindo legitimações na correlação de forças políticas, econômicas, jurídicas e sociais. Não muito distante da realidade vivenciada por Gramsci, que o possibilitou analisar que

É preciso fazer compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas (Gramsci, 2004, p. 75)

A construção midiática do agronegócio, em especial a campanha “Agro: A indústria riqueza do Brasil”<sup>7</sup>, é um discurso construído, que precisa ser analisado do ponto de vista de seu contexto, e por consequência dos sujeitos responsáveis por emití-lo. Nessa perspectiva a campanha é pensada, não somente sob o prisma das expressões empregadas, mas também da trilha sonora, da narração, do ângulo das imagens, dos impactos produzidos nos telespectadores a partir da seleção de cada elemento, e de suas respectivas combinações, para construir um universo simbólico.

A campanha conta com diversas temáticas, particularmente: o milho, a banana, o abacaxi, a cana de açúcar, a batata, o girassol, o café, as flores, entre outros. Em uma das peças a narração inicia destacando a cana de açúcar, e verbaliza “desde o Brasil colonial, a cana ajuda a movimentar a nossa economia”, entretanto em momento algum absolutamente nenhum elemento político, econômico, social ou cultural, do contexto desse Brasil colonial, fora levantado, ou mesmo problematizado.

---

□ A campanha na íntegra pode ser encontrada no seguinte endereço: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>

O discurso coloca a cana de açúcar como indispensável para o movimento econômico, e as relações sociais de exploração que permeiam esse movimento são encobertas. As contradições desses processos são ignoradas, afinal a leitura crítica não é lucrativa, uma vez que a mensagem enfatiza uma estratégia hegemônica, linear e homogênea de desenvolvimento econômico, enquanto sinônimo de avanços e implicações benéficas para o campo brasileiro.

Para além dos agrotóxicos, sob a égide do agronegócio, a produção comercial ou empresarial intensifica a produção de *commodities*. Em termos nacionais, assumem destaque nesse tipo de produção, produtos como a cana-de-açúcar, milho, soja, laranja, café, alumínio, minério de ferro e o petróleo, dentre tantos outros.

No que refere a produção de soja, de acordo com dados da Embrapa, os números alcançam aproximadamente 420,78 milhões de toneladas, no cenário nacional, sendo o Brasil responsável por 169,49 milhões de toneladas, cultivadas em cerca de 47,61 milhões de hectares. Esses dados, referentes ao ano de 2025, evidenciam a expressiva centralidade do país na produção global dessa commodity agrícola.

Quando comparados às informações disponibilizadas pelo IBGE, especialmente aquelas sistematizadas no Censo Agropecuário de 2017, observa-se um processo contínuo de expansão da produção de soja no território nacional. Considerando o período compreendido entre 1970 e 2017, registra-se um crescimento de 101.272.027 toneladas na produção nacional, acompanhado por um aumento de 28.536.825 hectares na área colhida. Tais dados evidenciam não apenas a ampliação da produção, mas também a intensificação da ocupação territorial destinada ao cultivo da soja no Brasil.

A tabela abaixo evidencia os números de exportação de soja no Brasil.

Tabela 1 - Consumo interno e exportação de soja brasileira em 2024 (%).

| Discriminação  | Exportação<br>(%) | Consumo<br>(%) |
|----------------|-------------------|----------------|
| Soja em grão   | 63,9%             | 36,1%          |
| Farelo de Soja | 55,5%             | 44,5%          |

Óleo de Soja

12,1%

87,9%

---

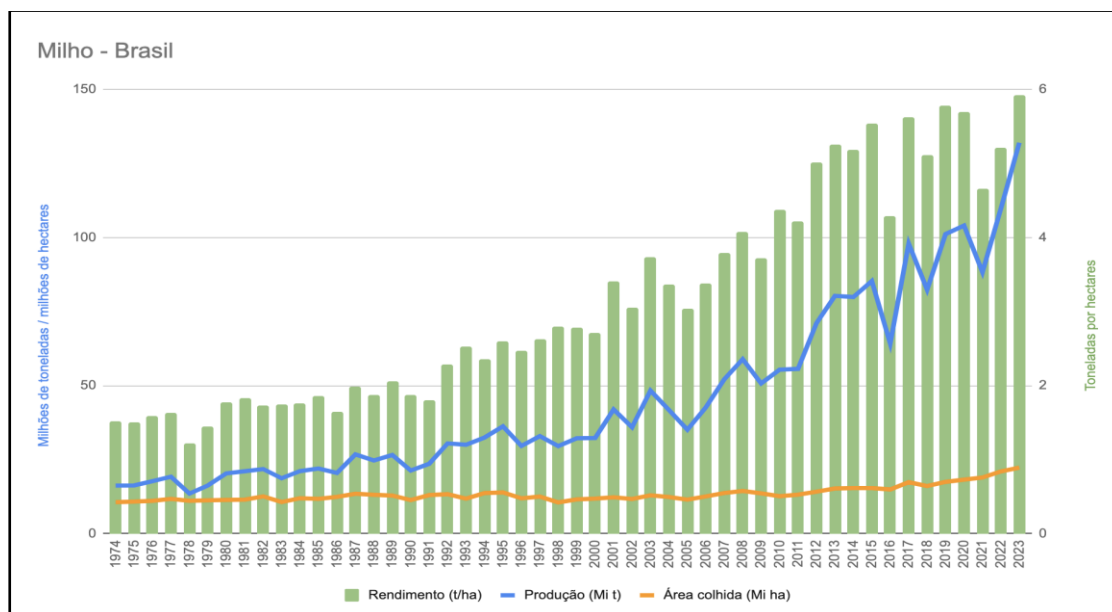
**Fonte:** Dados da Abiove sistematizados pela EMBRAPA. Atualizado em: 10/07/2025.

Os dados permitem observar uma forte orientação exportadora, especialmente no caso da soja em grão, da qual 63,9% da produção é destinada ao mercado externo, enquanto 36,1% permanece no consumo interno. Esse dado revela a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como grande fornecedor de commodities agrícolas, característica marcante do modelo agroexportador contemporâneo. A referida dinâmica evidencia que grande parte da produção está voltada para atender às demandas do mercado internacional, reforçando a centralidade da soja na pauta de exportações do país.

A produção de soja é uma das expressões de um arquétipo específico, que possui como uma de suas peculiaridades o avanço de monocultivos com dependência significativa de fertilizantes químicos e agrotóxicos, e caracterizam o avanço de fronteiras agrícolas sobre biomas como o cerrado, caatinga e floresta amazônica. Nestes processos são contaminados o produto, a lavoura, os trabalhadores rurais, o ambiente e toda a população do entorno, de forma dolosa (Carneiro *et.al*, 2012).

Além da soja, outra produção que tornou-se expoente do agronegócio no cenário nacional foi o milho em grão. De acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Milho Brasil.



**Fonte:** Dados da FAO sistematizados pela EMBRAPA

Percebe-se um crescimento expressivo da produção de milho, especialmente a partir dos anos 2000. A linha azul indica que a produção, que na década de 1970 estava em torno de 15 a 20 milhões de toneladas, alcança mais de 120 milhões de toneladas em 2023. Esse aumento revela a forte expansão da produção nacional e o papel crescente do milho no agronegócio brasileiro.

No que refere à área cultivada passa de aproximadamente 7–8 milhões de hectares na década de 1970 para cerca de 20–22 milhões de hectares em 2023. De modo geral, o gráfico demonstra que a expansão da produção de milho no Brasil ocorre por duas dinâmicas complementares: a ampliação da área agrícola e, sobretudo, o ganho de produtividade por hectare. Isso revela um modelo de agronegócio marcado pela intensificação tecnológica da produção e pela crescente ocupação de territórios agrícolas, elementos centrais para compreender a reorganização da agricultura brasileira nas últimas décadas.

O crescimento dessas fronteiras, para além dos impactos de ordem ambiental, tais como a destruição da biodiversidade essencial para a existência dos biomas, o desmatamento e a utilização intensa de agrotóxicos que afeta a renovação vital do solo, bem como as águas e as populações, tem-se, ainda, as implicações de ordem social, como os territórios alcançados.

Dentre esses custos, estão ainda, o desmatamento de extensas áreas para a realização de monocultivos, retirada do carvão vegetal e a produção madeireira, com

fundamental intenção de atender a indústria, a dilatação populacional nas cidades, destruição dos recursos hídricos, violência urbana e impactos nocivos nas relações de trabalho.

Portanto, o agronegócio, enquanto expressão contemporânea da reconfiguração do capital no campo, complexifica a questão agrária ao intensificar a concentração fundiária, aprofundar a financeirização da terra e subordinar a produção agrícola à lógica do mercado global. Tal dinâmica amplia os conflitos territoriais, acirra processos de expropriação de povos indígenas, comunidades quilombolas e camponesas, e potencializa impactos socioambientais decorrentes do monocultivo, do uso intensivo de agrotóxicos e da degradação dos bens naturais.

Nesse contexto, a questão agrária deixa de se restringir ao problema do acesso à terra e passa a articular-se estruturalmente às dimensões ambiental e social, evidenciando desigualdades territoriais, precarização do trabalho e aprofundamento das expressões da questão social. É a partir dessa totalidade histórica e contraditória que o item subsequente se propõe a desenvolver a análise da questão agrária em sua imbricação com a questão social, situando-a no marco das determinações do neoliberalismo.

## 2.2 Questão agrária, questão social e neoliberalismo: novos desafios de velhas questões

A terra estava na frente dos que chegavam e não era ainda ninguém. Seria de todo aquele que tivesse coragem de entrar mata adentro, fazer queimadas, plantar cacau, milho e mandioca, comer alguns anos farinha e caça, até que o cacau começasse a frutificar. Então era a riqueza, dinheiro que um homem não podia gastar, casa na cidade, charutos, botinas rangedeiras. De quando em vez também chegava a notícia de um morrera de tiro ou da mordida de uma cobra, apunhalado no povoado ou baleado na tocaia. Mas que era vida diante de tanta fartura?

Jorge Amado  
'Terras do Sem-fim' (2008)

A formação social brasileira é marcada por uma imbricação entre a questão social e a questão agrária, cujas raízes históricas remontam ao processo de colonização, à concentração fundiária e à constituição de um modelo agrário assentado no latifúndio e na exploração do trabalho. Ao longo do desenvolvimento

do capitalismo no país, a desigualdade no acesso à terra e a expropriação de trabalhadores rurais contribuíram para a produção e reprodução de múltiplas expressões da questão social, como a pobreza, a migração forçada, a precarização do trabalho e a violência no campo.

No contexto contemporâneo, a ofensiva neoliberal aprofunda essas contradições ao reforçar a lógica da mercantilização da terra, a expansão do agronegócio e a flexibilização de direitos sociais e trabalhistas, reatualizando antigas formas de exploração, ao mesmo tempo em que produz novas configurações da questão social no campo e na cidade. Desse modo, velhas e novas expressões da desigualdade se articulam, evidenciando a permanência da questão agrária como dimensão central para a compreensão da questão social brasileira.

Acerca da expressão “questão social”, evidencia-se que desponta no século XIX, especificamente relacionada aos eventos incitados pelas implicações iniciais da industrialização no ocidente europeu, no decurso da Revolução Industrial, que potencializou o processo de aprofundamento da pobreza, assim como o advento do movimento operário e de uma intensa correlação de forças que ressaltou uma tensão na dinâmica social.

À vista disso, para além do fenômeno da pauperização, as lutas sociais do operariado, são igualmente expressões da “questão social”, considerando que esta “[...] constitui-se da relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes” (Montaño, 2012, p. 280).

Por conseguinte, torna-se imanente ao transcurso de avanço do sistema capitalista, e se expressa no “[...] conjunto dos problemas sociais, econômicos e políticos e nas formas de intervenção do Estado e da sociedade civil sobre os mesmos (Abreu, 2002, p. 32).

No apogeu das reivindicações do movimento operário, a classe burguesa sentiu-se intimidada e valeu-se do Estado para o domínio do entusiasmo das esferas populares. Assim, foram designadas regulamentações jurídicas ao mercado de trabalho por meio da intervenção estatal. Enquanto a Igreja Católica conferia uma naturalização às expressões da “questão social”, utilizando-se de disposições mitigadoras, sobretudo intervenções de substância caritativa e benevolente.

Uma dessas influências foram as encíclicas papais, como a encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, de autoria do Papa Leão XIII, considerada o

primeiro documento oficial da Doutrina Social da Igreja Católica. Segundo Santos (2008), a referida encíclica apresentou no seu ponto central a atenção às relações capital e trabalho, buscando garantir a expressão de naturalidade à desigualdade fundamental na apropriação da riqueza social.

Enquanto instituição que desde os primórdios das diversas sociedades delineou correlações de forças, a Igreja Católica, a partir desse documento difundiu o que seria uma dimensão social do exercício da fé cristã. Nesse contexto demarcado por transformações políticas, econômicas e sociais, sobretudo pelas sublevações da classe operária, a referida instituição precisou demarcar quais eram suas concepções acerca de tais processos, incitando uma forma conservadora de compreender a questão social.

Ao contrariar os movimentos de lutas da classe trabalhadora no intuito de fortalecer a conciliação entre classes, distingue-se explicitamente uma tendência a fortalecer os discursos da ordem hegemônica acerca da criminalização das lutas sociais, bem como estimular a construção da “imagem” do trabalhador como o sujeito indolente.

Tal como, o documento menciona a necessidade da paciência, para o que seria um contentamento de suas condições, reproduzindo a clássica sentença de que é preciso se contentar com o que se tem, uma vez que a desigualdade é de ordem natural, e nessa perspectiva a “paciência” da classe trabalhadora seria indispensável para acalmar os “ânimos exaltados”.

Nessa perspectiva, sublinha-se que Estado e Igreja legitimavam a “harmonia” classista, entre os burgueses e a classe trabalhadora. Assim sendo, impossibilitaria quaisquer iniciativas de enfrentamento à ordem burguesa. Todavia, o que se projeta é que a classe trabalhadora vivenciando as manifestações do antagonismo de classe suscita uma prodigalidade de lutas históricas e sociais.

Para além dos documentos emitidos, nos caminhos para uma conformação moral e religiosa, observa-se as estratégias da Igreja, enquanto sujeito que delineia ideias e políticas. A utilização dos seus espaços, como o da própria “santa missa”, que em sua maioria contava com inúmeros trabalhadores e trabalhadoras, para reflexões de denúncias aos movimentos da referida classe, bem como para promover uma represália às organizações e às greves.

No tocante à realidade brasileira, esclarecemos que nos primórdios do século XX, os trabalhadores revoltados com as circunstâncias de trabalho traçaram formas

de relutância. Essas lutas para além da exposta indignação, englobavam as reivindicações dos grupos não absorvidos no mercado, assim como a resistência aos estereótipos predispostos pela burguesia.

Acerca das especificidades das expressões da “questão social” no Brasil, lamamoto (2013) enfatiza que a ampliação monopolista condicionou o domínio do imperialismo e a desigualdade no interior do desenvolvimento da sociedade nacional. A autora aponta as discrepâncias econômicas, sociais e regionais, na proporção em que vem suscitando a concentração de renda, preponderância e poder ao nível social, étnico e regional. Aquela expansão resultou numa configuração peculiar de hegemonia política, em que o aparelho estatal apoderado historicamente pelo bloco do poder manifesta uma função categórica na centralização das propensões, valores e ideologias para a sociedade.

Especialmente a partir de 1990, em face do agravamento das manifestações da “questão social”, o Estado assentiu a indispensabilidade de compatibilizar um conjunto de medidas, expresso em programas sociais de cunho essencialmente focalizado, compensatório, atenuante e segmentado. Esses programas eram efetivados por meio de parcerias integradas pelo Estado e organizações sociais, revestindo uma lógica de desvio da responsabilidade estatal para a sociedade civil, competindo ao poder público uma função residual.

Na transição do século XX para o XXI, a contar do ponto da revisão tática dos preceitos estabelecidos pelos organismos financeiros internacionais, constata-se que existe necessidade de uma intervenção mais ativa do Estado, com o propósito de admitir sua responsabilidade com o resgate do crescimento econômico – tendo por sustentáculo o capital financeiro –, e com a promoção da equidade e da justiça social. Essas variações estratégicas associam-se, na prática concreta, com a redefinição dos eixos norteadores das políticas sociais (Pastorini, 2012).

Com as metamorfoses do sistema capitalista realçam-se na atualidade vicissitudes na esfera política, social e econômica. Por conseguinte, podemos mencionar as alterações especialmente no âmbito da produção, com a vigência da designada “acumulação flexível” (Antunes, 2010, p. 198). Os estudos de Antunes esclarecem acerca da essencialidade das transformações no mundo do trabalho, propriedades substanciais das implicações do toyotismo e do processo de mundialização da produção.

Com essas modificações observa-se a utilização do trabalho de crianças, negros, imigrantes e mulheres, que para além das ilegalidades, quando legal são absorvidos pelos sistemas em condições precárias, e até desumanas. Ainda, a propagação do denominado “trabalho social combinado”, e a expansão das empresas multinacionais para os países mais empobrecidos, como tática de utilização de força de trabalho com custo inferior.

Para Iamamoto (2001), na contemporaneidade há uma “renovação” da “velha questão social”, estrita no domínio do capitalismo, que se retrata com atuais aspectos e situações de produção e reprodução da sociedade contemporânea, por meio do sistema de globalização da produção, da política e da cultura, sob a primazia do capital financeiro.

Logo, podemos perceber que há uma perspectiva do debate acerca da “questão social” que a delinea como concebida da relação antagônica entre o capital e o trabalho, seus modos de resistência, suas oposições de propensões e lutas de classes. A partir disso, ponderamos que a “questão social” compreende o movimento da sociedade constituída por classes sociais, em uma conexão de forças, que se transmuta na dinâmica do contexto econômico, político e social.

Por entender a “questão social” nessa perspectiva, partilha-se da percepção de que a questão agrária, como particularidade da “questão social”, também engloba as desigualdades existentes entre as classes sociais. No caso brasileiro, tais desigualdades acontecem desde a colonização do país, como destaca Delgado (2010, p. 33): “[...] a questão agrária é uma categoria histórica, na sociedade brasileira, que tem se manifestado como resultante das relações sociais entre portugueses e indígenas, senhores de engenho e escravos, latifundiários e trabalhadores rurais, etc.”

Ao relacionar a questão agrária com os mecanismos de resistência da classe trabalhadora, Fernandes (2001, p. 23) a define como: “[...] o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”.

A resistência camponesa acompanha a história nacional, marcou sobretudo o início da República, pois “[...] as principais grandes lutas camponesas no Brasil coincidiram com o fim do império e o começo da república” (Martins, 1981, p. 41). Dentre estes movimentos destacaram-se Canudos, na Bahia de 1893 a 1897, e

Contestado, entre o Paraná e Santa Catarina de 1912 a 1916, que possuíram como respectivos líderes Antônio Conselheiro e José Maria.

Essas formas de resistência são consideradas por muitos estudiosos como lutas messiânicas, pelo fato de que havia sempre um líder, e este era responsável por conduzir, o papel do “Messias”. Contemporâneo ao messianismo afluíram o Cangaço, grupos que desabrocharam em meio às dificuldades impostas pelo clima semiárido e pelas longas épocas de estiagem, o que dificultava o cultivo de alimentos e trazia consequências para a sua principal atividade, a pecuária.

Os cangaceiros foram homens que sofreram com a violência dos jagunços, das expulsões, dos políticos poderosos e da polícia. Como elucida Martins (1981, p. 59):

O cangaceiro era principalmente o camponês que fora expropriado, expulso, esbulhado por um fazendeiro ou comerciante determinado, mas que em resposta se vingava da classe, percorrendo vínculos de sangue de seus desafetos para exterminar parentes.

Sobre tais lutas não se pode negar o caráter violento, e a sua concepção a partir de demandas locais, onde a “[...] a luta era localizada [...]” (Martins, 1981, p. 61), porém, apesar de seu caráter localizado expressavam o descontentamento dos camponeses com a estrutura fundiária, ao levarmos em consideração que “[...] a terra, a disputa pela terra, que trazem para o confronto direto entre camponeses e fazendeiros” (Martins, 1981, p. 63).

Sobre o caráter armado dessas formas de resistência se pode associar à necessidade de uma violência proporcional àquela utilizada pelo poderio político existente na República Velha, afinal

O messianismo e o cangaço definiram os limites da rebeldia camponesa no âmbito do coronelismo, da forma peculiar de poder da República Velha que se personificava diante do camponês rebelado. Os movimentos messiânicos só se transformavam em lutas armadas porque seus adeptos foram atacados por razões que só mediatamente e não imediatamente tinham alguma coisa a ver com o perigo que eles pudessem representar para a ordem constituída. (Martins, 1981, p. 61).

Após o jagunço e o messianismo, por volta do ano de 1930, teve início uma sucessão de lutas em diversas regiões do país da qual se destaca Trombas e Formoso, que é considerado um dos combates mais importantes no que se refere à resistência camponesa.

A revolta de Trombas e Formoso deu-se no estado de Goiás, no período de 1950 a 1957, e foi assim intitulada devido aos povoados formados pelos posseiros, que eram denominados Trombas e Formoso. Uma região onde os camponeses eram provenientes de outros estados, e na luta pela terra tentaram estabelecer posses em áreas de terras devolutas.

Sem embargo, essas terras passaram a ser griladas, onde os protagonistas de tal ação eram desde fazendeiros a proprietários de cartórios. A partir daí foram estabelecidos os conflitos, que contaram com a contribuição do Partido Comunista Brasileiro (PCB), nas ações de organização e resistência camponesa que confluíram para a fundação de sindicatos, e outras importantes expressões organizativas da classe trabalhadora.

Com o início da ditadura militar o movimento de Trombas e Formoso sofreu uma vigorosa repressão, o que contribuiu para a prisão e tortura de inúmeros dos seus trabalhadores rurais, inclusive um dos seus mais significativos líderes José Porfírio<sup>8</sup>, que ainda hoje não foi localizado.

A partir da década de 1950 despontaram novas formas de organização na luta pela terra no âmbito nacional e consigo traziam inovações no que tange à amplitude e propósito dessa luta, pois passaram cada vez mais a compreender a realidade nacional e a almejar a reforma agrária de fato, dentre essas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER).

O MASTER originou-se no estado do Rio Grande do Sul, inicialmente composto por algumas famílias de posseiros do município de Encruzilhada do Sul. Como uma forma peculiar de organizar suas ações iniciou os acampamentos, pois a sua luta consistia no desejo de adentrar a terra. *A priori* possuía o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que tinha como uma de suas lideranças Leonel Brizola<sup>9</sup>. Mas, logo após houve um enfraquecimento, tendo inclusive como um de seus elementos a derrota do mencionado partido.

---

□ “José Porfírio foi o carismático líder camponês da legendária mobilização de posseiros em conflito com latifundiários e grileiros de terras, nos anos 50, na região de Trombas e Formoso, hoje municípios independentes, em Goiás, próximos à divisa com o atual estado de Tocantins, à direita da rodovia Belém-Brasília” (Comissão Especial sobre Mortos e Desaperecidos Políticos, Brasil, s/d).

□ “Leonel Brizola foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual, deputado federal e governador. No Rio de Janeiro, foi Deputado Federal e duas vezes governador. Ele disputou a Presidência da República em duas ocasiões. Na primeira, ficou em terceiro lugar. Candidatou-se a vice-presidente do país e acabou em segundo lugar. Criou uma agremiação política que existe até hoje, o Partido Democrático Trabalhista (PDT).” (Agência Senado, 2024)

Outro expoente de luta que se iniciou em 1950, foram as Ligas Camponesas, que eclodiram no cenário pernambucano. Diante da expropriação, das desigualdades e conflitos que caracterizavam o Nordeste e em especial o estado de Pernambuco, o então advogado, Francisco Julião, iniciou um trabalho de representação dos foreiros expulsos pelos proprietários de um importante engenho da época, o Engenho Galiléia (localizado na cidade de Vitória de Santo Antão, Pernambuco). Somado a tal fato, deu-se início a mobilizações em prol dos foreiros, o que culminou na organização conhecida como Ligas Camponesas.

Esse quadro de gênese das Ligas Camponesas é bem mais amplo que apenas a necessidade de mobilizações frente à expulsão de foreiros, mas origina-se de uma crise política oriunda da consciência burguesa de que o governo federal atendia às suas demandas de forma paliativa, dentre elas as consequências da seca e passaram a exigir uma política de desenvolvimento econômico efetiva, uma industrialização do Nordeste, o que resultou na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>10</sup> em 1959 (MARTINS, 1981).

As lutas feitas pelas Ligas tinham muitas frentes de ação, com importantes impactos no processo organizativo dos trabalhadores do campo, tanto que a mobilização impulsionada pelas Ligas Camponesas logo se espalharam pela região Nordeste, ampliando sua articulação tanto em escala geográfica quanto em quantidade. A mobilização impulsionada pelas ligas camponesas foi caracterizada por Martins (1981, p. 76) como: “[...] o capítulo mais importante da história contemporânea do campesinato brasileiro [...]”.

Possuíram importante papel em termos geográfico-territoriais quanto políticos-organizativos, pois estruturaram diversas mobilizações, congressos, passeatas, encontros, a fim de divulgarem suas propostas no âmbito rural. Entretanto, em consequência de disputas internas e a violação dos espaços dos trabalhadores pelas Forças Armadas, razões que contribuíram no processo de declínio das Ligas, foi constituído terreno favorável para uma nova forma de organização emergir no campo brasileiro, o sindicalismo.

---

□ No contexto da década de 1970 foram criados numerosos projetos agropecuários, que com o discurso de modernização do setor, receberam investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Elementos que evidenciaram como o Estado articulou ações que fortaleciam a estrutura concentradora de terras, e por outro lado pretendia evitar conflitos com projetos de colonização.

Ao refletir a atuação dos sindicatos, no âmbito urbano, Lenin (1977) destaca a importância da luta concreta, a exemplo das greves, para elevação da consciência dos trabalhadores. Assim, “o proletariado precisa do poder político, da organização centralizada da força, da organização, da violência, para reprimir a resistência dos exploradores e dirigir a massa enorme da população [...]” (Lenin, 2005, p. 55).

Os sindicatos e as Ligas Camponesas marcaram a história da luta pela terra no Brasil a partir dos anos 1950, conforme Martins (1981, p. 67):

Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 as ligas camponesas e os sindicatos serão as formas mais importantes de organização e luta política dos camponeses, ainda que convivendo com a persistência do banditismo e com outras formas de luta e de resistência.

No entanto, o movimento sindical enfrentava significativos entraves como objeção por parte dos proprietários rurais, que não aceitavam qualquer forma de organização oriunda dos trabalhadores, o que ameaçava as formas de organizações. Para impedir essa organização, a repressão era prática recorrente, sendo que “[...] a polícia era acionada sempre que preciso, de tal modo que ‘a lei e a ordem’ não corressem o risco de serem alteradas”. (Lima, 2005, p. 37). A década de 1950 foi marcada por perseguições e investidas violentas contra as diversas entidades reivindicatórias, inclusive foram inúmeras as ações repressivas contra a organização dos congressos e conferências.

Apesar das incalculáveis coibições, o movimento amadurecia, esse crescimento materializava na criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1954. O processo de sindicalização rural sob a tutoria do Ministério do Trabalho (MT) ocorreu a partir de 1960.

Em janeiro de 1964, foram engendradas a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) que se tornaram representantes oficiais dos proprietários e trabalhadores agrícolas e foram conduzidas por legislação específica: o Estatuto do Trabalhador Rural. Tendo sido esse assentido em 1963 e expandiu para o meio rural a estrutura sindical corporativista, bem como os direitos trabalhistas, já considerado no meio urbano através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Com a ditadura militar, a diretoria da CONTAG procurou agir de forma consoante aos interesses do governo, sendo uma estratégia no intuito de atenuar as

repressões dos militares. Somente 1968 com a vitória da oposição que a CONTAG passa novamente a efetuar esforços em prol dos trabalhadores rurais. Nesse contexto as lutas do campo sofreram um retrocesso por conta do processo repressivo, quando inúmeras lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas.

Entretanto, a violência não foi suficiente para abolir as lutas pela reforma agrária, e novos sujeitos despontavam. Assim, em 1975, em âmbito nacional surgiu a Comissão Pastoral da Terra (CPT), conexa à Igreja Católica, com escopo de prestar auxílio aos trabalhadores do campo durante o regime militar.

*A priori* suas ações possuíam como escopo somente os posseiros das regiões Centro-Oeste e Norte. Todavia, com o desenvolvimento de conflitos pela terra em todas as regiões do país, se transformou numa entidade de abrangência nacional. Nesse contexto, diversos religiosos assumiram a luta pela terra, tais como Dom Tomás Balduino, em Goiás, Dom José Gomes, em Santa Catarina, e Dom Pedro Casaldáliga, em Mato Grosso.

A participação da CPT confere uma nova feição aos conflitos, uma vez que demarca a importância da Igreja Católica, enquanto instituição histórica e legítima, com força nas correlações, garantindo espaço, contribuição nas sucessivas denúncias, e outros suportes para endossar a continuidade dos processos organizativos na luta pela terra.

Além do movimento sindical, da CPT e demais formas de luta existentes se constitui em um campo de embates na busca pelo direito à terra e por direitos humanos em sua complexidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de estratégias de luta no contexto em que há um processo de acirramento da questão agrária. E, por sua vez, assinalando o campo enquanto um espaço de conflitos de classes sociais, cuja composição se dá pela necessidade de uma instância que possa discutir e organizar as mobilizações em prol da garantia do direito à terra, e para além dessa garantia busca uma sociedade que assegure as condições necessárias de sobrevivência através da produção e reprodução na terra. Pois:

[...] em sua trajetória construiu uma concepção de luta pela terra articulada, de forma vital, com outras lutas, como a luta pela educação, soberania alimentar, cultura, produção. Acrescenta-se a este elemento, a particularidade do Movimento questionar e construir conceitos referentes aos aspectos que compõem sua luta. Isto significa que a luta pela terra feita

pelo MST assume caráter para além das políticas que caracterizam a reforma agrária de modo geral (Azar, 2018, p. 1.196).

Nesses termos, é importante compreendermos os processos de gênese e formação do MST no cenário brasileiro, enquanto movimento de reconhecimento nacional e internacional, e enquanto esfera de organização da luta e forma de resistência da classe trabalhadora.

Portanto, para uma análise das relações de forças, nos diferentes contextos histórico-sociais, que determinaram a gênese e atuação do MST, relembremos o contexto da ditadura militar, compartilhando do entendimento de Fernandes (2000) ao analisar que os militares sempre estiveram presentes em múltiplas fases da cena política nacional. No entanto, somente em 1964 os militares confiscaram ou reclamaram o poder através de um golpe que exonerou o presidente João Goulart.

O Marechal Castelo Branco foi o primeiro presidente da ditadura militar, e entre suas basilares providências políticas estavam a ingerência junto aos sindicatos com o objetivo de torná-los subjugados, interdição de greves, formação do Serviço Nacional de Informação (SNI), que possuía a finalidade de vigiar as atividades que representavam alguma ameaça às propensões do governo e a anulação de partidos políticos.

No íterim de 1967 a 1969, o governo do general Costa e Silva, o movimento estudantil e as greves operárias despontaram com todo entusiasmo no país, enquanto no campo, a expansão do capitalismo fez dilatar a miséria, a acumulação e a aglutinação de riqueza. Esse processo modificou o meio rural com a mecanização e a industrialização, concomitantemente a modernização tecnológica de algumas esferas da agricultura. Também desapropriou e repeliu da terra os trabalhadores rurais, culminando no crescimento do trabalho assalariado (Fernandes, 2000).

No governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974), o país tinha a sensação de viver um “milagre”, uma vez que o progresso econômico combinado ao declínio da inflação causou uma exaltação. Todavia, o “milagre” beneficiou somente a burguesia e uma fração da classe média.

Acerca do referido “milagre” ou processo de modernização conservadora, Miranda (2003, p. 42) ressalta os elementos que o impulsionaram:

[...] fatores que impulsionaram esse modelo de modernização conservadora foram o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso

processo de transformação da estrutura produtiva; o crescimento das demandas por créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno e, finalmente, o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados aos grandes projetos agropecuários, às quantidades crescentes de créditos agrícolas que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura, ao desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno e ao protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados aos grandes projetos agropecuários.

Com a expansão da concentração fundiária, os referidos governos alargaram também o processo de inibição das lutas sociais no campo. A desmobilização era indispensável para os militares, considerando que necessitavam oportunizar seus projetos de reforma no campo. Sendo um desses projetos o Estatuto da Terra<sup>11</sup>.

Tais ações estatais não atendiam às necessidades e expectativas dos trabalhadores rurais, que compreendiam que problemas e desafios do campo eram advindos não somente da posse da terra, mas das condições necessárias para sobreviver na terra. Com a perspectiva de resolver tais questões, em 1970 foi criado um órgão federal com a finalidade de realizar a reforma agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir do Decreto nº 1.110, de 09 de julho.

Ainda nesse contexto, iniciou-se uma política de colonização da região Amazônica, pois o discurso oficial era que havia terras em abundância no aguardo de colonizadores. Assim, os governos militares prepararam inúmeros planos para a “ocupação” da região. A política de colonização foi motivada, ainda pela preocupação do governo com a guerrilha do Araguaia<sup>12</sup>.

Contudo, a região já se encontrava sob o domínio de grupos empresariais estrangeiros que realizavam largas aplicações. E a política de “ocupação” ainda desconsiderava as populações que ali habitavam, como os indígenas e os caboclos. Além dos grandiosos projetos governamentais como usinas hidrelétricas, utilização de minérios e construção de rodovias que envolviam uma articulação com empresas

---

□ O Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, versa entre outras coisas, sobre o conceito de reforma agrária, das diversas tipificações de propriedade brasileira. Ademais, trata dos critérios para caracterização de minifúndio e latifúndio e introduz uma definição de função social da terra. Porém, além de não haver reforma agrária efetiva, o que ocorreu foi o desenvolvimento de ações pontuais por parte do Estado, como a criação de assentamentos.

□ Movimento de resistência organizado na região Amazônica, acompanhando o percurso do Rio Araguaia, no período de 1960 a 1970. Construída pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), possuía como escopo realizar uma revolução socialista no campo brasileiro, inspirada nos ideais da Revolução Cubana.

privadas, engendrava um exorbitante processo de expropriação de terras. Sobre os processos de colonização, Fernandes (2000, p. 45) reitera que:

**Colonizar para não reformar era, também, o objetivo dos militares para manter o domínio sobre a questão agrária.** Nos anos setenta, o governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. A colonização foi imposta como forma de controlar a questão agrária sem fazer a reforma agrária (grifo nosso).

A ausência de assistência técnica, financeira, médica, escolar e o obstáculo para escoar a produção, motivaram o insucesso dessa política. Os projetos acabavam por atrair milhares de migrantes, que após ficarem sem lotes, passavam a integrar força de trabalho ociosa e barata para os grandes proprietários e das empresas agropecuárias e do ramo de minerais.

No governo do general Ernesto Geisel (1974-1979), esses projetos de “ocupação” foram esquecidos e cederam espaço à colonização das grandes empresas. O governo federal ofertava oportunidades a elas, que não tinham que pagar impostos, obtinham empréstimos em longo prazo e taxas de juros baixas, além de disporem de incentivos fiscais. Com isso, espaçosas frações de terra foram ofertadas a grandes grupos.

Esses projetos agropecuários na Amazônia equivalem à grande devastação do meio ambiente. Foram violentos e frenéticos desmatamentos. Diversos segmentos saíram lesados desse processo, como: os pequenos proprietários, os posseiros, os castanheiros, garimpeiros e seringueiros, além dos indígenas, que perderam uma significativa quantidade de suas terras. Comunidades foram deslocadas, ou até mesmo expostas a doenças infectocontagiosas levadas pelos novos habitantes, alguns até convertidos em força de trabalho banais pelos latifundiários.

Os pequenos agricultores foram absorvidos pelas grandes empresas agropecuárias, os posseiros foram excluídos de suas modestas roças, os seringueiros e os castanheiros entraram em confronto com as madeireiras, pelejando para resguardar as florestas, sendo elas a base de seu sustento. Nesse contexto, ampliaram-se os conflitos por terra, considerando a necessidade de organização dos sujeitos afetados pela não realização de uma reforma agrária e as relações concebidas com as empresas e os fazendeiros.

Em 1980, o governo criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia – Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM), que funcionaram como órgãos responsáveis pela administração dos conflitos no campo. Estava em curso um gradativo processo de militarização da questão agrária no país.

Assim sendo, os militares atingiram suas metas, no que refere à política agrária, uma vez que conseguiram estimular a modernização no espaço rural, não alteraram a propriedade fundiária, estimularam as terras da burguesia, e ainda, colonizaram a região Amazônica, o que provocou a expansão de latifúndios.

Logo, as políticas e estatutos gerados nos governos militares foram respostas às correlações de forças existentes naquele cenário. Os mecanismos engendrados tratavam de repercussões de longos processos que culminaram a partir de lutas sociais e políticas. Com isso, a modernização conduzida pelo Estado, expressou um sistema de industrialização da agricultura, com efeitos sobre a força de trabalho disponível no campo, bem como com efeitos na propriedade da terra.

Entretanto, ainda que perante excessiva coibição das organizações políticas camponesas, a luta pela terra permaneceu em todo o território brasileiro. E, foram essas lutas, em diferentes regiões, que colaboraram e culminaram na formação do MST, sendo assim a gênese desse movimento: “[...] fruto do processo histórico da resistência do campesinato brasileiro. Portanto, parte e continuação da história da luta pela terra [...]” (Fernandes, 2000, p. 46).

Destarte, a construção do MST no Brasil não foi um evento inesperado e aleatório, mas um processo gradativo, que em meio a um contexto de lutas do movimento sindical e demais movimentos sociais, se transformou num processo coletivo, demandado por contradições estruturais e pelos fatores objetivos e subjetivos vivenciados pela classe trabalhadora naquele período.

Desde então o MST tem sobrelevado o caráter coletivo da luta, evidenciando como não existe processo de reivindicação que seja individual, por isso torna-se fundamental pensar a força e o papel dos sujeitos que compõem essa dinâmica. Trabalhadoras e trabalhadores que se dedicaram a uma luta mais ampla, indo além dos seus interesses e demandas mais particulares, sujeitos estes que sofreram inúmeras repressões, mas atuaram ativamente na construção de espaços e debates essenciais para a classe trabalhadora no campo. Obviamente, tal dinâmica

apresenta-se mediada por significativas e múltiplas contradições próprias da vida social.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se materializa enquanto organização da classe trabalhadora, se colocando na condição de herdeiro das lutas populares, resgatando referências significativas de marcos como Canudos, Contestado e Ligas Camponesas, porém também se articula com as organizações camponesas e urbanas que referenciam as lutas atuais. Internacionalmente, compõe espaços e esferas políticas importantes na América Latina e nos outros continentes, com atribuições relevantes na Via Campesina, que busca agregar as lutas camponesas no mundo (Azar, 2018)

Para além do âmbito nacional o Movimento se articula em escala internacional com a Via Campesina<sup>13</sup>, elemento que expressa um comprometimento de classe, defendendo os interesses da classe trabalhadora, concebendo que a luta dos trabalhadores vai para além do campo e da cidade do próprio país.

As formas de organização são materializadas a partir do processo de tomada de consciência da posição em que ocupam na correlação de forças na dinâmica social, a partir de um trabalho minucioso essencialmente político e educativo, que em uma esfera mais ampla busca uma outra hegemonia. Nesses termos, importante afirmar que:

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades de as classes subalternas tornarem-se protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria, e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente, para a conquista da hegemonia dessa classe na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias [...] (Cardoso e Lopes (2009, p. 147)

O pensamento gramsciano evidencia a importância da organização e tomada de consciência, enquanto elementos indispensáveis para os processos de materialização da luta, que são essenciais na busca pela metamorfose social. O percurso para a conquista política, ou seja, a possibilidade da emancipação humana,

---

□ “A Via Campesina é uma articulação mundial dos movimentos camponeses que tem entre seus objetivos: a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente com a proteção da biodiversidade. Os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina atuam em escala regional e nacional, em várias partes do mundo: Europa do leste, Europa do oeste, nordeste e sudeste da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África” (Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe, n.p).

pelas classes subalternizadas. Assim, o MST constitui uma forma de organização política, que se insere na dinâmica de correlações de forças, com o posicionamento de questionar e reivindicar as relações estabelecidas no modo de produção vigente.

A necessidade organizativa fez com que o MST não se restringisse ao sul do país, onde surgiu, mas tenha se difundido por todo o território, por entender que a reforma agrária era e é necessária em toda a República Federativa do Brasil. É no prisma de um projeto societário para a construção de uma hegemonia pelo subalternos que o movimento em questão desenvolve processos de luta, fazendo articulações para o enfrentamento à dinâmica capitalista, que na contemporaneidade, se expressa sob a égide do neoliberalismo, conferindo desafios e tendências às lutas sociais.

Acerca da ideologia neoliberal considera-se como referência o pensamento de Perry Anderson (1995), que concebe o neoliberalismo como uma reação teórica e política ao Keynesianismo e ao Welfare State, promovida pelos liberais no final dos anos 1970 e 1980, expandindo-se na década de 1990 por todo o mundo.

O neoliberalismo confere diferentes implicações nas múltiplas realidades sociais, o que está relacionado não somente com as distinções de elementos da conjuntura, mas também com a formação sócio-histórica de cada país e da posição ocupada no modo de produção vigente. Nesses termos, Harvey (2008, p. 4) afirma que:

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas.

Harvey situa sua reflexão em um campo necessário para se compreender muito do discurso e atuação da ideias neoliberais, uma vez que é nevrálgico que se compreenda o “Estado mínimo”, quando na verdade se torna mínimo para o social, para as políticas públicas, para as classes subalternizadas, mas não para o capital,

o que o faz cumprir seu papel de gestor dos interesses das classes dominantes. E, ainda, vai articulando um terreno em que tudo que pertence ao campo estatal é ineficiente, é inoperante, e por isso, se faz necessário privatizar.

Nessa perspectiva, Soares (2002) ratifica que o “ajuste neoliberal” não se limita somente à esfera econômica, ele inclui a reorganização global da dimensão política e das instituições, bem como a recombinação das relações sociais.

Esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação (do Estado) se reduz à ampliação do assistencialismo. A expressão constitucional desse modelo – e do caráter das relações sociais – é também um *novo Estado*, um cenário diferente que expressa – ao mesmo tempo que define – novas condições da luta social (Soares, 2002, p. 13).

O neoliberalismo no Brasil ganhou vigor com o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), que logo ao assumir a presidência da República anunciou o Plano Collor, que consistiu em um agregado de medidas econômicas que, segundo ele, eliminaria a inflação. Dentre tais medidas, pode-se destacar: o acréscimo dos impostos e tarifas, o desemprego em massa de funcionários públicos e o bloqueio de contas bancárias que possuísem saldo superior a 50 mil cruzeiros (Seriacopi, 2005). Logo, o governo Collor iniciou um processo que caracterizou as primícias da implantação das medidas neoliberais no Brasil que foi o de privatização das empresas estatais.

No que tange à questão agrária, o governo Collor investiu na repressão, acarretou desvantagens aos movimentos sociais, dentre eles: o pacto entre Fernando Collor e ruralistas; as coibições consentidas pelo governo ao sem-terra; os despejos violentos, assassinatos e prisões despóticas. Elementos que caracterizaram uma incompletude nos processos de efetivação da Reforma Agrária.

Todavia, em 29 de dezembro de 1992, o então presidente renuncia à presidência após ser distanciado por um processo de impeachment.

A renúncia de Fernando Collor de Mello foi um suspiro para o MST, um fio de esperança que aparecia em meio a um cenário de tanta repressão aos movimentos sociais, que culminaram num descaminhar da reforma agrária. A relação do Governo de Collor e do MST foi marcada por conflitos (Coelho, 2017 apud Mariano; Teixeira, 2021, p.443).

Embora a ideologia neoliberal tenha sido implantada no Brasil com Fernando Collor de Melo, é somente com Fernando Henrique Cardoso (1995/2003), presidente que o sucede, que tem a sua efetiva consolidação. Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao processo de privatização das empresas, e ainda de forma similar ao período ditatorial abordou os movimentos sociais do campo de modo violento.

As privatizações das empresas estatais consistem em um reforço ainda maior do individualismo em desvantagem das prerrogativas coletivas. Soares (2002, p. 78) sustenta que ao privatizar os serviços sociais ocorre “uma *dualidade discriminatória*: serviços melhores para quem pode pagar (privados), e de pior qualidade ou nulos para quem demanda o acesso ‘gratuito’”.

No mandato de Fernando Henrique Cardoso, além das privatizações, foram inúmeras as conflagrações fundiárias, e a quantidade contínua de ocupações teve como resposta do presidente a promulgação da Medida Provisória 2.027-38 de 04 de maio de 2000, significativo mecanismo de criminalização dos processos de luta pela terra. Houve, então, uma segunda Medida Provisória 2.109-52 de 24 de maio de 2001, que evidenciou os mecanismos de criminalização da luta.

Girardi e Fernandes (2008, p. 78) ao analisar tais medidas expõem que:

O texto dessas Medidas Provisórias prevê o impedimento, por dois anos, da vistoria de imóveis rurais onde tenham sido realizadas ocupações de terra e também exclui os trabalhadores que participam de ocupações de terra dos programas de reforma agrária. Com essas medidas coercitivas às ações dos movimentos sociais camponeses, o número de famílias em ocupações diminuiu drasticamente e o número de famílias assentadas acompanhou esta queda. Isso quer dizer que o governo atingiu seu objetivo: diminuir a quantidade de novas famílias assentadas.

O governo FHC tratou a questão da Reforma Agrária como tema obsoleto e respondeu a ela com medidas paliativas para atenuar a condição de pauperismo dos trabalhadores e reprimir os conflitos sociais no campo. Logo, continuou sendo a política fundiária e a reforma agrária política compensatória de cobertura restrita, que não possibilitou variações importantes em sua estrutura fundiária.

Contudo,

A estratégia do governo FHC de isolar politicamente a Reforma Agrária foi interrompida em virtude de duas fatalidades que ceifaram a vida de 24 trabalhadores ligados ao MST. A primeira se refere ao Massacre de Corumbiara, em Rondônia, em 1995. Nesse episódio a polícia invadiu o acampamento de sem-terra à noite para realizar uma ação de despejo e deixou 12 mortos, sendo 10 sem-terra e 2 policiais, além de uma centena de feridos, entre eles, crianças e idosos. A segunda fatalidade diz respeito ao Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de Abril de 1996. Nesse

dia cerca de 1000 trabalhadores sem terra - ligados ao MST - bloquearam a rodovia PA-150, numa manifestação política e foram cercados por aproximadamente 150 policiais, a mando do governador do estado, Almir Gabriel (PSDB). Do enfrentamento resultou na morte de 19 sem-terra. (Albuquerque, 2006, p. 68).

O Massacre de Eldorado dos Carajás se tornou simbólico na década de 1990, basicamente pela intensidade da truculência empregada pela polícia. A perícia mostrou que os trabalhadores rurais foram mortos com tiros à queima-roupa, golpes de machado e facão, e subjugados à tortura. O depoimento de Rubenita Justiniano da Silva, ao jornal Folha de São Paulo de 17/04/2003, elucida de maneira crítica o dia 17 de Abril: “Levei um tiro de revólver no pescoço e perdi sete dentes. Não trabalho desde o massacre, preciso tomar remédios e me alimento basicamente de líquidos por causa dos ferimentos”. Rubenita, assim como outras vítimas do Massacre, afirmaram que foram mortos mais de 19 sem terra naquele dia. (Albuquerque, 2006).

Alentejano (2004, p. 4), ao analisar a propaganda de FHC em torno de sua política agrária, considera que:

[...] o governo tenta colocar a reforma agrária como grande realização. Três exemplos desta tática propagandística são: (1) a publicidade veiculada na televisão em que um ator famoso afirmava que o governo assentava 1 família a cada cinco minutos. Ora, considerando que há 4,8 milhões de famílias sem-terra, seriam necessários 48 anos para resolver o problema, caso não surgisse mais nenhuma família no país...; (2) a afirmação de que esta é a maior reforma agrária da história, com 16 milhões de hectares desapropriados. Ora, isto representa apenas 14% de todas as terras ociosas do país, segundo o próprio INCRA e somente 5% de todas as terras em poder do latifúndio no Brasil. Bela reforma agrária...; (3) A afirmação de que o crédito oferecido aos assentados é amplamente subsidiado não se sustenta, pois, conforme cálculos do economista Fernando Homem de Melo (1999) comparando-se os custos de financiamento e a evolução da inflação observamos que a taxa de juros para os agricultores familiares que era 20% inferior à inflação em 1995 passou a ser 260% maior em 1998. Além disso, a oferta de crédito tem diminuído [...].

Porém, a partir de 1995 há um avanço do quantitativo de ocupações no campo, evidenciando um progresso que estava relacionado a inúmeras razões, entre elas o aumento do desemprego no país e evidência política do MST, que convocou um sólido assentimento da sociedade para a questão da Reforma Agrária. FHC concebeu o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), que mais tarde foi modificado no atual Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Entretanto, Fernando Henrique Cardoso de forma demasiada contraditória com o processo de redemocratização do país, efetuou reformas que foram de encontro aos direitos sociais, principalmente pelo fato de estarem nos conformes

com a política neoliberal e a corrida desmedida por produção e lucro. Além de propagar os ideais neoliberais, principalmente o que considerava como aspectos positivos das privatizações, entre outros, esse governo afirmava realizar uma ampla reforma agrária, que como podemos analisar mais se baseava em uma ampla propaganda governista.

Tabela 2 - Quadro Comparativo (1994 - 2000)

| <b>CONFLITOS DE TERRAS</b> | <b>ANO</b> | <b>ANO</b> | <b>ANO</b> | <b>ANO</b> | <b>ANO</b> | <b>ANO</b> | <b>ANO</b> |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                            | 1994       | 1995       | 1996       | 1997       | 1998       | 1999       | 2000       |
| Nº DE CONFLITOS            | 379        | 440        | 653        | 658        | 751        | 870        | 556        |
| ASSASSINATOS               | 36         | 39         | 46         | 29         | 38         | 27         | 20         |
| PESSOAS ENVOLVIDAS         | 237.501    | 318.458    | 481.490    | 477.105    | 662.590    | 536.220    | 439.805    |
| HECTARES                   | 1.891.963  | 3.250.731  | 3.395.657  | 3.034.706  | 4.060.181  | 3.683.020  | 1.864.002  |

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT. \* O número de conflitos é a soma das ocorrências de Conflitos de Terras, Ocupações e Acampamentos organizados por Albuquerque (2006).

Atenta-se para o fato de que houve um acréscimo de 187 no número de conflitos registrados, nesse ínterim. Os números de assassinatos mantiveram-se na média de 20 a 46, oscilando para menos ou mais, mas não evidenciando queda significativa. Nos números de pessoas envolvidas têm-se um aumento exponencial de 202. 304 no quantitativo total.

Após esse governo, tem-se a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Lula, que deu continuidade ao modelo econômico neoliberal. Membro do Partido dos Trabalhadores foi eleito no ano de 2002 e sua eleição significou um avanço para a democracia brasileira.

Desde 1989, quando concorreu pela primeira vez à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva expressou compromisso com a Reforma Agrária, que seria ágil, sólida e pacífica. Em discurso na campanha de 1994, na região do Pontal do Paranapanema (SP), declarou que: “numa canetada só” distribuiria tanta terra que não haveria famílias suficientes para ocupá-las. E na campanha de 2002, assegurou ser ele o único candidato habilitado a realizar uma vasta Reforma Agrária.

Porém, isso nunca aconteceu, tanto que no ano de 2003, ocorreram 391 ocupações envolvendo 65 mil famílias, ou seja, cerca de 260 mil pessoas. Além de

ocupações, houveram 258 processos de acampamentos, incluindo aproximadamente 60 mil famílias, ou 240 mil pessoas (CPT, 2003).

Na tabela abaixo, podemos analisar os números de acampamentos e ocupações nos anos de 2001 a 2003:

Tabela 3 - Ocupações realizadas em 2001 e 2003

| <b>ANO</b> | <b>ACAMPAMENTOS</b> | <b>OCUPAÇÕES</b> | <b>FAMÍLIAS ACAMPADAS</b> | <b>FAMÍLIAS EM OCUPAÇÕES</b> |
|------------|---------------------|------------------|---------------------------|------------------------------|
| 2001       | 65                  | 194              | 10.311                    | 26.120                       |
| 2002       | 64                  | 184              | 10.750                    | 26.985                       |
| 2003       | 285                 | 391              | 52.082                    | 65.552                       |

Fonte: Própria autoria com base em dados da CPT 2003.

Ponderando todas as intervenções tem-se um conjunto de 676 ações no ano de 2003, sendo 57,9% equivalente às ocupações e 42,1% equivalente aos acampamentos, como mostra o quadro. No que alude ao total de famílias mobilizadas, 53% envolveram-se com ocupações e 47% com acampamentos. Os referidos números validam que as ocupações e os acampamentos se firmaram como mecanismos legítimos de luta pela terra. Ademais, manifestou a expectativa da realização da Reforma Agrária pelos sem terra no governo Lula.

Assim sendo, a luta dos trabalhadores em prol dos seus direitos conquistados historicamente fez-se necessária mesmo sob a presidência de uma figura de destaque para a militância operária do país. Essas contexturas evidenciam as necessárias rearticulações que o movimento da própria sociedade, as instituições e sujeitos vão delineando, mediante elementos tanto estruturais quanto conjunturais.

É justamente em um contexto em que a reforma agrária passa a ser concebida por um caráter mais compensatório, via políticas sociais, que o governo Lula assumiu seu segundo mandato à Presidência, em 2003 e, encomendou II Plano Nacional de Reforma Agrário (II PNRA), lançado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

A aquiescência do Plano foi encabeçada por pressões dos movimentos sociais, tais como MST, CONTAG, Pastorais Sociais da Igreja Católica e o Movimento Terra e Liberdade (MTL)<sup>14</sup>. E, também, despertou controvérsias

[...] a Proposta foi apresentada ao governo em outubro e causou polêmica entre os Ministérios, entre a bancada ruralista, entre as forças conservadoras que compõem a base aliada do governo e entre os próprios petistas. Finalmente, em meados de novembro, o Governo aprovou o II Plano Nacional de Reforma Agrária com pronunciamento público do Presidente da República. (Ferreira, 2004, p. 17 apud Albuquerque, 2006).

Contudo, conforme analisa Albuquerque (2006), ao final de 2003 os efeitos da Reforma Agrária indicavam limites significativos, deixando de expressar o intento e a proporcionalidade esperados para a efetivação de um processo amplo e massivo de redistribuição de terras. “O não cumprimento da meta de assentar 60 mil famílias em 2003 e o crescimento das ocupações e do número de mortes decorrentes de conflitos de terra [...]” (Albuquerque, 2006, p. 106) constituíram-se, segundo o autor, em expressões negativas observadas nos dez primeiros meses do período em questão.

Este cenário foi favorável para alguns antagonismos e formação de movimentos que se colocavam contra os movimentos sociais de defesa da reforma agrária, com um discurso de que a propriedade privada no campo precisava ser defendida. Assim, despontaram o Primeiro Comando Rural (PCR), União Democrática Ruralista (UDR), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), protagonistas na consolidação da Bancada Ruralista (BR).

A atuação desses movimentos, entre outros elementos, em muito contribuíram para construir uma opinião pública que criminaliza os movimentos sociais, sobretudo àqueles que propõem uma reforma agrária efetiva, tais como o MST, passando a serem vistos como “invasores”, criminosos, “ladrões de propriedades”, o que arrevesa o próprio processo de articulação com a sociedade como um todo, primordial para a organização e luta.

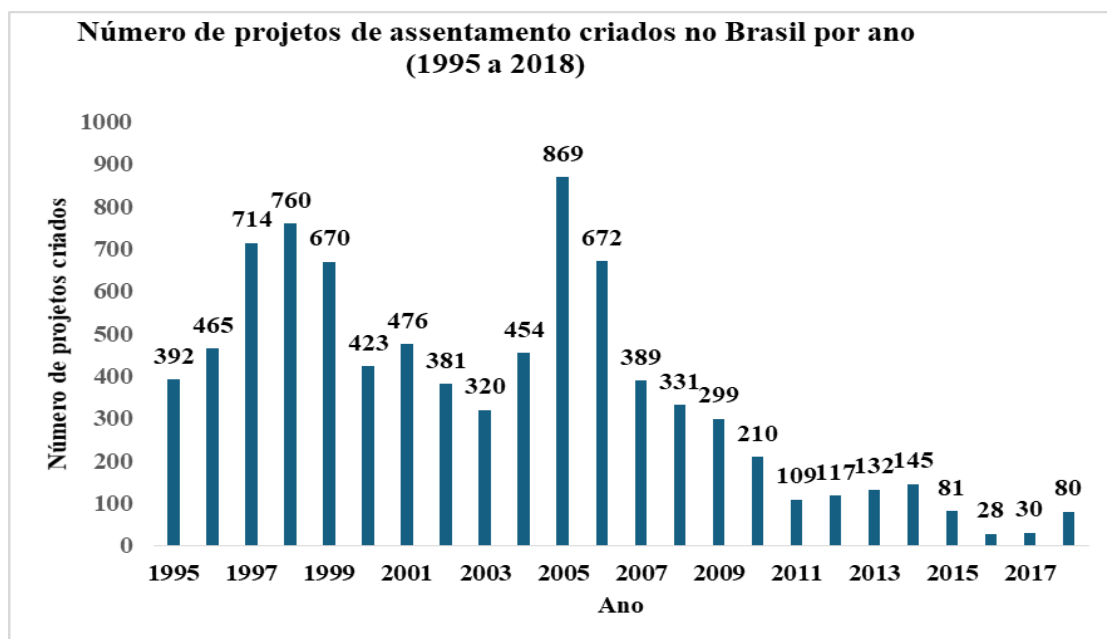
---

□ “Tal movimento é a unificação de diversos grupos que possuíam o mesmo objetivo, sendo eles: o Movimento dos Trabalhadores (MT), o Movimento de Luta Socialista (MLS) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta (MLST de Luta). Fundado em 2008, é uma organização autônoma, independente, democrática e socialista, inserido no campo e na cidade, que luta em prol da emancipação política e econômica dos trabalhadores, unificando a reforma agrária e urbana” (Salla; Freitas, 2017, p. 5)

Nos termos de Cattelan (*et.al*, 2020) o governo Lula foi uma “decepção para a reforma agrária”, fundamentado em uma política de caráter eminentemente assistencialista, bem como em um programa de Reforma Agrária, que teoricamente até possuía importantes pressupostos, entretanto delineou uma lacuna entre concepção do plano e efetivação da política pública. Além das inúmeras tentativas de conciliar os incentivos ao agronegócio e a agricultura camponesa.

O governo seguinte, da então presidente Dilma Rousseff (2011-2016), eleita com a legenda “Para o Brasil seguir mudando”, endossou discursos sobre atenção à pobreza<sup>15</sup>, embora não enfatize preocupação específica à realidade agrária. Essa ausência de preocupação com a reforma agrária pode ser observada a partir do gráfico seguinte.

Gráfico 4 - Número de projetos de assentamento criados no Brasil por ano (1995 a 2018)



Fonte: Própria autoria com base em dados do INCRA (2019).

□ De Souza Esquerdo e Bergamasco (2013 apud Cattelan; et al, 2020, p.155) notabilizam que “[...] a reforma agrária foi excluída das estratégias adotadas pelo governo Dilma, que priorizava a redução da pobreza, mas não investiu na redução da pobreza no campo, fazendo uma reforma agrária eficiente”.

Observa-se que em 2011, primeiro ano de governo Dilma, foram criados 109 projetos de assentamentos, 101 a menos que no ano anterior. No ano seguinte, contabiliza-se um total de 117 projetos, ainda um número menor que em 2010. E, a sequência conta com números como 132 e 145 projetos de assentamentos, evidenciando uma média que não ultrapassava o período anterior. Em 2016, o menor quantitativo de todo decurso explicitado, uma quantidade ínfima de 28 projetos.

Nos termos de Henig (2018, p. 345) o governo Dilma foi “[...] um real desastre para a reforma agrária”, uma vez que suas contribuições para a constituição de assentamentos e redistribuição de terras foram significativamente inferiores ao conjecturado. Souza (2016) amplia a análise reiterando que enquanto o governo Lula empenhou-se em combinar agricultura familiar e agronegócio, o governo Dilma sequer preocupou-se com a perspectiva de redistribuição de terras.

No governo Michel Temer (2016-2018) houve um crescimento da violência no campo, suporte às grandes propriedades e estagnação da reforma agrária, incommensuráveis colisões violentas, devido à remoção de ocupações. Sendo que em 2017 foram registrados 70 assassinatos no campo, o maior registro desde 2004 (Junior, 2018). E, ainda, uma das execuções mais significativas deste governo no âmbito da questão agrária foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Para além de suspender as desapropriações e demarcações de terras indígenas e quilombolas, também realizou a indicação de Blairo Maggi, então senador pelo Mato Grosso, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo um dos mais destacáveis produtores rurais do país, influente representante do agronegócio nacional.

As tentativas de aniquilamento da reforma agrária podem ser analisadas desde a extinção do MDA até contenções orçamentárias da política agrária e a lei 13.465 (que tramitou como MP 759/16). No que refere às particularidades desta lei, Cattelan (et.al, 2020) ressalta que atua sobre a política de regularização fundiária rural e urbana, abrangendo a Amazônia legal, além de alterar mecanismos de alienação de imóveis públicos, ainda, propicia conceder um título definitivo àqueles que ocupam imóveis da União de modo irregular, o que provoca discussões sobre a regularização da grilagem de terras. Engloba também atuais preceitos para a distinção de assentados.

Em 2018, foi eleito Jair Messias Bolsonaro, para o Planalto Central, um governo que desde as campanhas até a consolidação de suas ações e planos sequer mencionou as pautas da reforma agrária. Ainda, Bolsonaro sempre se posicionou a partir de uma perspectiva explícita e intrincada de criminalização dos movimentos sociais e dos processos de lutas da classe trabalhadora.

Em 20 de fevereiro de 2020, Bolsonaro promulgou o Decreto nº 10.252, que suprimiu cargos e funções do INCRA, demitindo e exonerando funcionários (BRASIL, 2020). De modo similar aconteceu com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Foram inúmeros cortes orçamentários, demarcando uma postura antagônica à política de reforma agrária. E, algumas das inclinações que vinham sendo arquitetadas desde FHC, foram consolidadas neste governo, como a determinação da precedência ao agronegócio. Soma-se a esta conta, as liberações de agrotóxicos e substâncias proibidas, além do aumento dos números de conflitos no campo. Conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 4 – Conflitos por terra (2019 a 2022)

|                            | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Ocorrências</b>         | 1.312       | 1.632       | 1.300       | 1.523       |
| <b>Ocupações/retomadas</b> | 46          | 35          | 53          | 74          |
| <b>Acampamentos</b>        | 6           | 3           | 3           | 5           |
| <b>Total</b>               | 1.364       | 1.670       | 1.356       | 1.602       |
| <b>Assassinatos</b>        | 27          | 15          | 36          | 43          |
| <b>Pessoas envolvidas</b>  | 623.016     | 710.580     | 695.328     | 738.088     |
| <b>Hectares</b>            | 60.053.784  | 79.485.787  | 74.645.855  | 81.243.217  |

Fonte: Própria autoria com base em dados da CPT.

Observa-se um aumento de aproximadamente 211 casos no decurso analisado, entre o primeiro e último ano do governo Bolsonaro. Aumento, ainda, na quantidade de ocupações, que vivenciou um acréscimo de 28 no total. O número de assassinatos subiu em um quantitativo de 16 a mais, nesse ínterim. Um quantitativo de 115.072 a mais de pessoas envolvidas nesses processos de conflitos.

Ao analisar as articulações da bancada ruralista com outros setores que neste governo despontaram com vigor, Alentejano (2020) realça que:

O fortalecimento da Bancada Ruralista implica o aumento da capacidade do agronegócio de pressionar por Políticas Públicas que favoreçam o setor, mas vai muito além disso, pois trata-se de um segmento com nítidas e crescentes articulações com outras bancadas que se fortaleceram nos últimos anos, como a evangélica e a armamentista, conformando o que vem sendo denominado bancada BBB – do boi, da bíblia e da bala, ao que alguns acrescentam um outro B, o dos bancos [...]. (Alentajano, 2020, p.364).

Assim, tem-se um governo marcado pela cessação de qualquer finalidade de terras para a formação de assentamentos, terras quilombolas e indígenas. Todavia, houve uma significativa propagação do agronegócio, e demais conveniências do capital, como a mineração. E, os processos de grilagem foram acentuados a partir de consolidados mecanismos de legalização.

Uma das expressões concretas de atuação do governo Bolsonaro, sob a égide da investida da ideologia neoliberal à classe trabalhadora, é o processo de criminalização das organizações e movimentos que materializam as demandas e reivindicações históricas dessa classe. Conforme analisa Duriguetto (2017, p. 110):

O caráter jurídico-político da criminalização dos movimentos sociais também se acentua no contexto de implementação das medidas ofensivas do capital para a sua valorização. É nesse contexto que ganha força um novo momento de criminalização da “questão social”, que toma forma na judicialização dos conflitos sociais e na criminalização dos processos de organização e de lutas das classes subalternas. Em outras palavras, a judicialização dos conflitos e das lutas sociais é uma das formas que as frações das classes dominantes vêm utilizando, de maneira intensa, para ocultar a lógica conflitiva da luta de classes visibilizada, pública e politicamente, pelas classes subalternas e seus processos políticos-organizativos de lutas. Ao transportar o conflito e as lutas para as arenas judiciais, o instrumento, mormente usado para criminalizá-los é o da garantia legal do direito de propriedade. Nessas arenas, o Poder Judiciário exerce uma das suas principais funções, que é a de se constituir no instrumento de legitimação do exercício do poder coercitivo do Estado, utilizando-o para criminalizar e deslegitimar as lutas e os movimentos sociais.

A criminalização dos movimentos sociais, e se incluem nessa dinâmica os defensores e defensoras de direitos humanos, é um processo que se articula com a violência, histórica e naturalizada, que não se trata de um *modus operandi* novo, entretanto passa por transformações a cada conjuntura. E, as expressões dessa violência se materializam sob múltiplos e diferenciados mecanismos, tais como: tomadas de contas, ameaças, ações criminais, inquéritos policiais, prisões, Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> “As Comissões Parlamentares de Inquérito são previstas no art. 58, § 3º, da Constituição Federal e nos artigos 35 a 37 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), podendo ser constituídas

Um importante expoente desse processo na atualidade é a CPI do MST, comissão instalada em 17 de maio de 2023, com significativa atuação da chamada bancada agromilitar, constituída por deputados e deputadas declarados bolsonaristas. O relator, Ricardo Salles<sup>17</sup>, declarou que a reforma agrária é uma política inoperante e culpou lideranças de tirar vantagens dos assentados. Ainda, listou 25 iniciativas na Câmara dos Deputados que, na sua perspectiva, se deliberadas, poderiam garantir segurança jurídica e possibilidades ao campo (Agência Câmara de Notícias, 2023).

O requerimento de construção da CPI do MST foi assinado por 172 deputados e deputadas, filiados a partidos declaradamente conservadores como o Podemos, Novo, Partido Progressistas (PP), Republicanos, Partido Social Democrático (PSD), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Liberal (PL), Patriota, União, Avante.

Destaca-se que para além das CPIs, existem diversos outros mecanismos que fazem parte de um rol de estratégias para criminalizar os movimentos sociais, que ainda incluem as ações nas redes sociais, e a disseminação das *fake News*. Em diversas situações, publicações, posicionamentos, manifestações, tanto dos movimentos, quanto das suas lideranças e militantes, são descontextualizados, ou mesmo alterados, o que em grande medida influencia a opinião pública, e compromete a articulação e o apoio da sociedade como um todo.

Outro elemento que merece destaque desse contexto são os números de conflitos no campo, os dados do relatório Conflitos no Campo Brasil 2024, elaborado pela CPT, indicam um crescimento significativo dos conflitos por terra no país entre 2015 e 2024, passando de 1.391 para 2.185 ocorrências. Esse aumento revela o agravamento das disputas territoriais no campo brasileiro, expressando a permanência de uma estrutura agrária historicamente concentradora.

---

a requerimento de um terço da Câmara dos Deputados, para apuração de fato determinado e por prazo certo, as quais terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e no RICD” (Martins, 2023, p. 13)

☐ Considerável mencionar a nefasta atuação de Ricardo Salles, enquanto ministro do meio ambiente, no governo Bolsonaro, para o desmonte das políticas ambientais, avanço do agronegócio, e por consequência sérias implicações para biomas essenciais ao tecido biológico e social do país. Conforme verifica-se um sujeito essencial para o processo de criminalização dos direitos humanos, das lutas sociais no campo, e sobretudo para as perspectivas de reforma agrária.

Em muitos casos, a expansão da fronteira agrícola, especialmente voltada para commodities como soja e milho, intensifica disputas pelo uso e controle da terra. Também é possível relacionar esse crescimento ao enfraquecimento de políticas de reforma agrária e de mediação de conflitos. Nesse sentido, a CPT enfatiza, ainda, que os principais responsáveis por assassinatos no campo são os fazendeiros, em 46% dos casos.

Por conseguinte, é neste campo de embates na busca pela efetivação do direito à terra e direitos humanos em sua complexidade, que os movimentos sociais do campo se inserem, a partir de estratégias de resistência e organização no contexto em que há um processo de acirramento da questão agrária. E, por sua vez, assinalando o campo enquanto um espaço de conflitos de classes.

Movimentos sociais como o MST, que é composto pela classe trabalhadora, e que busca articular os interesses e demandas da classe, com um diferencial significativo, que é uma luta ampla, indo da pauta do acesso à terra, até o questionamento das formas de dominação e exploração do capital, considerando a questão agrária enquanto resultante das contradições estruturais do sistema capitalista.

Conforme pode-se observar, a gênese do MST no Brasil não se tratou de um evento único, por meio de momentos isolados, mas de intensas articulações nacionais, que possuíam características comuns e uma continuidade. E, historicamente, esse movimento tem sobrevivido e resistido às diversas formas de violência implementadas no intuito de reprimi-lo.

Com isso, a luta pela terra possui uma complexidade, que pode admitir distintos modos e sentidos. À vista, o MST expressa a articulação e estratégia de organização das famílias que vivem no campo, de suas demandas e necessidades, que estão intrinsecamente relacionadas às contradições estruturais do capital. Expressões estas passíveis de novos contornos, mas que em seu histórico de materializações vem englobando a luta pela terra e na terra.

É, pois, através dessa construção de uma proposta coletiva que, no MST, a atuação do Serviço Social não é isolada, mas é uma intervenção articulada com as outras profissões. O trabalho está intimamente relacionado com o exercício de outros profissionais, como médicos, pedagogos, agrônomos e geógrafos, agricultores, entre outros, os quais, através de projetos elaborados com o

conhecimento crítico científico de cada área, objetivam demonstrar o caráter político-organizativo da luta dos trabalhadores.

A atuação do (a) assistente social no MST se dá por uma intervenção em equipe, em que a realidade de cada conhecimento profissional possa estar combinada, contribuindo para a concretização dos princípios do Movimento. O profissional contribui em todos os processos, ações e atividades, materializando uma função pedagógica que se expressa sobretudo "[...] por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática" (Abreu, 2002, p. 17).

À guisa de síntese, a questão agrária configura-se como uma particularidade da questão social, na medida em que expressa as contradições estruturais da sociabilidade capitalista, particularmente no que se refere à apropriação privada da terra e à exploração do trabalho no campo. Desse modo, a articulação entre questão agrária e questão social revela-se fundamental para apreender as determinações históricas e estruturais do capitalismo brasileiro.

Para tanto, torna-se essencial avançar nesta reflexão situando quais sejam as aproximações do Serviço Social, com a questão social, e suas particularidades no âmbito do campo, a partir das conformações da questão agrária.

### 2.3 As conexões entre serviço social, questão social e questão agrária: aproximações para um debate necessário

[...] você perguntará por que cantamos  
 [...] cantamos porque o grito só não basta  
 e já não basta o pranto nem a raiva  
 cantamos porque cremos nessa gente  
 [...] cantamos porque chove sobre o sulco  
 e somos militantes desta vida  
 e porque não podemos nem queremos  
 deixar que a canção se torne cinzas.

Mário Benedetti  
 'Por que Cantamos'

É de indeclinável relevância assinalar que uma das peculiaridades da gênese do Serviço Social no Brasil, na década de 1930, é sua relação de confinidade com a

Doutrina social da Igreja Católica, basilado, ainda, pelos ideais franco-belga, e no pensamento de São Tomás de Aquino<sup>18</sup>, que fundamentavam a prática de ação social.

Vinculação esta que vai conferir um trato da questão social como problemática moral e religiosa, e por consequência exigia do Serviço Social uma intervenção que privilegiava a família e o indivíduo, por um viés de resolução de adversidades. Nesse contexto, a prática estava voltada para uma moralização dos comportamentos, e possuía como finalidade o “ajustamento” dos seus “clientes”.

O desenvolvimento da profissão, enquanto especialização do trabalho coletivo, analisado a partir das bases sociopolíticas, econômicas e culturais do movimento histórico da sociedade brasileira, exige recuperar que sua inserção na dinâmica monopólica, é acompanhada da institucionalização de políticas sociais, como proposta de enfrentamento enredada pela burguesia industrial e Estado Varguista, mediante o acirramento da desigualdade social que caracterizava a década de 1930.

Instituído por Getúlio Vargas, também denominado de Estado Novo, esteve em vigência do ano de 1937 a 1945, possuía uma atenção com uma base jurídico-normativa que resguarda-se a classe trabalhadora. Elemento que por sua vez tornava-se um tanto estratégico. O paternalismo de Vargas para com os trabalhadores tornou-se vital para o progresso da burguesia, pois ocultava os conflitos da luta de classes.

Nesse ínterim o país enfrentava inúmeras sequelas político-sociais em razão de diversos acontecimentos determinados pela dinâmica da crise da economia mundial, do que se destaca a quebra da Bolsa de Nova York em 1929, quando “[...] o Brasil sofreu com a queda do preço do café que era seu maior produto de exportação, causando [...] consequentemente o aumento da pobreza” (Freire; Cândido, 2013, p. 353).

Dessa forma a pobreza desencadeou tensões sociais, o que exigiu um posicionamento do Estado para sua contenção. E, em consonância com a Igreja

---

▣ “Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral” (Yazbek, 2009, p.4)

Católica, foram promovidas ações pontuais de cunho eminentemente assistencialista e que assumiam um caráter de manobra de controle, em razão das emergentes manifestações moldadas pela insatisfação da classe trabalhadora.

Assim, para facejar o descontentamento das classes subalternizadas, ampliado com as consequências da metamorfose do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial, dentre elas, o avanço da pobreza, o (a) assistente social possuía um papel socioeducativo, que se concretizava “[...] via assistência social individualizada de cunho moralizador direcionado para a reforma moral e a reintegração social.” (Abreu, 2002, p. 85).

Nesta perspectiva a desigualdade entre as classes era entendida como problema do indivíduo, cabendo ao profissional do Serviço Social intervir sobre o “problema moral”, não questionando a hegemonia capitalista, muito pelo contrário, o papel profissional era garantir o seu desenvolvimento. Nesse período o Serviço Social possuía como referencial metodológico a dimensão individualista frente aos fenômenos sociais.

A profissão recém constituída passou a organizar-se na busca de reflexões sobre questões que pudessem nortear o seu trabalho. Assim, ocorreu no ano de 1967, do dia dezenove ao dia vinte e seis do mês de março, o I Seminário de Teorização do Serviço Social, em Araxá, estado de Minas Gerais, considerado um marco para a profissão, na medida em que possibilitou uma discussão a respeito de sua dimensão teórico-metodológica.

O seminário de Araxá culminou na publicação do “Documento de Araxá”, que sintetizou as reflexões realizadas e decisões tomadas pelo conjunto da categoria. Importante destacar que o referido seminário foi realizado em pleno período da ditadura militar brasileira, que se iniciou em 1964, portanto, um momento complexo para a relação do Serviço Social com os processos populares para a construção de uma consolidação da democracia.

Como respaldo jurídico, o governo instituiu o mais repressivo dos Atos institucionais, o nº 5, conhecido como AI-5, que entre outras medidas, suspendeu o *habeas corpus* para os designados crimes políticos. Além de perseguir e repreender representantes dos movimentos sociais, de forma bem especial, o movimento estudantil e sindical.

Toda essa violência praticada pelo regime civil e militar deixou um saldo de 434 mortes, dentre estas 210 são considerados desaparecidos, de acordo com o

levantamento apresentado pela Comissão Nacional da Verdade. (Canes, s/d). No que se refere à economia, os mecanismos adotados pelo governo militar resultaram em um crescimento econômico, o conhecido “milagre brasileiro”, quando o regime atingiu o seu ápice no ano de 1970. Porém, o crescimento econômico houve um desmesurado aumento da pobreza e da concentração de renda.

As contradições do regime irromperam em conflitos e descontentamentos, provocando em vários setores da sociedade a organização política, e foi exatamente nos marcos dessa mesma década que se iniciou uma série de significativos avanços que ensejaram a reorganização do Serviço Social no Brasil. Ressalta-se a realização dos seminários desenvolvidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS), o de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970), encontros que acumularam estudos e debates sobre aspectos imprescindíveis para o futuro da profissão no Brasil, voltados enfaticamente para a metodologia e cientificidade.

Acerca das reflexões de Araxá e Teresópolis, Netto evidência:

A maturação do processo de renovação do Serviço Social, no marco da perspectiva modernizadora, alcança nestas formulações o seu ponto mais alto. Há um nítido avanço em face dos resultados que o Documento de Araxá consagrou: se, neste, a ênfase na “teorização” conseguira atrelar as concepções profissionais ao projeto da “modernização conservadora”, a reflexão desenvolvida em Teresópolis configura, no privilégio à questão da “metodologia”, a exclusão de vieses tendentes a problematizar a inserção do Serviço Social nas fronteiras dos complexos institucional-organizacionais que promoviam o processo da “modernização conservadora”. (Netto, 2011, p. 190).

As reflexões suscitadas nos referidos seminários consistiam em um esforço no propósito de moldar o Serviço Social enquanto proposta interventiva agregado no conjunto de procedimentos sociais a ser instrumentalizado no bojo de técnicas do desenvolvimento capitalista. O estágio final da perspectiva modernizadora encontra-se nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista, onde irrompem incipientes questões do nexo do Serviço Social com a cientificidade: a fenomenologia e a dialética. Segundo as elaborações de Netto (2005) “A documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis.” (p.195).

Nos processos de reflexão da profissão, entre os anos de 1972 a 1975 foi desenvolvida em Belo Horizonte uma experiência chamada “Método de BH”, que significou uma proposta de rompimento com o tradicionalismo, desenvolvendo

critérios para a construção de um caráter profissional que estivesse pautado em 3 (três) dimensões: teoria, intervenção e política. Tal experiência assumiu conotação política nacional, pois o método, “[...] configura-se enquanto mais um dos importantes marcos para se entender a trajetória do Serviço Social no Brasil [...]” (Ortiz, s.d., p. 5).

O “Método de BH” foi desenvolvido pelo pessoal da Escola Católica de Minas Gerais de Serviço Social, em Belo Horizonte, e dispunha de uma metodologia alternativa às abordagens existentes, conforme aborda Netto (2008, p. 276-277):

A construção de uma alternativa global ao tradicionalismo. Este é o traço mais visível da explicitação do projeto da ruptura que se plasmou na atividade da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais na primeira metade dos anos setenta – o ‘método’ que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele corou a sua ultrapassagem no desenho de um projeto profissional inteiro, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.

Nos termos de Batistoni (2019) Minas Gerais foi terreno político da burguesia reacionária articuladora do golpe de 1964, entretanto na contramão desse movimento, também, vivenciou a efervescência de movimentos sociais contestadores, sobretudo porque a região metropolitana de Belo Horizonte vivenciava intenso processo de industrialização, e predispôs a formação de movimentos operários e sindicais. Assim, como havia um legado em construção de movimentos democráticos, e estudantis com vigorosas perspectivas revolucionárias. Cenário este que favoreceu “para tornar Belo Horizonte um tópos adequado à expressão inicial do projeto profissional da ruptura” (Netto, 1991, p. 262)

A importância do “Método de BH” estava, evidentemente, no fato de ter ultrapassado não apenas uma denúncia ou constituído simples recusa do tradicionalismo, mas sim por ter sugerido uma nova abordagem para melhor intervenção do Serviço Social na realidade concreta.

Na própria súmula do método a equipe elabora o que se entende por tradicionalismo, abordando três reservas: a) ideopolíticas; b) teórico metodológico; c) operativo-funcionais. E passam a trabalhar numa nova articulação, sendo que esta objetivou o rompimento com o tradicionalismo. Tratava-se de uma nova articulação por evidenciar “intenção de ruptura” (Netto, 1998), sendo que o método partia da

percepção de mundo, da vivência real, como o ânimo da produção do conhecimento, ou seja, a prática produzia conhecimento, e a teoria era entendida como sistematização desse conhecimento.

Em seguida à experiência do “Método de Bh”, em 1979, ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), conhecido como Congresso da Virada, realizado em Anhembi, no estado de São Paulo. O congresso da Virada caracterizou-se num espaço permeado por um sentimento de luta, de inconformismo, de movimento, como manifestou o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2012, p. 7):

Há três décadas, o Serviço Social brasileiro se somava às lutas dos movimentos sociais, combativos e aguerridos, para dizerem um não ao conservadorismo e construir uma história de resistências às variadas formas de exploração e opressão do nosso país.

O III CBAS configurou uma vinculação na mudança histórica entre a ditadura e o processo de estruturação democrática no Brasil. Assim como uma articulação dos (das) assistentes sociais com a classe trabalhadora, do reconhecimento com as lutas mais amplas da sociedade, e como uma descontinuação de uma referência prática de acomodação, para tonificar uma conexão da profissão com as renovações das relações sociais. (Faleiros, 2008)

Nesse contexto, São Paulo era terreno de mobilizações em forma de greves dos metalúrgicos, que contribuíram de forma significativa, tanto para o movimento histórico e social da sociedade brasileira, quanto para o enfraquecimento da ditadura civil e militar, e ainda, para o robustecimento do movimento sindical no Brasil. Um polo de esquerda foi consolidado, tendo como expoentes o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

A “virada” se deu a partir da influência da vanguarda do Serviço Social envolvida na luta sindical da categoria e articulada com o movimento de resistência da ditadura por meio da Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) e da sua conexão nacional com a constituição da (CENEAS). Esse empenho de sindicalização da categoria, ao vincular a sua organização política ao movimento operário, tomou entusiasmo com a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) (Mota; Rodrigues, 2020).

Portanto, foi sob o influxo das lutas políticas democráticas que despontavam em toda a América Latina no final dos anos 1970, início dos 1980, que o Serviço Social brasileiro passou a absorver o referencial marxista e realizar análises teóricas em uma perspectiva de totalidade, historicidade e criticidade (Cfess manifesta, 2009).

A dinâmica histórica que sustentou o III CBAS (1979) possuía o princípio de um projeto profissional que se consubstanciaria nos anos 1980, e nos anos consecutivos conquistaria compreensibilidade e consistência ético-política, teórica e técnica – legitimado como Projeto Ético Político. Um projeto que tem em seu cerne “o reconhecimento da liberdade como valor central, o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais” (Netto, 1999).

Para tanto, o III CBAS foi um evento que fomentou, entre outras características, um aprofundamento na tradição marxista<sup>19</sup>, em meio às exigências sociais impostas à profissão. Os primórdios dessa relação, todavia, são marcados pelo “marxismo sem Marx” (Ortiz, s/d, p. 5), em outras expressões, era a aproximação do pensamento marxista a partir de outros autores (marxistas) e não diretamente da obra marxiana, o que muitas vezes fugia da criticidade necessária para avançar no percurso de interpelar o conservadorismo, o que não eliminou o saldo positivo do estreitamento dessa vinculação, pois a partir daquele momento, “[...] ocorre um substancial avanço na produção teórica e na prática nessa profissão [...]” (Abreu, 2002, p. 131).

Marx é um pensador do século XXI, a reflexão da sua obra, precisa nortear-se pela pertinência das categorias da sociabilidade burguesa e da reflexão de seu movimento de transformação; e, essencialmente, pelo esforço de relevar de seus

---

<sup>19</sup> Nas análises de Marilda Villela Iamamoto, a importância da obra marxista para a academia, entre outros elementos, reside no fato de que “A obra de Marx se constrói como parte do projeto de modernidade, impulsionado por pensadores iluministas: usar o conhecimento humano para a emancipação humana e o enriquecimento da vida. Porém ele e os socialistas introduzem uma dimensão de classe no modernismo, atribuindo-lhe historicidade. Marx reconhece um sentido histórico progressista à tendência ao desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo; e, simultaneamente, acusa a forma histórica que assume a apropriação privada das condições, dos frutos e do próprio trabalho, sobre a qual se estruturam as relações sociais, que fazem com que a obra do produtor direto a ele se anteponha com um caráter estranho” (Marx, 1980 apud Iamamoto, 2018, p. 206). Cabe destacar que na época, toda organização partidária do país encontrava-se em dois partidos, um considerado democrático: Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e outro, considerado alinhado à ditadura militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

escritos a coerência da fundamentação: o seu método, além da apropriação conceitual. Assimilar a partir das ponderações com Marx, mais que um “discurso sobre o método”, demanda uma percepção cautelosa de sua teoria e a perspicácia do pesquisador nos processos investigativos constantes da história da sociedade (Iamamoto, 2018).

A fundamental articulação com a teoria crítica fez-se essencial, entre outras repercussões, para a compreensão não somente do que seja a questão social, mas sua íntima relação com as contradições da relação capital e trabalho, inclusas as nuances da rebeldia e confronto da classe trabalhadora, frente à dinâmica hegemônica da burguesia, ainda, necessária enquanto arcabouço teórico-metodológico para a compreensão da emergência da profissão demandada pela questão social.

A teoria crítica marxista incorporada pelo Serviço Social contribuiu para o processo de confrontação ao conservadorismo da profissão, devido ao entendimento da realidade, em sua complexidade e contradição. Circunstância esta que favoreceu o amadurecimento teórico e ético-político da profissão no Brasil (Boschetti, 2012). O marxismo propiciou ainda o revigoramento da resistência da categoria, no sentido de sua opção de classe.

Com isto, iniciava-se um processo gradativo que possuía como componentes precípuos a crítica aos moldes convencionais da profissão, e a busca por um modelo teórico-prático que desse conta da realidade social, o então designado Movimento de Reconceituação, ou “renovação do Serviço Social” (Netto, 1998).

Ocorreram apreciáveis avanços que ensejaram a renovação da profissão no Brasil. Num cenário de profundas transformações no campo político, cultural e econômico, corolário da dilapidação do período ditatorial, e as manifestações dos setores populares como alternativa de resistência.

Tais manifestações, que ultrapassavam as questões políticas características da época, e abrangia a esfera econômica, eram geradas pela insatisfação de grande parte da sociedade, principalmente provocadas pelas consequências da crise do petróleo de 1979, que acarretou no aumento dos juros no mercado externo e a inflação descontrolada.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980 a realidade brasileira experimentou um processo de efervescência das lutas que possuíam como escopo um processo de “redemocratização”, onde se sobressaem os movimentos pela

anistia, a luta expansão dos canais de participação, a campanha pelas eleições diretas e os movimentos por liberdade de expressão e política.

Nessa circunstância, de um terreno prolífero às mobilizações de amplos segmentos da sociedade, historicamente postos à margem, incluindo o operariado, que o Serviço Social brasileiro em um transcurso para uma construção de propostas profissionais em respostas às exigências sociais, consolidou sua opção de classe, sendo que “Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construído um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras [...]” (Braz; Teixeira, 2009, p. 194).

Logo, entende-se que o “movimento de renovação” deu-se na contextura do processo de luta pela democracia e intensas e amplas mobilizações que culminaram na crise da ditadura, como específica Iamamoto (2012, p. 122):

No Brasil [...] a renovação crítica do Serviço Social é fruto de um amplo movimento de lutas pela democratização do Estado e da sociedade no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura [...].

No ano seguinte, em 1980, houve um avanço na construção e consolidação do projeto ético-político do Serviço Social. A partir do compromisso ético e político com os trabalhadores, o Serviço Social assumiu uma vinculação com um projeto societário contestador, ou seja, “[...] este projeto, profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (Netto, 1999, p. 15).

A concretização do projeto ético-político se dá a partir de um todo articulado, constituído pelas entidades político-organizativas da profissão, no caso: o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Movimento Estudantil em Serviço Social (MESS), e os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos, o MESS (DA’S e CA’S), e demais entidades representativas da categoria.

Além das entidades, os sujeitos que compõem o universo profissional e acadêmico, construíram as resoluções, leis e documentos, que são instrumentos que concretizam o projeto profissional, como exemplos: a Lei de Regulamentação da Profissão (a Lei 8662, datada de 1993), as Diretrizes Curriculares para o ensino do

Serviço Social (construídas em 1996)<sup>20</sup> e o Código de Ética Profissional (firmado em 1993).

O referido projeto ético-político, coletivamente construído, e em permanente movimento, é referência de um compromisso histórico do Serviço Social, sendo este uma construção não somente da hegemonia da teoria crítica social, mas também da “consciência de classe”, que consiste na percepção, pela categoria, de fazer parte conscientemente de uma determinada classe social. Neste caso em questão, a classe trabalhadora.

Sendo assim, a realidade da classe trabalhadora não é algo extrínseco ao Serviço Social, uma vez que acima de qualquer outra questão o (a) assistente social é um trabalhador, e, portanto, ao manter um comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, está vinculada com seus próprios interesses.

Com isso pode-se afirmar que os (as) assistentes sociais atuam pela classe trabalhadora, e enquanto classe trabalhadora, pois,

[...] no exercício profissional, [...] se vinculam, organicamente, como trabalhadores assalariados, a instâncias de controle das lutas emancipatórias, e também aí se vinculam a essas lutas; tomaram consciência do caráter contraditório da profissão e de sua condição de sujeito da luta, como trabalhadores. (Lopes, 2013, p. 18).

A específica relação e compromisso profissional não foram incorporados somente ao debate e à produção científica, mas à inserção do profissional de Serviço Social nas organizações da classe supracitada. E esta inserção apresenta um horizonte de desafios, como a imediatividade do cotidiano de cada espaço institucional, que com atividades de cunho urgente podem servir como um mecanismo de restrição, ou contribuições em potencial para que o (a) assistente social possua um exercício limitado e um tanto acrítico. Mas, ainda, podem apresentar inúmeras potencialidades para a efetivação dos princípios da profissão.

---

☐ “As atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996) da antiga ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social), expressam inúmeros avanços, dentre eles: o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão, a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio histórica, as respostas da profissão à conjuntura e apontam para a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora” (ABEPSS, s/d)

Precisa-se compreender a importância do trabalho profissional enquanto um dos momentos de concretização do projeto ético-político, para além do arcabouço jurídico normativo, e o debate profissional como uma relação dialética, pois é no trabalho profissional, independente do espaço sócio-ocupacional, que o (a) assistente social atua nas múltiplas expressões da “questão social”.

Então, é a “questão social”, sendo o conjunto das expressões da relação antagônica entre o capital e o trabalho, que constitui o objeto do exercício profissional, ou seja, “[...] a insistência na questão social está em que ela conforma a matéria-prima do trabalho profissional [...] é ela que provoca a necessidade da ação profissional [...]” (Iamamoto, 2005, p. 59-62).

O projeto do Serviço Social com os interesses históricos da classe trabalhadora, incluindo as peculiaridades dos trabalhadores do campo, está presente não apenas como desafio nos âmbitos de trabalho e na produção científica, mas nas lutas encampadas, tendo em vista que o “patrimônio sócio-político-profissional coletivamente construído” (Iamamoto, 2012, p. 116) da profissão demanda uma postura.

Uma postura que é a de crítica, não somente no discurso, mas na vivência prática-cotidiana, à engrenagem do capitalismo. Sobre essa perspectiva Iamamoto (2012, p. 116) esclarece que:

**O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos (das) trabalhadores (as), do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, marcado pelo compromisso com a afirmação da democracia [...].** Nessa direção, a luta pela afirmação dos direitos, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte de um processo de acumulação de forças em direção à superação histórica das desigualdades. (Grifo nosso).

Ao incorporar a luta dos trabalhadores enquanto um dos referenciais do seu projeto profissional, o Serviço Social não poderia suprimir as especificidades existentes sobre os espaços urbano e rural, ainda mais na realidade brasileira que possui uma formação sócio-histórica com fortes bases no campo.

Nas Diretrizes Curriculares da Abepss está prenunciado debater as inúmeras particularidades que constituem a questão social, englobando as configurações da relação capital/trabalho, a partir de suas nuances na realidade agrária. Nesses termos, conforme Sant’ana (2019, p. 178):

A tese que nos orienta é que as diretrizes curriculares da ABEPSS permitem a discussão da questão agrária como uma particularidade da questão social, fundamento do trabalho profissional. A razão de tal assertiva é que os embates da relação capital trabalho, constituintes da questão social, se expressam no campo e na cidade, por processos que envolvem o desenvolvimento produtivo agrário e urbano; portanto, a questão social é permeada pelas contradições desse processo que quando são decorrentes do agrário, constituem-se como particularidades que dão a ela uma dada conformação com elementos específicos e problemáticas diferenciadas.

Nas análises da autora acima referenciada, ainda que a discussão acerca da questão urbana esteja mais presente na literatura profissional, em termos quantitativos, quando comparada com a questão agrária, reiteradamente não discute expressões mais complexas abrangendo o território, limitando-se a temáticas como violência urbana e direito à cidade. Não muito se debate, em trabalho profissional, a título de exemplo, a intervenção do serviço social junto às políticas urbanas e rurais, em conjunto aos movimentos sociais urbanos ou rurais que promovem a luta pelo acesso à terra e à moradia.

Quando as Diretrizes Curriculares indicam a relevância de apreensão crítica do processo histórico como totalidade, torna-se essencial pensar nos movimentos de conformação da questão social no Brasil, seu entrelaçamento com a realidade agrária. As particularidades do agrário na história nacional, tonificado a partir da dinâmica de luta de classes no campo, é que vai enredando os sujeitos que possuem ou não acesso à terra, e por consequência às condições para produzir sua existência material.

A concentração fundiária, o racismo, as diversas formas de violência contra a classe trabalhadora, enquanto problemáticas atuais, e sobretudo viscerais, estão intrinsecamente relacionadas à formação do Estado brasileiro, e sua estrutura essencialmente capitalista.

Para tanto, o documento das Diretrizes propõem, ainda, “[...] a Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira” (ABEPSS, 1996). Essa proposta revela a necessária compreensão acerca do movimento histórico e social, com o propósito de buscar ponderar as especificidades da questão social no Brasil, e também, apreender a relação da emergência do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, demandando por um contexto social, econômico, cultural e político específico.

Portanto, um preciso trato histórico, teórico, metodológico da realidade social no Brasil, e por consequência do Serviço Social na sua relação com o movimento social, que é proposto pelas diretrizes, não pode suprimir a base da questão social, que é a realidade agrária, moldada pelos antagonismos de classes, desde o período colonial, e que vai traçando a estrutura social.

A realidade agrária, composta pelos mais diversos grupos sociais, suas formas de vida, defesas do território e resistências, passa a ser não somente “escopo de análise” do Serviço Social, em suas intervenções práticas no cotidiano profissional ou de pesquisas, mas sujeitos coletivos de lutas, as quais à categoria para além de tentar compreender, busca se identificar, e construir alternativas concretas no movimento da luta de classes, enquanto classe trabalhadora.

A compreensão de uma formação que possa considerar a realidade a partir da totalidade proposta pela ABEPSS, engloba as particularidades da formação do Brasil, no que refere, ainda, ao período colonial. Como o colonialismo engendrou processos de “apagamentos”, em diversas perspectivas, se utilizando de violências diversas, sobretudo a étnica.

Assim, a necessária articulação proposta com a discussão da questão agrária, e sua essencialidade, perpassa os caminhos que o capitalismo delineia nas especificidades do Brasil, no contexto da América Latina, e seu capitalismo dependente. Portanto, as reflexões acerca do universo agrário não devem importar unicamente aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, mas a todo e qualquer sujeito individual e coletivo, minimamente atento às transformações societárias que moldam a história nacional.

A relação Serviço Social e Questão Agrária vem sendo considerada fundamental, ainda, a partir do momento em que o projeto profissional propõe a confrontação das mais diversas expressões da desigualdade social. Bem como, a construção de caminhos para uma intervenção na realidade que venha confluir com os interesses da classe trabalhadora.

Embora a questão agrária tenha ganho cada vez mais centralidade no debate profissional do Serviço Social devido a sua dimensão, ainda não é considerado um tema privilegiado na categoria. O próprio absentismo de espaços sócio-ocupacionais efetivados pelo Estado no campo que demandam a atuação do (a) assistente social também é uma motivação para a não priorização da questão agrária pelo Serviço Social.

No âmbito do debate intelectual e da produção do conhecimento, destaca-se o levantamento realizado por Azar e Moraes (2022), com base nos artigos apresentados no ENPESS no período de 2002 a 2018. As autoras evidenciam, como expressão da dimensão investigativa da categoria profissional, a necessidade de maior aproximação do Serviço Social com a questão agrária.

Azar e Moraes (2022) observam que referente ao ano de 2002 não foram encontradas produções que privilegiassem a questão agrária. No ano de 2003 foram apresentados apenas 3 artigos, de um total de 545 trabalhos apresentados. Em 2010, há um aumento no quantitativo, que apresenta 15 trabalhos, todavia frente a um total de 1293 propostas apresentadas. Em 2012, aumenta de forma ínfima, para 22 trabalhos apresentados, ainda, mediante a um aumento da produção geral, que foi de 1343 trabalhos apresentados.

Em 2014, embora o número de propostas no geral apresente uma queda para 1097 trabalhos apresentados, o número de produções que apresentaram a relação com a questão agrária manteve-se em uma média, sendo 19 trabalhos no referido ano. Em 2018, de um total de 1877 propostas apresentadas, 17 continham uma discussão que os aproximava da relação com a questão agrária.

Nessa mesma linha de exploração de estados da arte do conhecimento Rodrigues (2019) buscou apresentar a produção relacionada aos termos questão social e questão agrária, nos periódicos *Katálisis*, *Serviço Social e Sociedade*, *Ser Social*, *Textos & Contextos* e *Temporalis*, possuindo como referência o decurso temporal de 2000 a 2015.

O autor observou um total de 1348 artigos, encontrando um quantitativo de 552 artigos (40,94%) que suscitavam a expressão questão agrária; 331 artigos (24,55%) analisaram sobre o termo questão social, 37 artigos (2,74%) apresentavam o termo questão agrária; 21 artigos (1,56%) discorreram sobre o termo questão agrária; em 23 artigos (1,71%) encontrou os termos questão agrária e questão social; em 08 artigos (0,59%) discorreram sobre a relação questão agrária e questão social (Rodrigues, 2019)

Ao analisar tais quantitativos Rodrigues (2019) reflete que na categoria profissional, ainda que tenha avançado para a análise e compreensão acerca da relação questão agrária e questão social, pode-se atentar para um movimento de que as produções teóricas tendem a separar as questões relativas ao urbano, e as questões relacionadas ao rural. Dessa forma, a própria discussão sobre questão

social, não tem compreendido, com tanto êxito, as particularidades da questão agrária.

Em suas elaborações e investigação acerca da relação Serviço Social e Questão Agrária nas produções teóricas do Serviço Social, a partir do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), no período de 2004 a 2014, Ferreira (2015) elucida que no anais do CBAS foi possível identificar 79 artigos que possuíam relação com a pesquisa apresentada, de um total de 3.361 artigos, que foram publicados. Nos anais do ENPESS foram encontrados 81 artigos, de um total de 4.485 trabalhos aprovados para explanação.

Portanto,

[...] no debate profissional contemporâneo, esse é um dos temas que não vêm sendo prioritariamente privilegiado nas análises do Serviço Social, apesar da gravidade que a configuração da questão agrária assume na atualidade (Iamamoto, 1999, p. 51).

Tal relação não limita-se ao âmbito teórico, pois o (a) assistente social é um profissional cada vez mais requisitado para atuar nas instituições da classe trabalhadora, bem como nos movimentos sociais. As autoras Cardoso e Lopes (2009, p. 472) destacam a perspectiva de convergência do projeto ético-político do Serviço Social com as estratégias profissionais desenvolvidas em um determinado movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e as particularidades existentes nesse espaço no que tange à identidade profissional:

[...] tomamos como referência o mst, pelo seu significado político na luta dos trabalhadores no campo e, também, na luta política brasileira, muito embora os profissionais de serviço social que desenvolvem seu trabalho nesse movimento não se reconheçam como assistente social no desempenho de suas funções. Apesar dessa questão de identidade profissional, que se coloca no movimento, entendemos que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é uma expressão concreta da profissão, a partir das demandas do movimento. Tais como demandas é equipe interprofissional, da qual fazem parte os profissionais de serviço social, estão vinculados a dois eixos: a educação e a produção.

Consequentemente, o Serviço Social com suas estratégias e táticas profissionais referenciadas pelo projeto ético-político apetece um modelo societário divergente ao hegemônico, e no cotidiano em seus processos de trabalho, junto às organizações da classe trabalhadora, como é o caso do MST, buscam articular “[...] formas coletivas de trabalho tendo como princípios a necessidade da construção de

uma sociedade sustentada em valores sociopolíticos direcionados para superação da atual ordem societária” (Azar, 2005 citada por Lopes e Cardoso, 2009, p.473).

Além do MST o Serviço Social também está inserido no movimento sindical, como é o caso da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), que, conforme Delgado, (2010, p. 23) tem uma importância fundamental para a organização da classe trabalhadora do campo:

Com a inserção mais sólida de Assistentes Sociais na FETAEMA observamos que esses profissionais contribuem na organização política dos trabalhadores camponeses e na realização de ações pela garantia dos direitos relacionados à terra, à produção agrícola e à educação, saúde e previdência social no campo [...].

Ainda, dentre as principais atividades desenvolvidas pelo (a) assistente social na Federação destaca-se a participação em audiências; organização e participação de reuniões diversas; organização e participação nos congressos, mobilizações e demais eventos; acompanhamento das famílias das áreas de conflito; articulação para construir as diretrizes que saem dos congressos; palestras de temas variados; orientações e encaminhamentos.

Conforme é evidenciado por Faleiros (2008), o trabalho do (a) assistente social se apresenta amplo e na particularidade do movimento sindical, assim como de forma similar em demais organizações da classe trabalhadora, assume contornos políticos importantes. O referido profissional tem responsabilidade política junto à classe trabalhadora, no momento que é responsável por atividades de formação política e, ainda mais, de formar lideranças, ou seja, pode-se compreender que, a partir da concepção e do projeto ético-político deste profissional, a instituição sofre influência determinante.

Embora, compreenda-se que a mobilização e articulação não sejam atribuições privativas do (a) assistente social, pode-se refletir que a perspectiva da mobilização enquanto um dos elementos dos processos de trabalho do (a) assistente social vem desde a consolidação da vertente que referencia o projeto profissional à construção das lutas pela emancipação das classes subalternizadas, como afirma Cardoso e Lopes (2009, p. 469):

Nas décadas de 1970 e 1980, a perspectiva do trabalho profissional do Assistente Social nos espaços de formação e organização política da classe trabalhadora, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais populares (urbanos e rurais), entre outros, era de mobilização social e organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe, tais como: projetos de construção de novas relações

hegemônicas na sociedade para superação da sua condição de subalternidade. Tal direcionamento se traduziu pela vinculação do projeto ético-profissional a uma determinada perspectiva societária, cuja construção exige o fortalecimento de processos emancipatórios subalternas. Trata-se da perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana.

Portanto, é uma mobilização que compreende a classe trabalhadora, em especial os camponeses, e possui uma articulação e ideologia próprias, tanto nas micro quanto nas macro ações do profissional, ou seja, ações de cunho político-ideológico que comportam um recorte de classe, e por sua vez um projeto societário. Projeto este que acaba por confrontar a ordem social hegemônica imprimindo não somente desafios, mas também possibilidades aos movimentos sociais.

Nessa mesma linha de intelecção, as conexões Serviço Social e as especificidades dos processos de trabalho na questão agrária, Almeida (2006) investigou a atuação do analista de desenvolvimento agrário assistente social no Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), cujo objetivo é apreender a contribuição da formação em Serviço Social na efetivação da Política de Reforma Agrária.

A autora elege profissionais que trabalham diretamente nos assentamentos, considerando que se trata de “[...] espaços privilegiados de políticas públicas, particularidade que emana da questão social, matéria prima do trabalho profissional” (Almeida, 2006, p. 2).

Nesse estudo, mediante o processo de compressão e análise das relações da questão social e questão agrária, a autora evidencia que as atribuições do (a) assistente social, nas particularidades dessa instituição são:

[...] planejar, organizar, acompanhar e executar programas e projetos relacionados ao desenvolvimento agrário das comunidades atendidas pelo Itesp, propor e/ou reorientar ações no sentido de garantir o cumprimento das metas preestabelecidas; prestar assistência às populações, estudar, avaliar e emitir pareceres sobre os projetos agrários articulando-se com os integrantes das comunidades, de forma a garantir o desenvolvimento técnico, econômico, social e cultural desses locais; executar outras atividades correlatas, de acordo com a formação profissional; participar como palestrante em seminários, congressos, debates e outros. (Almeida, 2006, p. 2).

A lei 8662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, ressalta a inserção profissional na esfera das políticas públicas, componente elementar no cotidiano profissional, cuja elaboração, implementação, execução e avaliação compõem competências do (a) assistente social.

Pinto (2024) investiga como o (a) assistente social pode ser um agente de transformação na agricultura familiar de Sousa, na Paraíba. E, após, situar a importância da agricultura familiar, bem como seu papel fundamental, na dinâmica de projetos em disputa no campo brasileiro, a autora destaca que o Assistente Social é convocado:

Na identificação de demanda e formulação de políticas inclusivas, o assistente social analisa a realidade socioeconômica da agricultura familiar, realizando um diagnóstico aprofundado para identificar os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento do setor. Com base nesse diagnóstico, ele elabora propostas de políticas públicas que atendam às necessidades específicas da agricultura familiar em Sousa. Além disso, o assistente social defende essas políticas públicas junto aos órgãos governamentais, buscando sua implementação efetiva (Pinto, 2024, p. 3)

Percebe-se uma necessidade de que o profissional busque conhecer a realidade em que os projetos precisam ser efetivados, uma vez que a formulação de políticas públicas exige a capacidade de apreender diversos elementos e fatores, tanto da dinâmica mais local, quanto conjuntural e estrutural. Buscar, ainda, compreender a vida desses sujeitos, suas necessidades, suas concepções e relação com a agricultura familiar.

No que refere ao potencial de participação e empoderamento dos agricultores familiares, o (a) assistente social possibilita a organização social, estimulando os agricultores familiares a se organizarem em cooperativas, associações e demais mecanismos de organização social, robustecendo suas capacidades de demandar direitos (Pinto, 2024).

O (a) assistente social ao assumir um compromisso com a classe trabalhadora e conseqüentemente com a garantia dos seus direitos, favorece o caráter da universalidade dos mesmos, compreendendo que, os direitos são produtos históricos, que possuem na organização da classe dos trabalhadores uma fundamental mola propulsora.

Importante destacar que, apesar de se reconhecer a importância da luta pela garantia de direitos, na qual se insere o universo profissional dos (as) assistentes sociais, faz-se necessária reflexão sobre a cautela quanto ao exercício profissional, pois há a necessidade de que o conjunto da categoria não se limite a este universo de ação, afinal, considerando o próprio projeto ético-político o trabalho do (a) assistente social precisa ultrapassar o campo dos direitos e se inserir na luta mais

ampla demandada pela emancipação da classe trabalhadora, compromisso assumido politicamente pela categoria.

Nesta perspectiva Cisne (2000, p. 75) afirma que:

[...] temos a convicção de que a luta por direitos, e políticas sociais não podem esgotar-se em si próprias, mas devem ser vistas como mediações necessárias para garantir, inclusive, as condições básicas da existência humana e, portanto, de luta.

A perda de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, em meio ao contexto de desemprego, crise, flexibilização das relações de trabalho tem reflexos na organização da classe, no seu potencial reivindicatório, e por consequência nos processos de trabalho dos profissionais envolvidos.

Sant'ana (et, al, 2008) ao analisar as experiências de pesquisa e extensão no Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), grupo de extensão da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Franca, elucida que os estudantes e profissionais envolvidos buscaram realizar um processo avaliativo com escopo de produzir um diagnóstico da realidade regional, e posteriormente participar com proposições para a formulação de políticas públicas na esfera da reforma agrária e agricultura familiar.

Assim, a pesquisa intencionou:

1) avaliar o impacto do Programa de Reforma Agrária na vida dos assentados; 2) verificar a adequação da política federal de reforma agrária junto à comunidade assentada e à realidade dos municípios; 3) verificar se o Programa de Reforma Agrária traz mudanças positivas ou negativas para a região; 4) analisar como a implementação dos assentamentos interfere na dinâmica do município e da região; 5) avaliar o impacto da implementação dos assentamentos na economia e no comércio dos municípios; 6) verificar o grau de envolvimento, concepção e correspondência dos políticos locais (executivo e legislativo) com o Programa de Reforma Agrária, buscando verificar se existem políticas para os assentados nas esferas municipais de poder (Sant'ana, 2008, n.p.).

Enquanto resultados o núcleo apontou que:

[...] a unânime verificação de que as famílias assentadas melhoraram sua qualidade de vida após “entrarem para a luta” – como dizem – e participar do Programa de Reforma Agrária. Apesar disso, a avaliação das políticas públicas ainda aponta falhas que vão desde a insuficiência de assistência técnica, até o atraso na liberação dos créditos para a produção (Sant'ana, 2008, n.p.).

A exploração em tela possui sua importância, por diversos e diferentes fatores, aqui destaca-se a necessária articulação das universidades com os

movimentos sociais, bem como a importância do exercício da pesquisa e produção do conhecimento no âmbito da relação do Serviço Social com a realidade específica de famílias assentadas, e, ainda, os desafios e possibilidades que se delineiam nos processos conexos à efetivação das políticas públicas no âmbito do campo, em especial.

No que tange aos aspectos elucidados neste processo de investigação destaca-se que a formação política e a organização da classe trabalhadora é uma das atribuições dos (das) assistentes sociais atuantes nos espaços da questão agrária, que estão na construção e desenvolvimento de atividades de cunho educativo, e auxiliam no percurso de uma organização de novos modos de pensar e agir por parte da classe trabalhadora.

Além da formação política e organização da classe trabalhadora, a assessoria política constitui atribuição profissional do Serviço Social, e com isto, a profissão visa a constituição de processos de luta e resistência que abordem os direitos fundamentais dos trabalhadores rurais. Percebe-se, ainda, contribuições à luta no que tange a implementação das políticas públicas, a partir de mobilizações coletivas que possuem como escopo fazer com que o trabalhador não só conheça os seus direitos, mas reivindique sua concretização.

Nessa direção, o posicionamento ético-político do Serviço Social também se expressa no âmbito institucional por meio das manifestações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que tem se posicionado publicamente em defesa da reforma agrária, da soberania alimentar e do direito à terra. Por meio de documentos, como aqueles publicados na série “CFESS Manifesta”, a entidade explicita que a questão agrária configura-se como uma das expressões da questão social brasileira, ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso da profissão com as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Nesses pronunciamentos, o CFESS denuncia a histórica concentração fundiária, a violência no campo e os processos de criminalização dos movimentos sociais (CFESS, 2012; 2023).

Portanto, a atuação do Serviço Social na questão agrária explicita os horizontes para a concretização dos referenciais históricos do projeto ético-político, e atenta-se, para a necessidade concreta de avanço acerca da reflexão em torno desta questão, inclusive por sua correlação com as expressões da questão social e os seus mecanismos de enfrentamento por parte da profissão, independentemente da localização do espaço sócio-ocupacional.

A análise da relação entre Serviço Social e questão agrária evidenciou que as expressões dos conflitos no campo constituem mediações centrais da questão social, interpelando diretamente o exercício profissional e suas respostas ético-políticas. Ao incidir sobre desigualdades estruturais, expropriação e negação de direitos, a questão agrária coloca ao Serviço Social o desafio de ultrapassar intervenções imediatistas, exigindo uma compreensão crítica das determinações de classe que atravessam tais expressões.

Nesse sentido, o aprofundamento dessa discussão demanda avançar para a análise da consciência de classe, do projeto profissional do Serviço Social e de sua vinculação histórica com os movimentos sociais, uma vez que é nesse terreno que se materializam práticas profissionais comprometidas com a organização coletiva solidária e a emancipação humana.

### 3 SERVIÇO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS: o (a) assistente social como intelectual orgânico (a) da classe trabalhadora

[...] o assistente social como intelectual não significa um superdimensionamento das funções políticas da profissão, nem tampouco desloca a intervenção profissional para o terreno do militância político. (Abreu, 2002, p. 49)

O presente capítulo analisa as lutas sociais como expressões concretas das contradições da sociedade capitalista e como espaços privilegiados de construção da consciência de classe, compreendida como um processo histórico e coletivo. Nesse contexto, enfatiza-se a vinculação do Serviço Social a essas lutas, destacando-se que a consolidação do projeto ético-político profissional possibilita ao assistente social assumir uma inserção crítica junto aos movimentos sociais.

Tal inserção contribui, por meio da dimensão educativa e das mediações profissionais, para o fortalecimento da organização coletiva, da leitura crítica da realidade e do movimento de passagem de uma classe “em si” para uma classe “para si”, reafirmando o compromisso histórico da profissão com a classe trabalhadora.

Abreu (2002) realiza uma análise do Serviço Social ao longo de sua trajetória enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, destacando sua natureza intrinsecamente educativa. A análise desenvolvida pela referida autora destaca a função pedagógica do (a) assistente social como mediador (a) das relações sociais no interior do processo de reprodução das relações sociais capitalistas.

Sob uma perspectiva teórico-crítica, especialmente à luz do referencial marxista, essa mediação profissional deve ser compreendida como parte integrante da reprodução social, que ultrapassa a esfera estritamente econômica e abarca também a reprodução das condições sociais, culturais e subjetivas indispensáveis à continuidade da força de trabalho.

Nesse contexto, o (a) assistente social exerce uma função que transcende o atendimento individualizado, configurando-se como um agente ativo na organização do consentimento das classes subalternizadas à ordem social capitalista. Tal consentimento não se estabelece unicamente pela via da coerção direta, mas é produzido por meio de práticas pedagógicas imbricadas em mecanismos de persuasão e controle social.

Essas práticas operam na conformação de subjetividades, orientando valores, normas e condutas em consonância com as exigências morais e institucionais do modo de produção capitalista, contribuindo para a estabilidade relativa da hegemonia burguesa.

É no transcurso histórico, marcado pela crítica e pelo questionamento das bases conservadoras que sustentavam a profissão, que o Serviço Social brasileiro passa a redimensionar sua estrutura ideopolítica. Esse movimento resulta na reformulação do projeto profissional, orientando-o por novos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos.

A partir do processo de renovação, especialmente intensificado com o Movimento de Reconceituação e consolidado nas décadas posteriores, são incorporados princípios éticos e políticos comprometidos com a emancipação humana, a justiça social e a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora.

A análise de Abreu (2002, p. 206), constata que o Serviço Social expressa “tendências que refletem processos concretos em curso na sociedade, traduzindo compromissos e horizontes diferenciados da prática profissional no movimento histórico”.

Tal constatação evidencia que a profissão não é neutra nem alheia às disputas políticas e ideológicas que perpassam a vida social. Pelo contrário, a prática profissional é permanentemente tensionada por projetos societários antagônicos, que disputam a hegemonia entre a reprodução do modelo capitalista e a construção de alternativas emancipatórias.

Essas disputas se materializam nas decisões profissionais, nos espaços de intervenção e nas estratégias de ação adotadas pelos (as) assistentes sociais, os (as) quais são desafiados (as) a dialogar criticamente com as contradições do contexto social. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de um posicionamento ético-político que transcenda a lógica meramente operacional e assistencialista,

comprometendo-se com a transformação social e com a defesa incondicional dos direitos das classes subalternizadas.

No processo de constituição da consciência de “classe para si” que o (a) assistente social, ao reconhecer-se como parte da classe trabalhadora, passa a se inserir nas organizações e nas lutas coletivas dessa classe. Nesse sentido, como aponta Mota (2014, p. 13), “reafirmar a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais é fortalecer o processo de renovação contínua da profissão”, reafirmando o compromisso do Serviço Social com a emancipação social e com os sujeitos coletivos que protagonizam as resistências ao projeto hegemônico do capital.

Portanto, a dimensão educativa da prática profissional no Serviço Social articula-se diretamente ao conceito de intelectual orgânico formulado por Gramsci, por meio do qual o (a) assistente social é compreendido não apenas como um (a) executor (a) técnico (a), mas como sujeito histórico inserido (a) nas disputas de projeto societário, capaz de fomentar processos de consciência crítica e transformação social.

A intervenção profissional, nessa perspectiva, configura-se como uma mediação intencional entre os sujeitos e a totalidade social, orientada pela promoção de estratégias que possibilitem a autonomia e o protagonismo de indivíduos e coletivos frente às determinações estruturais que condicionam suas existências. Trata-se, portanto, de uma atuação comprometida com a formação de sujeitos sociais críticos, capazes de intervir de forma ativa e emancipatória sobre a realidade concreta.

Contudo, o Serviço Social desenvolve sua prática em um contexto histórico e social atravessado por intensas transformações e contradições próprias do modo de produção capitalista, particularmente agravadas nas últimas décadas. Vivencia-se uma crise estrutural do capital, que se manifesta no aprofundamento das desigualdades sociais e na intensificação da ofensiva neoliberal, marcada pela retração do Estado nas políticas públicas, pela precarização das relações de trabalho e pela restrição de direitos historicamente conquistados.

A referida conjuntura impõe desafios significativos à atuação profissional do (a) assistente social, que necessita apreender criticamente as determinações econômicas, políticas e sociais que conformam a realidade concreta, a fim de orientar sua intervenção de forma ética, crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Para tanto,

O entendimento de que o assistente social como um intelectual do tipo tradicional pode constituir-se em intelectual orgânico, seja do proletariado, seja da burguesia, considera as possibilidades de as funções intelectuais desempenhadas pelo mesmo expressarem desdobramentos de atividades essenciais às referidas classes nos campos econômico, político e social, como organizador e dirigente político. (Abreu, 2002, p.51).

Assim, nas reflexões que se seguem, a categoria de intelectual orgânico, conforme formulada por Antonio Gramsci, constitui-se como eixo articulador para a análise da atuação profissional do (a) assistente social. Parte-se do pressuposto de que a profissão, inserida nas mediações da vida social, não pode ser compreendida à margem das disputas de classe e dos projetos societários em confronto. Nesse sentido, emergem questões fundamentais: o que significa, de fato, ser um profissional comprometido com a classe trabalhadora? Quais elementos diferenciam uma prática estritamente técnico-burocrática de uma intervenção crítica e orgânica, orientada pela transformação social e pela construção de uma nova hegemonia?

Os três eixos que compõem esta análise partem da concepção de intelectual orgânico como uma chave interpretativa para refletir criticamente sobre o trabalho profissional do (a) assistente social. O primeiro eixo aborda o conceito gramsciano de intelectual orgânico como fundamento teórico para compreender a inserção crítica na dimensão da vida social. O segundo discute a dimensão classista do projeto profissional do Serviço Social, ancorado no Projeto Ético-Político, que orienta a profissão em direção ao compromisso com os interesses da classe trabalhadora. Por fim, o terceiro eixo trata da relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais, compreendidos como espaços estratégicos de resistência e de construção coletiva de alternativas à lógica dominante.

### 3.1 De classe à luta de classes: consciência e papel do (a) intelectual orgânico (a)

[...] uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato) **e não existe organização sem intelectuais [...]**” (Gramsci, 2024, p.24)

Parte-se da compreensão da centralidade das classes sociais, em tempos que sua validade é questionada, ou mesmo secundarizada, ou ainda, que as bases

da teoria marxista são, por alguns intelectuais, consideradas ultrapassadas para analisar as relações sociais do mundo contemporâneo. Todavia, converge-se com a percepção de que as análises das classes sociais não devem considerá-las enquanto conformações isoladas, mas na dinâmica da totalidade concreta, a partir de recíprocas relações e determinações.

A partir de tal entendimento pode-se compreender que fazer-se classe diz respeito a uma série de processos que não se restringem às relações de produção, mas partem delas. Considera, ainda, a condição objetiva, subjetiva e a elementos primordiais das lutas sociais como situação de classe. De acordo com Marques (2008), Thompson sinaliza a existência de interesses antagônicos que permeiam a vida social, e avança explicitando que as condições que os homens vivenciam podem ser herdadas ou partilhadas.

Poulantzas, conceitua classe social de forma similar a Thompson afirmando que se tratam de “[...] conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (Poulantzas, 1975, p. 13). O autor prossegue posicionando as esferas políticas e ideológicas enquanto essenciais para pensar classe social, entretanto partindo das relações sociais na estrutura econômica.

Em o Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels são conclusivos a respeito do tema: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”. No aporte marxista a condição de classe eleva-se de uma base socioeconômica e, a existência de classes sociais está intimamente vinculada às distintas formas de exploração do trabalho.

Nos escritos enviados a Weydemeyer<sup>21</sup> Marx realçou:

No que refere a mim, não cabe o mérito de haver descoberto nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta entre as classes e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que trouxe de novo foi [...] demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção (Marx, 1852, n.p.).

---

<sup>21</sup> Cartas a Joseph Weydemeyer, escritas em 1852. Weydemeyer foi “Personalidade do movimento operário americano e alemão, membro da Liga dos Comunistas, participou na revolução de 1848-1849 na Alemanha e na guerra civil dos Estados Unidos ao lado dos nortistas; iniciou a propaganda do marxismo nos Estados Unidos; amigo e colaborador de Marx e Engels” (Arquivo Marxista, s/d)

Marx concebe, portanto, classe social como uma categoria histórica, intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, as classes sociais só podem ser compreendidas no âmbito de relações sociais historicamente determinadas. Considerando o próprio movimento dialético, o exercício de análise marxista reconhece a mutabilidade das classes sociais, na medida em que, à medida que as relações sociais se transformam, as classes também passam por processos de metamorfose.

Ao mencionar que antes dele economistas burgueses “havam indicado a anatomia econômica” das classes sociais, Marx define a existência destas enquanto fenômenos que não estavam sendo interpretados pela primeira vez na história. Entretanto, é com a teoria marxista que a luta de classes é considerada mediante o movimento dialético e historicamente determinado, enquanto enlace regulador entre estrutura e superestrutura<sup>22</sup>.

Nas linhas enviadas a Wedeymeyer, Marx salientou que sua principal contribuição teórica acerca das classes sociais consiste em demonstrar que a existência das classes está intrinsecamente vinculada a fases históricas específicas do desenvolvimento das forças produtivas. Ademais, enfatizou que a luta de classes conduz inevitavelmente à instauração da ditadura do proletariado, a qual representa uma etapa transitória rumo à abolição de todas as classes e à consecução de uma sociedade sem classes (Marx, 1852).

Nas formulações de Matoso (2004), observa-se que, originalmente, o termo “classe” referia-se à divisão do povo romano, tendo como referência a posse de propriedade para fins militares e fiscais. Essa utilização antecede à modernidade, refletindo uma concepção em que as classes eram entendidas como grupos sociais que herdavam posições hierárquicas na estrutura social.

---

<sup>22</sup> No que se refere à estrutura, Marx (2005) assinala que os indivíduos estabelecem relações determinadas no curso da produção social de sua existência, as quais se constituem de forma independente de sua vontade. O conjunto dessas relações historicamente produzidas conforma a estrutura econômica da sociedade, que se apresenta como o fundamento sobre o qual se edifica uma superestrutura jurídica e política, articulada a formas específicas de consciência social. Marx (1987) aprofunda essa reflexão ao afirmar que, sob distintas formas de produção da vida social, desenvolve-se uma superestrutura composta por modos de pensar, agir, sentir e concepções de mundo particulares. Assim, é a partir de suas condições materiais que a classe social produz e conforma relações sociais correspondentes.

Contudo, no vocabulário moderno, o conceito de classe está intrinsecamente associado à reconfiguração da sociedade decorrente da Revolução Industrial. O capitalismo industrial materializou consequências vitais, como novas classes sociais, e a condição de classe relacionada às ocupações, e não em virtude do nascimento, conforme acontecia na sociedade estamental, que “[...] correspondia à formação social imediatamente anterior à organização da sociedade em classes” (Hirano, 2002, p. 84)

Assim, é apenas a partir da sociedade capitalista que pode-se considerar, ou ao menos apreender “interesses de classes” (Lucáks, 2003, p. 148), uma vez que nas sociedades anteriores os aspectos estritamente econômicos não estavam evidenciados, ao contrário havia um imbróglio constituído de elementos econômicos, religiosos e políticos. A diferença mais significativa “[...] é que toda sociedade pré-capitalista forma uma unidade incomparavelmente menos coerente, do ponto de vista econômico, do que a capitalista” (Lucáks, 2003, p. 149).

Assim, refletir a sociedade de classes, a partir das contribuições basais de Marx, requer considerar a relação do desenvolvimento das forças produtivas com as formas de apropriação do excedente. Nas relações de produção das comunidades primitivas não havia exploração, nem propriedade privada. A divisão do trabalho era com base nas diferenças de sexo e idade.

A desestruturação das sociedades primitivas ocorreu de forma gradual, impulsionada pelo desenvolvimento da criação de gado e da agricultura, bem como pela incipiente capacidade de produzir excedentes. A partir da introdução de instrumentos de trabalho mais eficientes, a humanidade passou a produzir além de suas necessidades imediatas, possibilitando o surgimento de trocas comerciais. Esse processo de intercâmbio de excedentes representou uma transformação significativa nas relações sociais, marcando uma ruptura com formas anteriores de organização socioeconômica.

A produção de excedente econômico constituiu um marco fundamental para o surgimento da estratificação social, ao viabilizar a formação de grupos que passaram a se apropriar do trabalho realizado por outros. No modo de produção escravista, por exemplo, as pessoas escravizadas eram totalmente excluídas da distribuição da riqueza gerada, a qual era integralmente apropriada por seus proprietários. Já no sistema feudal, embora os servos tivessem acesso a uma parcela mínima da produção, a posse dos meios de produção permanecia sob

domínio exclusivo da nobreza feudal, perpetuando relações de exploração e subordinação.

Nesse processo, de desenvolvimento das forças produtivas e da exploração do homem pelo homem, é que há o surgimento da sociedade de classes:

Se o trabalhador precisa de todo seu tempo para produzir os meios de subsistência necessários ao sustento de si mesmo e de sua race, não lhe resta tempo algum para trabalhar gratuitamente para uma terceira pessoa. Sem certo grau de produtividade do trabalho não há tempo de disponível para o trabalhador, e sem tal tempo excedente, nenhum mais-trabalho e, portanto, nenhum capitalista, também nenhum senhor de escravos, nenhum barão feudal, em uma palavra, nenhuma classe de grandes proprietários (Marx, 1988, p. 103).

A ampliação da produtividade social do trabalho possibilitou o surgimento do excedente produtivo, criando as condições para a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida. As formas históricas pelas quais esse excedente passou a ser apropriado privadamente foram determinantes na constituição dos distintos modos de produção, uma vez que, como afirma Marx, “apenas a forma pela qual esse mais-trabalho é extorquido do produtor direto, do trabalhador, diferencia as formações socioeconômicas” (Marx, 1988, p. 168).

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels analisam a dinâmica histórica que culminou na dissolução da sociedade feudal e na ascensão da sociabilidade burguesa. Os autores destacam que a burguesia emergiu gradualmente, a partir da articulação de diversos grupos urbanos localizados em diferentes regiões.

À medida que as cidades estabeleciam contato entre si, desenvolviam relações sociais comuns, as quais, com o tempo, consolidaram-se em condições objetivas para a constituição de uma classe social com interesses próprios. Essa transformação processual evidencia o papel das relações materiais e da produção na conformação das classes sociais ao longo da história.

A própria burguesia só se desenvolve aos poucos, enquanto lhes são dadas as condições próprias; ramifica-se, por sua vez, em diferentes frações, conforme a divisão do trabalho, e acaba por assimilar em si todas as classes proprietárias já existentes (ao mesmo tempo em que transforma em uma nova classe o proletariado, a maioria da classe de despossuídos que já existia anteriormente e uma parte da classe até então proprietária), na medida em que toda a propriedade existente é transformada em capital comercial ou industrial. **Os indivíduos, isoladamente, só formam uma classe na medida em que têm de empreender uma luta comum contra outra classe** (Marx; Engels, 2005, p.87-88, grifo nosso).

Nos escritos da Ideologia Alemã percebe-se a dinâmica gradual de formação da classe burguesa, a partir da aglutinação dos próprios burgos, e para além de uma questão socioespacial, havia a força dos hábitos comuns, da identidade dos costumes. Marx avança ao contextualizar o delineamento das relações antagônicas entre burguesia e proletariado, enquanto classes sociais essenciais da ordem que se estabelecia. E afirma categoricamente que o processo de constituição de classe está intrinsecamente relacionado à dinâmica da luta de classes, que só é possível a partir da unidade da luta de uma classe contra a outra.

É, ainda, na mesma linha de intelecção de que as classes só existem a partir da oposição e, por consequência, da luta entre elas que Poulantzas afirma que:

Pode-se dizer, assim, que uma classe social define-se pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho que compreender as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da determinação da estrutura — relações de produção, lugares de dominação-subordinação política e ideológica — nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes. (Poulantzas, 1975, p. 14).

Consoante com essa interpretação que concebe as classes a partir do lugar que os sujeitos ocupam na divisão social do trabalho, Lenin sintetiza que:

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social (Lenin, s.d., p. 504).

No pensamento leninista, é possível identificar critérios fundamentais que definem o processo de constituição de uma classe social, destacando-se, entre eles, a posição ocupada pelos indivíduos no modo de produção. Tal posição determina as relações que estes estabelecem com os meios de produção, bem como o papel que desempenham na organização social do trabalho, o qual está intrinsecamente vinculado às formas de apropriação da riqueza socialmente produzida.

Entretanto, as contradições econômicas não determinam, por si sós, o processo de luta entre as classes. O referido processo desenvolve-se na passagem de uma classe em si para uma classe para si, sendo central o processo de

constituição da consciência de classe. Na literatura marxista, especificamente na obra *A Miséria da Filosofia*, Marx (2007) define classe em si e classe para si:

As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim essa massa já é uma classe diante do capital, mas não é o é ainda para si mesma. Na luta, de que assimilamos apenas algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que ela defende se tornam interesses de classe. Mas a luta de classe com classe é uma luta política (Marx, p.154).

Logo, as relações entre classes consideram o nível de desenvolvimento das forças produtivas, as relações sociais estabelecidas na produção, as próprias relações entre o que seja propriedade, e a esfera da política, que como fundamenta o pensamento marxista, a dimensão classista compõe, a partir do conflito, uma luta política.

Percebe-se, a partir do referido trecho da *Miséria da filosofia*, a fidelidade de Marx ao método, à dialética, quando analisa que a consciência somente é construída a partir das condições econômicas em que estes sujeitos estão inseridos, conforme aponta indicando que a vida material, ou as relações sociais no bojo do modo de produção, não são suficientes por si só, mas são essenciais para a tomada de consciência, sendo a vida material indispensável para a formação da consciência.

Assim sendo, a existência das classes, e o antagonismo entre elas, é considerado efeito da desigualdade intrínseca ao sistema capitalista, um movimento fundamentado por uma base socioeconômica, em que a sociedade divide-se entre dominante e dominados. E, onde, delineiam-se interesses discordantes, que constituem os processos de consciência de classe.

Somente em determinadas circunstâncias, exatamente no contexto de uma sociedade cindida em interesses de classe antagônicos, é que tal processo pode produzir uma consciência social que ao contrário de ser um elemento de identidade do indivíduo com a sociedade de volte como força hostil, como justificativa e ocultamento de relações de dominação, ou para ser preciso, como ideologia. (Iasi, 2002, p.113)

Os interesses antagônicos perpassam os processos de alienação, quando o trabalhador, ainda, que seja quem desenvolve os processos de trabalho, não é quem se apropria da mercadoria produzida. O proprietário da força de trabalho é quem controla os meios e o produto desse processo, bem como quem se apropria da mais valia. Os interesses divergentes são colocados, mas é a partir da tomada de

consciência desse processo é que a classe trabalhadora passa a construir um interesse de classe, que não visa conflitar contra um burguês específico, mas contra a classe burguesa, em sua totalidade.

Lenin (2010) ao traçar suas análises acerca da ditadura do proletariado, fixou a importância da consciência de classe, enquanto dinâmica vital para a supressão do capitalismo. Assim sendo, a ditadura do proletariado é um estágio imprescindível onde, “A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado.” (Lenin, 2010, p. 55).

Assim, a consciência de classe está intimamente relacionada a uma perspectiva ontológica, que é a concepção do ser humano enquanto ser social, uma vez que a condição classista somente é possível na dimensão da vida em sociedade. A compreensão de consciência ultrapassa um processo meramente individual ou do campo psicológico, que Lukács (2003, p. 142) afirma que “não é nem a soma e nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem, etc.”. Trata-se de um percurso que perpassa as condições objetivas e subjetivas das classes sociais, indo além de motivações ou aspirações produzidas por desejos e vontades diversas.

Em síntese, a consciência de classe pode ser compreendida como o processo pelo qual a classe trabalhadora reconhece sua condição de exploração, compreende sua posição nas estruturas sociais e se organiza coletivamente para enfrentar o sistema que a oprime.

Nesse sentido, a noção de “classe em si” diz respeito à existência objetiva de um grupo social definido por sua inserção nas relações de produção, independentemente de qualquer elaboração subjetiva sobre sua condição. Já a “classe para si” configura-se quando os trabalhadores desenvolvem consciência sobre sua situação de classe e sobre o antagonismo existente em relação à burguesia, identificando interesses comuns e mobilizando-se em direção à transformação revolucionária da ordem social vigente.

Lukács (2003) realiza uma análise histórica das consciências de classe, destacando o papel significativo da consciência da classe burguesa na transição do feudalismo para a sociedade moderna, além de apontar os limites que essa consciência enfrenta com o advento do capitalismo. Ainda, a partir desse

entendimento, compreende-se o proletariado como a classe que, nas relações sociais capitalistas, possui a capacidade de desenvolver uma consciência revolucionária. O aporte Luckasiano ressalta que essa consciência não se refere ao que os indivíduos proletários acreditam, mas sim se configura como uma possibilidade objetiva (2003).

Acerca do caráter revolucionário da burguesia Marx e Engels explanaram:

A burguesia desempenhou na história um papel altamente revolucionário. Dilacerou sem piedade os laços feudais, tão diferenciados, que mantinham as pessoas amarradas a seus 'superiores naturais', sem pôr no lugar qualquer outra relação entre os indivíduos que não o interesse nu e cru do pagamento impessoal e invisível 'em dinheiro'. Afogou na água fria do cálculo egoísta todo fervor próprio do fanatismo religioso, do entusiasmo cavalheiresco e do sentimentalismo pequeno-burguês. Dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades [...] A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto, as relações de produção, e por consequência todas as relações sociais (Marx; Engels, 2008, p.12-13).

Marx e Engels destacam que a burguesia desempenhou um papel historicamente revolucionário ao destruir as formas feudais de organização social. Entretanto, sua posição dominante é sustentada pela exploração contínua da classe trabalhadora. Assim, a consciência de classe burguesa é moldada por seus interesses de preservação do capital e pela necessidade de manter o controle sobre os meios de produção. A análise da consciência de classe burguesa em Marx revela um sistema ideológico voltado para a perpetuação de suas próprias condições de existência.

“A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais” (Marx; Engels, 2008, p.13). Sobretudo, porque fora pelo caráter revolucionário da burguesia que se delinearam múltiplas transformações no modo de produção e circulação.

Assim, a alienação é vital para a reprodução do capitalismo, que segundo Mézaros (2006) embora se manifeste na consciência, a alienação não tem sua origem nela, mas sim na atividade material humana, que é fonte da consciência. Por conseguinte, concorda-se que tanto a consciência alienada quanto a consciência da alienação, ou a consciência revolucionária, refletem diferentes momentos do processo de formação da consciência de classe, sendo determinados por uma série de condições históricas (Almeida, 2011).

Portanto, a consciência, enquanto fenômeno materialmente determinado, expressa o grau de percepção que um grupo social possui acerca de suas condições de exploração e do seu potencial para promover transformações sociais. A identidade de classe configura-se, assim, como um vetor fundamental para a compreensão das dinâmicas de opressão, dominação e humilhação vivenciadas pelos sujeitos no contexto das relações sociais de produção.

O potencial revolucionário da classe trabalhadora está condicionado ao desenvolvimento de uma consciência coletiva, na qual os indivíduos reconhecem sua condição de exploração e a sua capacidade enquanto força social transformadora. Nesse processo de identificação e reconhecimento mútuo, configura-se a solidariedade intraclasse, elemento fundamental para a consolidação de um poder coletivo capaz de promover mudanças estruturais na ordem social vigente.

No entanto, o potencial revolucionário em questão não decorre exclusivamente de uma elaboração teórica abstrata; ele está profundamente vinculado a processos estruturais e conjunturais que, no dinamismo concreto da história, assumem configurações específicas. Nesse contexto, é de fundamental importância analisar como esses processos se manifestaram em realidades sociais, históricas e geopolíticas particulares, como exemplificado pelo caso da sociedade brasileira.

Assim, torna-se de indeclinável relevância refletir sobre a constituição de um dos mais destacados movimentos sociais e, conseqüentemente, uma significativa expressão organizativa de classe no Brasil: o movimento operário.

No final do século XIX e início do século XX, a economia agroexportadora brasileira começou a apresentar sinais de crise, abrindo espaço para a industrialização como uma nova alternativa de acumulação de capital. Nesse contexto, uma burguesia industrial emergia no país, articulada ao crescimento do setor fabril e da urbanização, além da composição da classe operária, que passaram a demandar maior participação política, contestando a hegemonia das oligarquias agrárias.

O ano de 1917 representou um marco significativo para o movimento operário no Brasil, caracterizado pela deflagração da denominada Greve Geral, que teve início na cidade de São Paulo e se estendeu a municípios circunvizinhos durante o mês de julho, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Esse evento constituiu a

primeira greve geral da história do país, com duração aproximada de um mês. A mobilização coletiva dos trabalhadores foi motivada pelas precárias condições de trabalho, bem como pela elevação acentuada do custo de vida, configurando-se como uma reação às adversidades socioeconômicas da época.

Nos termos de Toledo (2017, p. 499):

A greve teve início no bairro da Mooca, na zona leste de São Paulo, área de concentração de indústrias e de trabalhadores, no Cotonifício Crespi, no dia 8 de junho de 1917. Na fábrica Crespi, cerca de 400 operários iniciaram o movimento reivindicando um aumento salarial de 15 a 20% e protestando contra a extensão do horário de trabalho noturno, imposto pela fábrica para atender ao aumento da produção e ocasionado também pela desestabilização da economia mundial causada pela guerra.

O movimento, inicialmente deflagrado na Liga Operária da Mooca, rapidamente se expandiu, adquirindo proporções significativas e servindo como catalisador para uma série de greves em outros estados do país. Manifestações frequentes, ocorrendo quase diariamente em diversas cidades, refletiram o descontentamento popular diante do elevado custo de vida, da exploração do trabalho infantil, dos baixos salários e de inúmeras outras questões que comprometiam as condições de trabalho e a qualidade de vida da classe trabalhadora no Brasil.

Para coordenar as ações relacionadas ao movimento, foi instituído, em 9 de julho, o Comitê de Defesa Proletária, composto por representantes de grupos anarquistas, socialistas e lideranças sindicais. Após uma série de reuniões entre o comitê e uma comissão formada pelos diretores dos principais jornais paulistas, que atuaram como intermediários entre o secretário da segurança, Elói Chaves, os representantes empresariais e os grevistas, um acordo preliminar foi finalmente assinado em 14 de julho. Esse acordo estabeleceu a garantia do direito de reunião, aumentos salariais, a libertação dos militantes e trabalhadores presos durante as manifestações, bem como o impedimento de demissão dos operários grevistas.

A polícia também se mobilizou, com o início da greve, e as intimidações, frequentemente exercidas por solicitação dos proprietários de fábricas, culminaram nas punições de algumas lideranças, na investigação de militantes, impedição de reuniões e, até mesmo, assassinato de trabalhadores.

Documentos de 1917, preservados no Arquivo do Senado e no Arquivo da Câmara, revelam que os direitos trabalhistas eram quase inexistentes, e que cada fábrica estabelecia suas próprias normas. Os trabalhadores cumpriam uma jornada

mínima de 12 horas diárias. Não tinha direito a férias, aposentadoria, adicional noturno ou descanso nos finais de semana.

Os salários eram extremamente baixos, e mulheres e crianças desempenhavam as mesmas funções dos homens, porém com remuneração inferior. Além disso, as operárias eram frequentemente vítimas de assédio sexual. A carteira de trabalho não existia, e os empregadores não eram responsabilizados pelos acidentes de trabalho nas fábricas. As greves eram consideradas ilegais, e os empregados que participavam das paralisações eram demitidos (Agência Senado, 2017).

Embora haja um consenso na literatura acerca do que seria o ápice das lutas operárias no Brasil no contexto dos anos 1917 a 1920, é anterior a esse período a formação de algumas organizações de composição proletária. Organizações como o Centro Socialista de Santos (1889) e o Partido Socialista do Rio de Janeiro (1892 e 1902), que possuíam nos seus escopos de reivindicações a diminuição da jornada de horas de trabalho.

Em abril de 1906, fora organizada, durante o Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado no Rio de Janeiro, então capital do país, a Confederação Operária Brasileira (COB). Sua base principal foi a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), contando também com o apoio da Federação Operária de São Paulo (FOSP) e de outras entidades sindicais nacionais. A COB marcou a história como a primeira organização operária de alcance nacional no Brasil.

O cenário das greves de 1917 não foi moldado apenas por estas organizações preexistentes, que ajudaram a plantar as sementes do movimento, mas também por acontecimentos internacionais que influenciaram profundamente a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, como a Revolução Russa, um marco decisivo na história das mobilizações operárias.

A Revolução Russa não pode ser entendida de forma isolada ou como um movimento estanque, pois não foi um acontecimento instantâneo ou espontâneo, mas o resultado de uma processualidade histórica complexa e contínua de lutas e transformações sociais. Esse processo esteve intimamente ligado ao desgaste do czarismo russo e ao crescente descontentamento social com o regime e as difíceis condições econômicas e políticas que marcavam o país.

Em 1917, a Rússia enfrentava uma situação instável, agravada pela sua participação na Primeira Guerra Mundial. A escassez de alimentos e as numerosas

derrotas militares frente à Alemanha tornaram o conflito amplamente abominado entre a população russa. O suporte ao imperador Nicolau II<sup>23</sup> estava em níveis excessivamente ínfimos. O crescente descontentamento popular, levou à abdicação do imperador. O vazio de poder resultante transformou a Rússia em uma república sob o nome de Governo Provisório, inicialmente liderado por Georgy Lvov<sup>24</sup> e, posteriormente, por Aleksandr Kerensky<sup>25</sup>.

Um marco decisivo da Revolução Russa ocorreu em outubro de 1917, quando os bolcheviques<sup>26</sup>, sob a liderança de Vladimir Lenin<sup>27</sup>, executou uma tomada coordenada do poder em Petrogrado (atual São Petersburgo). A insurreição foi estrategicamente organizada com a ocupação de pontos da cidade, incluindo

---

☐ “Nicolau II (1868-1918) foi o último czar russo da longa dinastia dos Romanov que governou entre 1894 e 1917. Em 1918 ele foi assassinado junto com a czarina Alexandra e os cinco filhos do casal. Nicolau Alexandrovitch nasceu no palácio de Tsarskoye Selo, próximo a São Petersburgo, Rússia, no dia 18 de maio de 1868. Era filho primogênito do czar Alexandre III e da imperatriz Maria Feodorovna, nascida princesa Dagmar da Dinamarca. A dinastia Romanov governou a Rússia de maneira autocrática durante três séculos, de 1613 até fevereiro de 1917. Entre os czares russos destacaram-se, Miguel I (1613-1645), Pedro I da Rússia (Pedro, o Grande) (1696-1725), Catarina II (1762-1796), Nicolau I (1825-1855), Alexandre III (1881-1894) e Nicolau II (1894-1917), o último czar da dinastia, que abdicou em 1917, em favor do irmão Miguel, que recusou o trono” (Ebiografia, s/d).

☐ Georgy Yevgenyevich Lvov foi o primeiro chefe do Governo Provisório russo, instituído durante a Revolução de Fevereiro de 1917. Além de liderar o governo, também desempenhou a função de ministro do Interior. No entanto, sua administração, inicialmente composta por liberais e posteriormente por socialistas moderados, não conseguiu atender às crescentes e mais radicais demandas da população, contribuindo para o aprofundamento da crise política e social no país. (Ebiografia, s/d).

☐ Alexander Fyódorovich Kérensky foi um revolucionário socialista que ocupou o cargo de chefe do Governo Provisório russo de julho a outubro de 1917. Formado em Direito em 1904, Kérensky ingressou no Partido Socialista Revolucionário, onde desenvolveu sua trajetória política marcada pela defesa das reformas sociais e pela oposição ao regime czarista. (Ebiografia, s/d).

☐ A denominação "bolchevique", derivado do russo bol'shinstvo, que significa "maioria", surgiu após uma divisão no Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) em 1903, quando Lenin conseguiu formar a maioria em uma votação interna, distinguindo sua facção dos mencheviques (men'shinstvo, "minoría"), que defendiam um processo revolucionário mais gradual e baseado em alianças amplas.

☐ “Membro fundador, principal teórico e dirigente do Partido Bolchevique. Dirigiu o partido e os soviets à tomada de poder na Revolução Russa de 1917. Fundou a Internacional Comunista, identificou o Imperialismo como fase superior do Capitalismo e enfatizou o papel do partido como vanguarda da revolução” (Arquivo Marxista, s/d).

pontes, serviços postais, instituições bancárias e o Palácio de Inverno, que servia como sede do Governo Provisório. A plataforma política dos bolcheviques, sintetizada em slogans como "Paz, Terra e Pão" e "Todo Poder aos Sovietes", garantiu o apoio massivo de trabalhadores urbanos, camponeses rurais e soldados descontentes, facilitando a consolidação do novo regime revolucionário.

Segundo Braz (2015) Vladimir Lenin é reconhecido como uma figura central na tradição marxista, tanto pela relevância teórica de suas contribuições quanto pela proeminência que alcançou no contexto do movimento socialista internacional. O pensamento leninista configura-se como uma vertente distinta dentro do marxismo, estabelecendo-se como um movimento teórico e político que deu origem a uma corrente ideológica específica, conhecida como leninismo.

Nesses termos, Lenin:

Como herdeiro de uma tradição teórico-política privilegiada e tendo vivenciado intensamente como protagonista um momento histórico riquíssimo, pôde não só atualizar as ideias de Marx e Engels, mas também dar continuidade a elas introduzindo análises inovadoras sobre questões antes inéditas ou não plenamente desenvolvidas, postas pelo desenvolvimento capitalista em seu estágio monopólico e imperialista. Renovou teoricamente o debate sobre a revolução – e, nela, a questão da organização política do proletariado, a sua relação com o Estado –, acentuando a necessidade de criação de uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado (Braz, 2015, p. 58).

A partir da análise de Marcelo Braz, observa-se a relevância de Lenin para a teoria marxista reside, entre outros aspectos, na sua capacidade de adaptar e aprofundar conceitos fundamentais do marxismo, adequando-os às especificidades políticas e sociais do início do século XX, particularmente no contexto da Rússia czarista. Lenin reinterpretou o materialismo histórico e dialético desenvolvido por Marx, articulando sua teoria à realidade concreta da luta de classes, à configuração do Estado e ao processo da revolução socialista.

Lenin destacou a importância da implementação da "ditadura do proletariado" como etapa de transição necessária para a consolidação do socialismo. Nesse contexto, a classe trabalhadora assumiria o controle do poder político e econômico, com o objetivo de suprimir a resistência das classes dominantes e promover as transformações estruturais indispensáveis à construção de uma nova ordem social. Além disso, Lenin argumentava que a revolução socialista demandava a atuação de um partido revolucionário dotado de elevada organização e disciplina, composto por

trabalhadores conscientes de sua posição de classe e conduzido por intelectuais comprometidos com a teoria e a prática revolucionária.

Lenin elaborou a teoria do imperialismo como uma etapa superior e última fase do desenvolvimento capitalista, argumentando que a expansão do capitalismo para além das fronteiras nacionais, juntamente com a divisão do mundo entre potências imperialistas, constituíam características estruturais essenciais da globalização capitalista em sua época, afirmando em suas análises que “Se fosse necessário dar uma definição o mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo [...] O monopólio é a transição do capitalismo para um regime superior” (Lenin, 2011, p. 217).

Com a essência profundamente teórico-prática de seu pensamento, Lenin dedicou suas ideias à revolução. Além disso, destacou-se por extrair da realidade concreta os elementos fundamentais para a construção de suas reflexões a partir da teoria revolucionária marxista. Suas formulações clássicas, como a definição do marxismo como uma “análise concreta de situações concretas” e a vinculação direta entre prática política e produção de conhecimento, expressa na máxima “sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário”, representam o cerne do pensamento crítico-dialético leninista, caracterizado pela constante interação entre teoria e ação transformadora (Braz, 2015).

A fundação da Internacional Comunista em 1919 resultou das contribuições teóricas e políticas de Vladimir Ilitch Lenin. A constituição dessa organização promoveu o surgimento de partidos comunistas em diversos países, evidenciando a ampla influência do leninismo tanto no campo teórico quanto na prática política. Esse processo reflete o impacto do pensamento leninista na formulação de estratégias revolucionárias e na dinâmica concreta dos movimentos políticos de transformação social.

Tanto a Revolução Russa quanto o movimento internacional socialista representaram eventos de profunda influência sobre as organizações da classe trabalhadora em escala global, incluindo o Brasil. No contexto nacional, as greves e mobilizações operárias ocorridas entre 1917 e 1920 constituíram marcos cruciais na consolidação da resistência proletária frente às condições adversas impostas pelo sistema capitalista emergente.

Esses eventos desempenharam um papel estratégico no fortalecimento das lutas sociais e contribuíram diretamente para a formação ideológica e organizacional

que resultaria na fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, refletindo o alinhamento de setores do movimento operário brasileiro com as correntes internacionalistas inspiradas no marxismo-leninismo.

Outro momento de destaque na história do movimento operário brasileiro foi a greve dos metalúrgicos de 1978, quando, em 12 de maio daquele ano, os trabalhadores da empresa Scania, localizada na região do ABC Paulista, interromperam suas atividades em um movimento de paralisação coletiva. Essa ação grevista marcou o início de uma série de mobilizações operárias que se estenderam por setores industriais estratégicos e repercutiram em diversas outras esferas.

Os impactos desse evento transcenderam o ambiente fabril, influenciando o cenário político, econômico e social do Brasil, além de contribuir significativamente para o enfraquecimento do regime militar e o fortalecimento das organizações sindicais.

O contexto da ditadura militar no Brasil foi determinante para a configuração de uma dinâmica específica que combinava a supressão de liberdades políticas com o controle rigoroso sobre a força de trabalho, estabelecendo uma interdependência estrutural entre a fábrica e a política. Nesse cenário, as restrições impostas às atividades sindicais e às ações coletivas desempenhavam um papel fundamental na manutenção e reprodução do sistema autoritário.

As reivindicações apresentadas pelos trabalhadores metalúrgicos, representavam desafios diretos aos alicerces tanto do regime político quanto do sistema de produção vigente, evidenciando a interseção entre lutas econômicas e políticas no processo de contestação ao autoritarismo e às estruturas de dominação fabril.

Os vínculos estabelecidos pelas mobilizações grevistas de 1978 também se relacionam diretamente com as ações do Sindicato dos Metalúrgicos, que, apesar das severas restrições impostas pelo regime autoritário, vinha há algum tempo articulando estratégias para atenuar os efeitos dos reajustes insuficientes dos salários e conter o aumento da exploração laboral.

Mesmo operando sob um ambiente de repressão política e controle estatal sobre a atividade sindical, essas tentativas refletiam um esforço contínuo de resistência contra a deterioração das condições de trabalho e a erosão dos direitos econômicos, contribuindo para a rearticulação das lutas operárias e para o

fortalecimento do sindicalismo como um instrumento de enfrentamento ao autoritarismo e à lógica de acumulação intensificada no setor industrial.

Esse contexto foi significativamente influenciado pela Revolução Cubana, ocorrida na década de 1950, a qual exerceu um impacto profundo não apenas sobre a trajetória histórica de Cuba, mas também sobre a dinâmica sociopolítica e econômica da América Latina em geral. O processo revolucionário instaurado em Cuba provocou transformações estruturais nas esferas econômicas, políticas e sociais do país.

Até 1952, Cuba encontrava-se sob uma ditadura militar liderada por Fulgêncio Batista. A economia cubana era altamente dependente dos Estados Unidos, com empresas norte-americanas controlando setores estratégicos, como comunicações, transportes, turismo e o sistema financeiro. Em julho de 1953, um movimento revolucionário liderado por Fidel Castro<sup>28</sup> tentou alterar esse panorama por meio da tentativa de tomada do Quartel Moncada, localizado em Santiago de Cuba. A ação tinha como objetivo desencadear uma ofensiva contra o regime de Batista. No entanto, a investida fracassou, resultando na prisão e condenação de diversos insurgentes.

Fidel Castro e seus aliados buscaram exílio no México e foram anistiados em 1955. Em terras mexicanas o movimento revolucionário atraiu novos integrantes, incluindo o argentino Ernesto Che Guevara<sup>29</sup>. Ao retornarem a Cuba para confrontar o regime de Batista, os insurgentes foram impiedosamente reprimidos, mas um pequeno contingente conseguiu se reorganizar nas montanhas da Sierra Maestra.

---

☐ “Fidel Alejandro Castro Ruz, nasceu a 13 de agosto de 1926 em Birán, antiga província cubana de Oriente. Seu pai, Ángel Castro Argiz, filho de camponeses pobres da Galiza. Sua mãe, Lina Ruz González, procedia de uma família camponesa da província de Pinar del Río. Começou os estudos de Bacharelato no próprio Colégio de Dolores e os concluiu no Colégio de Belém, da Companhia de Jesus, em Havana, onde se formou como Bacharel em Letras em junho de 1945. Fidel se formou como Doutor em Direito Civil e Licenciado em Direito Diplomático em 1950. Desde seu gabinete de advogado, dedicou-se fundamentalmente à defesa de pessoas e setores humildes” (Arquivo Marxista, s.p)

☐ “Ernesto Guevara de la Serna (Che Guevara) Médico Argentino: Conheceu Raúl Castro em 1954 no México que o apresentou a Fidel Castro. Logo Che estava engajado no grupo revolucionário comandado por Fidel. Com a vitória da Revolução em Cuba, Che tornou-se cidadão cubano em 1959. Torna-se uma das mais importantes lideranças do novo governo cubano, foi Presidente do Banco Nacional de Cuba e Ministro da Indústria [...] (Arquivo Marxista, s.p)

Esse grupo recebeu apoio de outros movimentos oposicionistas organizados e adotou táticas de guerrilha para combater as forças do exército ditatorial, desencadeando um processo de resistência que ganharia força ao longo dos anos seguintes.

Em resposta às políticas adotadas pelo governo cubano após a Revolução, os Estados Unidos implementaram medidas retaliatórias, incluindo o corte no fornecimento de petróleo para a ilha. As refinarias norte-americanas operando em Cuba recusaram-se a processar o petróleo de origem soviética, que havia se tornado uma alternativa de importação. Em reação, o governo cubano nacionalizou as refinarias, intensificando o conflito econômico. Como represália adicional, o governo norte-americano interrompeu completamente a importação de açúcar, principal produto de exportação do país, e suspendeu formalmente as relações diplomáticas com Cuba.

O fracasso dos Estados Unidos em derrubar o governo cubano resultou na imposição de um embargo comercial, que permanece em vigor até os dias atuais. Em 1961 Fidel Castro declarou oficialmente o caráter socialista da Revolução Cubana, consolidando a aliança ideológica e econômica com a União Soviética como uma estratégia para enfrentar o isolamento político e comercial imposto pelos Estados Unidos e seus aliados na América Latina. O isolamento culminou na expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), marcando um afastamento diplomático significativo no contexto hemisférico.

A Revolução Cubana trouxe conquistas significativas para amplos setores da população, destacando-se os avanços nas áreas de saúde e educação. Os investimentos maciços em educação elevaram substancialmente o nível de escolaridade da população, promovendo a erradicação do analfabetismo em curto prazo. No setor de saúde, a implementação de um sistema público universal e de alta qualidade resultou na expansão da infraestrutura médica e no desenvolvimento de políticas de atenção primária, incluindo a introdução do modelo de atendimento médico familiar, que contribuiu para a melhoria dos indicadores de saúde e bem-estar social.

O triunfo da revolução que aconteceu na ilha banhada pelas águas do mar das Antilhas, marcou um evento de grande repercussão na geopolítica global e na dinâmica sociopolítica da América Latina. A implementação de um modelo alternativo ao capitalismo no hemisfério ocidental, em uma nação próxima ao

território norte-americano, foi um marco que ampliou as tensões da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que inspirou movimentos revolucionários em outras nações latino-americanas.

A experiência cubana inspirou movimentos contestatórios em várias partes do continente, ao demonstrar que a mobilização de setores populares e a adoção de estratégias de natureza político-organizativa poderiam resultar na derrubada de regimes autoritários ou fortemente alinhados às potências capitalistas.

Cuba exerceu uma função significativa na projeção de sua política internacionalista durante o período da Guerra Fria, destacando-se por sua participação ativa em conflitos e movimentos de libertação nacional ao redor do mundo.

O governo dos Estados Unidos, preocupado com a propagação do socialismo e do comunismo no continente, desempenhou um papel significativo na repressão de movimentos revolucionários. A execução de Che Guevara, em outubro de 1967, foi um evento que marcou o auge das tensões ideológicas durante a Guerra Fria na América Latina. A Agência Central de Inteligência (CIA) esteve diretamente envolvida, oferecendo treinamento e apoio logístico aos militares bolivianos. (Azevedo; Seriacopi, 2005).

A intervenção norte-americana na América Latina possui um outro expoente considerável, o suporte dos Estados Unidos ao ditador nicaraguense Anastasio Somoza Debayle. Os regimes autoritários anti comunistas eram considerados como aliados estratégicos na contenção do socialismo e do avanço de movimentos revolucionários.

Somoza Debayle, governou a Nicarágua de 1967 a 1979, liderava uma das ditaduras mais repressivas da América Latina. A família Somoza, que controlava o país desde a década de 1930, beneficiava-se do apoio econômico e militar dos Estados Unidos em troca de alinhamento político e combate ao comunismo. Esse apoio foi intensificado durante os anos 1970, quando a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) começou a ganhar força como uma organização revolucionária socialista que contestava o regime.

A FSLN, inspirada pelos ideais marxistas e pelas lutas revolucionárias em Cuba, tornou-se um movimento de oposição significativo ao governo de Somoza. Apesar da cooperação militar e financeira dos EUA ao regime de Somoza para

reprimir os sandinistas, a insatisfação popular com a corrupção, a desigualdade social e a repressão culminaram em uma ampla mobilização contra a ditadura.

Após anos de luta armada e crescente apoio internacional, os sandinistas derrubaram o regime de Somoza e assumiram o poder, em 1979. A vitória da FSLN marcou um dos maiores reveses para a política externa norte-americana na região durante a Guerra Fria, já que a Nicarágua tornou-se um aliado do bloco socialista liderado pela União Soviética e Cuba.

No Brasil, em particular, a Revolução Cubana contribuiu para a consolidação de movimentos políticos de cunho socialista e revolucionário, que buscaram adaptar a experiência cubana às condições locais, promovendo ideais de transformação social, redistribuição de renda e enfrentamento das desigualdades estruturais. Nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, ocorreram tentativas de estreitar laços com Cuba. No entanto, com o golpe militar de 1964, o Brasil rompeu relações diplomáticas e se alinhou aos Estados Unidos na oposição ao socialismo cubano.

Portanto, as greves que ocorreram no ABC Paulista, constituem dinâmicas significativas na trajetória de mobilização da classe trabalhadora no Brasil. Esses movimentos operários participaram de forma determinante no processo de transição política do Brasil, contribuindo para o colapso do regime militar e a instituição do processo democrático no país.

Neste contexto, caracterizado pelo surgimento de instituições políticas significativas, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), destacaram-se líderes de relevância, como Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos em 1975. Lula desempenhou um papel fundamental nos processos de organização política da classe operária, tornando-se uma das figuras centrais nesse período.

Assim como Lênin, Fidel Castro, Che Guevara e Luiz Inácio Lula da Silva, as classes trabalhadoras e revolucionárias possuem sujeitos centrais na dinâmica da organização política, em todos os tempos históricos, desempenhando funções estratégicas que possibilitam a construção de processos de tomada de consciência de classe. Essas dinâmicas estão relacionadas à formação da identidade de classe, a partir do "despertar" político. Nesse contexto, torna-se essencial compreender o papel do intelectual orgânico na luta de classes, dada sua influência na articulação e contribuições para as transformações sociais e políticas.

Segundo Simionatto (2011) embora a discussão acerca dos intelectuais tenha sido explicitada em obras como Manifesto Comunista, bem como nos escritos de Kautsky, Lênin, Trotsky, a autora defende que foi com o marxista Antonio Gramsci, que essa questão foi abordada com mais profundidade.

Nesses termos,

A questão dos intelectuais ocupa uma posição estratégica nos escritos do comunista sardo. Ela é tratada, no desenvolvimento de suas análises, em relação aos processos de formação da hegemonia e ao conceito de Estado. Em Gramsci, os intelectuais e sua função no âmbito da vida social não são conceituados como sujeitos e ações distantes das determinações do mundo real, como um grupo “autônomo e independente” (Duriguetto, 2014, p. 267).

O pensamento de Antonio Gramsci exige uma abordagem que articule a relevância de sua biografia com as complexidades de sua produção intelectual e militante. Em outros termos, ainda que essa relação não se reduza a uma mera correspondência direta, é fundamental considerar as nuances de sua trajetória pessoal e as conexões estabelecidas com as análises desenvolvidas nos “Quaderni del Carcere”, a mais importante obra do pensador sardo<sup>30</sup>.

Ao abordar acerca da atualidade das intelecções gramscianas, Carlos Nelson Coutinho explicita uma analogia do autor em tela com Maquiavel e Hobbes,

[...] cabe desde já uma observação necessária: **a atualidade de Gramsci não é, simplesmente, a atualidade própria de todo pensador “clássico”**. Decerto, também Maquiavel e Hobbes, por exemplo, são atuais: todo aquele que leu O Príncipe ou o Leviatã sabe que inúmeras reflexões feitas nessas obras continuam a ser importantes para compreender a política no mundo atual. **Mas não é esse o tipo de atualidade de Gramsci: embora também já seja um “clássico”, a atualidade do autor dos Cadernos do cárcere – ao contrário daquela de Maquiavel ou de Hobbes – resulta do fato de que ele foi intérprete de um mundo que, em sua essência, continua a ser o nosso mundo de hoje.** Um de seus temas centrais foi o capitalismo do século XX, suas crises e contradições, bem como a morfologia política e social gerada por essa formação social (1998, p.16).

No contexto das especificidades do capitalismo no século XX e de suas problemáticas, Antonio Gramsci não apenas as teorizou, mas também as vivenciou diretamente. Muitas dessas dinâmicas permanecem atuais, ainda que sob novas

---

<sup>30</sup> Nas expressões de Atilio Monasta (2010) Gramsci, que nasceu na Sardenha, uma das regiões mais empobrecidas da Itália, pertence a um grupo de intelectuais italianos que marcaram a história da Europa, entretanto “Quanto mais seu pensamento e suas atividades contribuíam para o desenvolvimento cultural e para a educação do povo, maiores foram a repressão de sua voz e a deformação de sua mensagem” (Monasta, 2010, p. 11).

configurações. Além disso, o autor foi contemporâneo da Revolução Russa de 1917, o que lhe permitiu analisar criticamente os mecanismos de superação do capitalismo naquele cenário histórico. Portanto, Gramsci torna-se “Um intérprete do nosso tempo” (Coutinho, 1998, p. 17).

E é exatamente sobre exercício intelectual que Gramsci inicia seus escritos nas anotações destinadas a uma introdução e orientação para o estudo da filosofia e da história da cultura, no caderno 11:

É preciso destruir o preconceito muito difundido de que a filosofia seja algo muito difícil pelo fato de que ela é a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos. **É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são “filósofos”**, definindo os limites e as características desta “filosofia espontânea”, própria de “todo o mundo”, (Gramsci, 2024, p. 13)

Na sua compreensão “Todos os homens são filósofos” porque todos possuem uma visão de mundo, as pessoas absorvem ideias, crenças e valores do meio social, da linguagem e da cultura em que estão inseridas. Assim, ainda que não tenham uma formação acadêmica (ou “atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”) elas compreendem e conferem sentido à realidade de acordo com suas experiências, e a partir de seus contextos.

Não obstante, Gramsci evidencia a necessidade de distinção entre essa “filosofia espontânea” e a filosofia crítica. A primeira é transmitida e reproduzida sem reflexões consideráveis, enquanto a segunda exige um esforço consciente de análise e questionamento. Assim, a legítima incumbência é transformar essa “filosofia espontânea” em uma concepção de mundo mais coerente e crítica, basilar para construir processos transformadores da sociedade.

Ao pensar acerca dessa necessidade da postura crítica, Gramsci questiona:

[...] é preferível “pensar” sem ter consciência crítica disto, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais cada um está automaticamente envolvido desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode ter origem na paróquia e na “atividade intelectual” do vigário ou do velho patriarcal, cuja “sabedoria” dita lei, na mulher que herdou a sapiência das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela [própria estupidez e impotência de agir] ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo, consciente e criticamente e, portanto, em conexão com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser guia de si

mesmos e não simplesmente aceitar do exterior, passiva e servilmente, o molde para a própria personalidade? (Gramsci, 2024, p. 13).

Nesse contexto, Gramsci questiona acerca de duas formas distintas de pensamento. A primeira caracteriza-se por um pensamento automático, moldado pelo ambiente e decorrente da adoção de crenças e valores transmitidos pelos grupos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos desde o nascimento. Essas influências podem originar-se de diversas fontes, como a cultura local, instituições religiosas, tradições familiares e figuras dotadas de prestígio social. Esse tipo de pensamento é predominantemente passivo e destituído de reflexão crítica.

Por outro lado, a visão de mundo crítica e autônoma contrapõe-se ao pensamento passivo ao enfatizar a necessidade de cada indivíduo construir sua própria concepção de mundo de maneira consciente e reflexiva. Esse processo envolve a análise das ideias à luz da razão e da experiência, permitindo que os sujeitos tomem decisões de forma ativa. Essa postura não apenas fomenta a autonomia intelectual, mas também possibilita uma participação efetiva na construção da história e da sociedade, conferindo ao indivíduo um papel protagonista na transformação social.

Nessa perspectiva, Gramsci evidencia um novo questionamento:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado agrupamento, e precisamente àquele do qual todos os elementos sociais compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. **A questão é a seguinte: de que tipo histórico é o conformismo, o homem-massa do qual fazemos parte?** (Gramsci, 2024, p.14).

O homem massa tende a internalizar a ideologia hegemônica de maneira acrítica, assimilando passivamente os valores, crenças e padrões comportamentais estabelecidos pelas estruturas sociais e pelas classes dominantes. Esse processo resulta na naturalização das relações de poder, levando à aceitação inquestionável das condições materiais e culturais vigentes.

Em contraste, o sujeito coletivo desenvolve uma consciência crítica acerca de sua posição na estrutura social e engaja-se ativamente em processos de transformação sociopolítica. Esse engajamento ocorre por meio da compreensão dos fenômenos históricos e da participação em instâncias organizadas, como sindicatos, partidos políticos e movimentos sociais, visando à construção de uma sociedade mais justa.

O pensamento gramsciano enfatiza uma perspectiva histórica sobre a filosofia e a cultura, destacando a inseparabilidade entre o pensamento filosófico e sua contextualização histórica. Gramsci analisa que uma visão de mundo coerente exige o reconhecimento de sua própria historicidade e do seu lugar no desenvolvimento do pensamento humano. Esta reflexão aponta, ainda, para o caráter dialético das concepções filosóficas, que surgem em resposta a problemas concretos da realidade e entram em tensão com outras ideias.

A noção de homem coletivo, portanto, está intimamente relacionada com essa referida capacidade de consciência, está associada à importância de uma práxis coletiva, onde as classes subalternizadas tornam-se não apenas fração de um movimento, mas também agentes de novas formas de pensar e agir, rompendo com a racionalidade da submissão e avançando no horizonte da transformação social e política.

A respeito do papel da filosofia e da função dos filósofos, Em Teses sobre Feuerbach, Marx (1845) situou uma crítica à filosofia idealista de Hegel, que considerava excessivamente abstrata e desvinculada das realidades concretas. Marx explicita que “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo”, e critica a filosofia tradicional a partir de suas limitações, destacando que a filosofia não deve ser apenas uma explicação ou interpretação do mundo, mas deve ter como objetivo a transformação da realidade.

“A própria concepção do mundo responde a determinados problemas postos pela realidade”, assim o pensamento gramsciano evidencia a necessidade de uma filosofia com base no movimento da realidade concreta. Uma concepção de mundo que garanta a consciência substancial para a transformação, semente da práxis que possibilita a construção do sujeito histórico. Portanto, a filosofia torna-se “[...] a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o “bom senso” que se contrapõe ao senso comum.” (Gramsci, 2024, p.16)

Assim, Gramsci avança para relacionar filosofia e cultura com política,

[...] um grupo social, que tem uma sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, eventualmente, ocasionalmente, ou seja, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico, tem tomado emprestado, por razões de submissão e subordinação intelectual, de outro grupo social uma concepção que não é sua e a expressa com palavras, e também acredita segui-la, uma vez que a segue em “tempos normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas propriamente submissa e subordinada. **Por isso, então, não se pode separar a filosofia da política e, acima de tudo, pode-se**

**demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também, um fato político [...] (Gramsci, 2024, p.17, grifo nosso).**

Na perspectiva gramsciana a cultura não é apenas um conjunto de construções individuais ou descobertas isoladas, mas um processo coletivo que inclui a disseminação e apropriação crítica do conhecimento. O pensamento em tela argumenta que a cultura deve ser "socializada", e nesse sentido, não deve ser concebida enquanto somente acúmulo de conhecimento, mas instrumento imprescindível para processos organizativos que visam à subversão da ordem hegemônica.

A adoção de uma visão de mundo não é um processo neutro ou exclusivamente cognitivo, mas um ato de natureza política. A escolha e a análise crítica de uma concepção de mundo implicam, portanto, a contestação ou a legitimação de uma determinada hegemonia.

Segundo Gramsci, para que as classes subalternizadas possam trilhar caminhos em direção à emancipação, é imprescindível o desenvolvimento de uma filosofia própria, dotada de criticidade e coerência, capaz de orientar sua práxis política. Essa construção teórica e ideológica é essencial para a disputa por uma nova hegemonia, rompendo com a subordinação intelectual e política imposta pelas classes dominantes.

A relação com a política possibilita pensar que,

**Uma filosofia da práxis não pode deixar de apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação do modo de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente).** Portanto, antes de tudo, como crítica do "senso comum" (após ter-se baseada sobre o senso comum para demonstrar que "todos" são filósofos e que não se trata de introduzir ex novo uma ciência na vida individual de "todos", mas de inovar e tornar "crítica" uma atividade já existente) e, também, como crítica da filosofia dos intelectuais, que deu origem à história da filosofia e que, enquanto individual (e, de fato, ela se desenvolve essencialmente na atividade de indivíduos particularmente dotados), pode ser considerada como as "pontas" de progresso do senso comum, pelo menos do senso comum dos estratos mais cultos da sociedade e, através desses, também do senso comum popular (Gramsci, 2024, p. 21).

Portanto, a filosofia precisa assumir, desde o início, uma postura crítica e polêmica, pois sua função é superar tanto o senso comum quanto às concepções filosóficas tradicionais. A crítica ao senso comum é essencial para questionar a própria ideologia dominante, construções históricas e socialmente difundidas como "verdades absolutas" e irrefutáveis. Entretanto, como em sua concepção todos os

sujeitos são filósofos, todos possuem uma visão de mundo e interpretam a realidade. O objetivo não é criar algo totalmente novo, mas sim transformar essa visão em algo crítico e consciente.

Com isso, os processos de luta política não se efetivam apenas no campo econômico, mas também nas esferas das ideias e da cultura. A mais completa transformação ocorre quando uma nova classe social não apenas toma o poder, mas também constrói uma nova concepção de mundo que possa sobrevir a ideologia dominante.

Acerca da consciência política Antonio Gramsci explicita que:

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. **Portanto, também a unidade de teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um vir a ser histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência de forma só instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção do mundo coerente e unitária** (Gramsci, 2024, p. 23).

A referida reflexão expressa a concepção sobre a consciência política e a relação entre teoria e prática na construção da hegemonia. Gramsci argumenta que a tomada de consciência política parte de um sentimento instintivo de distinção e separação em relação às forças dominantes, mas que esse é apenas um movimento primário.

O verdadeiro processo de emancipação ocorre quando essa consciência inicial se desenvolve e se unifica em uma concepção de mundo coerente e organizada. Isso significa que a unidade entre teoria e prática não é automática, mas sim um processo histórico e dialético de construção da autonomia intelectual e política.

Observa-se que a unidade entre teoria e prática em Gramsci é analisada a partir da premissa de que a transformação social ocorre somente quando há uma síntese orgânica entre ambas. Tal processo não se dá de maneira espontânea, mas resulta de uma construção histórica, na qual a práxis assume um papel central na articulação entre conhecimento teórico e ação política.

A unidade entre teoria e prática, amplamente discutida por Gramsci, é essencial no processo de construção de bases teóricas enraizadas na dinâmica da realidade concreta. No entanto, essa construção deve sempre buscar a integração entre ambos os aspectos, de modo a evitar tanto um politicismo desprovido de

vontade e ação, quanto práticas e processos desprovidos de reflexão crítica. Dessa forma, a perspectiva política se fortalece ao articular pensamento e prática em um movimento dialético que possibilita a superação da ordem hegemônica.

Ao avançar nessa análise Gramsci pondera que:

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: **uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se** (em sentido lato) **e não existe organização sem intelectuais**, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico do nexos teoria- -prática, se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica.” (Gramsci, 2024, p. 24).

A autoconsciência crítica, portanto, envolve a capacidade de um grupo social reconhecer-se, não apenas como um conjunto de indivíduos isolados, mas como uma força coletiva dotada de identidade e trajetória histórica. Esse conceito está ligado à ideia formulada por Gramsci sobre os intelectuais orgânicos, ou seja, aqueles que surgem e se constroem dentro de uma classe social para expressar sua visão de mundo e fortalecer sua organização.

Ao afirmar que “uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se” evidencia-se a importância das instâncias organizativas, que se constroem no movimento social e na dinâmica da luta de classes. Contudo, “não existe organização sem intelectuais”. Nesse sentido, os grupos dependem de um núcleo de indivíduos encarregados da formulação de ideias e estratégias. Essa perspectiva é coerente com a relação dialética entre teoria e prática, na qual a reflexão intelectual sustenta ações concretas e estruturadas.

Assim como Gramsci afirma que todos os homens são filósofos, no caderno 12 ele avança e explicita que “todos os homens são intelectuais”, mas nem todos desempenham a função de intelectuais na sociedade. Na concepção gramsciana, todo ser humano tem capacidade de pensar, refletir e interpretar o mundo ao seu redor, o que faz dele um intelectual em alguma proporção.

Gramsci problematiza a concepção de intelectuais enquanto sujeitos “neutros” que são compreendidos descolados de seus grupos sociais, como se estivessem acima de qualquer outra atividade ou interesse. E, explicita que

Deve-se notar que a elaboração dos estratos intelectuais na realidade concreta não se dá em um terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. Formaram-se estratos que tradicionalmente “produzem” intelectuais e são os mesmos que normalmente se especializam na “poupança”, ou seja, a pequena e média

burguesia rural e alguns estratos da pequena e média burguesia urbana (Gramsci, 2024, p. 1628).

Para demonstrar essa relação entre os intelectuais e o mundo da produção, o autor enfatiza que na Itália, a burguesia rural formava principalmente funcionários públicos e profissionais liberais, enquanto a burguesia urbana gerava técnicos para a indústria. Consequentemente, o Norte do país se destacava na formação de técnicos, enquanto o Sul era mais voltado para funcionários e profissionais liberais.

Assim, Gramsci vai tecendo uma crítica à concepção que considera a atividade intelectual como autônoma e independente, ou seja, desconectada do movimento das classes sociais. Afinal, uma de suas preocupações iniciais e substanciais era “Os intelectuais são um grupo social autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?”.

Ao indagar sobre os “limites máximos” da aceção de “intelectual” no Caderno 12, Gramsci questiona um preconceito naturalizado: a concepção de que a definição do intelectual deve necessariamente estar vinculada às ocupações tradicionalmente classificadas como intelectuais, em oposição às atividades consideradas de natureza manual.

É possível encontrar um critério unitário para caracterizar igualmente todas as diferentes e díspares atividades intelectuais e distingui-las ao mesmo tempo e de forma essencial das atividades de outros agrupamentos sociais? O erro metódico mais difundido me parece aquele de ter buscado este critério de distinção no intrínseco das atividades intelectuais e não em todo o sistema de relações em que elas (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no complexo geral das relações sociais (Gramsci, 2024, p. 1626).

Nas aceções gramscianas, essa distinção compõe uma visão preconceituosa e passivamente reproduzida, pois ignora o fato de que todo ser humano tem uma dimensão intelectual, ainda que não se manifeste nos moldes acadêmicos ou considerados eruditos. O teórico italiano argumenta que a definição de intelectualidade não deve estar limitada a ocupações específicas, mas sim ao papel que os indivíduos efetivam na organização da cultura.

No caderno 4, sobre a posição dos intelectuais o referido autor afirma que:

Os intelectuais tem uma função na “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e no “domínio” sobre esta que se encarna no Estado, e esta função é precisamente “organizativa” ou conectiva: os intelectuais tem a função de organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal, ou seja, o consenso dado pelo prestígio da função no mundo produtivo e o aparato de coerção para aqueles grupos que não “consentem” nem ativamente nem passivamente, ou para aqueles

momentos de crise de comando e de direção, em que o consenso espontâneo sofre uma crise. (Gramsci, 2024, p. 540)

Para além de apenas pensadores Gramsci assinala a essencialidade dos intelectuais, enquanto aqueles que organizam e difundem a hegemonia de uma classe. Nessa concepção os intelectuais atuam tanto no campo ideológico, na persuasão e no consenso, quanto no político, na organização do domínio estatal. Assim, o controle da sociedade não ocorre apenas pela força, mas principalmente pela persuasão e construção de um “senso comum”.

Hegemonia é uma elaboração fulcral na obra de Gramsci porque, para o pensador sardo, a manutenção do poder nas sociedades capitalistas não ocorre apenas por meio da coerção ou da força do Estado, mas principalmente pela construção do consenso na sociedade. Gramsci amplia a análise do poder ao afirmar que uma classe dominante se mantém no comando não somente controlando os meios de produção e os aparelhos repressivos, mas também dirigindo cultural, moral e intelectualmente a sociedade.

Nesse sentido, hegemonia refere-se à capacidade de uma classe social de apresentar seus interesses particulares como se fossem interesses universais, obtendo a adesão ativa ou passiva de outros grupos sociais. Essa direção é exercida sobretudo no âmbito da sociedade civil, instituições como escola, igreja, meios de comunicação e sistema educacional, onde se produz e se difunde uma determinada visão de mundo que naturaliza a ordem social existente.

Portanto, toda classe social fundamenta-se em uma base intelectual de natureza ideológico-prática, essencial para a manutenção da hegemonia. No contexto da construção da hegemonia das classes subalternizadas, a elevação intelectual das massas torna-se um requisito fundamental para o surgimento de uma nova consciência e de uma nova sociabilidade. Nesse processo, a formação e a atuação de intelectuais assumem um papel estratégico crucial para a realização de uma transformação intelectual e moral efetiva.

Nessa direção, as reflexões acerca do papel dos intelectuais na construção da hegemonia permitem estabelecer um diálogo com o projeto profissional do Serviço Social. Ao reconhecer que a disputa por uma nova direção social requer a elevação intelectual e política dos sujeitos, evidencia-se a relevância de sujeitos coletivos e de profissionais comprometidos com a produção e a socialização crítica do conhecimento no âmbito das lutas sociais. É nesse horizonte que se inscreve o

compromisso ético-político do Serviço Social brasileiro, orientado pela defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora e pela construção de processos emancipatórios.

### 3.2 Projeto profissional e Serviço Social: indicações de um compromisso ético e político

A perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, referência da emancipação de toda a humanidade, vincula-se à tarefa histórica revolucionária dessa classe em sua totalidade, de superação da ordem burguesa e da sua própria superação como classe na construção de uma nova ordem societária. (Abreu e Cardoso, 2013, p. 8)

Os seres humanos são, por sua natureza, seres sociais. Não podemos compreender o ser humano fora do contexto das suas relações sociais. O ser humano se define e se constrói nas suas interações com os outros. O que caracteriza a individualidade de uma pessoa é a sua inserção em um conjunto de relações construídas na dinâmica social, e não uma existência solitária e independente. Portanto, pensar a sociedade requer considerar que:

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para lográ-la. (Netto, 1999, p.2).

Desse modo, ao longo desse percurso, são elaborados tanto projetos de natureza individual quanto coletiva. No entanto, para os fins desta análise, destaca-se um tipo específico de projeto coletivo: os projetos de caráter societário. Seguindo a linha de intelecção de Netto significam projetos que “[...] apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”. (Netto, 1999, p.2)

Em sociedades como a capitalista, composta por classes sociais, os projetos societários refletem prioritariamente interesses de classes, que nesse movimento são interesses distintos e antagônicos. Logo, refletir acerca de um projeto societário

é atentar para a perspectiva classista, uma vez que “[...] Os projetos societários são, necessariamente e simultaneamente, projetos de classe [...]” (Netto, 1999, p.4).

A observação da história concreta possibilita a identificação de fenômenos como o surgimento do liberalismo econômico clássico, estreitamente associado ao avanço da burguesia, e do socialismo revolucionário, que buscou responder às exigências do proletariado industrial. As ideologias, fundamentadas nas estruturas sociais, políticas e econômicas, foram moldadas por interesses de classe. Considerando que esses interesses se transformam ao longo do tempo, incorporando novas ideias e reagindo a eventos históricos e políticos, esses projetos devem ser compreendidos como construções históricas, caracterizadas por sua dinâmica, mutabilidade e abertura.

Assim, nenhum projeto de sociedade emerge pronto ou neutro. Tais projetos são construções históricas resultantes de disputas ideológicas, conflitos sociais e antagonismos de classe. A concretização de qualquer projeto societário está intrinsecamente vinculada à esfera política, a qual, por sua vez, está sempre orientada por determinados interesses e visões de mundo. A política constitui o campo por excelência da disputa pelo poder e pela deliberação coletiva, sendo o espaço no qual se estabelece quem detém o poder de decisão, quais decisões são tomadas e a quem elas beneficiam.

Segundo Netto (1999, p.3):

[...] a experiência histórica demonstrou que, na ordem do capital, por razões econômico-sociais e culturais, mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes.

Com base em uma fundamentação materialista e histórica do movimento real, o autor acima citado argumenta que, mesmo em contextos democráticos, as classes trabalhadoras enfrentam obstáculos estruturais, uma vez que a igualdade na disputa entre projetos societários não está assegurada. As democracias liberais, ainda que funcionais, operam dentro dos limites impostos pela ordem do capital. Nesse contexto, as classes dominantes exercem influência sobre diversos sujeitos e instituições sociais, restringindo o alcance de transformações sociais mais profundas e limitando os questionamentos à hegemonia vigente.

Outro expoente de projeto de natureza coletiva, que mantém relação intrínseca com os projetos societários, são os projetos profissionais, que podem ser definidos como aqueles que apresentam:

[...] a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (Netto, 1999, p. 4).

Dessa forma, os projetos profissionais podem ser configurados por processos que envolvem a construção de uma identidade coletiva, a qual específica, fundamenta e legitima cada profissão. O conjunto de indivíduos que integra uma determinada categoria constrói, de maneira coletiva e histórica, os requisitos para o exercício profissional, os quais estão intrinsecamente relacionados aos determinantes que influenciam a emergência dessa profissão na sociedade.

Tais requisitos podem ser classificados em diferentes dimensões: teórica, referente ao corpo de conhecimento necessário; prática e interventiva, concernente às habilidades e competências aplicadas no cotidiano profissional; e institucional, envolvendo a formação acadêmica e o registro em conselhos profissionais. Adicionalmente, cada profissão dispõe de códigos de ética e deontologia que regulam o comportamento dos profissionais, tanto em relação ao público quanto entre seus pares.

A natureza coletiva dos projetos profissionais se manifesta, entre outros aspectos, na compreensão de que o "corpo profissional" não se configura como uma prática isolada de um indivíduo, mas sim como o produto da ação articulada e estruturada de diversos sujeitos e instituições que compõem a profissão. O conceito de corpo profissional transcende a ideia de uma mera categoria de trabalhadores, sendo compreendido como o conjunto de todos os membros e instâncias que contribuem para a efetivação da profissão. Isso inclui tanto aqueles que desempenham a prática de maneira direta, quanto aqueles envolvidos nos processos de formação, organização e defesa da profissão.

A organização do corpo profissional é essencial para a criação e manutenção do projeto profissional, englobando a interação entre diversos grupos, tais como os profissionais em campo (aqueles que atuam diretamente na prática), as instituições

de ensino, os pesquisadores, os sindicatos, as associações e os órgãos reguladores da profissão. Esse processo organizacional possibilita que a profissão desenvolva, de forma articulada, seus projetos e diretrizes, estabelecendo padrões, formas de atuação e regulamentações. A interação entre esses diferentes sujeitos contribui para a construção de uma estrutura coesa e eficiente, fundamental para a consolidação e o fortalecimento da profissão.

O Serviço Social no Brasil exemplifica de maneira concreta a constituição de um sujeito coletivo. A organização do Serviço Social envolve diversas entidades, como o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social, conhecido como conjunto CFESS/CRESS, que regula a profissão, a ABEPSS, responsável pelas diretrizes para a formação profissional e a ENESSO, que articula estudantes do Serviço Social, além de sindicatos e outras associações profissionais.

Essas entidades, em conjunto, formam um corpo profissional que se dedica à discussão, planejamento e execução dos projetos da profissão, refletindo a organização e a articulação do Serviço Social. Esse sistema integrado de sujeitos coletivos e instituições é crucial para a definição das diretrizes da profissão, assegurando sua coesão e seu compromisso no enfrentamento à questão social<sup>31</sup>.

Entretanto, Netto (1999) aponta que:

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (Netto, 1999, p. 5).

Com isto, há de se considerar que, embora se trate da análise de um projeto de natureza coletiva, não é possível pressupor a existência de homogeneidade entre

---

<sup>31</sup> Ao analisar as articulações das entidades profissionais com as lutas mais amplas do terreno histórico Behring (2013, p. 18) explicita que “Se durante algum tempo parecia que estávamos isolados nas nossas entidades, no último período com certa retomada das lutas sociais e maior esclarecimento sobre o projeto em curso e seus limites para implementar medidas de reforma, esse cerco parece ter se rompido, possibilitando desdobramentos interessantes ao projeto profissional, que se nutre do solo histórico, ao mesmo passo que de suas forças internas e persistentes. Vida longa, então, a esta construção do Serviço Social brasileiro”.

os sujeitos envolvidos. Pelo contrário, a concepção de sujeito coletivo remete à constituição de um grupo de indivíduos que, embora compartilhem interesses e objetivos comuns, apresentam trajetórias, experiências e características singulares.

Cada integrante do coletivo aporta ao grupo suas próprias origens socioculturais, vivências e expectativas. Assim, os sujeitos que compõem esse "corpo profissional" não compartilham necessariamente das mesmas experiências ou perspectivas. A coesão do grupo emerge, portanto, da diversidade, expressa na articulação de múltiplas visões e experiências que coexistem, dialogam e se influenciam reciprocamente.

O projeto de uma profissão constitui-se por meio da contribuição de inúmeros sujeitos, o que evidencia sua natureza coletiva. No entanto, ainda que se trate de um projeto vinculado ao exercício profissional, ele seria inconcebível sem o respaldo de um projeto societário que lhe sirva de referência (conforme explicitado, também se configura como uma construção coletiva, porém de alcance mais amplo).

Em outras palavras, a consolidação de um projeto profissional exige, como pressuposto fundamental, a existência de projetos societários que lhe deem sustentação. Como especificam Braz e Teixeira (2009, p.189):

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.

O atual projeto ético-político do Serviço Social, ao propor uma nova ordem social, incorpora referenciais alinhados a uma proposta de caráter contestador, dentre os quais se destaca a perspectiva emancipatória, e neste sentido "[...] A perspectiva da emancipação humana constitui a direção social e política do projeto ético-político do Serviço Social [...]" (Abreu; Cardoso, 2013, p.5).

Tal perspectiva aponta para a necessidade da tarefa revolucionária, onde a superação da sociedade burguesa é fundamental para abolir com as contradições inerentes ao desenvolvimento do capital, como concebe Abreu e Cardoso (2013, p. 8):

A perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, referência da emancipação de toda a humanidade, vincula-se à tarefa histórica revolucionária dessa classe em sua totalidade, de superação da ordem burguesa e da sua própria superação como classe na construção de uma nova ordem societária.

Para uma melhor compreensão do entendimento da categoria emancipação, recorre-se às contribuições de Marx, especialmente àquelas influenciadas pelo pensamento filosófico de Ludwig Feuerbach, como fundamento para a construção dessa noção teórica. A partir dessa perspectiva há duas formas distintas de emancipação, a política e a humana.

Em sua obra *A Questão Judaica*, Marx apresenta a emancipação política como um avanço, embora a considere limitada e parcial. Ele a concebe como uma liberdade restrita aos parâmetros do Estado liberal moderno, no qual os cidadãos se configuram como indivíduos abstratos, sujeitos a uma igualdade formal.

Assim,

O Estado político pleno constitui, por sua essência, a vida do gênero humano em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam subsistindo fora da esfera estatal na sociedade burguesa, só que como qualidades da sociedade burguesa. Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meio, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um brinquedo na mão de poderes estranho a ele (Marx, 2010, p. 40).

A emancipação política constitui um processo complexo e não linear, caracterizado pela tensão entre os interesses individuais ou de grupos (interesses particulares) e os interesses coletivos da sociedade (interesses gerais). Nesse processo, o ser humano é considerado sob duas perspectivas: como um indivíduo egoísta, voltado para a satisfação de seus próprios interesses, e como um cidadão comprometido com o bem-estar coletivo.

Assim, a emancipação política visa a busca por uma conciliação entre esses dois elementos: a liberdade individual e o compromisso com a coletividade. Nesse sentido, embora o Estado possa alcançar determinados níveis de emancipação política, isso não implica, necessariamente, que todos os cidadãos se tornem livres ou se beneficiem dessas transformações.

Marx (2010) critica o Estado moderno por afirmar a igualdade de direitos e deveres entre os cidadãos, enquanto desconsidera as desigualdades concretas entre os indivíduos. Mesmo sob a aparência de universalidade e igualdade jurídica, o Estado capitalista perpetua profundas disparidades econômicas e sociais.

Ao considerar como 'apolíticas' as diferenças de nascimento, classe social, formação educacional e atividade laboral, o Estado ignora o impacto real que essas desigualdades exercem sobre a vida dos sujeitos e sua capacidade de exercer plenamente a cidadania.

Parte-se da premissa de que todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos; no entanto, essa 'igualdade formal' desconsidera as desigualdades materiais como renda, acesso à educação e propriedade. Ao negligenciar esses fatores, o Estado mantém uma desigualdade disfarçada, já que as condições materiais, longe de serem neutras, continuam a influenciar diretamente a vida de cada indivíduo.

Em outros termos, Marx destaca que o Estado não tem como eliminar as diferenças concretas entre os indivíduos, uma vez que está inserido em um sistema que depende justamente dessas desigualdades para funcionar especialmente no contexto do capitalismo. Assim, embora promova uma igualdade formal, o Estado, na prática, preserva as desigualdades reais, já que o próprio modelo econômico se sustenta sobre elas.

Entretanto, em oposição aos direitos meramente formais, a emancipação humana propõe a superação da alienação<sup>32</sup> e das desigualdades estruturais presentes na sociedade capitalista. Para isso, é necessária uma transformação efetiva das condições materiais de existência, o que implica eliminar a divisão de classes e as diversas formas de dominação, em especial, a contradição capital e trabalho.

Assim, a emancipação humana:

---

☐ Segundo Mézaros (2006) a alienação constitui o conceito central nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, obra considerada uma das mais complexas e significativas da tradição filosófica. Assim, no âmbito do pensamento marxista, a alienação é compreendida como o processo pelo qual o ser humano perde o controle sobre os produtos de seu trabalho, passando a ser subordinado a eles. Nesse contexto, o indivíduo é reduzido a uma função ou papel social que o dissocia de sua essência humana. Sob o modo de produção capitalista, essa alienação manifesta-se de forma mais evidente na esfera do trabalho: o trabalhador, apartado do produto final de sua atividade, não se reconhece naquilo que produz, sendo transformado em um mero agente funcional do processo produtivo. Tal fenômeno ultrapassa a dimensão econômica e adquire contornos sociais mais amplos, na medida em que as relações interpessoais passam a ser mediadas, predominantemente, por papéis definidos pela posição ocupada na estrutura econômica, e não pela condição humana em sua totalidade.

[...] só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas "forces propres" [forças próprias] como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política (Marx, 2010, p. 54).

A emancipação humana, segundo a teoria marxista, ultrapassa os limites da política formal e exige a transformação concreta das condições materiais de existência. Trata-se de superar a figura do cidadão abstrato — detentor de direitos universais e formais, mas desprovido de realidade concreta — e afirmar o ser humano como sujeito social pleno. Na sociedade burguesa, persiste uma cisão entre o homem real, que vive, trabalha, tem necessidades e estabelece relações concretas, e o cidadão abstrato, reduzido a uma entidade idealizada. A verdadeira emancipação só se realiza quando essa dupla existência é superada, quando a igualdade deixa de ser apenas um princípio formal e passa a se concretizar na totalidade da vida social.

Assim, quando Marx fala sobre a emancipação humana, ele se refere à libertação de todas as formas de opressão, com destaque para a opressão de classe. A emancipação humana é vista como a libertação do ser humano da alienação, exploração e das condições sociais que restringem sua liberdade. Em um sentido mais amplo, trata-se da criação de uma sociedade sem classes, onde as desigualdades sociais e econômicas, derivadas da divisão do trabalho e da propriedade privada, são superadas.

No cerne da teoria marxista, a classe trabalhadora, em uma sociedade capitalista, é alienada do produto do seu trabalho e não detém os meios de produção. Marx vê o proletariado como a classe revolucionária capaz de transformar profundamente a sociedade. Assim, essa classe tem a "tarefa histórica" de derrubar o capitalismo e estabelecer uma nova ordem social, na qual o poder e os meios de produção sejam controlados de forma coletiva.

A tarefa histórica do proletariado é justamente alcançar a emancipação, ou seja, superar as desigualdades e a opressão estrutural da sociedade capitalista. Para isso, é necessária uma transformação das condições materiais de vida, a construção de uma nova sociedade sem classes e na qual a liberdade humana seja plenamente realizada. Esse processo é histórico porque se desenrola ao longo do

tempo e é impulsionado pela luta de classes, com o proletariado atuando como a força revolucionária capaz de efetuar essa mudança.

Intimamente relacionada a esta reflexão acerca da emancipação humana bem como à discussão do projeto profissional do Serviço Social encontra-se a liberdade<sup>33</sup>, como valor central, “[...] concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação, e a plena expansão dos indivíduos sociais.” (Netto, 1999, p. 15).

De acordo com Vázquez (2014), a liberdade somente se concretiza por meio das relações estabelecidas entre os indivíduos na vida em sociedade. Apenas o ser humano, enquanto ser dotado de razão, possui a capacidade de exercer a liberdade. No entanto, essa liberdade somente se realiza plenamente quando todos os demais indivíduos também a possuem. Sendo o homem um ser essencialmente social, a liberdade adquire sentido apenas quando concebida de forma coletiva.

Sob essa perspectiva, a liberdade configura-se como um produto histórico e social, plenamente concretizado no âmbito coletivo, por meio da transformação consciente da realidade, da produção social da existência humana e da capacidade de agir racionalmente com propósito. Dessa forma, a liberdade não se apresenta como um atributo natural, mas sim como uma construção humana, cuja expansão está condicionada às circunstâncias materiais, políticas e sociais que possibilitem aos indivíduos a vivência enquanto sujeitos plenos.

Todavia, sob a ótica do capital, o ser humano genérico, ou seja, o indivíduo que integra uma coletividade, com capacidade de se relacionar e agir livremente no mundo, é restringido a uma função ou papel específico dentro da economia. Nesse processo, sua liberdade é obliterada, e ele perde a condição de ser livre e coletivo.

---

▮ Para a concepção de liberdade configurada no Código, a história não é um cenário, um contexto: é a substância mesma de que se constitui a liberdade enquanto escolhas/opções que se fazem no confronto entre alternativas reais (ou, se se quiser, enquanto respostas que se propõem em face de problemas objetivos). No Código, as escolhas profissionais são nítidas, inequívocas: numa quadra histórica em que os Estados (inclusive o brasileiro) avançam políticas sociais mercantilizadas e focalizadas, ele preconiza a universalidade do acesso a bens e serviços; diante de uma vida social em que o atentado aos direitos humanos é naturalizado, cotidiano, real e palpável (na guerra e na paz formal), ele aponta sem concessões para a defesa daqueles direitos e para o combate ao arbítrio; em face de uma sociedade em que operam mecanismos de exploração e dominação, ele afirma a possibilidade de uma outra e nova ordem societária – e, nesta afirmação, indica a sua referência geral: a sintonia da valoração ética que assume “com a luta geral dos trabalhadores” (Netto, 2013, p. 24-25)

Nesse cenário, o ser humano se vê limitado à sua condição de trabalhador, submisso à lógica da produção e do consumo, onde suas ações e decisões são moldadas por necessidades impessoais do mercado.

A existência da liberdade só é condicionada por um projeto societário que venha a ser construído coletivamente na história, pois a sociedade burguesa é contraditória, ao passo que fornece as bases históricas para a reivindicação por liberdade, também bloqueia a sua realização. (Iamamoto, 2012).

A emancipação e a liberdade são dois dos referenciais que constituem o compromisso histórico do Serviço Social, sendo este um produto não somente da hegemonia da teoria crítica social, mas também do processo de tomada de “consciência de classe”, que consiste na percepção, pela própria categoria, de pertencer a uma determinada classe social.

Conforme se pode observar, o projeto profissional do Serviço Social constitui-se como uma construção coletiva e histórica. Para uma análise mais aprofundada, é imprescindível compreender os elementos relacionados à origem da profissão no Brasil. Em sua gênese, o Serviço Social esteve vinculado a uma perspectiva de classe, tendo como referência a classe burguesa, e o projeto societário apresentava-se com uma orientação conservadora. Tal contexto permite compreender que o projeto profissional estava, inicialmente, alinhado aos interesses da classe dominante. Logo, os projetos “[...] incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas [...]” (Netto, 1999, p. 3).

Yazbek (2009) suscita elementos importantes para pensar os aportes teórico-práticos e ideo-políticos do serviço social em sua gênese, demarcando a influência da Doutrina Social da Igreja Católica, baseada no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino, no contexto de 1930.

A referida doutrina propunha a conciliação entre capital e trabalho, valorizava a caridade e atribuía ao Estado e à Igreja o papel de mediadores na redução dos conflitos sociais. Tal concepção influenciou as primeiras práticas do Serviço Social, marcadas por um viés assistencialista voltado à caridade, sem, contudo, questionar criticamente as causas estruturais da desigualdade.

Não por acaso, o primeiro Código de Ética Profissional do Serviço Social no Brasil, promulgado em 1947, expressava notavelmente a interferência da doutrina social da Igreja Católica e do pensamento conservador vigente à época. Sua

proposta destacava valores como a caridade, a beneficência e o compromisso moral dos (as) assistentes sociais, sem, entretanto, promover uma problematização da estrutura social responsável pela produção e reprodução das desigualdades.

Nos termos de Silva (2015, p. 2):

[...] Os primeiros Códigos de Ética (CE), em destaque o de 1947, 1965 e 1975, marcam esse período histórico e expressam o primeiro momento de **defesa do projeto societário, conservador e tradicional**. [...] esses códigos visualizavam a relação dos problemas sociais com a decadência moral dos indivíduos, tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e as autoridades a qual não se questionava, além de uma visão a-histórica, metafísica e idealista sobre o homem. (Grifo nosso).

Esses códigos refletem um modelo societário conservador e tradicional, que, no período em análise, buscava preservar normas e valores vinculados à ordem estabelecida. Sob essa ótica, a moralidade e a ética dos indivíduos assumiam uma posição central. As expressões da questão social eram compreendidas não como consequências de uma estrutura social desigual, mas como reflexos da decadência moral dos indivíduos. Essa perspectiva atribuía ênfase à falha do sujeito, em detrimento da análise das condições materiais e sociais.

Ademais, esses Códigos de Ética apresentavam uma concepção de neutralidade em relação ao Estado e às instituições, sem promover uma reflexão crítica sobre as políticas públicas ou a estrutura de poder. O papel do profissional era interpretado como uma função voltada para a manutenção da ordem, sem a intenção de promover mudanças. Essa postura evidenciava uma ausência de reconhecimento da dinâmica de poder e das relações sociais que influenciavam as manifestações da questão social.

A partir da década de 1940, o conservadorismo católico que caracterizou os primeiros anos do Serviço Social no Brasil passou por um processo de tecnificação, influenciado pelo modelo norte-americano da profissão, cujas práticas se baseavam na teoria social positivista de orientação conservadora (Yazbek, 2009). A constituição do Serviço Social como uma profissão dotada de qualificação técnica, com métodos e instrumentos próprios, está historicamente relacionada à influência da matriz epistemológica positivista.

Essa orientação favoreceu uma aproximação com as ciências sociais e com os princípios da administração, o que resultou na consolidação de uma organização profissional pautada em parâmetros burocráticos. Nesse contexto, o positivismo

contribuiu para a difusão da concepção de uma prática profissional neutra, isenta de posicionamentos críticos frente às desigualdades e à estrutura social dominante.

É na segunda metade da década de 1960 que a crítica ao conservadorismo no Serviço Social começa a se delinear, impulsionada pelos primeiros passos do Movimento de Reconceituação, que abalou profundamente as bases da profissão na América Latina.

Esse processo inicial de questionamento, entretanto, ganha maior profundidade na transição dos anos 1970 para os 1980, momento em que se intensifica, em sintonia com a crise do regime ditatorial brasileiro instaurado em 1º de abril de 1964 e sustentado por uma tecnoburocracia civil sob tutela militar, voltada para os interesses do grande capital (Netto, 1999).

Entretanto, foi apenas em 1980, com as diversas mobilizações populares em defesa da democracia que “[...] o histórico conservadorismo do Serviço Social brasileiro, tantas vezes reciclado e metamorfoseado, confrontou-se pela primeira vez com uma conjuntura em que a sua dominância no corpo profissional podia ser contestada [...]” (Netto, 1999, p. 10).

Uma dimensão fundamental do projeto ético-político do Serviço Social, consolidado em decorrência das transformações anteriormente mencionadas, diz respeito ao fortalecimento da produção de conhecimento na área. Esse processo esteve profundamente articulado à busca por legitimidade da profissão nos campos acadêmico e científico, evidenciando um percurso de amadurecimento teórico-metodológico.

Nesse cenário, sobressai-se a constituição e a expansão dos programas de pós-graduação em Serviço Social, os quais desempenharam um papel fundamental na consolidação de uma base teórico-crítica sólida. Tal processo inseriu a profissão de maneira mais estruturada no campo das Ciências Sociais Aplicadas, contribuindo significativamente para o fortalecimento de uma identidade profissional autônoma e crítica.

Ademais, essa inserção repercutiu na qualificação da intervenção profissional, alinhando-a aos princípios do projeto ético-político, orientado pela defesa dos direitos sociais e pelo compromisso com a transformação das condições sociais que geram desigualdades.

Nessa perspectiva, tanto ao longo do processo histórico quanto na contemporaneidade, observam-se avanços significativos. Conforme aponta Sposati

(2007), há uma "transformação de qualidade na produção do conhecimento" no Serviço Social, caracterizada por uma mudança epistemológica e política. Tal transformação está diretamente relacionada à renovação do projeto profissional, cujo compromisso se estabelece com as classes subalternizadas.

Com a adoção da perspectiva crítica, influenciada pelo marxismo e pela crítica ao tecnicismo e ao conservadorismo que marcaram fases anteriores da profissão, o Serviço Social passou a produzir conhecimento não apenas técnico, mas também engajado com as expressões da questão social, as contradições do capitalismo e a busca pela emancipação humana.

Em essência, o projeto profissional orienta a prática do Serviço Social em direção à transformação social, o que reflete diretamente na produção do conhecimento. Este, ao deixar de ser funcional ao sistema, passa a se comprometer com os interesses da classe trabalhadora, mantendo rigor teórico-metodológico, postura crítica e um compromisso ético-político.

Outra referência fundamental desse processo em desenvolvimento é a elaboração e a consolidação hegemônica do Código de Ética de 1993, o qual explicita os valores e princípios estabelecidos a partir do amadurecimento teórico-político, da necessidade de avanços na construção da identidade profissional e, por conseguinte, do compromisso com a classe trabalhadora.

No dia 13 de março de 1993, a Resolução nº 273 do CFESS instituiu o Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social, documento normativo que orienta e regula a conduta e a prática dos profissionais de Serviço Social em todo o território nacional. Tal normativa representou uma reformulação do Código de Ética vigente desde 1986. Ademais, em 7 de junho de 1993, a Lei nº 8.662 foi promulgada, regulamentando formalmente a profissão de Assistente Social e promovendo a atualização do decreto nº 43.193, de 1962, que originalmente disciplinava a categoria profissional.

O Código de Ética Profissional, aprovado em 1993, representa um marco fundamental no processo de transformação ética e política da profissão. Entre os seus compromissos centrais, destacam-se: a defesa intransigente dos direitos humanos; o compromisso com a justiça social, a liberdade, a democracia e a cidadania; bem como a luta contra todas as formas de preconceito, opressão e exploração.

Para além dos códigos de ética, documentos institucionais e marcos normativos que regulam a profissão, o Serviço Social brasileiro, enquanto categoria profissional historicamente constituída, realizou escolhas ético-políticas que expressam uma direção social alinhada à dinâmica da luta de classes. Essas escolhas estão fundamentadas em uma perspectiva teórica crítica e comprometem-se com os interesses da classe trabalhadora, não apenas como resultado de uma vinculação formal, mas como expressão de um processo histórico de construção de identidade de classe.

Nessa perspectiva, a direção social assumida pelo Serviço Social brasileiro não se restringe ao plano normativo ou aos documentos que orientam a profissão, mas se concretiza nas múltiplas formas de intervenção profissional na realidade social. Considerando que a luta de classes se expressa também nos processos de organização coletiva da classe trabalhadora, a relação entre Serviço Social e movimentos sociais adquire centralidade no debate profissional.

### 3.3 Movimentos Sociais no Movimento Sócio-Histórico: terrenos férteis para a função pedagógica do (a) assistente social

É neste mundo que criaremos cotidianos cheios de sentidos! (Abramides, Duriguetto, 2014)

Para a apreensão do objeto desta pesquisa, torna-se imprescindível uma reflexão teórico-crítica acerca dos movimentos sociais, uma vez que a análise desses processos permite compreender como sujeitos coletivos se organizam, elaboram leituras críticas da realidade e constroem práticas de enfrentamento às múltiplas formas de exploração e dominação. Nessa perspectiva, a discussão sobre os movimentos sociais não se configura como um aspecto secundário, mas como um fundamento analítico indispensável para situar o objeto investigado no interior das lutas sociais mais amplas.

Inicialmente, é fundamental explicitar que o conceito de movimentos sociais constitui um campo amplamente debatido, carecendo de uma definição única e consensual. Nesse sentido, torna-se necessário reconhecer que o termo engloba uma multiplicidade de práticas, sujeitos, contextos e finalidades, sendo sua compreensão teórica fortemente condicionada pela perspectiva analítica adotada.

Alberto Melucci (1989, p. 54), ao referenciar Tarrow (1983), observa que “o campo dos movimentos sociais é um dos mais indefiníveis que existem [...]”. Diante dessa complexidade, torna-se imprescindível ultrapassar a dimensão empírica e as manifestações aparentes desses fenômenos, direcionando a análise para suas determinações essenciais. Isso implica considerar a complexidade das relações sociais em que estão inseridos, bem como suas articulações com elementos de ordem conjuntural e estrutural, sempre em correlação com as especificidades do espaço e do tempo histórico.

Maria da Glória Gohn, em sua obra *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos* (2000), identifica quatro principais paradigmas que orientam a compreensão dos movimentos sociais: o paradigma marxista, o norte-americano, o dos novos movimentos sociais e o latino-americano. Jeffrey Alexander, em *Ação coletiva, cultura e sociedade civil* (1998), propõe uma polarização teórica entre o chamado modelo clássico europeu, que enfatiza interpretações históricas das revoluções baseadas em determinações estruturais — e a perspectiva norte-americana, que valoriza a capacidade organizativa e a mobilização de recursos por parte dos sujeitos sociais.

Assim, evidencia-se que a noção de movimentos sociais não constitui um consenso no campo das ciências sociais. Estudos que abordam essa temática apontam para a existência de abordagens teóricas distintas e, por vezes, divergentes (Picolotto, 2007).

No esforço de delimitação conceitual, recorre-se às contribuições de Gohn (1997), que compreende os movimentos sociais como expressões coletivas de natureza sociopolítica, protagonizadas por sujeitos sociais oriundos de distintas classes sociais. Esses sujeitos, ao politizarem suas demandas, instauram um campo político dotado de potencial transformador no âmbito da sociedade civil.

As ações desses movimentos organizam-se a partir de construções coletivas em torno de temas e problemáticas emergentes em contextos marcados por conflitos, litígios e disputas. Ademais, os movimentos sociais desenvolvem um

processo sociopolítico e cultural que favorece a constituição de uma identidade coletiva, fundada na articulação de interesses comuns.

Ghon (2011) compreende os movimentos sociais como fenômenos intrínsecos às contradições presentes na vida social, constituindo-se como manifestações oriundas da luta de classes, das desigualdades e das opressões relacionadas a gênero, raça, território, entre outras dimensões. Tais movimentos configuram organizações que refletem os conflitos do movimento social concreto, atravessando processos históricos. Não se tratam de insatisfações meramente passageiras ou excepcionais, mas de manifestações recorrentes e estruturantes da dinâmica social.

A concepção de que os movimentos sociais não se reduzem a mera “força-tarefa de ordem numérica” (Ghon, 2011) evidencia um entendimento qualitativo desses fenômenos sociais. Assim, não é apenas o contingente de participantes que caracteriza um movimento, mas sobretudo a capacidade destes em constituir espaços de experimentação, aprendizagem, resistência e produção cultural. Os movimentos sociais promovem a emergência de novas linguagens, práticas, formas de organização e modalidades de reivindicação, desafiando a lógica hegemônica e construindo alternativas que configuram modos distintos de existência e sociabilidade.

A experiência acumulada pelos movimentos não se limita à reprodução de tradições preexistentes, sendo constantemente reelaborada no cotidiano, a partir dos desafios concretos enfrentados. Dessa forma, essa experiência se nutre da memória histórica, mas orienta-se prioritariamente para as demandas e possibilidades do presente e do futuro.

Os movimentos sociais constituem o núcleo vital e dinâmico da sociedade, funcionando como seu pulsar essencial. Eles manifestam energias que se configuram tanto como resistência às estruturas tradicionais opressivas quanto como impulsos para a construção de novas formas de emancipação. Dessa maneira, energias sociais previamente dispersas são canalizadas e potencializadas por meio das práticas coletivas, caracterizadas como “fazer propositivos” (Touraine apud Ghon, 2011)

Nesta elaboração não há consenso quanto à ideia de que os movimentos sociais estejam desarticulados da dinâmica das classes sociais. Ao contrário, prevalece o entendimento de que tais movimentos constituem expressões concretas

da luta de classes, a qual tem origem e se desenvolve a partir do conflito estrutural característico da sociedade capitalista: a contradição entre capital e trabalho.

Rejeita-se, igualmente, a concepção que interpreta os movimentos sociais como expressões coletivas de natureza irracional, constituídas por sujeitos inseridos em uma massa acrítica, que apenas seguem lideranças responsáveis pelo pensamento e formulação de propostas a serem implementadas de maneira verticalizada. Tal perspectiva reduz os sujeitos desses movimentos a uma multidão abstrata, destituída de autonomia e capacidade própria de reflexão crítica.

Ao relacionar os movimentos sociais com as classes sociais Viana (2016) atenta para a reflexão de que:

[...] os movimentos sociais não estão dissociados das lutas de classes, sendo que muitos movimentos sociais emergem a partir de tal dinâmica. No entanto, há grande diferença entre um movimento social e uma classe social. Um movimento social, é um conjunto de indivíduos organizados em torno de um objetivo comum, ou uma demanda social, etc., e pode ter uma motivação política, étnica e cultural. Ao mesmo tempo em que pode ser conservador, reformista ou revolucionário. (Viana, 2016 apud Macedo, 2019, p. 2).

Os movimentos sociais configuram-se como ações coletivas organizadas, fundamentadas na mobilização de indivíduos ou grupos em torno de interesses comuns. Tais organizações podem ser analisadas a partir de seus objetivos e da forma como se relacionam com a estrutura social vigente. Nesse sentido, é possível classificá-los: aqueles que visam a manutenção da ordem estabelecida; os que almejam promover transformações dentro dos limites dessa mesma ordem; e, os que propõem a ruptura com a estrutura social, com o intuito de construir uma nova sociabilidade.

Nessa perspectiva de análise, destaca-se o caráter coletivo das organizações, as quais se estruturam a partir de estratégias e objetivos que se vinculam diretamente a insatisfações sociais, reivindicações específicas ou propostas de transformação. Com base nesse entendimento, cada movimento social constrói sua identidade, define suas formas de intervenção e consolida sua ideologia. Ao longo desse processo, busca-se transformar, reforçar ou conservar determinados aspectos da ordem social, política e econômica vigente.

Sob uma perspectiva crítica e dialética, a análise dos movimentos sociais se distancia de abordagens que os interpretam unicamente como manifestações pontuais de descontentamentos individuais ou como reivindicações isoladas.

Conforme argumenta Gohn (2000), tais movimentos não emergem de forma espontânea ou desvinculada de contextos mais amplos; ao contrário, constituem-se como expressões das contradições inerentes às desigualdades estruturais da sociedade capitalista, marcada pela divisão em classes sociais com interesses divergentes e antagônicos.

Dessa forma, os movimentos sociais não devem ser compreendidos como manifestações espontâneas ou desorganizadas, mas como respostas coletivas e articuladas a condições objetivas, tais como a exploração econômica, a marginalização social e as desigualdades no acesso a direitos. As contradições resultantes dos interesses antagônicos entre as classes dominantes e subalternizadas materializam-se em diferentes formas de luta social, por trabalho, educação, saúde, terra, moradia, entre outros direitos fundamentais.

Assim, pensar os movimentos sociais requer compreender a ação dos sujeitos no terreno da história, “Esta ação envolve um fazer -por meio de um conjunto de práticas sociais – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamentação à ação. Trata-se de uma práxis, portanto” (Gohn, 2000, p. 12).

Por conseguinte, tais especificidades organizativas podem ser compreendidas como expressões da ação humana inseridas no contexto histórico, configurando-se como fenômenos dinâmicos e em constante transformação, em oposição a uma perspectiva estática. A dimensão prática desses movimentos refere-se às manifestações concretas por meio de um conjunto diversificado de práticas sociais, tais como ações coletivas, manifestações públicas, organização, mobilização e campanhas, entre outras formas de intervenção.

Por sua vez, a dimensão teórica diz respeito às práticas motivadas e fundamentadas em um arcabouço de ideias, valores e crenças que orientam e conferem sentido às ações empreendidas. Essas ideias são fundamentais para legitimar os movimentos, além de influenciar diretamente a formulação de suas estratégias e objetivos.

Segundo Scherer-Warren (1987, p. 20) movimento social pode ser compreendido como:

Uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob a organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Esta elaboração contempla elementos fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais, a começar pela noção de ação dialeticamente articulada à reflexão, ambas orientadas por determinados objetivos — sejam eles voltados à manutenção ou à transformação de aspectos da realidade social. A formulação de um projeto coletivo, que expressa os propósitos comuns do grupo, está intimamente vinculada ao desenvolvimento de uma direção compartilhada.

Tal trajetória é construída com base em um conjunto de valores, crenças e concepções de mundo que orientam a ação dos sujeitos envolvidos. Para que a ação coletiva alcance um grau mínimo de eficácia, torna-se imprescindível algum nível de organização, ainda que suas formas de materialização possam ser variadas e heterogêneas.

Lopes (1999) analisa os movimentos sociais considerando que:

[...] compreende o movimento social como expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinados pela relações entre estrutura e superestrutura no movimento real de totalidade social concreta de um determinado período histórico e suas manifestações são estruturais ou conjunturais (p.9)

Nesse sentido, os movimentos sociais são manifestações das contradições sociais presentes na totalidade da vida social. Suas ações podem assumir um caráter estrutural, quando estão relacionadas a contradições permanentes do sistema, ou conjuntural, quando se relacionam a situações específicas de determinado contexto histórico ou político.

Contudo, torna-se importante destacar que os movimentos sociais não possuem necessariamente um caráter emancipatório, podendo assumir diferentes direções sociais. Logo, podem ser contestatórios, quando questionam as desigualdades e as formas de dominação inerentes à sociedade capitalista, buscando a ampliação de direitos e a transformação das relações sociais, porém também podem atuar na manutenção da ordem burguesa, quando reforçam valores, interesses e projetos políticos alinhados à reprodução do capitalismo.

A pesquisadora Safira Ammann (1991), em suas produções, como a obra *Movimentos sociais: unidade na diversidade*, analisa os movimentos sociais sob uma ótica dialética, procurando apreender tanto os aspectos que os consolidam quanto aqueles que os diversificam. A referida pensadora sugere que a essência

dos movimentos sociais está na atuação coletiva de natureza contestadora, voltada para a modificação ou manutenção da ordem social vigente.

Ammann contribui, ainda, para a reflexão dos movimentos sociais enquanto fenômenos que se constroem e expandem na dinâmica classista da sociedade do capital, afirmando que “os movimentos sociais expressam, em última instância, contradições existentes no interior da sociedade de classes, sendo formas de resistência ou de luta dos grupos sociais contra as condições que os oprimem”. (1991, p. 130)

Nessa perspectiva, os movimentos sociais exercem um papel fundamental na publicização de problemáticas que incidem sobre determinados segmentos sociais, mas que historicamente foram reduzidas à esfera individual ou privada. Tais movimentos são centrais na construção de uma consciência coletiva acerca das expressões da questão social, contribuindo para sua politização e inserção na agenda pública. Demandas como a violência doméstica, o racismo, a desigualdade de gênero e a pobreza, por exemplo, durante longo período foram compreendidas como responsabilidades estritamente pessoais ou familiares, sendo desconsideradas em sua dimensão estrutural e sociopolítica.

Ao deslocar essas problemáticas do âmbito privado para o espaço público e político, os movimentos sociais contribuem significativamente para a construção de uma consciência social que as reconhecem como expressões coletivas e estruturais da questão social. Esse processo impulsiona a responsabilização do Estado e das instituições, demandando a formulação e implementação de políticas públicas<sup>34</sup> e ações efetivas que visem à transformação das desigualdades e injustiças historicamente naturalizadas.

Não à toa, na análise de Silva (2005), dentre os principais sujeitos que participam dos ciclos das políticas públicas, têm-se os chamados grupos de pressão, os movimentos sociais e outras organizações; os partidos políticos, políticos

---

<sup>34</sup> Política pública se caracteriza enquanto toda conformação de regulação e intervenção na sociedade, que abrange a participação de diversos sujeitos, sendo que estes possuem interesses e perspectivas variados, em contextos econômicos, sociais e culturais específicos (Silva, 2005). Entretanto, o caráter público das políticas não se restringe à sua vinculação formal ao aparato estatal, mas está intrinsecamente relacionado às dinâmicas contraditórias que se estabelecem nas interações entre Estado e sociedade civil. Tais relações são marcadas por disputas, negociações e conflitos, uma vez que o processo de formulação e implementação das políticas públicas não ocorre de forma homogênea, linear ou unilateral.

individualmente; os administradores e burocratas; técnicos, planejadores e avaliadores; o Judiciário e; a mídia.

Os movimentos sociais devem ser compreendidos como sujeitos coletivos historicamente constituídos, que apresentam consonâncias e dissonâncias ao longo de todas as etapas do ciclo das políticas públicas. Suas intervenções conformam uma arena de conflitos legítimos e necessários, cuja existência contribui para o avanço de decisões e ações orientadas à efetivação de direitos e ao atendimento de necessidades historicamente negligenciadas de distintos grupos sociais.

A intervenção dos movimentos sociais no ciclo das políticas públicas revela-se fundamental desde as etapas iniciais, quando atuam na mobilização da opinião pública e na pressão sobre os tomadores de decisão, com o objetivo de inserir determinadas demandas na agenda governamental.

Na fase de formulação, sua participação em conselhos, conferências e demais espaços institucionais de diálogo configura um importante canal de contribuição, tanto com saberes técnico-científicos quanto com conhecimentos advindos da experiência concreta dos sujeitos sociais, o que favorece a construção de políticas mais aderentes às reais necessidades da população.

Durante a implementação das políticas públicas, os movimentos sociais podem assumir o papel de parceiros na execução, especialmente em contextos de gestão participativa e descentralizada, além de atuarem na mobilização das comunidades para o acesso e a efetivação de direitos nos serviços públicos.

Ademais, exercem um papel central nas etapas de monitoramento e avaliação, atuando como instâncias de controle social, ao denunciar falhas, reivindicar melhorias e exigir transparência na gestão pública. Sua presença ativa qualifica o processo avaliativo, na medida em que incorpora a perspectiva dos beneficiários diretos das políticas, contribuindo para a análise crítica de seus impactos e alcance social.

No contexto brasileiro, refletir acerca dos movimentos sociais exige uma atenção às especificidades históricas, geopolíticas e estruturais que marcam o país. Trata-se de uma sociedade profundamente atravessada pelos impactos de um processo colonizatório intenso e violento, cuja conformação sociocultural é composta majoritariamente por populações indígenas, negras, quilombolas, mulheres e segmentos economicamente empobrecidos.

Pensar os movimentos sociais nas particularidades do Brasil requer considerar:

[...] uma formação social caracterizada por uma profunda desigualdade socioeconômica, pela restrita participação política da classe trabalhadora e dos segmentos populares nos principais espaços decisórios e de poder do país — além da existência de uma cultura conservadora sustentadora desse modelo [...] (Elias, 2022, p. 328)

Essas características imprimem particularidades à organização social e política dos movimentos no Brasil. Além disso, enquanto nação periférica inserida na lógica do capitalismo global, o Brasil é classificado como país em desenvolvimento, o que determina sua posição subordinada na divisão internacional do trabalho e nas hierarquias do capital internacional.

De acordo com dados do IBGE (2022), o Brasil abriga aproximadamente 1,7 milhão de indígenas, o que corresponde a 0,83% da população total, estimada em 203,1 milhões de habitantes. Apesar da expressividade numérica e da relevância histórica desse grupo étnico, observa-se uma escassa visibilidade de suas lutas nas produções acadêmicas e nos estudos voltados às ações coletivas no campo dos movimentos sociais. Tal invisibilização contrasta com o fato de que a resistência indígena constitui uma das formas mais antigas de mobilização coletiva no território brasileiro, tendo início com a oposição à colonização europeia desde o século XVI (Gohn, 2024).

No que refere à produção de conhecimento acerca das formas de luta e resistência desses povos, Ghon (2024, p. 4) afirma que:

Os trabalhos encontrados localizam-se fundamentalmente no campo da sociologia e da história, sendo raros na ciência política e sociologia. Várias dessas referências bibliográficas foram fundamentais para o resgate da memória das lutas dos povos indígenas [...]

Tais estudos têm desempenhado um papel crucial na reconstrução de narrativas historicamente apagadas ou silenciadas pela historiografia oficial, ao evidenciar processos de resistência, deslocamentos forçados, práticas genocidas e os modos de vida tradicionais dos povos indígenas. Ademais, contribuem significativamente para a compreensão das dinâmicas de poder, desigualdade, dominação e resistência nas relações entre os povos indígenas, o Estado e a

sociabilidade hegemônica, com especial atenção às questões de identidade, territorialidade e direitos sociais.

Em áreas do conhecimento como o Serviço Social a questão indígena passa a ser compreendida como constitutiva à questão social brasileira, dado que a situação dos povos indígenas no Brasil remonta ao início do século XVI e está intrinsecamente vinculada à relação desigual e violenta estabelecida entre o empreendimento colonial europeu e as populações originárias que habitavam o território. Essa relação foi conduzida, em grande medida, pelos interesses econômicos associados à expansão do capitalismo mercantil, que buscava a exploração intensiva dos recursos naturais e a apropriação das terras indígenas.

Ao analisar as elaborações e mobilizações do Serviço Social acerca do referido debate, Amaral e Bilar (2020, p. 186) explicitam que

Nos anos de 2012 e 2013, foram lançados dois boletins pelo CFESS Manifesta sobre a temática indígena na gestão “Tempo de Luta e Resistência” (2011-2014). Estes refletem o posicionamento da categoria profissional partindo dos compromissos firmados no 40º Encontro Nacional CFESS/CRESS, e reafirmados no 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS, que ocorreram, respectivamente, nos anos de 2011 e 2012. O Conjunto CFESSCRESS, no 40º Encontro Nacional, afirma seu compromisso com a questão indígena.

Os pontos suscitados foram:

[...] intensificação da discussão, no Conjunto CFESS-CRESS, sobre a questão indígena no Brasil, a população quilombola e comunidades tradicionais, o aparato legal (legislação) que as regem, o estudo sobre o acesso desses segmentos às políticas públicas, apoiando a luta pela demarcação das terras. – articulação e apoio às lutas dos movimentos sociais pelo direito à terra, pela moradia digna, pelos direitos dos povos originários, quilombolas, população em situação de rua e catadores/as de materiais recicláveis. (CFESS, 2012, p. 2).

A articulação com os movimentos sociais específicos dessas populações concretiza princípios e valores historicamente constituídos no âmbito do Serviço Social, o qual tem buscado estabelecer vínculos com as lutas por terra, moradia e pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas. Tais referências configuram uma prática profissional pautada na concepção ampliada de cidadania e na defesa da equidade social. Trata-se de uma intervenção que ultrapassa a mediação de demandas individuais, visando o fortalecimento dos sujeitos coletivos e a promoção da transformação das condições objetivas e subjetivas de vida.

Nessa trajetória os desafios são diversos e significativos:

Ainda temos uma tímida produção e ações políticas – embora estejam numa crescente – no campo da luta antirracista no Serviço Social, que reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise da totalidade da realidade brasileira, ou seja, em que medida o racismo impacta o processo de formação e trabalho profissional. (ABEPSS, 2018, p. 11).

No ano de 2010, foi instituído, no âmbito da ABEPSS, um Grupo Temático de Pesquisa (GTP) intitulado “Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia e sexualidades”, com o propósito de promover a reflexão acadêmica e política acerca dessas temáticas.

O documento intitulado "Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social" foi elaborado por iniciativa deste GTP durante a gestão da ABEPSS nos anos de 2017-2018. Segundo a própria ABEPSS (2018) o objetivo consistia em fornecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate sobre a questão étnico-racial, visando contribuir para a construção de uma formação antirracista em Serviço Social, por meio do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão nos níveis de graduação e pós-graduação.

No ano de 2023, por meio de uma publicação oficial do CFESS, datada de 7 de fevereiro, Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas, o Serviço Social de toda a América Latina e Caribe posicionou-se ressaltando a necessidade da luta pela demarcação dos territórios indígenas, pela ampliação do acesso às políticas sociais específicas de assistência social, saúde e educação, bem como pelo fortalecimento das ações afirmativas destinadas a ampliar a inclusão e a permanência dos povos originários no ensino superior público e nos espaços sócio-ocupacionais historicamente vinculados à profissão (CFESS, 2023).

Sabemos que há assistentes sociais indígenas, presentes em coletivos que se organizam para responder a demandas específicas, que contam com nosso reconhecimento. A pesquisa do perfil profissional, com dados de 2019 e lançada em 2022, registra 114 pessoas pertencentes ao grupo étnico-racial indígena, mas o quantitativo atual deve ser bem maior. É por isso que o Conselho Federal, neste 7 de fevereiro, reafirma: questão indígena também é assunto para assistente social! Que possamos aprender com os povos originários o sentido da liberdade e de uma humanidade integrada ao meio ambiente (CFESS, 2023).

As discussões e debates promovidos pelo CFESS reafirmam a legitimidade, urgência e necessidade da questão indígena como pauta central do Serviço Social, especialmente em sua dimensão ético-política, a qual impõe que a intervenção na realidade contemple as lutas por direitos e justiça social. A inclusão de assistentes

sociais indígenas e sua organização em coletivos específicos configuram expressões concretas da luta pelo reconhecimento cultural e pela construção de uma prática profissional que respeite e valorize os modos de vida, os direitos e as demandas dos povos originários.

Entretanto,

Ainda que notemos avanços no posicionamento ético-político da categoria profissional em torno da questão étnico-racial, constatamos que se apresenta tímida a pauta e a visibilidade da questão indígena pelos órgãos de representação dos assistentes sociais, bem como pela produção acadêmica disseminada em eventos científicos e periódicos de significativa circulação e relevância na área. (Amaral; Bilar, 2020, p. 192).

Os referidos autores realizam um mapeamento do estado da arte com o objetivo de identificar o volume de produções acadêmicas relacionadas ao eixo temático em questão, evidenciando, a partir dessa análise, que no ano de 2015, do total de 33 artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade, apenas um tratava da questão indígena. Assim, como, no ano de 2018, das 27 publicações analisadas, apenas duas abordaram a temática em questão. Já em 2019, embora o número de publicações tenha se mantido em 27, nenhuma tratou ou sequer fez menção aos povos indígenas.

Dessa forma, no campo do Serviço Social, embora se observem avanços no reconhecimento da diversidade étnico-racial, a relativa invisibilidade da questão indígena evidencia a necessidade de um aprofundamento crítico que promova a ampliação da compreensão acerca das especificidades culturais, históricas e políticas dos povos originários.

A escassa visibilidade desta temática na prática profissional e na produção acadêmica pode ser compreendida como expressão das dinâmicas estruturais de marginalização e silenciamento que atravessam os espaços institucionais e os marcos epistemológicos da profissão. Tal cenário evidencia a persistência de um paradigma hegemônico que tende a concentrar o debate racial na população negra, frequentemente relegando a pauta indígena a uma posição periférica nos discursos e agendas acadêmicas e profissionais.

No que refere às lutas antirracistas, evidencia-se uma relação histórica entre o exercício profissional dos (as) assistentes sociais e o comprometimento com as questões étnico-raciais e de classe,

São muitas as assistentes sociais negras, mulheres do fim do mundo, que cantaram e cantam até o fim, abrindo espaço para que futuras gerações de profissionais antirracistas pudessem dar continuidade a esse legado de luta e resistência contra a exploração e a opressão de classe, gênero, raça-etnia, sexualidade, geração. (Fornazier *et. al.*, 2023, p. 126).

A reflexão evidencia a presença histórica e política de assistentes sociais negras, denominadas como “mulheres do fim do mundo” — expressão que alude àquelas que, oriundas das margens sociais marcadas pelo racismo, sexismo e exploração, convertem sua dor em resistência e ação. Essas profissionais têm desempenhado um papel central na construção de práticas comprometidas com a emancipação dos grupos subalternizados, afirmando-se como protagonistas políticas nas lutas antirracista e anticapitalista.

A expressão “cantaram e cantam até o fim” simboliza a permanência histórica da resistência, evidenciando sua continuidade no tempo — do passado ao presente. Essa resistência se concretiza por meio de práticas profissionais que confrontam as desigualdades estruturais da sociedade capitalista, caracterizada pela exploração de classe, pelo racismo, sexismo e demais formas interseccionais de opressão.

Ao se afirmar que essas mulheres “abriram espaço para futuras gerações de profissionais antirracistas”, reconhece-se o legado histórico por elas construído, traduzido em uma memória coletiva de luta que forma, orienta e inspira novas práticas profissionais voltadas à transformação social. Tal perspectiva articula-se com os princípios do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que sustenta o compromisso com o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, a superação das opressões estruturais e a defesa intransigente dos direitos humanos<sup>35</sup>.

Um marco significativo e simbólico para o debate acerca das questões étnico-raciais no Serviço Social foi o VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em 1989. Esse evento constituiu-se como um espaço privilegiado de articulação política e acadêmica de assistentes sociais negras, que se organizaram para apresentar estudos e reflexões teóricas voltadas à compreensão das lutas antirracistas, bem como à inter-relação entre a questão social e as

---

<sup>35</sup> Destaca-se, ainda, que a categoria de Assistentes Sociais é composta por 50,34% de profissionais que se autodeclararam pretas, negras ou pardas, segundo dados do CFESS (2022). Em outras palavras, há uma dinâmica de identificação com essas expressões, o que confere um sentimento de pertença a sujeitos que se implicam nos processos.

expressões das categorias raça e classe. Nesse espaço “[...] Assistentes Sociais negras, que também atuavam no movimento negro e/ou de mulheres, começaram a se organizar para apresentarem teses sobre a temática” (Moreira, 2020, p. 84).

Nessa trajetória de esforços coletivos, o GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades”, já citado, segundo a ABEPSS, “[...] ampliou significativamente a sistematização das produções acadêmicas da área, assim como o apontamento de novas pesquisas e de tendências do debate [...]” (2018). O referido grupo construiu uma ementa que orientou a elaboração de documentos e evidenciou um avanço significativo no processo de maturidade teórico-política no contexto do debate em questão.

No ano de 2018, a ABEPSS estruturou o documento “Subsídios ao debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social”, que buscou adensar a discussão étnico-racial pautando sua necessidade na dimensão da formação, e suas inferências ao exercício profissional. A elaboração suscitou, enquanto objetivo geral, “Oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão” (ABEPSS, 2018, s/p).

Atenta-se, ainda, para o empenho das entidades político-organizativas da categoria, que vêm demarcando a premência da discussão, mediante diversificados mecanismos interventivos. Destaca-se a concepção do documento “As cotas na graduação: orientações da ABEPSS para o avanço do debate” (2017-2018), que legitima a continuação da Lei de Cotas para a graduação e o estímulo à adesão de cotas para a pós-graduação.

A ABEPSS sustenta, além disso, a inclusão de docentes, quilombolas, negros e indígenas na dimensão acadêmico-profissional. A campanha “Assistentes Sociais no combate ao racismo” do conjunto CFESS-CRESS, na gestão 2017 a 2020, buscou ampliar o debate, assim como o “Projeto ABEPSS ao vivo” que a partir de indeléveis discussões evidenciou a pauta da questão étnico-racial.

A consolidação dessa agenda no bojo do Serviço Social continua nas gestões de 2021 - 2022, “Aqui se respira luta”, e de 2023 -2024, “Em luta, seguimos atentas e fortes: Luciana Cantalice, presente!”. Esta prioriza, no âmbito da 7ª edição do Projeto ABEPSS Itinerante a formação antirracista como temática, expressa no título

geral da atividade “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”.

A atual gestão da ABEPSS (2025–2026), orientada pelo lema “A certeza na frente, a história na mão: Serviço Social e luta coletiva”, tem avançado na defesa da produção de conhecimento e no aprofundamento do debate acerca da questão étnico-racial, compreendida como elemento estruturante das relações sociais e constitutiva do projeto profissional do Serviço Social. Nesse sentido, destaca-se a disseminação de materiais, bem como a oferta de cursos e ações formativas que problematizam o racismo, a discriminação e as desigualdades raciais no contexto brasileiro.

Ademais, a entidade tem contribuído para o fortalecimento da formação acadêmica, por meio da defesa e da inserção sistemática de conteúdos antirracistas nos currículos dos cursos de Serviço Social, reafirmando o compromisso ético-político da profissão com a luta antirracista.

A atual gestão do CFESS (2023–2026), orientada pelo lema “Que nossas vozes ecoem vida-liberdade”, tem reafirmado seu compromisso com as lutas sociais e com o enfrentamento ao racismo por meio de diferentes iniciativas. Dentre elas, destaca-se a publicação da Resolução CFESS nº 1054/2023, que institui normas voltadas à proibição de condutas discriminatórias e/ou de preconceito étnico-racial no exercício profissional do (a) assistente social.

Tal normativa ultrapassa o caráter meramente punitivo, ao assumir também uma dimensão pedagógica e formativa, ao passo que convoca a categoria à reflexão crítica sobre sua prática profissional, reafirmando o combate ao racismo como uma exigência ética e política constitutiva do Serviço Social.

A atual gestão também tem ampliado e fortalecido o papel dos Comitês Antirracistas, entendidos como instâncias internas voltadas à promoção de debates, processos formativos e ações político-pedagógicas que articulam a categoria profissional às lutas sociais e, de modo específico, ao enfrentamento do racismo.

O CFESS tem investido na divulgação de cadernos, publicações e materiais educativos que abordam o racismo, o preconceito e as questões étnico-raciais, bem como na realização de debates e seminários voltados à problematização das desigualdades sociais, das relações raciais e dos direitos humanos, contribuindo para o aprofundamento da compreensão teórico-política e para o fortalecimento de uma atuação profissional comprometida com uma perspectiva antirracista.

Releva-se, ainda, a contribuição histórica da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), considerando a construção de espaços e reflexões que favorecem a contestação às opressões, o que tem contribuído para uma formação cada vez mais comprometida com um exercício profissional antirracista.

A ENESSO, historicamente, se articula ao movimento estudantil com o objetivo de refletir e delinear linhas de ação e estratégias capazes de responder às demandas dos estudantes. Vai além, ao propor uma educação orientada para uma dimensão política e cidadã. Tais construções configuram-se em oposição à lógica elitista e excludente que caracteriza o sistema educacional brasileiro.

Segundo Rodrigues (2008) qualificar o MESS como “ambiente cotidiano de ação política” é compreender que a militância estudantil não se limita a espaços específicos ou protestos isolados e desarticulados, mas está imersa no dia a dia dos sujeitos que representa, conformando espaços de aprendizagem, debate e resistência contínuos. A aliança do MESS com outros movimentos sociais reforça o entendimento da necessária articulação entre os movimentos sociais, e a totalidade da luta anticapitalista.

Neste sentido, as reflexões acerca das entidades representativas da categoria evidenciam a materialidade da vinculação histórica e política entre o Serviço Social e os movimentos sociais, transcendendo os limites do debate teórico e das disciplinas presentes na formação profissional. Trata-se de uma inserção concreta na dinâmica política desde o processo formativo. A atuação das referidas entidades reafirma o compromisso ético-político da profissão, configurando-se como um espaço privilegiado de reflexão crítica, construção coletiva e elaboração de propostas voltadas à práxis profissional comprometida com a transformação social.

O movimento estudantil, bem como os movimentos negro, indígena e demais expressões dos movimentos sociais, não constituem estruturas homogêneas ou estáticas. Ao contrário, tratam-se de construções históricas, marcadas por transformações contínuas no tempo e no espaço. São sujeitos coletivos e políticos em permanente processo de mudança. As táticas e estratégias de atuação, intervenção e produção de saberes estão constantemente articuladas às correlações de forças políticas, socioeconômicas e culturais, considerando as dinâmicas conjunturais e estruturais que os determinam.

De modo análogo, a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais configura-se, conforme Abramides e Duriguetto (2014), como uma "relação necessária". No entanto, essa vinculação assume diferentes conformações ao longo do tempo, em consonância com as transformações históricas e com as dinâmicas próprias da realidade social em constante movimento. Considerando que

[...] na conjuntura pós-anos 1990, a tematização e atuação do assistente social nas organizações da classe trabalhadora e a relação com seus movimentos sociais a partir de outras inserções institucionais sofre curvatura, de modo que o que se apresentava, na década de 1980, como uma tendência ascendente, irá sofrer um processo de retração. (Abramides, Duriguetto, 2014, p. 184)

As autoras destacam que, durante a década de 1980, o vínculo entre o Serviço Social e os movimentos sociais apresentava-se de forma mais direta e em processo de expansão, impulsionado pela conjuntura de redemocratização do país. Esse contexto era caracterizado por intensa atuação de movimentos sociais, sindicatos e mobilizações populares, além da significativa influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Contudo, a partir da década de 1990, observa-se uma inflexão nesse percurso, decorrente da ofensiva neoliberal, cujos desdobramentos incluem a reestruturação produtiva, a intensificação das privatizações, a flexibilização dos direitos sociais e trabalhistas, e a fragmentação da classe trabalhadora, acompanhada do enfraquecimento das formas de organização coletiva.

Soma-se a isso a reconfiguração do papel do Estado, que passa a atuar predominantemente como gestor da pobreza por meio de políticas focalizadas, em detrimento da garantia de direitos universais. Essa inflexão evidencia os limites históricos impostos à prática profissional diante das transformações estruturais da crise do capital. Importa destacar que tal retração não implica um abandono do projeto profissional crítico, mas sim a reconfiguração da inserção social do (a) assistente social, exigindo a adoção de novas estratégias que permitam a manutenção da direção crítica e o compromisso ético-político com as classes subalternizadas.

As implicações desse contexto manifestam-se não apenas na inserção direta de assistentes sociais em instituições e organizações de caráter popular e coletivo, mas também nos processos de produção e sistematização do conhecimento no interior da profissão. Segundo Iamamoto (2008, p. 461) "a área temática de menor

investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular, o que é motivo de preocupação”.

Ademais,

[...] entre os trabalhos publicados nos Anais do CBAS e do ENPESS, realizados entre 1995 e 2008, somente 3% tematizavam os movimentos sociais. Nesse conjunto, já exíguo, somente 6% expõem experiências diretas de intervenção profissional junto aos movimentos sociais. (Marques, 2010, apud Abramides, Duriguetto, 2014, p. 185).

A presente reflexão evidencia uma tensão presente na trajetória histórica do Serviço Social, ao considerar que o projeto ético-político da profissão se compromete com a transformação social e reconhece os movimentos sociais como sujeitos coletivos de resistência. Contudo, observa-se, no âmbito da prática profissional, uma fragilidade na articulação com tais movimentos.

Essa debilidade pode ser atribuída tanto a determinantes estruturais, como a precarização das condições de trabalho e os mecanismos de controle institucional, quanto a desafios de ordem teórico-metodológica, que envolvem aspectos da formação profissional, da pesquisa e da produção de conhecimento. Nesse sentido, a análise desse cenário revela as contradições que atravessam a profissão no contexto da sociabilidade capitalista, ressaltando a necessidade de superação de perspectivas tecnicistas e a valorização da dimensão política, crítica e coletiva que orienta o projeto profissional do Serviço Social.

Na lei de regulamentação da profissão (1993) está explícita enquanto competência profissional “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais” (art. 4º) e no atual Código de Ética (1993) encontra-se como direito do (a) assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (art.12). Assim, como “respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações das classes trabalhadoras

Nos termos de Abramides e Duriguetto (2014, p. 190):

O mergulho no cotidiano das necessidades e das resistências também nos abre possibilidades programáticas de intervenção junto às organizações e as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores: associações comunitárias, sindicatos, movimentos e lutas sociais pela reforma agrária, pela moradia, pelo reconhecimento dos direitos das mulheres, idosos, crianças e adolescentes etc. Podemos desenvolver ações de assessoria nessas organizações e lutas, na perspectiva de identificação de demandas, na

discussão e na formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos; na importância da participação desses movimentos em fóruns, conselhos, conferências; no estímulo para se relacionarem com outros movimentos e organizações dos trabalhadores para a troca de experiências e formação de ações conjuntas etc.

A reflexão apresentada elucida elementos centrais sobre as potencialidades do Serviço Social enquanto profissão inserida nas lutas sociais e nas estratégias coletivas de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social. A proposta interventiva delineada aponta para a necessidade de reorientação da prática profissional para além dos limites impostos pela institucionalidade, em direção a um compromisso ético-político com os sujeitos coletivos que protagonizam processos de resistência e transformação social.

A imersão no cotidiano compreendido como espaço contraditório e permeado por tensões revela, simultaneamente, obstáculos e possibilidades para a ação profissional. Nessa perspectiva, a atuação do (a) assistente social não deve restringir-se à mera execução e reprodução das políticas públicas, mas deve buscar articulação com as lutas concretas travadas cotidianamente pela classe trabalhadora, reafirmando o caráter crítico e emancipatório que fundamenta o projeto ético-político da profissão.

Essa reflexão reafirma o papel do Serviço Social como uma profissão comprometida com as lutas sociais e atuante na defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. Tal posicionamento reposiciona a profissão no interior das disputas sociopolíticas, reconhecendo a intervenção profissional não apenas como um exercício técnico, mas como um ato político e pedagógico, orientado por princípios emancipatórios.

Nesse sentido, a prática do (a) assistente social deve ser concebida como uma mediação crítica entre as demandas sociais e os projetos societários em disputa, contribuindo para a construção de alternativas que visem à ampliação da cidadania, à justiça social e à superação das formas históricas de opressão e exploração que marcam a sociabilidade capitalista.

Conforme Abreu (2002), a dimensão interventiva do (a) assistente social configura-se como uma prática de caráter político e pedagógico. A função pedagógica, sob uma perspectiva emancipatória, “[...] volta-se para o rompimento de práticas identificadas com a cultura tuteladora/clientelista da relação entre Estado e

sociedade, contribuindo para o surgimento de uma nova e superior prática social” (Abreu, 2002, p. 216).

Abreu (2002) também ressalta a importância de uma formação teórico-crítica contínua por parte do (a) assistente social, uma vez que sua atuação pedagógica requer uma base teórica consistente e definição político-ideológica. Nesse contexto, o profissional deve possuir a capacidade de interpretar criticamente a realidade social e intervir de modo a fortalecer os processos organizativos e as lutas da classe trabalhadora.

[...] as exigências quanto à capacitação profissional apresentam-se numa dupla dimensão: a de contribuir para a mobilização, capacitação e fortalecimento da participação de segmentos da referida classe na construção de alternativas de lutas, face a seus interesses e necessidades de subsistência e sua constituição como sujeito político na formação da classe para si; e a de produzir e socializar conhecimento sobre manifestações da questão social em torno das quais se articulam e se dinamizam formas de lutas, contribuindo para o desvendamento das contradições e tendências do movimento social, a estas se antecipando com propostas alternativas de intervenção. (Abreu, 2002, p. 220).

Dessa forma, a dimensão pedagógica, em sua vertente crítica, evidencia que a intervenção profissional está intrinsecamente vinculada à formação política, à dinâmica das relações sociais e à produção do conhecimento. Nesse âmbito, a função pedagógica do (a) assistente social pressupõe a promoção da consciência crítica, o incentivo à participação ativa dos sujeitos e a contribuição na formulação de estratégias coletivas de enfrentamento das expressões da questão social. Tais processos demandam diálogo, escuta qualificada e capacidade de mediação, elementos constitutivos de uma pedagogia voltada à emancipação humana.

Abreu (2002) destaca a relevância da atuação do (a) assistente social na produção e socialização de conhecimentos acerca das manifestações da questão social, com o objetivo de explicitar suas determinações estruturais e antecipar-se aos seus desdobramentos por meio de propostas de intervenção crítica. Tal processo assume um caráter pedagógico na medida em que o conhecimento produzido transcende sua função contemplativa, convertendo-se em instrumento de luta social. Nessa perspectiva, contribui para o desvelamento das contradições inerentes à sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo em que subsidia a ação política dos sujeitos sociais.

Ademais, a relação do Serviço Social com os movimentos de luta e resistência evidenciam uma intervenção voltada para a educação popular e para a

assessoria. Sendo que no âmbito da educação popular, as ponderações apontam que o (a) assistente social deve atuar na assessoria às organizações das classes subalternizadas na luta pela conquista de direitos de cidadania, promovendo a troca de saberes e experiências com a população atendida, visando à construção coletiva do saber popular (Durigetto, Bazarelo, 2015).

Para além das práticas de assessoria e educação popular, incorpora-se, no âmbito do Serviço Social, a categoria de “intelectual orgânico”, formulada por Gramsci, com vistas a compreender o (a) assistente social como sujeito que atua enquanto organizador, dirigente e técnico, evidenciando, assim, a dimensão essencialmente política de sua intervenção profissional (Durigetto; Bazarelo, 2015). Nessa perspectiva, a apropriação do conceito gramsciano possibilita a análise crítica dos desdobramentos político-profissionais que atravessam a atuação do (a) assistente social no contexto das lutas sociais contemporâneas.

Nessa esfera da função pedagógica e da dimensão essencialmente política Abreu e Cardoso (2009) destacam a mobilização social e organização como centrais nesse processo de articulação dos interesses das classes subalternizadas.

Se privilegiada a concretização dos interesses das classes subalternas, a função de mobilização social desempenhada pelos assistentes sociais direciona-se para o fortalecimento dos espaços de luta dessas classes, onde é possível gerar e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes. (Abreu, Cardoso, 2009, p. 12).

Mobilizar implica instigar, incentivar e contribuir para que os sujeitos sociais reconheçam suas demandas como expressões das contradições estruturais próprias da sociedade capitalista. Nesse processo, o (a) assistente social desempenha o papel de mediador entre as necessidades concretas vivenciadas e os direitos historicamente negados. Trata-se, portanto, de uma atuação de natureza pedagógica, voltada à formação da consciência crítica dos sujeitos. A organização política, por sua vez, está intrinsecamente vinculada ao processo de constituição da classe para si, isto é, à conformação de sujeitos que identificam sua condição de classe e se articulam coletivamente para enfrentá-la.

Nesse campo, o (a) assistente social exerce funções de assessoria e acompanhamento de processos coletivos, contribuindo com a elaboração de estratégias, a produção de diagnósticos sociais, a sistematização de experiências e

o fortalecimento das formas de representação política dos grupos historicamente marginalizados.

Sob essa perspectiva, mobilização e organização articulam-se ainda à concepção do (a) assistente social como intelectual orgânico, nos termos de Gramsci, alguém que, inserido na realidade concreta, atua na interpretação, organização e fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora, colaborando para a construção de alternativas ao projeto societário hegemônico.

Em suma, a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais deve ser analisada à luz das contradições presentes nas relações sociais contemporâneas, as quais também atravessam e polarizam a própria intervenção profissional. Trata-se de um cenário marcado pela intensificação da lógica de mercantilização da vida e por significativos retrocessos nos direitos humanos, o que torna o horizonte da emancipação mais desafiador, embora não inatingível.

O presente capítulo buscou apreender a articulação entre o papel do intelectual orgânico, o Serviço Social e os movimentos sociais, evidenciando como a atuação profissional se insere no terreno das lutas sociais e da disputa pela hegemonia, especialmente no que concerne aos processos de formação da consciência de classe. Essa compreensão permite reconhecer a dimensão ético-política e pedagógica do exercício profissional, em consonância com os interesses históricos da classe trabalhadora.

Diante disso, torna-se necessário avançar, no próximo capítulo, para a análise concreta da relação entre o Serviço Social e o MST, discutindo sua inserção, os processos formativos desenvolvidos no interior do Movimento e a função pedagógica desempenhada pelo (a) assistente social no âmbito das lutas pela terra.

#### 4 SERVIÇO SOCIAL E MST: os caminhos de encontro nas tramas da Reforma Agrária Popular

A consideração da questão agrária como uma importante manifestação da questão social expressa a expropriação tanto da riqueza natural quanto da riqueza socialmente produzida e, por isso, sua defesa visa alterar as relações de desigualdade que garantem a reprodução do capitalismo. (Bezerra, 2014, p. 150)

Pensar a relação Serviço Social e questão agrária implica apreendê-la na perspectiva da totalidade da dinâmica social, reconhecendo a indissociabilidade entre as expressões da questão social, nas dimensões agrária urbana e ambiental. Trata-se de compreender que as determinações históricas e estruturais que conformam o acesso, o uso e a propriedade da terra articulam-se às desigualdades sociais, às formas de exploração do trabalho, à produção do espaço urbano e à degradação socioambiental, exigindo do Serviço Social uma leitura crítica e integrada da realidade.

Nessa direção, os (as) assistentes sociais, em seu cotidiano profissional, lidam permanentemente com as múltiplas expressões dessas determinações, seja nos espaços rurais, seja nos contextos urbanos, uma vez que as refrações da questão agrária atravessam e conformam as diversas manifestações da questão social presentes tanto no campo quanto na cidade, incidindo diretamente sobre as condições de vida da classe trabalhadora e sobre os desafios postos ao exercício profissional.

Para tanto, no terreno histórico, o Serviço Social foi se aproximando da questão agrária a partir de múltiplas mediações, seja no âmbito da formação profissional, da extensão universitária, da militância política, da atuação profissional e da produção de conhecimento, bem como por meio da articulação com os movimentos sociais camponeses. Tal aproximação expressa o reconhecimento da centralidade da questão agrária na conformação da questão social brasileira e evidencia o compromisso histórico da profissão com as lutas da classe trabalhadora no campo e na cidade.

Nos termos de Iamamoto (2014, p. 611):

Os (as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da “questão social”, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a “matéria” sobre a qual incide o trabalho profissional. Ela é moldada tanto pelas políticas públicas quanto pelas lutas sociais cotidianas de diferentes segmentos subalternos que vêm à cena pública para expressar interesses e buscar respostas às suas necessidades.

Portanto, a compreensão crítica consiste em situar a questão agrária como expressão particular da questão social, enraizada nas formas históricas de expropriação próprias do capitalismo. Ao destacar a apropriação privada da riqueza natural, como terra, água, biodiversidade, bem como da riqueza socialmente produzida, Bezerra (2014) reflete que a questão agrária não se restringe à disputa fundiária, mas se articula às determinações estruturais da sociabilidade capitalista, marcada pela exploração e pela desigualdade.

A compreensão da questão agrária como uma particularidade da questão social possibilita situar o (a) assistente social como um dos profissionais diretamente implicados nesse campo de contradições, uma vez que sua intervenção incide sobre as múltiplas expressões das desigualdades engendradas pela contradição entre capital e trabalho. Ao atuar junto às classes subalternizadas, expropriadas da terra, do trabalho e dos meios de reprodução da vida, o Serviço Social insere-se em contextos marcados pela negação de direitos, pela precarização das condições de existência e pela intensificação dos conflitos sociais, tanto no campo quanto na cidade.

Realizar o recorte empírico a partir da inserção de assistentes sociais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) implica reconhecer a relevância de analisar essa relação em um cenário marcado por profundas disputas societárias. Trata-se de um espaço privilegiado de luta política e pedagógica, no qual se desenvolvem processos de organização coletiva e de construção da consciência de classe, fundamentais para o enfrentamento das desigualdades estruturais e para a afirmação de projetos societários antagônicos no âmbito da sociedade capitalista.

Para tanto, este capítulo encontra-se estruturado em três momentos. No primeiro, analisa-se as motivações que levam à inserção de assistentes sociais no MST. No segundo, examina-se o processo de formação acadêmico-profissional em Serviço Social, considerando a relevante articulação com a educação do campo. Por fim, no terceiro momento, aborda-se as especificidades da intervenção profissional junto aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra.

#### 4.1 Entre a terra e a consciência: motivações e processos de inserção de assistentes sociais no MST

“A terra guardava os segredos dos que vieram antes de nós” (Vieira Junior, 2019, p. 11)

A presente reflexão tem como objetivo elucidar as motivações que orientam a inserção e a vinculação orgânica de assistentes sociais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Inicialmente, ressalta-se que compreender essas motivações exige ultrapassar abordagens restritas a determinantes ocupacionais, incorporando a análise das trajetórias biográficas dos sujeitos, das múltiplas dimensões de suas subjetividades e das relações que moldam suas práticas, concepções de mundo e engajamento coletivo.

Destaca-se que, dos dez sujeitos entrevistados, apenas dois possuíam formação em Serviço Social anterior à sua inserção no Movimento. Os demais realizaram a graduação em Serviço Social no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)<sup>36</sup>, sendo que já atuavam como militantes do MST antes mesmo da formação acadêmico-profissional. Observa-se, de modo geral, que a busca pela formação em Serviço Social se encontrava articulada à proximidade político-ideológica com os princípios defendidos pelo Movimento, evidenciando que a escolha profissional se deu atravessada por valores, compromissos coletivos e pela perspectiva de qualificação da intervenção nas lutas sociais.

Portanto, no que concerne às motivações de inserção e de vinculação ao Movimento, identificam-se elementos que transitam desde experiências profissionais prévias, ainda que de outra natureza, mas vinculadas ao contexto do campo, até motivações associadas à identificação com os ideais político-organizativos que orientam o Movimento, conforme depoimento abaixo:

---

▣ “O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é uma política pública de Educação do Campo, instituída pelo Decreto n.º 7.352, de 04 de novembro de 2010. O objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Crédito Fundiário, e dos projetos feitos pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo Incra”. (MDA/INCRA, n.p)

A minha inserção no Movimento se deu via assistência técnica e extensão rural. O trabalho de assistência técnica, era prioritariamente nos assentamentos, especificamente na Regional Itapecuru. Depois de 1 ano acabou o contrato, e eu continuei no Movimento. Terminado o contrato eu nunca perdi o vínculo com o movimento. Até que eu voltei e fui me inserindo organicamente. A motivação é por acreditar na luta do MST, na força política do Movimento. Enquanto sujeito político importante na estratégia da luta de classes. Por acreditar que a Reforma Agrária Popular é sim possível. É necessária. Desde o início estou no setor de produção. Mas já participei do setor de formação e Frente de Juventudes (Assistente Social 01, 2025, Informação verbal<sup>37</sup>).

O relato evidencia que a inserção no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocorreu, em um primeiro momento, pela via da atuação profissional na área da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Entretanto, mesmo após o encerramento do contrato profissional, o vínculo estabelecido com o Movimento não foi interrompido, revelando uma continuidade sustentada pela identificação político-ideológica e pelo comprometimento com suas bandeiras de luta.

No que se refere ao exercício profissional mediado pela assistência técnica e extensão rural, a análise das contradições desse processo dialoga com Freire (1969), que empreende uma crítica ao modelo tradicional de extensão rural difundido na América Latina<sup>38</sup>, denunciando seu caráter vertical, impositivo e ideologicamente alinhado à manutenção da ordem social vigente.

Para o autor, a própria noção de “extensão” carrega o pressuposto da existência de um saber urbano, técnico e científico, considerado superior, que deve

---

<sup>37</sup> Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

<sup>38</sup> “No termo extensão, está implícita a ação de levar, de transferir, de entregar, de depositar algo em alguém, ressalta, nele, uma conotação indiscutivelmente mecanicista. Mas, como este algo que está sendo levado, transmitido, transferido (para ser, em última instância, depositado em alguém – que são os camponeses) é um conjunto de procedimentos técnicos, que implicam em conhecimento, que são conhecimento, se impõem as perguntas: será o ato de conhecer aquele através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe pacientemente um conteúdo de outro? Pode este conteúdo, que é conhecimento de ser “tratado” como se fosse algo estático? Estará ou não submetendo o conhecimento a condicionamentos histórico sociológicos? Se a pura tomada de consciência das coisas não constitui ainda um “saber cabal”, já que pertence à esfera da mera opinião, como enfrentar a superação desta esfera por aquela em que as coisas são desveladas e se atinge a razão das mesmas?” (Freire, 1969, p. 15).

ser transferido aos camponeses, concebidos como receptores passivos, vazios ou carentes de conhecimento. Tal perspectiva reduz o trabalhador rural à condição de objeto de intervenção, apagando sua historicidade, sua cultura e sua capacidade de produzir saberes.

Dando continuidade à reflexão, o autor acrescenta que “O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante” (Freire, 1969, p. 16), presença curiosa esta que remete a uma postura investigativa e problematizadora, na qual o sujeito questiona o que lhe é apresentado e se recusa a naturalizar as relações sociais.

Nessa perspectiva há uma reafirmação da indissociabilidade entre teoria e prática, entendida como práxis, uma vez que conhecer implica intervir conscientemente no mundo, conferindo ao processo educativo um caráter político e comprometido com projetos de superação da ordem.

Freire (1969) também enfatiza a noção de comunicação, entendida como encontro dialógico entre sujeitos que se educam mutuamente. A comunicação não é mera transmissão de conteúdos, mas construção coletiva de sentidos, realizada na problematização da realidade concreta. Nesse processo, os camponeses deixam de ser destinatários e tornam-se sujeitos políticos, capazes de interpretar criticamente seu mundo e agir para transformá-lo.

No que tange, ainda, ao relato da profissional, outro aspecto relevante diz respeito à participação em distintos setores do Movimento, produção, formação e juventude, o que evidencia a lógica interna de pluralidade dos espaços de atuação. Tal dinâmica permite que os sujeitos transitem por diferentes frentes de trabalho, fortalecendo tanto sua formação política quanto sua prática social.

A exigência de transitar por diferentes setores e de atuar junto a distintos grupos de sujeitos, bem como diante de uma diversidade de demandas, guarda estreita relação com a formação generalista do Serviço Social. Compreende-se que tal formação não se orienta pela especialização em campos específicos de atuação ou em eixos temáticos delimitados, mas se fundamenta em um horizonte formativo voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades que possibilitam ao profissional intervir em múltiplas políticas sociais e em uma ampla gama de situações e demandas sociais.

Nas diretrizes curriculares da ABEPSS consta que a formação fundada em bases teórico-metodológicas críticas, ético-políticas e técnico-operativas, não se orienta pela especialização precoce em campos específicos de atuação, mas pela apreensão da totalidade social e das múltiplas expressões da questão social. Nessa perspectiva, a formação profissional busca desenvolver competências e habilidades que capacitam o (a) assistente social a intervir em diferentes políticas sociais e contextos sócio-ocupacionais, respondendo a demandas diversas e historicamente determinadas (ABEPSS, 1996).

Nos termos de Prates (*et al.*, 2012, p.191):

No âmbito da Graduação não formamos especialistas em saúde ou assistência social, em que pese o fato de estas duas políticas absorverem o maior volume de profissionais graduados, formamos profissionais habilitados a inserirem-se nesses campos mas também em outros como na política habitacional, de segurança pública, dos direitos humanos, na previdência, na educação, entre tantos outros e precisamos ocupar espaços importantes onde a profissão se insere ainda de forma tímida como o saneamento ambiental e o financiamento público, por exemplo, mas o que particulariza nossa inserção é o trato das refrações da questão social.

A perspectiva da formação generalista acompanha a complexidade das refrações da questão social, partindo da compreensão de que tais conformações não se expressam nos diferentes espaços de maneira fragmentada ou isolada, mas são mediadas por relações sociais que possuem uma raiz comum, a contradição entre capital e trabalho. As especificidades dos espaços sócio-ocupacionais e das políticas públicas, nesse sentido, não anulam essa determinação estrutural, mas conferem formas particulares às manifestações da questão social, exigindo do (a) assistente social uma leitura crítica capaz de apreender a totalidade social e suas mediações.

No que se refere à dimensão da totalidade que orienta a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), seu programa de Reforma Agrária Popular expressa um processo de atualização em consonância com as transformações contemporâneas da agricultura. Nessa perspectiva, a proposta atual reafirma a Reforma Agrária Popular ao evidenciar o conflito estrutural entre o agronegócio e os trabalhadores rurais, sem desconsiderar a histórica luta desses sujeitos pela desconcentração da terra.

É no percurso da construção da Reforma Agrária Popular que o MST amplia sua luta pela terra, sem, contudo, abandoná-la, pois reconhece que a terra continua sendo o elemento central de disputa, mas compreende que a questão agrária, diante

das transformações do capitalismo contemporâneo e do avanço do agronegócio, exige novas estratégias e sentidos políticos.

Considera-se, nesse contexto, enquanto acepção conceitual de totalidade a seguinte formulação:

A posição da totalidade, que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela sob a superfície e a casualidade dos fenômenos as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo. (Kosik, 2011, p. 41).

Nessa perspectiva, a categoria da totalidade possibilita apreender o projeto de Reforma Agrária Popular como um processo que articula múltiplas dimensões da vida social, como a produção de alimentos saudáveis, a soberania alimentar, a preservação ambiental, a educação do campo, a cultura, a saúde e a organização política dos sujeitos coletivos, compreendidas como partes interdependentes de uma totalidade histórica.

Dando continuidade sobre a inserção de assistentes sociais no MST, existem situações onde a inserção na militância do Movimento não se deu na condição de profissional, mas como continuidade de militância popular, pela consciência da necessidade da organização política coletiva, como observado no depoimento abaixo.

No final dos anos 1980, iniciei meu contato com a militância popular. Participei da Comunidade Eclesial de Base (CEB) do bairro Jabatiteua, integrando o grupo de juventude JOCRUZ (Juventude Opção Cristo Única Solução), onde aprendi a importância da organização coletiva. Posteriormente, ingressei na Juventude Operária Católica (JOC), ampliando minha visão política e conhecendo outras experiências de luta no Brasil e fora do país. Também participei da fundação do núcleo de base do Partido dos Trabalhadores, em Belém, e atuei nas lutas por moradia em Belém, Ananindeua e Marituba, no contexto da reforma urbana. A partir do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, entrei em contato com a militância do MST. Em 1999, recebi o convite para contribuir com uma ocupação no município de Castanhal, onde atuei no trabalho de base. Somente em 2004 ingressei formalmente no MST, assumindo a tarefa de dirigente no setor de frente de massa no Pará. Nessa função, participei da organização de ocupações, da resistência nos territórios até a criação do assentamento. Atualmente, integro o setor de Direitos Humanos do Movimento no estado do Pará (Assistente Social 07, 2025, Informação verbal<sup>39</sup>).

O relato apresentado evidencia um processo de formação política que antecede a própria inserção formal no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

---

<sup>39</sup> Entrevista 07. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

Terra (MST), demonstrando a continuidade existente entre distintas experiências de luta popular que constituem a base histórica da militância tanto no campo quanto na cidade. Essa trajetória tem início nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Juventude Operária Católica (JOC), espaços marcados pela Pedagogia da Libertação<sup>40</sup> e pela articulação entre fé e prática social transformadora.

Ao narrar sua passagem por movimentos urbanos, como a luta por moradia e a fundação de núcleos do Partido dos Trabalhadores, o profissional demonstra como sua identidade política foi sendo construída na intersecção entre as lutas do campo e da cidade, o que reflete a própria complexidade das mobilizações populares no Brasil. Esse percurso evidencia uma formação política diversa, que combina elementos da religiosidade popular, da ação sindical e partidária e da prática comunitária.

O Massacre de Eldorado dos Carajás constitui um marco simbólico e afetivo na trajetória narrada, aprofundando seu vínculo com a causa camponesa e com o MST. Esse episódio não apenas desencadeou um processo de indignação coletiva, mas também funcionou como catalisador de novas adesões ao Movimento, convertendo a experiência da dor em mobilização política. Dessa forma, a trajetória relatada evidencia como a militância se constrói a partir de experiências acumuladas, articulando dimensões pessoais, ideológicas e históricas.

No que refere, ainda, ao enunciado, a inserção formal do entrevistado em 2004, na condição de dirigente da frente de massa, evidencia um nível ampliado de

---

<sup>40</sup> Nas análises de Sá e Duarte (2021, p. 8) “Foi na conjunção da América Latina oprimida e opressora que Freire amalgamou teoria e prática no intuito de substancializar a pedagogia da libertação em seu projeto de homem e de mundo. A esse propósito, buscou equalizar – de forma concreta – o espírito do homem livre e autônomo, a fim de que a realidade pudesse ser constantemente transformada. Sua vivência e experiência político-pedagógicas se pautaram no otimismo, na esperança e na utopia do homem livre e de um mundo melhor. Isso significa dizer que almejou o homem livre, autêntico e engajado no processo da educação libertadora voltada para a conscientização sociopolítica enredada na libertação do oprimido e, em consequência, também do opressor. Freire pensou a realidade a partir da sua condição histórica e ocasionou rupturas na educação tradicional quando propôs a pedagogia contestatória, a qual pudesse libertar o oprimido e o opressor das suas próprias amarras. Seu compromisso com a liberdade, com o amor ao homem e à ética, especialmente em tempos de opressão, marcou profundamente as bases daquilo que se poderia chamar de filosofia da educação freiriana. Em razão dos seus feitos para consolidar a pedagogia da libertação foi que seu pensamento se notabilizou entre os mais respeitados educadores no Brasil, na América Latina e no Mundo”.

intervenção, na medida em que sua atuação ultrapassa a mera adesão à causa, passando a englobar responsabilidades estratégicas voltadas à base social do Movimento. Entre essas funções destacam-se a organização de ocupações, a promoção da resistência e a consolidação de assentamentos. Tal ascensão à instância de direção reflete o reconhecimento coletivo de sua trajetória e do compromisso político-ideológico, valores que constituem elementos centrais na lógica de formação e fortalecimento de quadros do MST.

No relato observa-se a centralidade atribuída à ocupação enquanto forma de luta de profundo significado para o Movimento. A ocupação representa o ponto de partida para as demais estratégias de enfrentamento e organização, constituindo-se como o primeiro movimento concreto em direção à conquista da terra. Nesse sentido, conforme Fernandes (1998, p. 25-33), “esse espaço construído pelos trabalhadores é o lugar da experiência e da formação do movimento [...] A ocupação é a condição da territorialização.

A ocupação configura-se como elemento central no processo de resistência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), uma vez que representa o ato de ocupar o espaço e nele permanecer, constituindo, desde os primórdios de sua história, uma dinâmica fundamental para o acesso à terra. Historicamente, o Movimento tem se apoiado na ocupação como uma de suas principais estratégias de luta; entretanto, a reflexão crítica sobre tais estratégias mostra-se imprescindível para a própria reprodução e fortalecimento do MST.

No âmbito prático, as ocupações enfrentam constantemente decisões judiciais de despejo, geralmente acompanhadas de ordens de reintegração de posse. Nesses casos, as famílias sem terra desocupam a área e se reorganizam em locais próximos, construindo acampamentos com estruturas precárias, compostas, em geral, por barracos de lona que abrigam cada núcleo familiar. A resistência, portanto, é um processo contínuo, sustentado até que todas as famílias acampadas sejam efetivamente assentadas. Esses acampamentos cumprem uma função estratégica ao visibilizar as reivindicações do Movimento perante as autoridades e a sociedade, além de constituírem espaços de deliberação, organização coletiva e formação política.

Nesse contexto, Fernandes (1998) caracteriza o MST como um movimento socioterritorial, no qual as ocupações e os assentamentos compõem um processo contínuo de territorialização que o distingue de outras formas de organização social.

A noção de territorialização, segundo o autor, permite compreender como os trabalhadores sem terra produzem território por meio da luta pela terra, ressignificando o espaço a partir de suas práticas coletivas e de sua experiência de resistência.

Em suma, o território deixa de ser compreendido apenas como um espaço físico quando os sujeitos passam a nele construir suas experiências de luta, suas relações sociais, formas de vivência e processos de organização coletiva. É nesse movimento que o território adquire dimensão política e social, tornando-se um espaço de resistência e de produção de vida. A terra, nesse contexto, deixa de ser mero objeto de posse ou mercadoria, para assumir o sentido de bem comum, indispensável à reprodução social, à identidade dos sujeitos e à consolidação de projetos coletivos que afirmam o direito de existir e de pertencer.

A ocupação, nesse sentido, desafia o poder do latifúndio e a lógica especulativa da terra, ao mesmo tempo em que reafirma o direito à vida e à dignidade. Trata-se de um ato simultaneamente político e pedagógico, pois educa, na prática, os trabalhadores e trabalhadoras acerca de seus direitos e da importância da luta coletiva e organizada. Assim, o assentamento se configura como um “território em movimento”, no qual o projeto agrário e político do MST se concretiza, materializando-se como espaço de produção, resistência e construção de novas sociabilidades (Fernandes, 1998).

Analisa-se, a partir destes movimentos, a construção de uma nova cultura, a partir das classes subalternizadas:

O processo da crítica e da elaboração de uma nova cultura supõe relações pedagógicas originais, orientadas pela perspectiva do trabalho criador, concreto, como devir histórico e princípio educativo, em detrimento do trabalho alienante, abstrato. Deste modo, relações pedagógicas aí construídas fundam-se em um novo princípio educativo centrado no trabalho, a partir de uma nova lógica entre o padrão de produção e de trabalho e a necessidade histórica de uma nova cultura; (Abreu, 2018, p. 388).

Nessa perspectiva, as ocupações realizadas pelo MST constituem ações que não se reduzem a uma estratégia tática de acesso à terra, mas se configuram como processos pedagógicos produtores de aprendizagens políticas, culturais e organizativas na dinâmica da luta social. As ocupações instauram um espaço e tempo distintos daqueles regulados pela lógica do capital, no qual o trabalho coletivo, a autogestão e a cooperação passam a organizar a vida material e

subjetiva dos sujeitos. Nesse sentido, o trabalho deixa de assumir apenas a função de meio de subsistência e passa a ocupar centralidade enquanto princípio educativo, uma vez que é por meio dele que os sujeitos aprendem novas formas de produzir, deliberar e se relacionar socialmente, articulando prática social e consciência crítica.

Assim, a luta pela terra e a consciência política acerca de sua importância constituem fundamentos essenciais que orientam e motivam a inserção de alguns dos profissionais entrevistados, evidenciando a centralidade dessa pauta na conformação de seus percursos políticos. Conforme relata a assistente social 06 (2025, informação verbal <sup>41</sup>), “como motivação para inserção no âmbito do Movimento, destaco a luta pela terra e as indignações diante das retiradas de direitos das pessoas do campo”. Em convergência, outro depoimento reforça essa compreensão ao afirmar: “a princípio, a motivação foi a de ter terra para trabalhar; porém, no decorrer da luta e dos processos de formação, entendi que a militância é, ou era, também uma necessidade” (Assistente Social 08, 2025, informação verbal<sup>42</sup>).

Em contraposição à lógica capitalista, que compreende a terra unicamente como mercadoria e meio de acumulação de capital, os sujeitos do campo e os movimentos sociais, como o MST, reconhecem-na como espaço de vida e de trabalho, um bem comum essencial à garantia da existência material e simbólica das famílias camponesas. Nessa perspectiva, a terra ultrapassa o estatuto de propriedade privada e passa a ser concebida como território de reprodução da vida, espaço de produção, de identidade e de pertencimento coletivo.

A relação com a necessidade de luta é ainda corroborada por outro militante, que evidencia como esse compromisso se articula à experiência prática e à percepção da urgência de organização coletiva:

Eu entrei no Movimento tinha uns 17 anos, primeira ocupação, depois fui para o assentamento, onde estou até hoje, Padre Josimo. De início, lembrando o motivo de inserção. Na época, eu estava saindo do ensino fundamental para o ensino médio. Recordo que nas aulas de história eu era muito fascinado pela história da resistência, da resistência da juventude na

---

☐

Entrevista 06. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

☐ Entrevista 08. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

ditadura militar. E, estudei a história da guerrilha do Araguaia, na região Amazônica. Eu tinha, então, o desejo de ser revolucionário que nem eles, naquela época. Na minha região eu não conhecia nenhum movimento, mas sempre estive muito ligado à igreja católica. Não conhecia, ainda, a história de Josimo. Só conheci a história dele quando entrei no Movimento. Foi quando teve um encontro estadual do MST, e eu fui. Quando vi eu disse, é com esse povo que eu vou me juntar e vou fazer revolução pelo mundo. Junto com esse povo, aí entrei no Movimento. E iniciei a militância pelo Coletivo de Juventude. Depois fui para o Coletivo Estadual. Mas também atuei muito pelo Setor de Cultura. Participando de muitas atividades. Na cultura. Experimentando outros setores. O Coletivo LGBT, também. (Assistente Social 03, 2025, Informação verbal<sup>43</sup>)

A entrada efetiva do profissional no MST deu-se por meio de um encontro estadual, ocasião em que passou a reconhecer o Movimento como espaço propício à realização de seus ideais revolucionários. A partir desse momento, inicia-se sua inserção orgânica, inicialmente no coletivo de juventude e, posteriormente, no coletivo estadual, evidenciando um percurso característico da construção da militância dentro do MST e do processo progressivo de responsabilidades políticas e organizativas.

A trajetória do entrevistado também revela a significativa influência da Igreja Católica, destacando o papel de espaços religiosos na socialização e no desenvolvimento de valores como solidariedade, justiça social e engajamento comunitário. No contexto do MST, a referência a Padre Josimo, mártir da luta camponesa, assume um caráter simbólico de inspiração, evidenciando a interseção entre fé, ética e prática transformadora.

É de inegável relevância ressaltar que a Igreja Católica, historicamente, apresenta um perfil marcadamente conservador, frequentemente atuando na preservação das estruturas sociais e políticas vigentes. Essa orientação se manifesta em sua doutrina, nas hierarquias institucionais e na relação com o poder estatal, refletindo-se na defesa de valores tradicionais e na cautela frente a mudanças sociais profundas. Tal dimensão conservadora reforça a manutenção da ordem estabelecida, limitando a capacidade de intervenção direta em movimentos que questionem as desigualdades estruturais e o modelo econômico dominante.

Entretanto, o perfil conservador da Igreja Católica não esgota a totalidade de sua atuação. Iniciativas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a atuação de

---

▮ Entrevista 03. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

figuras emblemáticas, como padre Josimo Tavares, evidenciam um viés comprometido com a justiça social e a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Josimo, em articulação com comunidades camponesas, desafiou latifúndios e confrontou estruturas de poder estabelecidas, demonstrando que a fé pode constituir também um instrumento de transformação social.

Portanto, padre Josimo Tavares se destacou como uma liderança religiosa e social comprometida com a justiça social, a Reforma Agrária e a defesa dos trabalhadores rurais. Inserido no Bico do Papagaio, não apenas conduziu atividades pastorais, mas também articulou a criação de comunidades e associações rurais, incentivando a organização coletiva, a consciência de direitos e a mobilização social. Sua atuação se deu em estreita conexão com a realidade local, em que os conflitos fundiários e a opressão dos latifundiários exigiam coragem e engajamento direto.

O Bico do Papagaio, região situada no norte do Tocantins, é caracterizada por grande concentração fundiária, latifúndios extensos, altos índices de pobreza rural e conflitos agrários históricos. Durante as décadas de 1970 e 1980, a região tornou-se palco de intensas disputas por terra, marcado pela exploração econômica dos latifundiários, em conflito com camponeses.

Logo, o fato de o profissional residir no estado do Tocantins e desenvolver sua consciência política, a partir de processos formativos, não constitui um mero detalhe de sua dimensão pessoal, mas evidencia a relevância da geografia como elemento estruturante da experiência social.

A localização permite ao sujeito estabelecer conexões entre espaço, tempo e história, compreender os conflitos, observar os atores em ação e analisar as condições concretas da realidade local. Esses elementos configuram-se como sementes fundamentais para o questionamento crítico, para o desenvolvimento da rebeldia política e para a percepção da necessidade de transformação e superação das desigualdades existentes.

Para além da dimensão geográfica, ainda que em articulação com ela, coloca-se a questão da condição de classe e da formação da consciência de classe. Conforme Lukács (2003), o proletariado constitui-se, simultaneamente, como objeto da exploração capitalista e como sujeito potencial da transformação histórica, uma vez que sua posição estrutural no processo de produção lhe possibilita desvelar as contradições constitutivas do capitalismo. Embora tanto a burguesia quanto a classe trabalhadora se insiram na objetividade da vida cotidiana, os caminhos de mediação

entre essa objetividade e a consciência são distintos para cada uma dessas classes, em razão de suas posições antagônicas nas relações sociais de produção.

Outro aspecto relevante mencionado pelo profissional refere-se à sua contribuição no coletivo LGBT, o que evidencia uma das pautas contemporâneas assumidas pelo Movimento, uma vez que que “na luta pela Reforma Agrária Popular a bandeira não é somente pelo direito à terra e soberania alimentar, a diversidade inclui diferentes formas de amar e de existir para se impor contra o sistema patriarcal” (MST, 2021).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), historicamente reconhecido por sua centralidade na luta pela terra e pela Reforma Agrária, vem ampliando seu campo de atuação ao compreender que as opressões vivenciadas no campo extrapolam a dimensão fundiária e abrangem desigualdades de gênero, raça, geração e sexualidade.

Ao incorporar a juventude LGBT Sem Terra em suas pautas e coletivos, o Movimento reafirma o caráter transformador da Reforma Agrária Popular, concebendo-a não apenas como redistribuição de terras, mas como um processo de reconfiguração das relações sociais, culturais e políticas no território. Dessa forma, o MST consolida um projeto de sociedade pautado na justiça social, na equidade e no respeito à diversidade.

Na contemporaneidade, marcada por avanços democráticos coexistindo com expressivas ondas conservadoras, o reconhecimento da juventude LGBT Sem Terra constitui um ato de enfrentamento ao patriarcado, à heteronormatividade e às diversas formas de preconceito ainda presentes no campo e na cidade. Essa inclusão amplia e ressignifica a luta do Movimento, ao articular a pauta agrária com o direito à diversidade, ao afeto e à livre expressão das identidades. Ao conferir visibilidade a esses sujeitos, o MST transforma seus assentamentos e acampamentos em territórios de resistência múltipla, contra a concentração fundiária e contra todas as formas de opressão.

O esforço do Movimento para o debate dessas relações pode ser observado em espaços como o 14º Encontro Nacional do MST, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Juventude LGBT Sem Terra



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2026.

A participação da juventude LGBT Sem Terra no Encontro Nacional do MST enfatizou a importância de ampliar os espaços democráticos de debate no Movimento, garantindo visibilidade às múltiplas expressões da diversidade presente no campo. Ao construir e apresentar suas pautas, essa juventude contribui para o fortalecimento político e organizativo do MST, evidenciando que a luta pela reforma agrária popular também envolve o enfrentamento às opressões de gênero e sexualidade.

Os processos de organização e formação política devem considerar as especificidades que compõem a heterogeneidade da classe trabalhadora, reconhecendo as múltiplas identidades e condições sociais que a atravessam. Assim, o Movimento pauta as relações de gênero a partir da compreensão, ainda, de que as mulheres são sujeitos políticos, dotadas de capacidade para construir, intervir e desenvolver os mais diversos espaços de debate, decisão e formulação de estratégias de luta.

Como expressão concreta dessa atuação, destacam-se os Encontros Regionais de Mulheres Sem Terra, momentos em que trabalhadoras de distintas regiões do país se reúnem para promover reflexões coletivas, partilhar experiências e fortalecer os vínculos de solidariedade e resistência. Esses encontros têm como objetivo principal potencializar a organização das mulheres no campo e encaminhar proposições e pautas para o Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra, reafirmando o protagonismo feminino na luta pela Reforma Agrária Popular.

O Movimento reconhece que o protagonismo feminino avança não apenas em termos quantitativos, mas também na dimensão político-ideológica. Historicamente, as mulheres foram direcionadas a funções tradicionais e consideradas “femininas”, como cozinhar e realizar tarefas de limpeza. Atualmente, elas ocupam espaços de decisão e posições que demandam reflexão crítica e capacidade estratégica, assumindo funções de liderança intelectual, direção política e articulação organizativa, evidenciando a ampliação do papel das mulheres na construção das práticas e dos debates no MST.

O MST segue avançando na incorporação das pautas de gênero em sua agenda política e organizativa, reconhecendo a centralidade das mulheres e das dissidências de gênero na luta pela terra e na construção de um projeto societário emancipatório. Esse avanço se expressa tanto na criação de coletivos de mulheres, na formulação de campanhas e documentos políticos, quanto na problematização das relações patriarcais nos assentamentos e nas instâncias de direção do movimento.

Contudo, tais iniciativas se desenvolvem sob profundas contradições, uma vez que o Movimento não está imune às determinações da sociabilidade capitalista e patriarcal que atravessam a sociedade brasileira. Persistem práticas e valores marcados pelo machismo, pela divisão sexual do trabalho e pela desigual distribuição do poder político entre homens e mulheres, revelando que a luta por igualdade de gênero é um processo em disputa permanente, tensionado entre avanços políticos e a reprodução de relações sociais historicamente constituídas.

As relações de gênero são aqui compreendidas na dinâmica da totalidade social, em articulação com as determinações de classe e raça, elementos ancorados no próprio processo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e na conformação das particularidades do capitalismo dependente. Pensar a imbricação entre gênero, raça e classe implica apreender uma das teses centrais de Lukács (2003), segundo a qual a possibilidade de superação do capitalismo reside na capacidade do proletariado de desenvolver uma consciência de classe que apreenda a totalidade das relações sociais, rompendo com a reificação e articulando teoria e prática revolucionária.

No que refere a outras motivações de inserção e vinculação ao Movimento, destaca-se, ainda, a dimensão da família, como espaço de socialização:

Em relação a minha inserção no MST, estou desde 2008, ou seja, seja já fazem 17 anos. Tem a ver com a minha própria história mesmo de vida. Meu assentamento, foi o primeiro assentamento do MST no estado do Ceará. Eu já nasci no assentamento. Estudei em escola pública no assentamento. Comecei a atuar no Movimento a partir do Grupo de Jovens. Depois ajudei também nos processos de comunicação. O primeiro motivo tem relação com minha própria base familiar, meus pais foram criados no assentamento. Então, minha família sempre trabalhou essa perspectiva de uma formação crítica, de um olhar humano, de olhar a realidade a partir de uma outra visão. A escola no assentamento também ajudou nessa formação mais crítica. A partir dos processos formativos que participei, fui percebendo as contradições sociais mesmo. Principalmente concentração social na distribuição de terras, a partir mesmo da educação popular. O aspecto da consciência crítica foi assim o principal. (Assistente Social 09, 2025, Informação verbal<sup>44</sup>)

A base familiar configura-se como o primeiro espaço de formação política, ética e social dos sujeitos. O fato dos pais terem sido criados e formados dentro do assentamento evidencia a transmissão intergeracional de valores fundamentais, como solidariedade, justiça social e leitura crítica da realidade. A família, nesse contexto, constitui um núcleo de resistência e de formação política contínua, no qual a luta pela terra transcende a dimensão de uma causa coletiva para se afirmar como modo de vida, princípio educativo e elemento constitutivo da identidade social dos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra.

A vivência escolar no interior do assentamento, aliada ao engajamento em processos de educação popular, contribuiu de forma decisiva para a formação de uma consciência crítica. A escola, nesse contexto, é concebida não apenas como espaço de ensino formal, mas como instrumento político-pedagógico voltado à problematização da realidade social e à formação de sujeitos comprometidos com a transformação coletiva. Essa concepção educativa dialoga diretamente com a pedagogia de Paulo Freire, que propõe uma educação libertadora, fundada na leitura crítica do mundo e na valorização da experiência concreta dos oprimidos como ponto de partida para a construção da consciência e da ação política.

Em Gramsci (2001) acerca do papel da educação, de forma mais específica da intervenção do professor, encontra-se que:

Por isso, pode-se dizer que, na escola, o nexo instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o professor é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos

---

▮ Entrevista 09. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

alunos; e é também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior. Se o corpo docente é deficiente e o nexu instrução-educação é abandonado, visando a resolver a questão do ensino de acordo com esquemas abstratos nos quais se exalta a educatividade, a obra do professor se tornará ainda mais deficiente: ter-se-á uma escola retórica, sem seriedade, pois faltará a corpositude material do certo e o verdadeiro será verdadeiro só verbalmente, ou seja, de modo retórico. (Gramsci, 2001, v.2, p. 44).

Para Gramsci, o trabalho vivo do professor constitui uma mediação concreta do nexu indissociável entre instrução e educação, recusando qualquer separação abstrata entre a socialização de conteúdos e a formação humana. Tal nexu não se realiza de forma automática no âmbito da instituição escolar, mas depende da consciência crítica do docente acerca dos antagonismos sociais e culturais que atravessam a relação pedagógica.

Nesse sentido, a função do professor consiste em acelerar e disciplinar o processo formativo, o que, em Gramsci, remete à necessidade de sistematização, rigor intelectual e direção consciente da prática pedagógica, em oposição a concepções abstratas e fragmentadas da educação. Quando o nexu entre instrução e educação é abandonado em favor de “esquemas abstratos” que exaltam uma educatividade esvaziada de conteúdo, o resultado é uma escola meramente retórica, destituída de seriedade científica e de densidade material.

A crítica gramsciana dirige-se, portanto, às pedagogias que negligenciam o conhecimento sistematizado e o papel ativo do docente, produzindo uma formação superficial, na qual o “verdadeiro” se reduz ao plano discursivo. A referida análise reafirma a educação como prática social e política, intrinsecamente vinculada à luta pela hegemonia, na qual o trabalho docente constitui elemento decisivo para a formação de sujeitos capazes de compreender e transformar a realidade social.

De modo semelhante ao relatado anteriormente apresentado, os demais profissionais entrevistados ressaltaram que sua inserção no Movimento ocorreu desde a infância, em razão da participação ativa de suas famílias na luta pela terra. Esses sujeitos se identificam como, denominação atribuída às crianças, filhas e filhos das famílias assentadas e acampadas, cuja presença no MST assume um significado político e educativo de grande relevância.

Por exemplo, a categoria Sem Terrinha representa não apenas uma identificação simbólica, mas também um processo formativo que introduz, desde

cedo, valores de solidariedade, coletividade e compromisso com a transformação social, contribuindo para a continuidade histórica e geracional do Movimento.

Este é o caso da condição de inserção do profissional 05, conforme depoimento abaixo:

Desde os meus 5 anos de idade estou no Movimento. Meus pais foram fazer a luta pela terra quando eu tinha essa idade. Primeiro fiz parte de um acampamento, depois fomos assentados. Meus pais são assentados no Mato Grosso do Sul. **Cresci sem terrinha, me tornei jovem Sem Terra.** Estudei em escola do assentamento até o ensino médio. Fiz o ensino médio na cidade e depois ingressei no curso de serviço social, tinha 17 anos, completei 18 no primeiro ano do curso. Desde nova me inseri na militância. Estou há 8 anos em Minas Gerais. Hoje sou assentada em uma Cooperativa de Produção Agropecuária na zona da mata mineira. (Assistente Social 05, 2025, Informação verbal<sup>45</sup>, grifo nosso).

O MST compreende as crianças como sujeitos históricos e parte ativa do processo de luta e construção do Movimento, reconhecendo a importância de sua formação desde cedo na consciência crítica e na valorização do campo como espaço de vida, cultura e resistência. Os Sem Terrinha são considerados a continuidade da luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular, participando de atividades de formação política, encontros, marchas e jornadas que fortalecem valores como solidariedade, cooperação, coletividade e respeito à natureza. Por meio dessas práticas, o Movimento promove uma educação libertadora.

São inúmeros espaços organizativos construídos pelo MST para promover a dimensão política e educativa dos Sem Terrinha, existem os encontros que materializam a dimensão organizativa,

[...] desde 1994, geralmente no mês de outubro, e corresponde à Semana da Criança. Esta atividade faz parte do processo de organização das crianças dos acampamentos e assentamentos do MST e é realizada nos estados em que o MST está organizado tendo uma abrangência regional ou estadual, dependendo das condições de cada Estado. A duração, em média, é de 3 a 4 dias. Em alguns Estados, os encontros têm caráter mais reivindicatório; em outros, de estudo, lazer e troca de experiências; em alguns, juntam-se o caráter da reivindicação ao estudo e lazer. Geralmente, o centro da reivindicação é a luta por escolas adequadas nos assentamentos e acampamentos. No Estado de São Paulo, ocorreram três encontros: o 1ª Encontro Estadual Infante Juvenil, nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 1996, com 700 crianças. Foi neste encontro, na fase preparatória, que as crianças sem terra começaram a se identificar como Sem Terrinha, ou seja, começaram a assumir a identidade própria das crianças Sem Terra. (Rosseto, 2009, p. 33-34).

---

▮ Entrevista 05. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

Rosseto (2009) destaca como a organização das crianças no interior do MST compreende a formação integral das novas gerações como parte essencial de seu projeto político e pedagógico. Os Encontros das Crianças Sem Terra, realizados desde 1994, representam um marco no processo de construção da identidade coletiva e política da infância sem-terra.

Esses encontros, realizados em diferentes estados, assumem características múltiplas, reivindicatórias, educativas, lúdicas e formativas, demonstrando que o MST entende a infância como sujeito histórico e político, não apenas como fase da vida a ser tutelada. O caráter reivindicatório aparece especialmente na luta por escolas adequadas nos assentamentos e acampamentos, reafirmando o compromisso do Movimento com o direito à educação e à infância digna no campo. Ao mesmo tempo, o caráter lúdico e formativo evidencia a pedagogia própria do MST, que combina estudo, convivência, trabalho coletivo e expressão cultural como dimensões inseparáveis da formação humana.

O referido autor também destaca que, no 1º Encontro Estadual Infanto-Juvenil, em São Paulo (1996), as crianças passaram a se identificar como “Sem Terrinha”, consolidando uma identidade política infantil que nasce no seio da luta pela terra. Essa autodenominação é altamente simbólica, uma vez que representa o reconhecimento de pertencimento ao Movimento, a consciência de classe desde a infância e a internalização de valores. Assim, o termo “Sem Terrinha” não é apenas uma denominação afetiva, mas uma categoria política, construída socialmente e legitimada nas práticas coletivas do MST.

Arenhart (2007) ressalta que a participação das crianças no MST não constitui um elemento secundário, mas sim um processo histórico e pedagógico articulado ao longo da trajetória do Movimento. Segundo a autora, as crianças, inicialmente reconhecidas apenas como “filhos de Sem Terra”, passam a ocupar um papel ativo na luta social, configurando-se como sujeitos políticos capazes de compreender, intervir e agir sobre a realidade em que estão inseridas. Essa perspectiva evidencia a intencionalidade formativa do MST, que entende a socialização e a educação política das crianças como componentes centrais.

A partir das observações realizadas no Encontro Nacional, tornou-se possível identificar a concepção de infância que vem sendo construída pelo Movimento. Conforme a figura abaixo:

Figura 2 – “Sem Terrinha” na ciranda Paulo Freire



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2026.

A ciranda infantil Paulo Freire é um espaço que expressa concretamente a infância como parte constitutiva do processo de formação humana e política que sustenta um projeto coletivo. Mais do que um local destinado apenas ao cuidado ou ao entretenimento das crianças durante as atividades políticas do Movimento, a ciranda se organiza como um ambiente pedagógico no qual se articulam brincadeiras, atividades lúdicas, convivência coletiva, afeto e processos educativos.

A pedagogia desenvolvida pelo MST assume papel central, oferecendo suporte teórico e prático para que as escolas situadas em assentamentos e acampamentos funcionem como espaços de formação crítica e emancipatória. Esses espaços rompem com o modelo tradicional de educação formal, historicamente excludente e orientado à reprodução das desigualdades sociais. Nesse contexto, as crianças Sem Terra não apenas assimilam conteúdos escolares, mas também internalizam valores fundamentais da coletividade, da solidariedade e da luta de classes, consolidando desde cedo a consciência política e o compromisso com a transformação social.

Desse modo, a relação entre o MST e o Serviço Social configura-se, nesse contexto, como uma aproximação de natureza política e ética, fundada na convergência entre o projeto societário defendido pelo movimento e o projeto ético-

político da profissão. A escolha pelo Serviço Social, seja anterior ou posterior à inserção no MST, revela-se vinculada ao reconhecimento da profissão como um campo estratégico de intervenção crítica na realidade social, capaz de articular fundamentos teóricos, mediações institucionais e compromisso com a emancipação humana.

A centralidade da consciência de classe permite compreender que a formação política construída no MST se materializa em práticas coletivas orientadas pela organização, pela solidariedade e pela luta por direitos. Essa consciência, formada na experiência concreta da luta social, constitui o fundamento a partir do qual os militantes reconhecem a educação e a formação profissional como instrumentos estratégicos na disputa de projetos de sociedade.

À luz dessas reflexões, a discussão subsequente aprofunda a análise da formação em Serviço Social como parte constitutiva de uma estratégia de luta. Busca-se compreender de que modo os processos formativos, em especial aqueles viabilizados por políticas públicas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), articulam-se à perspectiva da formação para a transformação social, evidenciando o papel da educação como mediação fundamental na construção da hegemonia da classe trabalhadora.

#### 4.2 Nas trilhas da educação do campo: a formação acadêmico -profissional como parte da luta pela/na terra

“A educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.”  
(Freire, 1996).

Nesta reflexão, propõe-se analisar o processo de formação profissional no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com ênfase no sentido atribuído à educação nesse contexto. Dos dez profissionais entrevistados nesta investigação, verifica-se que oito concluíram a graduação em Serviço Social por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o que evidencia a relevância da luta e da efetivação da educação do campo. Tal processo formativo revela-se orientado para além de uma lógica eminentemente

mercadológica, configurando-se como uma formação socialmente comprometida e politicamente situada.

Segundo Fernandes (2000), uma das preocupações centrais do MST sempre foi a educação, entendida em seu sentido mais amplo, abrangendo tanto o estudo sistemático quanto a formação política e técnica de seus próprios quadros. Desde sua gênese, o Movimento tem demonstrado um compromisso contínuo com a educação, mobilizando famílias e educadores na criação e organização de escolas nos acampamentos e assentamentos, desde as primeiras ocupações.

Com base nesse princípio, o MST passou a investir em experiências educativas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos supletivos e formações profissionalizantes voltadas à juventude assentada. Gradualmente, crianças e jovens tornaram-se uma das principais preocupações do Movimento, na perspectiva de garantir-lhes uma formação integral que possibilitasse a construção de sujeitos críticos, autônomos e socialmente transformadores. Pondera-se que:

Quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária [...] (Caldart, 2003, p. 62).

Não à toa, o MST desempenhou um papel central na formulação e na conquista do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), mobilizando suas bases e articulando diálogos com universidades, institutos federais e diferentes esferas do poder público. Essa luta pela educação está intrinsecamente articulada à luta pela terra, pois ambas se complementam na construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural. Para o Movimento, a educação constitui instrumento de emancipação humana, capaz de formar trabalhadores e trabalhadoras conscientes de sua história, de sua identidade de classe e de seu papel político na sociedade.

O PRONERA configura-se como uma das políticas públicas mais significativas voltadas à democratização do acesso à educação no campo. Como política pública o programa foi institucionalizado pelo decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, e resulta das lutas históricas e pressões exercidas pelos movimentos sociais do campo, especialmente pelo MST, que há décadas

reivindicam o direito à educação como dimensão fundamental da luta pela reforma agrária e pela construção de um projeto societário orientado pela justiça social.

A importância do PRONERA manifesta-se, entre outros aspectos, na ampliação do acesso à educação básica, técnica e superior para os camponeses. Por meio do programa, milhares de jovens e adultos, assentados e acampados, puderam concluir seus estudos e prosseguir sua formação em áreas como Pedagogia, Agronomia, Serviço Social e Direito, entre outras. Tal conquista produz impactos profundos, ao possibilitar a formação de sujeitos que retornam aos seus territórios com maior capacidade crítica e de intervenção social e política, fortalecendo, assim, a organização coletiva e a luta pela efetivação de direitos.

Segundo Fernandes e Tarlau (2017) o PRONERA constitui não apenas uma política educacional, mas um instrumento político de resistência frente ao avanço do paradigma neoliberal, que tende a mercantilizar direitos sociais e desvalorizar a vida, não somente no campo. Ao longo de sua trajetória, o programa reafirmou a importância da educação como direito e como prática emancipatória, possibilitando que os sujeitos do campo se reconheçam como protagonistas de sua própria história.

Essa perspectiva rompe com a lógica dominante que historicamente marginalizou os camponeses, oferecendo-lhes a oportunidade de acesso ao conhecimento científico e técnico sem desvinculá-los de suas identidades, saberes e territórios. Assim, o PRONERA representa uma forma concreta de fortalecer a identidade camponesa, estimular a autonomia produtiva e construir alternativas sustentáveis ao modelo capitalista de desenvolvimento, ao mesmo tempo em que reafirma a educação do campo como um espaço de luta.

Nesse sentido, mais do que garantir o acesso à escolarização, trata-se de reconhecer o campo como espaço legítimo de produção de conhecimento e de vida, não como um lugar de atraso, mas de resistência, saberes e potencial transformador. Assim, a educação do campo representa um movimento de reafirmação das raízes, de reconstrução da dignidade camponesa e de defesa de que o direito à educação deve estar intrinsecamente articulado ao direito de permanecer no campo, em condições de vida dignas e sustentáveis.

Além disso, o PRONERA contribui de forma decisiva para a consolidação da concepção de educação do campo, entendida como uma proposta pedagógica que rompe com a lógica tradicional e urbana da escola. O MST defende historicamente

que a educação desenvolvida no campo deve estar intrinsecamente vinculada à realidade concreta dos sujeitos que nele vivem, reconhecendo e valorizando seus saberes, práticas produtivas, formas de organização social e modos de vida.

Segundo Fernandes e Tarlau (2017, p. 556)

Na origem da educação do campo, está a indissociabilidade com o território. É assim que compreendemos os vínculos entre educação e território, porque um não existe sem o outro. Toda educação produz um território e por ele é produzida. Está nessa origem o Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro. Em diversas partes desse manifesto da educação está a ideia de transformação, a visão da igualdade, que vai muito além das paredes da escola, e chega ao território camponês.

Essa reflexão evidencia uma compreensão da educação do campo como uma prática territorializada, isto é, uma forma de educação que emerge e se desenvolve a partir da relação orgânica entre o saber, o território e os sujeitos que o habitam. Ao afirmar que “toda educação produz um território e por ele é produzida”, enfatiza-se que o ato educativo não é neutro nem dissociado da realidade concreta, mas se enraíza nas condições históricas, culturais e sociais que constituem a vida de um povo.

O Manifesto das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro constitui um documento político e pedagógico de grande relevância para a compreensão da origem e dos fundamentos da Educação do Campo no Brasil. Elaborado em 1998, durante o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), promovido pelo MST, em parceria com universidades e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o manifesto expressa as concepções, os princípios e os compromissos que orientam a prática educativa desenvolvida nos assentamentos da reforma agrária e, de maneira mais ampla, a luta por uma educação voltada às populações do campo.

Nesse documento, as educadoras e os educadores afirmam que a educação constitui parte indissociável da luta pela terra, pela justiça social e pela transformação da sociedade. O texto denuncia o modelo educacional tradicional, urbano e classista, que, ao longo da história, negligenciou as especificidades e as necessidades das populações camponesas. Em contraposição a essa lógica, o Manifesto propõe uma educação enraizada no território e nas experiências concretas do povo do campo, valorizando seus saberes e práticas sociais, e

reafirmando que “toda educação produz um território e por ele é produzida”. (MST, 1997, n.p)

O documento expressa que educação e luta social constituem dimensões inseparáveis e que educadores e educadoras vão além da mera reivindicação por melhorias no sistema educacional, ao proporem uma educação comprometida com a transformação estrutural da sociedade, orientada pela emancipação humana e pela construção de um projeto popular de nação. Ao se apresentarem “a serviço da luta pela reforma agrária”, os sujeitos do campo afirmam que o ato de ensinar é, essencialmente, um ato político, destinado à formação de consciências críticas e ao fortalecimento das comunidades camponesas como espaços de resistência e de produção de novos sentidos para a vida social.

Ao propor uma escola “ocupada pelas questões do nosso tempo”, o Manifesto convoca a educação a estabelecer um diálogo permanente com a realidade concreta das comunidades, reconhecendo o trabalho, a cultura e a história do povo como dimensões indissociáveis do processo formativo. Essa perspectiva rompe com a lógica tradicional e urbana da escola, ao valorizar os saberes do campo, a participação democrática e a construção coletiva do conhecimento.

Nessa perspectiva, ao afirmar a necessidade de uma identidade própria para as escolas do campo, o texto defende a construção de um projeto político-pedagógico orientado pela justiça social, pela sustentabilidade e pela valorização da cultura camponesa. Trata-se de uma concepção de educação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdo, comprometendo-se com a formação de sujeitos críticos e transformadores, capazes de sonhar, agir coletivamente e construir alternativas de vida e de desenvolvimento para o campo e para o país.

Ao analisar a Educação do Campo, Caldart (2012) reafirma que essa proposta busca incidir sobre a política educacional brasileira a partir das demandas sociais, culturais e comunitárias dos povos do campo. Para a autora, a Educação do Campo deve ser compreendida como um projeto político e pedagógico que articula dimensões como cultura, trabalho, conhecimento e luta de classes, expressando a historicidade e a organização dos trabalhadores rurais em seu processo de enfrentamento das desigualdades estruturais.

Assim, a Educação do Campo emerge, no interior do MST, como um mecanismo de questionamento e interpelação ao modelo educacional vigente no Brasil, especialmente aquele historicamente imposto às populações do campo.

Nessa concepção de educação, evidencia-se a necessidade de compreender a totalidade das relações sociais, considerando o contexto concreto do trabalhador rural e, conseqüentemente, a urgência de uma pedagogia comprometida com a transformação social.

Freire (1967) expressa com complexidade a centralidade da educação como prática de liberdade e como instrumento de transformação social. A educação é compreendida não apenas como um processo de socialização de conteúdos, mas como um ato político e histórico, capaz de formar sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade emancipada. Freire contrapõe dois projetos antagônicos de educação: de um lado, uma educação domesticadora, que reproduz as estruturas de dominação, transforma o homem em objeto e o mantém alheio às contradições da realidade; de outro, uma educação libertadora, que promove a consciência crítica, o diálogo e a ação transformadora.

Dessa maneira, o Movimento compreende que os processos educativos devem fundamentar-se na valorização dos diversos saberes e práticas sociais, priorizando a realidade concreta das crianças, dos jovens e das comunidades do campo. Parte-se do entendimento de que todo processo de problematização da realidade e de construção de possíveis soluções emerge das vivências coletivas, devendo ser socializado como forma de promover a formação crítica e a qualidade social da educação.

Essa perspectiva evidencia a indissociabilidade entre os contextos sociais e as trajetórias de vida na formação dos sujeitos, estabelecendo uma relação dialética entre educador e educando. Assim, a educação deixa de ser entendida como mera transmissão de conteúdos e passa a configurar-se como uma prática ativa e participativa, voltada ao desenvolvimento da consciência crítica e à formação política dos sujeitos.

Assim, compreende-se que a educação proposta pelo Movimento ultrapassa a simples formação da criticidade, ao direcioná-la para a análise concreta da realidade vivida pelos sujeitos do campo. Trata-se de um processo que valoriza a autonomia e o protagonismo coletivo, orientando-se pela construção de práticas educativas enraizadas nas experiências e nas lutas sociais. Portanto, as escolas vinculadas ao Movimento, ao buscarem efetivar suas demandas, são convocadas a elaborar estratégias e a desenvolver uma pedagogia da emancipação, que una o pensamento crítico à transformação concreta das condições de vida.

Na perspectiva de Gramsci (1982), a educação deve ser compreendida como uma concepção ampla de vida, que abrange dimensões éticas, políticas e práticas. Para o autor, o processo educativo é essencial à formação de sujeitos sociais dotados de dignidade e capacidade de direção, na medida em que se contrapõe às ideologias autoritárias e conservadoras. Assim, a educação assume um papel político e pedagógico fundamental na construção de uma nova sociedade, constituindo-se como estratégia de organização e emancipação coletiva. É por meio dela que os sujeitos desenvolvem instrumentos para refletir criticamente sobre a realidade e elaborar práticas transformadoras, tanto no âmbito social quanto pessoal.

De forma convergente às perspectivas citadas acima um dos sujeitos da pesquisa ao ser questionado acerca da importância da formação profissional, afirmou que:

Então, minha família sempre trabalhou essa perspectiva de uma formação crítica, de um olhar humano, de olhar a realidade a partir de uma outra visão. A escola no assentamento também ajudou nessa formação mais crítica. A partir dos processos formativos que participei, fui percebendo as contradições sociais mesmo. Principalmente concentração social na distribuição de terras, a partir mesmo da educação popular. O aspecto da consciência crítica foi assim o principal, a necessidade de ajudar na organização do povo. A minha família me estimulou muito a estudar, fazer o ensino médio, continuar estudando, e me formar, para formar mesmo, digamos assim. Dentro do MST mesmo. (Assistente Social 09, 2025, Informação verbal<sup>46</sup>).

O relato explicita, de maneira incontestável, o papel transformador da educação do campo e da educação popular na formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos com a transformação da realidade. Ao destacar a influência da família e da escola no contexto do assentamento, o profissional demonstra que o processo formativo transcende os limites do espaço escolar, configurando-se como um percurso contínuo, construído na convivência cotidiana, na prática social e na participação em movimentos sociais.

Evidencia-se, ainda, que a educação, na perspectiva analisada, constitui elemento propulsor do desenvolvimento da consciência crítica e da organização coletiva. Nesse contexto, o ato de estudar transcende a dimensão individual de

---

<sup>46</sup> Entrevista 09. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

ascensão social, configurando-se como uma prática política orientada pelo compromisso com o coletivo, com o fortalecimento das comunidades e com a luta pela reforma agrária. A expressão “me formar, para formar mesmo” sintetiza esse princípio, ao compreender a educação como um processo de partilha e multiplicação de saberes, no qual o conhecimento assume um caráter emancipatório.

Analisar a educação do campo a partir do campo, com o campo e para o campo implica reconhecer uma concepção educativa que emerge das realidades concretas, das lutas históricas e das necessidades dos sujeitos que vivem e produzem no campo. Essa perspectiva se contrapõe à denominada educação no campo, tradicionalmente concebida de forma verticalizada, descontextualizada e orientada por uma lógica urbana que desconsidera as especificidades socioculturais do campesinato.

Enquanto a educação no campo se limita à oferta de ensino em espaços rurais sem transformar seus fundamentos epistemológicos e pedagógicos, a educação do campo configura-se como um projeto político-pedagógico, construído coletivamente pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Nessa concepção, articulam-se saberes populares e científicos, valoriza-se a cultura camponesa e afirma-se o direito à educação como dimensão essencial da luta pela terra e pela reforma agrária.

Trata-se, portanto, de uma educação a partir do campo, por estar enraizada na vida, na cultura e nas experiências das comunidades rurais; com o campo, por ser construída de forma participativa, em diálogo permanente com os movimentos sociais e organizações do meio rural; e para o campo, por objetivar o fortalecimento da autonomia, da produção sustentável e da permanência digna dos sujeitos em seus territórios. Dessa forma, a educação do campo rompe com a lógica histórica de subalternização imposta ao campesinato, reafirmando o campo como espaço de produção de conhecimento, de resistência e de transformação social.

Caldart (2009) reafirma que a Educação do Campo ultrapassa os limites de uma política educacional ou de uma proposta pedagógica específica, configurando-se, sobretudo, como um movimento social e político profundamente enraizado nas lutas concretas dos povos do campo por dignidade, justiça social e permanência na terra. Sua gênese está intrinsecamente vinculada ao contexto histórico das mobilizações camponesas e à atuação dos movimentos sociais, que, ao

reivindicarem a reforma agrária, também afirmaram o direito à educação como dimensão indissociável desse processo.

Dessa maneira, compreender a Educação do Campo unicamente a partir dos referenciais teóricos da pedagogia significaria reduzir sua força política, cultural e histórica, uma vez que emerge da prática coletiva, da resistência organizada e da urgência em enfrentar as desigualdades estruturais que historicamente configuram o campo brasileiro.

Ao ser concebida como um movimento concreto de enfrentamento ao “atual estado de coisas”, Caldart (2009) destaca o caráter da Educação do Campo na construção de uma hegemonia pelas classes subalternizadas. Nesse sentido Abreu (2018) explicita que:

A organização das classes subalternas como classe para si, significa num primeiro momento, o rompimento com a ideologia dominante e a conquista da própria consciência, que se consubstancia na elaboração de uma concepção de mundo e da vida, de maneira consciente e crítica. (Abreu, 2018, p. 389).

Logo, a Educação do Campo não apenas questiona os modelos dominantes de ensino, mas também produz e expressa concepções críticas acerca do ato de educar e do próprio projeto de sociedade que se pretende construir. Trata-se, portanto, de um processo formativo e de luta coletiva, em que teoria e prática se articulam de maneira dialética, possibilitando a construção de caminhos voltados à emancipação humana.

Outro profissional participante desta pesquisa graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), no campus de Miracema. De acordo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2019), a turma foi composta por integrantes de movimentos populares e sindicais do campo, bem como por famílias beneficiárias de projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Do total de vagas ofertadas, 50% foram destinadas a candidatos oriundos de escolas públicas, 5% a representantes de etnias indígenas e 5% a comunidades quilombolas. Participaram da turma trabalhadores e trabalhadoras rurais provenientes de diversas regiões do Tocantins e de estados vizinhos, como Maranhão e Pará, totalizando 60 vagas ofertadas no curso.

Na ocasião, o profissional destacou que “o curso tem como objetivo formar assistentes sociais para atuar nos seus territórios, nos acampamentos e

assentamentos, formando profissionais que discutem políticas públicas, principalmente nas áreas da saúde e educação” (MST, 2019). Elemento que evidencia a relevância de uma formação profissional comprometida com a intervenção social, capaz de articular os fundamentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social às demandas concretas das comunidades camponesas.

Nesse sentido, as áreas da saúde e da educação foram destacadas como eixos centrais da formação, por serem reconhecidas como direitos fundamentais e dimensões estratégicas da luta pela cidadania, pelo acesso e pela permanência na terra. A proposta pedagógica do curso, portanto, fundamenta-se nos princípios da educação popular e na perspectiva emancipatória do Serviço Social, buscando articular a produção do conhecimento com a realidade concreta das populações do campo.

Nessa direção, promove-se a formação de profissionais comprometidos com o projeto ético-político da profissão, orientados pela defesa dos direitos humanos, pela promoção da equidade e pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária, especialmente no contexto das lutas camponesas.

Destaca-se que os outros seis profissionais participantes desta pesquisa que graduaram-se em Serviço Social por meio do PRONERA, integraram a turma especial da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). De acordo com o MST (2011), essa turma foi composta por aproximadamente 60 militantes do MST e de outros movimentos sociais do campo, todos assentados da reforma agrária, reafirmando o compromisso do PRONERA e da UFRJ com a formação superior voltada às demandas, aos direitos e às lutas históricas dos povos do campo.

Em síntese, as turmas especiais do curso de Serviço Social desenvolvidas no âmbito do PRONERA tiveram abrangência nacional e foram ofertadas por diferentes instituições públicas de ensino superior. Entre elas, destacam-se: a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com a Turma Carlos Nelson Coutinho (2011 a 2017); a Universidade Estadual do Ceará (UECE), com a Turma Eldorado dos Carajás (2013 a 2018); e a Universidade Federal do Tocantins (UFT), com a Turma Maria Trindade (2018 a 2023).

Além destes cursos, têm destaque os cursos de extensão nominado de Realidade Brasileira:

[...] teve início a terceira etapa do curso Realidade Brasileira da região amazônica na Universidade Federal do Maranhão. Participam 80 militantes e formadores indicados por seus respectivos movimentos sociais. O curso aborda a questão agrária, a formação social do Brasil e vários aspectos políticos, culturais e econômicos do país. Estes ciclos de formação começaram durante a marcha nacional realizada pelo MST em 1997, a partir de um convite da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, para realizar, em conjunto com o Movimento, atividades de formação política. Atualmente, existem cursos regionais e nacionais que envolvem diversas organizações sociais da cidade e do campo e universidades federais e estaduais. Os participantes estudam a realidade brasileira sob perspectiva de alguns dos mais importantes pensadores, em sua maioria, brasileiros. (MST, 2004).

No Maranhão, o curso foi realizado por meio de uma parceria com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), iniciada em julho de 2003. As atividades formativas ocorreram de forma semestral até o final de 2005. Nesse processo, foram estudados autores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Josué de Castro e Milton Santos (MST, 2004).

Ao serem questionados acerca da relação e da importância da formação em Serviço Social para o exercício profissional e a atuação no âmbito do MST, o primeiro relato trata que:

[...] essa formação ela qualifica, dá subsídios, dialoga o Serviço Social, que tem um projeto crítico, de uma análise crítica da realidade. Existe um diálogo com a atuação no Movimento. As próprias dimensões da profissão ético-política, técnico-operativa, teórico-metodológica, elas dialogam com esse exercício crítico, quando a gente pensa desde o aporte teórico, os fundamentos do pensamento marxista, que contribuem para essa análise crítica. O compromisso com a classe trabalhadora. A construção de uma nova sociedade. A defesa intransigente dos direitos humanos. (Assistente Social 01, 2025, Informação verbal<sup>47</sup>).

A formação em Serviço Social ultrapassa os limites da dimensão estritamente acadêmica, configurando-se como um processo formativo que qualifica, subsidia e fortalece uma leitura crítica da realidade social, em consonância com os princípios e diretrizes do projeto ético-político da profissão. Fundamentado em uma perspectiva marxista de análise das contradições sociais, esse projeto orienta o exercício profissional para a compreensão das múltiplas expressões da questão social e para

---

<sup>47</sup> Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

a intervenção crítica e emancipatória nos diferentes espaços de atuação. Dessa forma, a formação em Serviço Social é compreendida não apenas como uma etapa de aquisição de conhecimentos técnicos e teóricos, mas como parte de um processo contínuo de comprometimento ético e político com a transformação da realidade social.

O diálogo entre a formação profissional e o Movimento manifesta-se nas três dimensões constitutivas do Serviço Social, ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que se articulam de forma indissociável na construção de uma prática comprometida com a classe trabalhadora e com a transformação social.

O compromisso com os direitos humanos, a defesa da democracia e a luta contra todas as formas de desigualdade e opressão encontram plena consonância com as bandeiras históricas do MST e com os princípios que orientam a educação do campo. Dessa maneira, a formação em Serviço Social, ao ser integrada às lutas sociais, transcende a dimensão técnica e assume um caráter político, formando sujeitos críticos e coletivos, conscientes de seu papel social e capazes de intervir de modo reflexivo, transformador e comprometido com os processos de emancipação humana nos territórios onde a profissão se insere.

Segundo Guerra (2002, p. 18):

O domínio do método dialético-materialista e dos fundamentos ontológicos da teoria crítica capacitam o assistente social a compreender a dinâmica que permite a constituição da demanda, sua lógica imanente, seus modos de ser, sua relação com a totalidade social, suas particularidades históricas e as mediações que a atravessam no contexto contemporâneo.

Entretanto, o domínio do método no Serviço Social não se restringe à dimensão teórico-metodológica, mas pressupõe uma articulação indissociável com as dimensões técnico-operativa e ético-política do exercício profissional. Na dimensão teórico-metodológica, o método oferece os fundamentos para uma compreensão crítica da realidade social, concebendo-a como um processo histórico, dinâmico e contraditório, determinado pelas relações de produção capitalistas.

Na dimensão técnico-operativa, o materialismo histórico-dialético orienta o uso dos instrumentos e das técnicas de forma reflexiva e crítica, vinculando-os a fins de transformação social e não à mera adaptação dos sujeitos à ordem vigente.

Por sua vez, na dimensão ético-política, o método sustenta o compromisso com a emancipação humana, a defesa intransigente dos direitos e a luta contra todas as formas de exploração e opressão. Assim, essas três dimensões se

entrelaçam dialeticamente: o modo de conhecer (teórico-metodológico) orienta o modo de intervir (técnico-operativo), e ambos se fundamentam em um projeto ético-político comprometido com a classe trabalhadora e com a construção de uma sociabilidade mais justa e igualitária.

Nos termos de Netto (2021) O pensamento de Marx funda uma teoria social essencialmente crítica, cujo núcleo reside na apreensão histórica do surgimento, do desenvolvimento, da consolidação e das crises da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista. Trata-se de uma crítica imanente, na medida em que não se ancora em valores abstratos ou externos à realidade social, mas nas próprias contradições constitutivas do capital.

O caráter histórico-ontológico dessa formulação indica que, em Marx, a história não se configura como mero pano de fundo empírico da análise, mas como o próprio modo de ser do ser social, isto é, o processo concreto por meio do qual os homens produzem, material e subjetivamente, as condições de sua existência. Nessa perspectiva, a razão não se coloca acima da história como instância normativa, mas se historiciza, ao mesmo tempo em que a história se torna inteligível e racionalmente apreensível.

Nessa perspectiva, a teoria marxiana não se configura como um modelo ideal ou como um esquema explicativo formal a ser aplicado à realidade, mas como a reprodução ideal do movimento real da sociedade. O conhecimento é concebido como a reconstrução, no plano do pensamento, das determinações objetivas que estruturam o ser social. Tal concepção rompe tanto com o positivismo, que reduz a teoria à mera descrição empírica, quanto com o idealismo, que subordina a realidade a categorias abstratas da razão.

A centralidade da categoria de totalidade expressa de modo exemplar essa ruptura, na medida em que a sociedade capitalista é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, composta por complexos internamente articulados. Desse modo, a totalidade afirma-se, simultaneamente, como determinação ontológica da realidade histórico-social e como princípio metodológico fundamental de sua reprodução teórica, possibilitando a compreensão dos fenômenos sociais para além de suas aparências imediatas.

Ao relacionar a trajetória do Serviço Social e sua relação com a teoria crítica social, situando a profissão na história, Iamamoto (2014) afirma que:

A década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (Abess, 1996). Este patrimônio sociopolítico e profissional vem atribuindo uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro na América Latina e Caribe, bem como no circuito mundial do Serviço Social. Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais. (Iamamoto, 2014, p. 615).

Iamamoto (2014) situa a década de 1980 como um marco histórico decisivo na consolidação do projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro, ao evidenciar a incorporação da teoria social crítica como referência estruturante da profissão. Esse movimento expressa a maturação do processo de renovação iniciado nos anos anteriores, que culmina na redefinição dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

A materialização desse projeto na legislação profissional, no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais evidencia que não se trata apenas de uma inflexão teórica, mas de uma reorientação orgânica da profissão, articulando formação, exercício profissional e compromisso social.

O núcleo central desse “patrimônio sociopolítico” reside na leitura da história a partir das classes sociais e de suas lutas, bem como no reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores como categorias analíticas fundamentais para a compreensão da questão social.

Alimentado pela tradição marxista, em diálogo crítico com outras matrizes teóricas, esse projeto afirma uma concepção de Serviço Social comprometida com a crítica às relações sociais capitalistas e com a defesa dos interesses históricos das classes subalternizadas. Ao mesmo tempo, a aproximação da profissão com os movimentos sociais e as “forças vivas” que impulsionam a história confere densidade política a esse projeto, singularizando o Serviço Social brasileiro no cenário latino-americano.

De modo convergente com essa linha de análise, para uma segunda profissional entrevistada:

A formação em Serviço Social contribui para a realização das tarefas políticas organizativas e comprometimento com a luta, em especial por sua aproximação com o aspecto ético-político com a transformação social. O Serviço Social fortalece a capacidade de análise crítica da realidade social,

o que é essencial para o processo de elaborar propostas formativas com base na realidade concreta dos sujeitos do campo. Essa atuação vai além da técnica: é uma prática comprometida com a luta de classes, com a transformação da realidade e com a construção de um Brasil mais justo e solidário. (Assistente Social 02, 2025, Informação verbal<sup>48</sup>).

Esse argumento evidencia a centralidade do Serviço Social enquanto instrumento político e pedagógico nas lutas do campo e na construção do projeto de Reforma Agrária Popular. A formação profissional, quando orientada pelos princípios do projeto ético-político do Serviço Social, ultrapassa o domínio técnico e se configura como um processo de conscientização, organização e fortalecimento da classe trabalhadora.

Nesse contexto, o (a) assistente social assume um papel estratégico, contribuindo para que a Reforma Agrária Popular se materialize não apenas como uma política pública, mas como um projeto de vida e de sociedade, pautado na justiça social e na emancipação humana. Assim, a atuação profissional transcende a dimensão técnica e se afirma em sua dimensão política e histórica, reafirmando o Serviço Social como parte integrante da luta de classes e como uma prática comprometida com a construção de um Brasil solidário, democrático e enraizado na dignidade do trabalho e da terra.

Segundo Forti e Coelho (2014, p. 34):

Os valores são sociais e, ao mesmo tempo, produtos da subjetividade dos indivíduos e da objetividade da relação humano-genérica. Qualquer escolha realizada pelos indivíduos compreende uma posição valorativa acerca dos meios e dos fins. As escolhas e decisões apenas imediatamente são singulares, pois elas são constitutivas da sociabilidade humana. Os valores que fundamentam o atual projeto ético-político da profissão, socialmente construídos e decorrentes de relações sociais, são expressões do máximo de sociabilidade possível na direção do ser para nós nesse contexto sócio-histórico.

Nesses termos, torna-se essencial que o (a) assistente social assuma, no cotidiano profissional, um compromisso político e ético que se coloque na contramão da pretensa neutralidade profissional. A atuação comprometida com a transformação das relações sociais burguesas deve se expressar tanto no posicionamento crítico do profissional diante das contradições da realidade quanto nas intervenções concretas realizadas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. É nessa

---

<sup>48</sup> Entrevista 02. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

perspectiva que se consolida a direção social da prática profissional, orientada pelos princípios do projeto ético-político do Serviço Social.

A noção de “formação para a transformação social” pode ser analisada à luz da filosofia da práxis, na medida em que tal perspectiva compreende a formação humana como um processo histórico, social e contraditório, indissociável das condições materiais de existência e das relações sociais de produção.

Sob esse enfoque, a formação afirma-se como um movimento permanente de articulação entre teoria e prática, orientado pela crítica às formas de dominação e pela construção de novas possibilidades históricas. Desse modo, a educação assume um caráter político-pedagógico, voltado à constituição de sujeitos coletivos capazes de interpretar criticamente a realidade e de intervir nela de forma consciente e organizada, com vistas à transformação das estruturas sociais produtoras de desigualdades e opressões.

Em seus estudos de Gramsci, Lole (2016) reflete que a filosofia da práxis possui um caráter eminentemente revolucionário, pois não depende de fundamentos externos ou heterogêneos para se sustentar. Ao contrário, revela-se suficientemente sólida e produtora de novas verdades a ponto de o próprio velho mundo recorrer a ela para renovar e fortalecer seu arsenal ideológico com instrumentos mais modernos e eficazes. O referido movimento evidencia que a filosofia da práxis passa a engendrar sua própria hegemonia, ainda que sob as reações e resistências da cultura tradicional.

A filosofia da práxis fundamenta-se em uma concepção de conhecimento que não se deixa apreender por esquemas abstratos ou rígidos, pois se identifica com a própria história em sua diversidade e complexidade infinitas.

Trata-se, portanto, de um saber que emerge da prática social e a ela retorna de forma crítica, orientando a ação transformadora dos sujeitos históricos. Ao recusar a separação entre teoria e prática, a filosofia da práxis afirma a centralidade da experiência concreta e da intervenção consciente na realidade como elementos constitutivos do processo formativo, conferindo à educação um caráter essencialmente político e emancipatório. (Lole, 2016).

Na mesma perspectiva da filosofia da práxis, encontra-se a depoente abaixo quando diz que “a militância e a profissão se encontram nesse caminho: ambas me ajudam a não perder de vista que o que fazemos é parte de um projeto de transformação social” – evidenciando a dimensão ético política:

Minha formação em Serviço Social me ajuda a enxergar a produção como parte de um processo maior. Não é só plantar ou colher: é lutar para que a produção seja um direito, para que as famílias tenham condições dignas de viver no campo. O Serviço Social me dá instrumentos para dialogar com políticas públicas, para compreender as contradições sociais e para pensar como a produção se conecta com a luta por direitos. **A militância e a profissão se encontram nesse caminho: ambas me ajudam a não perder de vista que o que fazemos é parte de um projeto de transformação social.** (Assistente Social 04, 2025, Informação verbal: grifo nosso).

Ao compreender a produção não apenas como uma atividade de caráter econômico, mas como parte integrante de um processo político e social mais amplo, o profissional reconhece que o trabalho no campo está intrinsecamente vinculado à luta por direitos, dignidade e justiça social. Essa compreensão expressa uma leitura crítica da realidade, na qual o fazer produtivo é também um ato de resistência e afirmação de identidade coletiva.

Tal perspectiva converge com os fundamentos do projeto ético-político do Serviço Social, que orienta a profissão a transcender os limites da técnica, direcionando sua prática para o compromisso com a emancipação humana e para a transformação das estruturas sociais responsáveis pela produção e reprodução das desigualdades.

A fala evidencia, ainda, como o Serviço Social disponibiliza instrumentos teóricos e metodológicos que possibilitam uma leitura crítica da realidade social, favorecendo o diálogo qualificado com as políticas públicas e a compreensão das contradições estruturais que atravessam o campo. Nessa perspectiva, a formação profissional assume o papel de uma ferramenta de fortalecimento da militância, ao ampliar a capacidade de planejar ações coletivas, formular alternativas emancipatórias e intervir de maneira crítica e consciente nos processos de luta social.

Ao afirmar que “a militância e a profissão se encontram nesse caminho”, o profissional sintetiza o ideal de uma prática profissional que articula teoria e prática, saber e fazer, reafirmando o Serviço Social como aliado estratégico na construção de um projeto de transformação social enraizado na terra, na coletividade e na esperança, princípios que orientam a luta por justiça e emancipação no campo.

Ao analisar a relação do Serviço Social com a lutas sociais da classe trabalhadora Duriguetto e Marro (2016) destacam a importância de reconstruir o

vínculo entre as demandas profissionais e as lutas das classes subalternizadas, reafirmam o compromisso histórico do Serviço Social com os movimentos sociais. Isso implica compreender que cada demanda atendida pelo (a) assistente social, seja no campo ou na cidade, carrega em si traços de resistência, de luta e de contradição, que precisam ser reconhecidos e politizados no exercício profissional. Essa perspectiva convoca a profissão a romper com o imediatismo e o tecnicismo, resgatando o sentido coletivo das demandas e recolocando a intervenção como mediação entre as necessidades concretas e os processos mais amplos de luta por direitos e emancipação.

Para tanto, a formação em Serviço Social apresenta uma complexidade que ultrapassa a mera aquisição de conhecimentos teóricos, exigindo o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem não apenas a leitura crítica da realidade social, mas também a intervenção transformadora sobre ela. Nesse contexto, uma das profissionais entrevistadas destacou que a graduação:

[...] Ofereceu uma formação política ideológica que até hoje é muito válida pra mim. Estudar economia política, filosofia, teoria política, entre outras disciplinas, mesmo as mais específicas do Serviço Social que estuda a questão social até hoje contribuem na minha forma de compreender o mundo e ainda mais nessa tarefa que desenvolvo hoje. Uma base de conhecimento muito sólida e que muito me interessava quando decidi fazê-lo. (Assistente Social 05, 2025, Informação verbal<sup>49</sup>).

Ao mencionar o estudo de disciplinas como economia política, filosofia e teoria política, o relato evidencia que a formação em Serviço Social ultrapassa o domínio técnico-operativo, incorporando fundamentos teórico-críticos e ético-políticos que possibilitam uma leitura aprofundada das contradições sociais e das estruturas que sustentam as desigualdades. Essa base formativa, ancorada em uma perspectiva crítica e histórica, confere ao profissional a capacidade de compreender o contexto social em sua totalidade e de intervir de forma consciente, estratégica e comprometida com a emancipação.

A fala também ressalta a centralidade da dimensão política na formação profissional, que ultrapassa os limites institucionais da universidade e se projeta na prática cotidiana, na militância e nas relações sociais construídas no território. Ao afirmar que essa formação “até hoje é muito válida”, o sujeito reconhece o caráter

---

<sup>49</sup> Entrevista 05. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

permanente do processo educativo, compreendendo-o como formador de uma visão de mundo crítica. Desse modo, reafirma-se o Serviço Social como um campo de saber e de prática comprometido com a emancipação humana e com a transformação das relações sociais.

Mustafa (2004) evidencia que:

Uma única profissão não pode se arvorar a tarefa de transformar a sociedade. Daí a necessidade de o Serviço Social estar em sintonia com os anseios populares, com os movimentos sociais, com as representações da sociedade civil – e tudo isto é política. Vale lembrar que todo o avanço implementado desde os anos 80, no que se refere ao código de ética, proposta curricular e desempenho profissional, deve-se à intrínseca articulação com os segmentos mais progressistas da sociedade e, em alguns casos, com o pioneirismo do serviço social na defesa incansável dos interesses da classe trabalhadora (Mustafa, 2004, p. 176).

Ao recordar os avanços conquistados a partir da década de 1980, como o Código de Ética de 1993, as Diretrizes Curriculares e a redefinição do projeto ético-político profissional, o autor ressalta que tais conquistas não ocorreram de forma espontânea, mas resultaram de uma articulação orgânica com os segmentos progressistas da sociedade civil. Foi nesse diálogo com os movimentos sociais e com as lutas populares que o Serviço Social reafirmou seu compromisso com os direitos humanos, a justiça social e a democracia.

Essa reflexão enfatiza, portanto, a dimensão coletiva e política da prática profissional, destacando que nenhuma profissão, isoladamente, é capaz de transformar as estruturas sociais. A transformação social é um processo histórico e coletivo, que exige articulação entre diferentes sujeitos, campos de atuação e forças sociais comprometidas com a emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, o Mustafa (2004) chama atenção para a necessidade de o Serviço Social manter-se em sintonia com os anseios populares e com os movimentos sociais, reconhecendo neles não apenas espaços de luta, mas também de produção de conhecimento e de resistência.

Ao analisar o processo de formação em Serviço Social, sempre articulado ao movimento sócio-histórico e às necessidades de maturação intelectual e política da profissão, Iamamoto (2014) afirma:

O conteúdo da formação está sustentado em três núcleos temáticos, o que representa uma inovação na maneira de pensar a formação acadêmica. São eles: a) Núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da vida social; b) Núcleo dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do significado do Serviço Social no seu âmbito; c)

Núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, abrangendo elementos constitutivos do Serviço Social enquanto especialização do trabalho: trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. Tais núcleos, ainda que por vezes tratados como uma tricotomia e independentes uns dos outros, foram concebidos enquanto diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. (Iamamoto, 2014, p. 620).

A formação profissional não pode ser compreendida como um processo neutro ou atemporal, pois se inscreve no interior do movimento histórico e das determinações sociais próprias de cada período. As formas de organizar a formação, os conteúdos privilegiados, os métodos pedagógicos e os projetos profissionais em disputa expressam as contradições da sociedade em que a profissão se constitui e se desenvolve. Nesse sentido, a formação profissional é, simultaneamente, produto e produtora da história, na medida em que responde às demandas sociais emergentes e, ao mesmo tempo, participa da conformação de determinadas respostas institucionais e políticas às expressões da questão social.

A maturidade política e intelectual de uma profissão expressa-se, entre outros aspectos, na capacidade de reconhecer sua inserção histórica e seu papel social, bem como de produzir respostas críticas às determinações estruturais que condicionam o exercício profissional. Essa maturidade se constrói historicamente, a partir do acúmulo teórico, da reflexão crítica sobre a prática e do diálogo permanente com as lutas sociais e os movimentos da classe trabalhadora. No caso do Serviço Social a consolidação de um projeto ético-político crítico está diretamente relacionada à apropriação da teoria social crítica e à compreensão do trabalho profissional como parte das mediações da luta de classes.

Nessa perspectiva, a formação profissional assume centralidade estratégica, pois é nela que se disputam os fundamentos teóricos, os valores éticos e as finalidades sociais da profissão. Uma formação orientada pela historicidade e pela crítica possibilita que os profissionais apreendam a realidade social para além de suas aparências imediatas, compreendendo os fenômenos sociais como processos históricos e contraditórios. Ao articular teoria e prática, formação e realidade social, a profissão amplia sua capacidade de intervenção qualificada e reafirma seu compromisso com projetos societários comprometidos com a emancipação humana.

Ainda sobre a importância da formação em Serviço Social, em depoimento, a profissional 06 diz:

No que se refere ao Serviço Social, sua atuação na questão agrária encontra fundamento no princípio da defesa dos direitos humanos. Por se tratar de uma realidade que abarca dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais, exige-se do assistente social uma postura crítica, capaz de intervir cotidianamente na mediação de direitos e na produção de conhecimento comprometido com a transformação social no campo. Do ponto de vista acadêmico e profissional, torna-se essencial articular teoria e prática, fortalecendo o projeto ético-político do Serviço Social, que prevê a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. Na prática profissional, a presença do Serviço Social na questão agrária se evidencia por meio da elaboração de projetos voltados ao fortalecimento da agricultura familiar, da construção de relatórios sociais utilizados em processos de desapropriação e acesso a políticas agrárias, bem como na articulação com outros movimentos sociais e conselhos de direitos humanos. (Assistente Social 06, 2025, Informação verbal<sup>50</sup>).

O relato evidencia que a atuação do Serviço Social na questão agrária está articulada ao projeto ético-político da profissão e aos princípios que sustentam a defesa dos direitos humanos, da justiça social e da equidade. Ao reconhecer que a realidade agrária é constituída por dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais interdependentes, o posicionamento reforça que o exercício profissional do (a) assistente social demanda uma postura crítica, reflexiva e propositiva, capaz de apreender a complexidade das relações sociais no campo e de intervir de modo comprometido com a transformação dessa realidade. Nesse sentido, a prática profissional transcende a execução técnica de políticas públicas, configurando-se como uma ação educativa e política, orientada pela garantia, ampliação e efetivação de direitos.

A depoente também ressalta a articulação indissociável entre teoria e prática, elemento fundamental, na medida em que é nesse diálogo que se constrói uma atuação coerente com os fundamentos marxistas e com o compromisso histórico da profissão junto à classe trabalhadora.

Contudo, na atualidade, observa-se a recorrência de um discurso que aponta para um suposto fosso entre teoria e prática, frequentemente mobilizado para desqualificar a reflexão teórica crítica e reduzir a formação e o exercício profissional a respostas imediatistas e pragmáticas às demandas institucionais. O referido discurso tende a naturalizar as condições concretas de trabalho do (a) assistente social, obscurecendo as determinações estruturais que conformam a questão social e deslocando a centralidade da análise crítica da totalidade social.

---

<sup>50</sup> Entrevista 05. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

Segundo Lima Sobrinho (2023, p. 3):

[...] o que se percebe é um movimento um tanto complexo para o caminho profissional no campo dos fundamentos críticos, sobretudo, quando se trata da relação teoria e prática, uma questão que, no campo crítico, parece estar bem delineada, mas que ainda assola a profissão nos dias atuais, claro que com tensões diferentes desde o processo de sua legitimação no Brasil, adquirindo contornos dos tempos atuais, que tem se arraigado de um conservadorismo contemporâneo, alargando ainda mais o dito fosso entre teoria e prática no Serviço Social.

Nesse sentido, a ideia de separação entre teoria e prática não expressa uma insuficiência da teoria em si, mas revela, antes, os limites impostos pelas relações sociais capitalistas e pelas formas contemporâneas de gestão do trabalho, que fragmentam o processo de intervenção profissional e reforçam a lógica instrumental.

Ao afirmar a indissociabilidade entre teoria e prática, a tradição marxista e o projeto ético-político do Serviço Social reafirmam a necessidade de uma práxis profissional orientada pela crítica da realidade social, capaz de articular conhecimento teórico, posicionamento político e ação concreta, mesmo em contextos adversos marcados pela precarização e pela ofensiva conservadora.

No que refere a presença do Serviço Social na questão agrária, seja na elaboração de projetos de fortalecimento da agricultura familiar, na produção de relatórios e pareceres sociais voltados a processos de desapropriação, ou ainda na articulação com movimentos sociais e conselhos de direitos, materializa essa perspectiva crítica. Assim, a atuação profissional se consolida como parte integrante da luta pela terra e pela reforma agrária, reafirmando o (a) assistente social como sujeito político comprometido com a transformação social, o fortalecimento da democracia e a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Na relação Serviço Social e questão agrária:

Constatamos que a aproximação do Serviço Social com os interesses dos trabalhadores camponeses só começou a ocorrer concretamente com o processo de mudança vivenciado pela profissão no âmbito da formação e da prática profissional. Num movimento articulado com as transformações sociais no país, a partir da crise do 'milagre econômico' e a decadência do Regime Militar, o Serviço Social passou a compreender a necessidade de sua vinculação com as lutas dos trabalhadores. (Delgado, 2010, p. 29).

A reflexão de Delgado (2010) revela um marco importante na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, ao apontar que sua aproximação com os trabalhadores camponeses não é fruto de um processo histórico de transformação teórica, política e ética. Essa mudança se intensifica no período de crise do "milagre

econômico” e declínio do Regime Militar, quando o país vivencia um contexto de efervescência política e social marcado pelo recrudescimento das desigualdades e pela reorganização das lutas populares.

A partir desse processo, o comprometimento com os interesses da classe trabalhadora, tanto rural quanto urbana, consolida-se como um dos pilares do projeto ético-político do Serviço Social. No contexto do campo, essa aproximação se concretiza por meio da articulação com os movimentos sociais, especialmente o MST, na defesa do acesso à terra, na valorização da agricultura camponesa e na promoção de políticas públicas que garantam condições dignas de vida e trabalho para os camponeses.

No que tange à relação Serviço Social e questão social outro relato evidencia que:

O Serviço Social atua sobre a ‘questão social’ - as contradições geradas pelo capitalismo que se manifestam no campo pela desigualdade no acesso à terra, exclusão dos trabalhadores rurais e luta por justiça social. Na prática, assistentes sociais buscam garantir políticas de acesso à terra e demais direitos associados. Enquanto elementos do trabalho cotidiano que evidenciam a atuação do Serviço Social na questão agrária destaco: promoção do diálogo sobre direitos à moradia, saúde, organização de comunidades rurais e mediação com o Estado nas políticas de acesso à terra. (Assistente Social 07, 2025, Informação verbal<sup>51</sup>).

Essa reflexão evidencia que o Serviço Social, ao intervir nas expressões da questão social, exerce um papel central na mediação das contradições estruturais presentes no campo, especialmente aquelas decorrentes da concentração fundiária e da desigualdade histórica no acesso à terra.

Ao reconhecer que tais contradições são expressões do modo de produção capitalista, a profissão orienta sua prática para a defesa intransigente dos direitos sociais e para a construção de condições dignas de vida aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, reafirmando, assim, seu compromisso ético-político com a transformação social e com a emancipação humana.

No cotidiano profissional, a atuação do (a) assistente social na questão agrária concretiza-se por meio de ações integradas de orientação, mobilização e intervenção social, voltadas à efetivação dos direitos e ao fortalecimento das organizações. A promoção do diálogo sobre direitos, a organização coletiva, a

---

<sup>51</sup> Entrevista 07. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

mediação entre sujeitos do campo e o Estado, bem como a viabilização do acesso a políticas públicas nas áreas de terra, moradia, educação e saúde, constituem dimensões concretas desse trabalho.

Essas práticas não apenas enfrentam as expressões imediatas da desigualdade social, mas também fomentam processos de formação política e consciência crítica, essenciais à autonomia e à organização coletiva dos sujeitos do campo. Dessa forma, o Serviço Social se consolida como uma ferramenta de luta e de transformação social, que articula conhecimento técnico, reflexão crítica e prática política, reafirmando sua aliança histórica com a classe trabalhadora.

O relato enfatiza que o Serviço Social tem como matéria-prima de sua intervenção as múltiplas expressões da questão social, isto é, as formas concretas pelas quais as desigualdades produzidas e reproduzidas pelo modo de produção capitalista se manifestam no cotidiano dos sujeitos e na dinâmica das classes sociais. Tais expressões materializam-se nas condições precárias de vida, na negação de direitos e nas diversas formas de exploração e opressão que atravessam a realidade social.

No contexto brasileiro, analisar a questão social implica considerar a histórica concentração fundiária e a consequente negação do acesso e da permanência na terra como uma das mais profundas expressões da desigualdade estrutural. A luta pela terra e pela reforma agrária evidencia, assim, o confronto entre projetos societários antagônicos: de um lado, o agronegócio e a lógica do capital; de outro, os sujeitos do campo que lutam por dignidade, trabalho e vida.

Nessa perspectiva, o Serviço Social, ao atuar no âmbito da questão agrária, é convocado a compreender as mediações entre a estrutura fundiária e as políticas públicas, reconhecendo que o direito à terra está intrinsecamente articulado ao direito à vida, à moradia, à educação, à saúde, à previdência e à cidadania.

Iamamoto (2014) delimita o lugar sócio-histórico da atuação do (a) assistente social no interior das relações de classe e na mediação destas com o Estado, tomando como referência o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social. Ao situar a política social como mediação fundamental do exercício profissional, evidencia que a intervenção do Serviço Social não se restringe à execução de ações pontuais, mas se inscreve nos processos de formulação, gestão, avaliação e financiamento das políticas públicas, bem como na assessoria aos movimentos sociais.

Além disso, destaca-se a dimensão educativa da prática profissional, entendida como ação político-pedagógica que viabiliza o acesso aos direitos e aos meios concretos de exercê-los. Essa dimensão ultrapassa o plano informativo ou assistencial, contribuindo para que as necessidades e interesses dos sujeitos ganhem visibilidade na cena pública e sejam socialmente reconhecidos.

Ao afirmar o compromisso com os direitos e interesses dos usuários e com a qualidade dos serviços sociais, a ponderação reafirma os princípios do projeto ético-político do Serviço Social, orientado pela defesa dos direitos sociais, pela democratização das políticas públicas e pela construção de uma prática profissional crítica, comprometida com a emancipação humana e com o fortalecimento dos sujeitos coletivos.

Nessa mesma linha de raciocínio, ao buscar a compreensão acerca da relação entre a questão agrária e o Serviço Social, uma das profissionais entrevistadas afirmou que:

No meu entendimento há uma aproximação crescente do Serviço Social com a questão agrária. Além dos cursos de Serviço Social via o PRONERA, tenho visto muito envolvimento dos cursos fazendo vivências com os estudantes em assentamentos e em acampamentos. Me parece que ainda há pouca elaboração sobre a relação do Serviço Social e a questão agrária. Na relação respeitosa no tocante aos direitos dos camponeses e camponesas, na contribuição no sentido de buscar saídas para as diversas situações encontradas no meio rural, desde os direitos previdenciários, passando pelas orientações de como enfrentar a violência doméstica e sobre a importância do ECA para as crianças e adolescentes do meio rural. (Assistente Social 08, 2025, Informação verbal<sup>52</sup>).

Essa fala evidencia uma aproximação crescente entre o Serviço Social e a questão agrária, revelando um movimento de ampliação do compromisso da profissão com as lutas, demandas e realidades do campo. A referência aos cursos de Serviço Social vinculados ao PRONERA, bem como às vivências em assentamentos e acampamentos, demonstra um esforço concreto de formação crítica e inserção nos territórios, que rompe com a lógica urbana e centralizadora historicamente predominante na formação profissional.

Essa presença no território rural possibilita experiências formativas enraizadas na realidade concreta, promovendo não apenas o aprendizado prático, mas também a construção de uma leitura crítica das contradições sociais, políticas e

---

<sup>52</sup> Entrevista 08. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

econômicas que atravessam o campo, fortalecendo, assim, a articulação entre teoria, prática e compromisso social, princípios fundamentais para efetivação do projeto ético-político do Serviço Social.

Entretanto, o relato também elucida um desafio ainda em curso, a necessidade de aprofundar a elaboração teórica e política sobre a interface entre o Serviço Social e a questão agrária. Essa lacuna reforça a urgência de produzir conhecimento comprometido com a realidade camponesa, que reconheça as múltiplas expressões da questão social no campo, desde o acesso a direitos previdenciários, o enfrentamento à violência doméstica, até a proteção integral de crianças e adolescentes prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Ao intervir nessas dimensões, o Serviço Social reafirma sua essência como profissão orientada pela defesa intransigente dos direitos humanos, pela promoção da justiça social e pela emancipação dos sujeitos do campo. Dessa forma, a aproximação com a questão agrária não representa apenas a expansão de um campo de atuação, mas sim à afirmação ética, política e histórica do compromisso da profissão com a classe trabalhadora e com a construção de um projeto de sociedade mais igualitário, democrático e solidário.

Iamamoto (2021) explicita que o Serviço Social é uma profissão atravessada por projetos societários em disputa, e o lugar que o (a) assistente social ocupa nessa dinâmica é determinado pelo seu comprometimento ético-político. Assim, mais do que executar políticas, **o profissional é um sujeito político e intelectual**, cuja prática pode se tornar instrumento de resistência, de produção de consciência crítica e de fortalecimento da organização da classe trabalhadora.

Acerca do projeto profissional e a atuação no MST outra militante contribuiu afirmando que:

Em primeiro lugar, penso que a base formativa, todo o conjunto de leituras de mundo, em especial a partir das leituras marxistas, formaram uma base importante de compreensão e formação política numa perspectiva teórica crítica. Como me formei pelo PRONERA esta vinculação teórico-política do Serviço Social com as chaves de leitura e interpretação crítica da realidade foi considerada fundamental e importante na formação de profissionais comprometidos politicamente com a perspectiva emancipatória de construção dos territórios de Reforma Agrária, isto é uma coisa. Outra é que o MST entendia esse processo de formação como uma oportunidade de amadurecer a base teórica dos seus quadros dirigentes, o que de fato a formação nos permitiu. Minha turma era majoritariamente composta por dirigentes nacionais e/ou estaduais do MST, militantes inseridos na organicidade e nas tarefas do movimento – uma minoria era juventude assentada, ou filhos de assentados, sem ainda vínculos orgânicos com as

tarefas militantes do MST (era o meu caso). Ao final do curso eu já estava inserida e permaneço desde então vinculada ao movimento com dedicação integral, ou seja, nunca tive a oportunidade de exercer a profissão através de um vínculo empregatício, mas considero que o exerço de um lugar político-pedagógico. (Assistente Social 10, 2025, Informação verbal<sup>53</sup>).

Esse relato constitui uma demonstração de como a formação em Serviço Social, especialmente quando articulada ao PRONERA, transcende os limites da formação acadêmica tradicional, configurando-se como um processo político e emancipatório de formação, profundamente enraizado nas lutas sociais e nas experiências concretas do campo.

A profissional enfatiza que a base teórica marxista e o compromisso ético-político do Serviço Social foram elementos centrais para o desenvolvimento de uma compreensão crítica da realidade, permitindo a leitura das contradições estruturais que sustentam a questão agrária no Brasil. Essa perspectiva crítica, ao ser vinculada à Reforma Agrária Popular, revela a convergência entre a teoria social crítica e a prática política transformadora, fundamentos indispensáveis à formação de profissionais comprometidos com a emancipação humana e com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

O relato também evidencia que o MST compreende a formação profissional como um espaço estratégico de fortalecimento político e organizativo, capaz de qualificar seus quadros dirigentes e ampliar a capacidade de intervenção social do movimento. Ao destacar que o curso era composto majoritariamente por militantes e dirigentes, a participante reforça o papel do PRONERA como instrumento de formação de lideranças, articulando o saber acadêmico à prática militante e promovendo a formação de sujeitos críticos e coletivamente engajados na luta pela terra.

Ao se reconhecer como alguém que exerce a profissão “de um lugar político-pedagógico”, a profissional amplia a compreensão acerca do que significa atuar como assistente social, deslocando a concepção tradicional de um exercício profissional restrito à mediação institucional.

Nessa perspectiva, o trabalho profissional se concretiza na articulação coletiva e no fortalecimento dos instrumentos políticos da classe trabalhadora. Essa visão reafirma que o Serviço Social, mais do que uma profissão, é uma práxis social

---

<sup>53</sup> Entrevista 10. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

e histórica, sustentada pela ética, pela crítica e pelo compromisso com a transformação da realidade.

Iamamoto (2014) afirma a opção histórica e política assumida pelo Serviço Social brasileiro, há mais de três décadas, de se inscrever no horizonte da chamada “grande política”, recusando a subordinação da prática profissional aos fetiches do capital, particularmente no contexto da hegemonia do capital financeiro.

O referido posicionamento expressa uma compreensão crítica das determinações contemporâneas do capitalismo, que tendem a naturalizar a mercantilização da vida social, a financeirização das políticas públicas e a redução dos direitos sociais à lógica do ajuste fiscal. Ao recusar esse aprisionamento, a referida autora reafirma a profissão como prática social comprometida com a crítica às formas alienadas de organização da sociabilidade capitalista.

Nessa perspectiva, a referência à economia política do trabalho e à aliança com as forças progressistas indica que a luta profissional não se limita ao campo corporativo ou institucional, mas se articula a um projeto societário mais amplo, sustentado pela ação coletiva e pela organização política.

A bandeira da luta política, aponta para a construção histórica de uma sociabilidade alternativa, orientada pelo desenvolvimento pleno dos indivíduos sociais, em contraposição à lógica opressora e desigual do capital. Assim, o trecho analisado reafirma o horizonte ético-político do Serviço Social como parte das lutas sociais, situando a profissão no campo das forças que disputam o sentido da história.

Um outro aspecto fundamental destacado no depoimento foi a importância do PRONERA, em seu caráter interdisciplinar e interinstitucional, que promove a aproximação entre movimentos sociais e instituições de ensino superior. Essa relação tem permitido a construção de novas metodologias de ensino e pesquisa, pautadas na valorização da experiência dos trabalhadores rurais e na produção de conhecimento a partir do campo.

A presença do MST nas discussões e comissões do Pronera também foi determinante para que não se reduzisse a uma política compensatória. O Movimento sempre insistiu que o Pronera deve ser compreendido como política estruturante, voltada à transformação social, e não apenas como acesso formal à educação. Essa perspectiva garante que a formação promovida pelo Programa não se limite à

escolarização, mas contribua para o fortalecimento da identidade camponesa e da luta pela terra, pelo território e pela soberania alimentar.

No âmbito político, o MST foi responsável por pressionar o Estado brasileiro a reconhecer a educação do campo como um direito específico, com diretrizes próprias. A criação do Pronera foi resultado de intensas mobilizações e de um diálogo permanente entre o movimento e o governo federal. Esse protagonismo demonstra a capacidade do MST de formular políticas públicas a partir da base, construindo alternativas concretas de enfrentamento às desigualdades estruturais. O Pronera, portanto, é também uma expressão da força política acumulada pelo Movimento ao longo de sua trajetória.

A implementação do Programa possibilitou o surgimento de uma nova geração de intelectuais e educadores oriundos do campo, muitos deles militantes do MST, mas também de várias outras organizações e movimentos sociais. Esses sujeitos trazem para o espaço acadêmico uma visão crítica sobre o modelo de desenvolvimento rural, questionando a concentração fundiária e propondo práticas de produção sustentáveis e solidárias. Assim, cursos contribuem para a construção de um projeto de sociedade que valoriza a agricultura familiar, a agroecologia e a soberania alimentar, bandeiras históricas do MST.

Por outro lado, o MST também reconhece que o Pronera enfrenta desafios e limitações, especialmente em contextos de desmonte de políticas públicas e cortes orçamentários. Em diversos momentos, o Movimento precisou se mobilizar para garantir sua continuidade, denunciando retrocessos, com profundos cortes orçamentários e exigindo do Estado o cumprimento de seus compromissos. Essa postura reafirma que a luta pela educação do campo é permanente e que o Pronera só se mantém vivo enquanto existir mobilização social em sua defesa.

A experiência de formação em Serviço Social no âmbito do Pronera pode ser compreendida como uma alternativa crítica frente ao processo de expansão acelerada da formação profissional na modalidade de educação a distância (EAD) no Brasil. Nas últimas décadas, observa-se um crescimento expressivo dessa modalidade, especialmente no setor privado, frequentemente orientado por lógicas mercantis que priorizam a ampliação do número de matrículas em detrimento da qualidade do processo formativo.

Esse cenário tem sido amplamente problematizado por entidades representativas da profissão, que alertam para os riscos de uma formação

aligeirada, marcada pela fragilização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como pela limitação das mediações pedagógicas necessárias entre docentes, discentes e a realidade social na qual se insere o exercício profissional.

Nesse contexto, a formação em Serviço Social realizada no âmbito do Pronera apresenta características que tensionam a lógica de mercantilização do ensino superior. Ao estruturar-se a partir da vinculação orgânica com os movimentos sociais do campo e da valorização da realidade concreta dos sujeitos coletivos envolvidos, essa experiência formativa reafirma princípios centrais do projeto ético-político da profissão.

Trata-se de um processo educativo que busca articular teoria e prática social, fomentar a reflexão crítica acerca da questão agrária brasileira e contribuir para a formação de assistentes sociais comprometidos com a defesa dos direitos da classe trabalhadora e com a construção de processos de transformação social.

Desse modo, a formação em Serviço Social no âmbito do Pronera não apenas amplia o acesso de sujeitos do campo ao ensino superior, historicamente marcado por profundas desigualdades, como também se configura como uma experiência que reafirma a centralidade de uma formação crítica, presencial e socialmente referenciada.

Em contraposição à lógica de massificação e padronização que caracteriza grande parte da oferta de cursos na modalidade EAD, essa proposta formativa valoriza a construção coletiva do conhecimento, o enraizamento territorial e o compromisso político com as lutas sociais. Assim, evidencia-se a relevância de projetos educativos comprometidos com a emancipação humana e com os princípios que orientam o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

À luz dessas análises, a discussão seguinte se dedica a ponderar o trabalho do (a) assistente social no MST, buscando apreender suas particularidades e potencialidades, numa perspectiva de compreender seu papel ético-político. Parte-se da compreensão de que a formação em Serviço Social, incide diretamente nas formas de intervenção profissional desenvolvidas no Movimento, reafirmando o trabalho do (a) assistente social como uma prática social inserida na luta de classes e orientada pela defesa dos direitos, da organização coletiva e da emancipação da classe trabalhadora.

### 4.3 Trajetórias da atuação profissional: intelectuais da/na classe trabalhadora

Na minha prática existe uma dimensão pedagógica justamente porque vamos contribuir para uma formação crítica, uma formação política, para uma organização coletiva, contribuir no cotidiano desses sujeitos na construção de um projeto societário, que é coletivo. Um projeto que vai contra a hegemonia do capital, contra a hegemonia do agronegócio, um projeto contra hegemônico. (Assistente Social 01, 2025, Informação verbal<sup>54</sup>)

Este item visa refletir os diferentes setores de atuação e as especificidades dos espaços de articulação da luta, em consonância com suas propostas de intervenção. Para tanto, torna-se relevante destacar que a atuação profissional no âmbito do MST é impulsionada por demandas que emergem da conexão entre processos estruturais mais amplos, como as reconfigurações das lutas sociais no campo e a reivindicação por políticas públicas voltadas ao campesinato. E, processos internos, próprios da dinâmica organizativa do Movimento, vinculados às suas necessidades específicas. Nesse contexto, evidencia-se a importância de compor em seus quadros profissionais capazes de desempenhar funções estratégicas, assumindo papéis de coordenação, formação e assessoria, entre outros, em consonância com as finalidades políticas e sociais que orientam sua prática.

Nessa perspectiva, atribui-se ao Serviço Social uma dinamicidade intrinsecamente vinculada às correlações de forças presentes na sociedade, particularmente no que se refere aos conflitos de interesses que emergem no campo e se articulam diretamente à questão agrária. Tais correlações revelam os desdobramentos da dinâmica macro da formação sócio-histórica, bem como as contradições que a permeiam, o que demanda do profissional um posicionamento crítico, neste caso, no interior do movimento social em análise, conforme assinala Faleiros (2008, p. 42):

O Serviço Social não tem um protocolo rígido [...] o desafio é combinar a flexibilidade da ação com uma análise complexa das situações [...] temos que abandonar, cada vez mais, os pensamentos simplificadoros, analisando

---

▮ Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

as situações concretas como correlações de forças, articulando-se a análise das contradições com a análise dos conflitos, dos interesses em jogo, e das estratégias em movimento.

Dessa forma, constata-se que, ainda que haja uma multiplicidade de documentos e publicações produzidos pelo Movimento, estes não estabelecem, em termos estatutários, as especificidades concernentes ao exercício da militância, tampouco às atribuições próprias do trabalho profissional do (a) assistente social. Tal lacuna se justifica na medida em que, tanto no âmbito interno quanto na dinâmica externa, manifesta-se uma diversidade de funções e responsabilidades, aspecto que se correlaciona diretamente ao seu caráter constitutivo enquanto organização política.

Conforme evidencia Faleiros (2008), o trabalho do (a) assistente social apresenta-se de maneira ampla, ao mesmo tempo em que delinea particularidades próprias a cada contexto de inserção. No caso específico do MST, tal atuação adquire contornos ético-políticos relevantes, uma vez que a inserção profissional se vincula a setores determinados, embora nunca de forma isolada.

Segundo Delgado (2010, p. 102), no que refere à sua organicidade, o Movimento encontra-se estruturado através de:

Núcleos de famílias: reúne a base assentada no processo de discussão e decisões da organização; Setores: núcleos de trabalhos relacionados às áreas temáticas ou linhas políticas de atuação da organização, como: setor de saúde, setor de educação, etc. Direções Estaduais e Direções Nacionais: formadas por pessoas dos assentamentos escolhidas nos núcleos de famílias; Coordenação Estadual e Coordenação nacional.

A partir da concepção de Bogo (2000), a organicidade é compreendida como uma teia de inter-relações vivas que articula todas as partes de uma organização, suas bases, setores e direções, em um movimento coerente, solidário e coletivo. Mais do que uma simples estrutura administrativa, a organicidade expressa um modo de ser e de agir coletivo, no qual cada militante e cada núcleo assumem responsabilidades recíprocas, compartilhando o compromisso político e ético com o projeto comum e garantindo a unidade entre pensamento e prática no interior da organização.

A organicidade vai além da teoria, manifestando-se de forma física, prática e mística, ou seja, presente no cotidiano da militância, nas relações humanas e na mística que alimenta a esperança e a força do coletivo. Esse princípio se contrapõe

ao individualismo e ao isolamento, ao afirmar que nenhuma parte pode funcionar de maneira autônoma ou desconectada do todo.

Por conseguinte, a organicidade do movimento constitui um processo dinâmico, em constante construção e transformação, que se articula às necessidades e desafios decorrentes da própria luta social. Trata-se, portanto, de um aspecto não homogêneo e marcado por contradições e conflitos, que expressam o movimento vivo das relações políticas e organizativas. Ao longo do tempo, essa organicidade necessita se readaptar, se reinventar e se autocriticar, preservando sua capacidade de resistência, coerência e continuidade histórica frente às mudanças conjunturais e às novas demandas das lutas sociais.

Acerca dessas transformações nas análises de Miranda e Cunha (2013, p. 365):

Os núcleos de moradia, habitacional e de base foram importantes para a elaboração de modelos organizacionais do movimento em nível nacional. Por exemplo, os núcleos de famílias, comuns nos acampamentos e assentamentos do MST (nos Estados que adotaram o novo modelo de organização), e as brigadas são resultantes do aprimoramento dos núcleos de moradia, habitacional e de base.

Cada estado organiza suas brigadas conforme suas especificidades geográficas, sociais e políticas, bem como a partir do processo histórico de construção do MST e da participação ativa da militância. As brigadas foram instituídas com o objetivo de substituir as antigas grandes regionais, ampliar a participação de homens e mulheres nos processos organizativos e favorecer a formação e multiplicação de novas lideranças, fortalecendo, assim, a organicidade e a capilaridade do movimento nos diferentes territórios. (MST, 2005).

Compreender a organização do MST, nesta reflexão, não tem como objetivo central a análise do Movimento em si, tampouco uma leitura organizacional ou descritiva de sua estrutura interna. Também, demarca-se aqui, que a estrutura organizativa apresentada constitui uma proposição, o que implica processos reais que não se materializam de forma sistêmica ou mecânica, mas mediada por contradições e complexidades. Trata-se, portanto, aqui apenas de um movimento analítico necessário para apreender as condições concretas nas quais se inscreve a atuação do (a) assistente social.

Segundo Iamamoto (2009):

**Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais.** Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). **Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade.** Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza. (Iamamoto, 2009, p. 5. Grifo nosso).

Ao incluir a assessoria a organizações e movimentos sociais como um desses espaços, a referência permite situar o MST como um lócus legítimo de exercício profissional, cuja dinâmica se diferencia substantivamente daquela vinculada ao Estado ou ao setor privado capitalista. Nesse sentido, a atuação do (a) assistente social no Movimento se desenvolve em um espaço no qual os trabalhadores organizados figuram como sujeitos coletivos centrais, o que imprime particularidades às relações sociais que condicionam o trabalho profissional.

Diferentemente dos espaços orientados pela lógica da lucratividade do capital ou pela racionalidade burocrático-estatal, a intervenção profissional no interior de um movimento social se inscreve em um projeto político de enfrentamento às expressões da questão agrária e da questão social no campo, ampliando tanto as possibilidades quanto os limites da intervenção profissional.

Para tanto, este percurso investigativo contou com a participação de sujeitos inseridos em diferentes espaços da organicidade do Movimento, representando a diversidade de funções e responsabilidades que o compõem. Participaram da pesquisa: dois profissionais do setor de produção, dois do setor de formação, dois do setor de direitos humanos, dois integrantes da direção nacional, um do setor de relações internacionais e um do coletivo de relações políticas. Cada dinâmica de intervenção relaciona-se de maneira interdependente, compondo, em sua totalidade, o programa agrário-político do Movimento, materializado no projeto de Reforma Agrária Popular.

A Reforma Agrária Popular, nesse sentido, propõe formas autônomas de cooperação que rompem com a lógica individualista e mercantil, promovendo o trabalho coletivo, a autogestão e a articulação solidária entre campo e cidade. Trata-se, portanto, de uma utopia concreta, que articula a luta pela terra, pela dignidade e

pelos direitos à construção de novas sociabilidades, pautadas na solidariedade, na justiça social e na valorização da vida em sua integralidade.

Nesse sentido, elucida-se a concepção de uma das entrevistadas:

O MST se coloca como Movimento de tamanha importância, não só no Brasil, como na América Latina. Ele coloca em seu horizonte a construção de uma revolução, de uma nova sociedade desde seu início, com a ocupação, tendo seu objetivo a luta pela terra. Mas, no decorrer do tempo, o Movimento vai acompanhando o movimento dialético da realidade, esse movimento da realidade concreta. Ele se movimentou com o conjunto da sociedade, não ficou em uma bolha, tá a Reforma Agrária Popular, que vai além da luta pela terra. A luta pela terra ainda é uma luta nossa. Não é uma luta ultrapassada. Ainda é uma bandeira de luta. Mas, hoje, no nosso programa agrário, a defesa dos bens da natureza, da democratização da natureza, a defesa da vida e dos territórios, a produção de alimentos saudáveis, o cuidado com o meio ambiente, com o plantio de árvores, a educação do campo como importante bandeira de luta, a formação política, a formação humana, a cultura, a arte, a saúde. (Assistente Social 01, 2025, Informação verbal<sup>55</sup>).

A contribuição evidencia a dinamicidade dialética que orienta a atuação do MST, demonstrando que o Movimento não se ancora em um programa rígido ou estático, mas se reinventa a partir da análise crítica das transformações da realidade concreta. Nesse processo de permanente atualização política e organizativa, conforma-se o programa de Reforma Agrária Popular, que amplia a pauta agrária clássica e incorpora dimensões estratégicas como a soberania alimentar, a defesa dos bens e territórios da natureza, a produção de alimentos saudáveis, a agroecologia, a preservação ambiental, além da cultura, saúde e educação do campo.

A profissional evidencia que o MST, desde sua origem, configura-se como um movimento social que ultrapassa a dimensão imediata da luta pela terra, afirmando-se como sujeito político capaz de intervir nas contradições estruturais da sociedade brasileira. Ao situá-lo como um movimento de importância estratégica no Brasil e na América Latina, destaca-se sua capacidade de articular projeto histórico, organização popular e horizonte revolucionário, compreendendo que a luta pela terra constitui um ponto de partida, mas não o ponto de chegada. Nessa perspectiva, o

---

?

MST não apenas reivindica terra, mas disputa projetos de sociedade, projetando uma transformação profunda das relações sociais, econômicas e políticas que estruturam o campo e o conjunto da vida social.

A democratização do acesso à terra e dos bens da natureza é condição essencial de justiça social e soberania popular. Ao defender que a terra cumpra sua função social, o MST reafirma um princípio constitucional e ético que compreende a terra não como mercadoria, mas como bem comum, cuja utilização deve atender ao interesse coletivo e à preservação ambiental. A proposta vai além da redistribuição de propriedades, questiona a estrutura concentradora do latifúndio, responsável por profundas desigualdades históricas e pela exploração dos trabalhadores rurais.

Ao analisar a relação entre ruralidades (in)visíveis, questão agrária brasileira e Serviço Social, pensando a partir da terra, Lusa (2022) destaca:

No campo [...] a propriedade fundiária significa a possibilidade de exploração direta da terra e de geração de renda, inclusive fundiária, e/ou de mais valia, a depender do que se faz sobre e com a terra. É a relação com a terra que determina os lugares e papéis dos indivíduos sociais no campo e traz consequências para a cidade: desde o militante de uma ocupação agrária, o posseiro, o agricultor camponês, os povos tradicionais – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, os extrativistas do cerrado e das florestas – o agricultor familiar, o agricultor capitalizado, o capitalista agrário e o latifundiário, todos vivem da sua relação com a terra e daquilo que nela é produzido. Eis o ponto chave para compreender o campo [...] a propriedade da terra, os processos produtivos e as relações sociais que se desenvolvem a partir da propriedade, posse, acesso e uso dela. (Lusa, 2022, p. 95).

Portanto, evidencia-se que a questão agrária não se reduz à dimensão produtiva da terra, mas expressa um complexo de relações sociais, econômicas e políticas mediadas pela propriedade, posse, acesso e uso da terra. Segundo Lusa (2022) é a relação com a terra que define os lugares e papéis dos indivíduos sociais no campo, assim a referida autora aponta para a centralidade da terra na conformação das classes sociais, das formas de exploração e das desigualdades estruturais que atravessam tanto o espaço rural quanto o urbano. Trata-se, portanto, de uma leitura que remete à totalidade social, na qual a propriedade fundiária é elemento estruturante da produção de mais-valia, da renda da terra e das distintas formas de reprodução da vida.

Nesse contexto, o trabalho do (a) assistente social na questão agrária insere-se como mediação profissional fundamental frente às expressões da questão social produzidas por essa estrutura fundiária desigual. A atuação profissional, seja em

políticas públicas voltadas ao campo, em programas de reforma agrária, educação do campo ou junto a movimentos sociais como o MST, demanda a compreensão crítica das determinações históricas que organizam o acesso à terra e produzem desigualdades, conflitos e violações de direitos.

Ao reconhecer a diversidade de sujeitos sociais mencionados (camponeses, povos tradicionais, agricultores familiares, trabalhadores sem terra), o Serviço Social é convocado a construir intervenções orientadas pelo Projeto Ético-Político, articulando defesa de direitos, fortalecimento da organização coletiva e afirmação da terra como condição material para a reprodução social, e não como mera mercadoria subordinada à lógica do capital.

Para além da terra, ainda que em estreita articulação com ela, outro eixo central de atenção do MST refere-se à relação com a natureza, os bens naturais, como a água, a biodiversidade, os minérios e as fontes de energia, devem ser compreendidos como bens públicos e comum da humanidade, e não como mercadorias voltadas ao lucro privado. Essa concepção rompe com a lógica predatória do capitalismo neoliberal e do agronegócio, que transforma a natureza em mera fonte de acumulação e promove a destruição ambiental. Em contraposição, propõe-se uma nova ética de relação com o meio ambiente, fundamentada no cuidado, na responsabilidade e na sustentabilidade.

O reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e frutíferas representa uma prática concreta de reparação socioambiental, ao articular a preservação ecológica com a soberania alimentar. Essa proposta traduz uma compreensão ampliada da função social e ambiental da terra, que deve assegurar não apenas a produção de alimentos, mas também a reprodução da vida em todas as suas dimensões. Assim, a Reforma Agrária Popular, ao integrar a luta pela terra à defesa da natureza, afirma-se como um projeto de sociedade ecológica, comprometido com a preservação do equilíbrio ambiental e com a responsabilidade intergeracional.

Importa destacar que uma das profissionais entrevistadas ressaltou sua contribuição no âmbito do Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis. Além da formação em Serviço Social, a referida militante é mestranda em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E, explicitou que:

O Serviço Social, quando vinculado aos princípios do projeto ético-político da profissão, é uma ferramenta potente para contribuir com a construção do

projeto de Reforma Agrária Popular. Possibilitando análise crítica da realidade social e política, fortalecimento da organização coletiva, planejamento estratégico de ações educativas, políticas e sociais, promoção da autonomia dos sujeitos do campo. (Assistente Social 02, 2025, Informação verbal<sup>56</sup>).

Nesse sentido, o próprio processo de busca pelo conhecimento, materializado na continuidade da formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, bem como nos percursos da pesquisa e da investigação científica, evidencia a centralidade do conhecimento como mediação fundamental para a intervenção crítica no cotidiano profissional. Trata-se de um movimento que não se reduz à aquisição técnica de saberes, mas que expressa a necessidade histórica de apreensão rigorosa da realidade social, de modo a subsidiar análises qualificadas e respostas profissionais coerentes com os fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do Serviço Social.

Conforme Netto (1999, p. 16):

Do ponto de vista estritamente profissional, o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas, críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

Nessa direção, é fundamental reconhecer que tanto o projeto profissional do Serviço Social quanto o projeto de reforma agrária popular não se apresentam como dados acabados ou cristalizados, mas como construções históricas e coletivas, permanentemente tensionadas pelas contradições da sociabilidade capitalista. São projetos construídos na dinâmica das lutas sociais, que se atualizam cotidianamente diante das ofensivas do capital e do avanço de ondas conservadoras, exigindo permanente maturidade teórica e política, além da capacidade de resistência organizada. Assim, a formação continuada e a produção de conhecimento assumem papel estratégico na sustentação desses projetos, ao possibilitar a construção de mediações críticas.

A capacidade investigativa e a busca pelo conhecimento, são essenciais no processo de:

---

▮ Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais — sua produção e reprodução ampliada — e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade. (Iamamoto, 2024, p. 619).

No caso da profissional que colabora com as ações de reflorestamento, a intervenção ultrapassa a dimensão meramente técnica do ato de plantar árvores, na medida em que incorpora a compreensão da indissociabilidade entre as questões agrária e ambiental, como expressões da questão social.

Essa abordagem reafirma que a degradação ambiental está intrinsecamente relacionada às formas históricas de apropriação da terra, à concentração fundiária e à lógica destrutiva do capital no campo. Assim, é no plano da abstração teórica que se realizam as mediações necessárias à apreensão da totalidade social, para que, no plano concreto da prática, seja possível materializar formas organizativas de intervenção que articulem produção de alimentos saudáveis, preservação ambiental e fortalecimento político dos sujeitos coletivos, em consonância com o projeto de reforma agrária popular e com o projeto ético-político do Serviço Social.

Nas formulações do MST, a articulação entre questão agrária e questão ambiental amplia-se para outras problemáticas, como a gestão e o destino dos resíduos sólidos, conforme demonstrado na figura a seguir.

Figura 3 – Reforma Agrária Popular e Resíduos Sólidos



Fonte: Própria autora em pesquisa de campo, 2026.

Durante o Encontro Nacional, o MST realizou uma parceria com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, evidenciando sua preocupação com a gestão e o destino adequado dos resíduos sólidos. Essa articulação demonstra que a pauta ambiental é compreendida pelo Movimento para além da produção agrícola, incorporando também o debate sobre sustentabilidade, reciclagem e responsabilidade socioambiental. Dessa forma, a iniciativa reafirma a visão do MST acerca da problemática ambiental e sua interface com a Reforma Agrária Popular.

Articulado ao referido eixo tem-se a produção, ponto em que o MST busca produzir “com o povo e para o povo” traduz uma concepção coletiva, solidária e emancipatória da produção agrícola, que rompe com a lógica do agronegócio, propondo uma agricultura socialmente justa e ecologicamente sustentável.

A adoção de técnicas agroecológicas, livres de agrotóxicos e transgênicos, reafirma o compromisso com a soberania alimentar, a preservação ambiental e o respeito aos ciclos naturais da vida, promovendo uma relação equilibrada entre o ser humano, a terra e a biodiversidade. Trata-se de uma prática que não apenas produz alimentos, mas também cultiva valores éticos e políticos voltados para o bem comum e para a defesa da vida em todas as suas dimensões.

Nesse sentido, garantir a permanência digna na terra significa muito mais do que assegurar a subsistência, é reafirmar o direito à vida, à cultura, ao território e à identidade dos povos do campo, reconhecendo-os como sujeitos centrais na luta por um projeto popular e sustentável de sociedade.

A profissional que compõe o setor de produção afirmou que:

O setor de produção tem um papel importantíssimo no Movimento, que é pensar a produção de alimentos no território, nos assentamentos, acampamentos. Esse é o fundamento da luta pela terra. Lutar contra a concentração fundiária é também lutar pela terra, a terra como meio de vida dos camponeses e camponesas. Pensar em produção na contramão do modo dominante, desse pacote que tá aí do agronegócio, é pensar em produção de alimentos, alimentos saudáveis. Produção de vida nos territórios, de alimentação saudável. E alimentação saudável não é possível em relações adoecidas. Então, a gente pensa a produção, na cooperação, trabalho cooperado. Pensar a produção e reprodução de vida nos territórios é tarefa do setor de produção. (Militante 01, 2025, Informação verbal<sup>57</sup>).

---

<sup>57</sup> Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

O MST, diante do desafio de construir novas relações de produção, iniciou amplos debates voltados ao desenvolvimento da cooperação agrícola como forma de resistência à lógica capitalista e de fortalecimento da autonomia camponesa. A cooperação, nesse contexto, é compreendida como uma estratégia que une produção, solidariedade e consciência política, expressando um projeto coletivo de transformação social.

De acordo com o próprio Movimento, os principais objetivos da produção organizam-se em torno de três eixos fundamentais: o econômico, que busca garantir sustentabilidade e geração de renda; o social, voltado à melhoria das condições de vida e à promoção da justiça social; e o orgânico, que visa fortalecer a organicidade e a unidade política entre os assentados, articulando a produção com o projeto mais amplo da Reforma Agrária Popular.

Os objetivos estratégicos delineados pelo MST expressam a totalidade do seu projeto político-pedagógico e de transformação social, reafirmando a inseparabilidade entre prática produtiva, formação humana e luta política. Cada uma dessas dimensões evidencia que a Reforma Agrária Popular ultrapassa a redistribuição de terras, configurando-se como um processo de reconstrução das relações econômicas, sociais e culturais no campo.

Na dimensão econômica, o Movimento propõe a consolidação de uma produção cooperada, sustentável e autônoma, orientada pela soberania alimentar e pela ruptura com a lógica de exploração e dependência imposta pelo agronegócio. Assim, o objetivo central não se limita à geração de renda, mas envolve a construção de formas solidárias de trabalho e de gestão coletiva, capazes de afirmar, na prática, a viabilidade de um modelo produtivo alternativo, fundado na cooperação e na dignidade do trabalho humano.

Na dimensão social, sobressai o compromisso com a formação política, técnica e humana dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, articulado à valorização da cidadania e ao fortalecimento da consciência de classe. O MST compreende que a luta pela terra é, ao mesmo tempo, uma luta pela vida, pela dignidade e pela emancipação humana. Nesse sentido, busca transformar a experiência da militância em um processo formativo contínuo, no qual a justiça social se concretiza por meio da construção de sujeitos críticos e coletivos, capazes de compreender, intervir e disputar projetos de sociedade.

A dimensão orgânica expressa o núcleo vital da organicidade do MST, marcada pelo fortalecimento das bases, pela formação permanente e pelo enraizamento de uma cultura coletiva e solidária. A transformação simbólica do “meu” em “nosso” representa a busca pela superação do individualismo e a consolidação de uma consciência coletiva, em que o trabalho, a produção e a convivência se tornam instrumentos de emancipação humana.

O Movimento, assim buscou avançar no debate da cooperação agrícola compreendendo que:

O que importa, para nossa história, é que entre 1966 e 1990 vivemos um período de maturação, sistematização e estudo, de aprender o que queríamos. Sistematizamos este aprendizado num caderno de formação sobre ‘as formas de cooperação agrícola’. Chegamos a essa concepção: ‘Olha, de fato temos que estimular a produção agrícola. Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar escola perto do local de moradia’ (Fernandes; Stédile, 2000, p. 100).

Pode-se observar que o debate avançou a partir da construção de uma acepção mais ampla e crítica de cooperação agrícola, marcada pelo reconhecimento da necessidade de modos de cooperação flexíveis, dinâmicos e contextualizados. Essa concepção compreende que o desenvolvimento das experiências cooperativas depende da articulação entre condições objetivas, como as dinâmicas do mercado, a disponibilidade de meios de produção e as características da terra, e condições subjetivas, relacionadas ao nível de consciência política, à capacidade organizativa e ao grau de qualificação dos assentados.

A interação entre esses fatores revela que a cooperação não é um modelo fixo, mas um processo histórico e social em constante construção, que se redefine conforme as condições concretas da luta e as transformações vividas pelos sujeitos que a protagonizam.

A produção desenvolvida pelo Movimento tem expressado uma preocupação constante com o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos, voltando-se para o fortalecimento de estratégias produtivas sustentáveis e para o aperfeiçoamento das experiências de produção alternativa. Nesse processo, os debates e reflexões promovidos pelo MST avançaram na articulação política e

teórica em torno da construção de um modelo pautado na agroecologia como princípio orientador.

Nesses termos um segundo entrevistado que compõe o setor de produção afirmou que:

Eu faço parte do setor de produção. É nele que me reconheço e me sinto chamado, porque trata diretamente da vida na terra, do alimento e da nossa sobrevivência enquanto camponeses e camponesas. Minhas funções têm sido acompanhar a organização da produção nas áreas, pensar alternativas coletivas, incentivar a agroecologia e buscar caminhos de comercialização que não nos deixem dependentes do agronegócio. É um trabalho que mistura prática e política: ao mesmo tempo que plantamos, colhemos e comercializamos, também estamos resistindo à lógica de destruição do capital no campo. (Assistente Social 04, 2025, Informação verbal<sup>58</sup>).

O relato evidencia uma identificação com o trabalho de base e com o projeto político da Reforma Agrária Popular, ao demonstrar o vínculo intrínseco entre a produção material da vida e a luta política pela transformação social no campo. Integrar o setor de produção, nesse contexto, ultrapassa o âmbito de uma função meramente técnica, configurando-se como uma opção ética, política e ideológica, que reafirma o compromisso com a soberania alimentar, a agroecologia e a construção de uma economia solidária, fundamentos que orientam a prática e a organização coletiva dos trabalhadores rurais.

O ato de produzir alimentos no contexto do MST transcende a dimensão estritamente econômica, assumindo um sentido de resistência, emancipação e afirmação política. Ao promover práticas coletivas, solidárias e sustentáveis, o trabalho no setor de produção se coloca em confronto direto com a lógica do agronegócio, marcada pela exploração da terra, da força de trabalho e pela mercantilização da vida.

Nesse horizonte, o gesto de plantar, colher e comercializar deixa de ser apenas um processo produtivo e passa a constituir-se como um ato político de reapropriação dos meios de vida, reafirmando o direito de permanecer e viver dignamente no campo. Trata-se, portanto, da expressão concreta da luta da classe trabalhadora camponesa enquanto sujeito histórico de transformação social.

O Movimento tem promovido ações voltadas ao incentivo da produção e preservação das sementes crioulas, reafirmando a centralidade do controle popular

---

<sup>58</sup> Entrevista 04. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

sobre as sementes como condição fundamental para a soberania alimentar. Nessa perspectiva, o MST se consolida como um dos principais protagonistas na construção e difusão da agroecologia, ao defender um modelo de produção que considera, de forma integrada, as implicações socioambientais e os impactos sobre a saúde humana.

O Dicionário de Agroecologia e Educação, explicita que:

[...] a Agroecologia questiona as exigências formativas da pedagogia do capital. Os movimentos de camponeses, indígenas e quilombolas, entre outros sujeitos, reforçam a relação entre a Agroecologia e a luta pela Reforma Agrária Popular, pela demarcação das terras indígenas e pelo reconhecimento dos territórios quilombolas, assim como com outras formas não mercantis de apropriação da terra, dos bens naturais e culturais, logo, também com outras maneiras de produzir a existência, não restritas exclusivamente ao lucro. A Agroecologia se anuncia como um terreno fértil de criação de novas relações de trabalho, na direção da emancipação social em compromisso com a humanidade e seu futuro, o que se relaciona com a defesa da vida, da saúde e do ambiente, em uma perspectiva de totalidade. Ela é estratégica para a promoção da saúde nos territórios e na elaboração de políticas públicas que visem a estruturação da soberania alimentar. (Dias, et.al, 2021, p. 17)

Essa referência evidencia a dimensão sociopolítica e emancipatória da agroecologia, que ultrapassa a concepção meramente técnica ou produtivista, ao situá-la como prática e projeto de transformação social. A agroecologia, nessa perspectiva, articula o manejo sustentável dos bens naturais à ação coletiva e à organização política das comunidades rurais, fortalecendo processos de autonomia e resistência no campo. Trata-se, portanto, de uma proposta que confronta as contradições da modernidade capitalista, marcada pela destruição ambiental e pela intensificação das desigualdades sociais, ao afirmar um novo paradigma civilizatório.

Ao reconhecer que a produção agrícola está inserida em relações políticas, econômicas e culturais complexas, a agroecologia passa a ser compreendida como uma prática social integral, que envolve a reconstrução de laços comunitários, a valorização dos saberes locais e a redefinição das formas de produzir, circular e consumir os bens da natureza. Essa perspectiva reafirma o papel central das comunidades camponesas na construção de novas racionalidades produtivas e sociais, baseadas na cooperação, na solidariedade e no respeito aos ciclos da vida.

Assim, as contribuições profissionais incluem:

Elaboração de projetos, captação de recursos, mapeamento de recursos, garantir as condições materiais para garantir as tarefas do setor de produção. Elaboração de projetos sociais em articulação com Agência Nacional de Assistência Técnica e extensão rural, nesse percurso assumi a

coordenação de equipe. A direção estadual sempre se reúne periodicamente, são levantados desafios, dinâmicas, quem pode assumir cada tarefa. Os Projetos que atendam e propostas que atendam demandas e necessidades dos sujeitos dos territórios. É preciso a capacidade de leitura da realidade, da totalidade, de planejamento, de projeção. Analisar as relações que esses sujeitos estão envolvidos. A pesquisa, precisa compreender essas articulações. (Assistente Social 01, 2025, Informação verbal<sup>59</sup>).

Acerca da relação entre o Serviço Social e a elaboração de projetos sociais, destaca-se a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão e explicita que as ações de elaboração, coordenação, execução e avaliação de planos, programas e projetos no âmbito de atuação do Serviço Social constituem atribuições privativas de assistentes sociais.

Historicamente, independentemente do espaço sócio-ocupacional, a profissão desenvolveu uma relação estruturante com a formulação de projetos e com o desempenho de funções de coordenação, gestão e planejamento, reafirmando seu papel técnico, mas também político, na condução de processos interventivos e na mediação de respostas às expressões da questão social.

Os planos, programas e projetos são meios pelos quais o planejamento se expressa. Segundo Baptista (2000, p. 13):

[...] o planejamento refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e a otimização de seu inter-relacionamento, levando em contas os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à sua adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e a redefinição da ação.

Assim, o planejamento configura-se como um processo dinâmico, intencional e articulado, que transcende a noção de mera organização de tarefas para assumir o estatuto de instrumento estratégico da ação profissional. Ao enfatizar que planejar implica selecionar atividades, otimizar suas inter-relações e considerar condicionantes concretos, Baptista (2000) evidencia que o planejamento não se desenvolve no abstrato, mas se inscreve nas determinações sociais, institucionais e materiais que conformam e delimitam a prática profissional. Desse modo, o planejamento no Serviço Social expressa uma postura crítica e propositiva,

---

▮ Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

orientada pela análise da realidade e pela busca de respostas qualificadas às expressões da questão social.

Com isso, o planejamento não se limita à definição de um conjunto de procedimentos, implica uma decisão política acerca dos caminhos a serem adotados, reconhecendo que cada escolha incorpora finalidades e prioridades que expressam valores, projetos e interesses em disputa. A definição de providências, o acompanhamento, o controle e a avaliação constituem um ciclo contínuo que revela o caráter processual, flexível e retroalimentado do planejamento, possibilitando sua permanente revisão e redefinição em consonância com as transformações da realidade social.

Planejar significa construir intencionalidade, orientando a ação para um horizonte previamente definido e, simultaneamente, assegurando condições para uma análise crítica permanente. Trata-se de uma concepção de planejamento que articula dimensões técnicas e políticas, reconhecendo que cada etapa, da formulação à execução e à avaliação, constitui um espaço privilegiado de leitura da realidade e de tomada de decisões orientadas por objetivos coletivos.

Do ponto de vista da dimensão teórico-metodológica, destaca-se a capacidade de leitura crítica das expressões da questão social. Isso implica compreender os processos sociais, econômicos, políticos e culturais que produzem desigualdades, bem como identificar demandas emergentes e sujeitos potenciais de direitos. Tal competência assegura que os projetos sociais sejam elaborados com base em diagnósticos rigorosos e contextualizados, superando práticas empíricas, pontuais ou voluntaristas.

No âmbito técnico-operativo, o (a) assistente social precisa dominar metodologias de planejamento social, gestão de projetos e elaboração de marcos lógicos, além de conhecer legislações, normativas e editais que regem os financiamentos públicos e privados. A habilidade de traduzir necessidades sociais em propostas estruturadas, com clareza na definição do problema, delimitação de objetivos, proposição de ações, estabelecimento de cronogramas e previsão orçamentária, é essencial para garantir a viabilidade e a efetividade das intervenções.

Soma-se a isso a capacidade de monitoramento e avaliação, fundamentais tanto para a prestação de contas aos financiadores quanto para o aperfeiçoamento

contínuo das ações, assegurando coerência entre objetivos, resultados alcançados e transformações pretendidas.

As habilidades ético-políticas orientam todo o processo, assegurando que a formulação de projetos e a captação de recursos estejam coerentes com os princípios do projeto profissional, especialmente a defesa intransigente dos direitos humanos, o compromisso com a qualidade dos serviços e a recusa de práticas assistencialistas, clientelistas ou que reproduzam desigualdades.

Dessa forma, elaborar projetos e buscar financiamentos não se configuram apenas como tarefas de natureza técnica, mas como intervenções estratégicas que reafirmam o papel do (a) assistente social na consolidação de políticas públicas, na ampliação do acesso a direitos e na construção de respostas socialmente referenciadas às expressões da questão social.

Além dessas habilidades, outro profissional do setor de produção, enfatizou a função pedagógica da sua intervenção:

Cada vez que a gente organiza um mutirão, troca sementes, discute como produzir sem veneno, tudo isso tem um caráter pedagógico. É na prática que vamos aprendendo a cooperar, a cuidar da terra, a resistir ao individualismo que o sistema impõe. Eu sinto que o trabalho no setor de produção ensina e forma, não só tecnicamente, mas politicamente. E isso é parte da luta: formar sujeitos coletivos que sonham e constroem um outro modo de viver. (Assistente Social 04, 2025, Informação verbal<sup>60</sup>).

Logo, as práticas coletivas desenvolvidas no cotidiano, como mutirões, trocas de sementes e debates sobre produção agroecológica, transcendem a dimensão estritamente operacional e assumem caráter pedagógico. No âmbito do MST, a produção não se restringe a um processo econômico, mas configura-se como espaço de formação humana e política.

Essas práticas coletivas constituem espaços privilegiados de reconstrução de vínculos sociais, nos quais se aprende a cooperar, a cuidar da terra e a produzir de maneira sustentável. O aprendizado emerge da própria prática social, em diálogo com a realidade concreta, e não como mera transmissão vertical de conteúdos, reafirmando princípios da educação popular e o protagonismo dos sujeitos na construção do conhecimento.

Segundo Lopes e Cardoso (2009):

---

<sup>60</sup> Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

[...] essa convergência de princípios dá sustentação ao trabalho profissional nesse espaço de organização da classe trabalhadora. As estratégias e práticas utilizadas pelos assistentes sociais inseridos nas equipes interprofissionais atuantes nessa organização da classe trabalhadora se evidenciam no incentivo e apoio político-organizativo às formas coletivas de trabalho, como: mutirões, associações e grupos coletivos, percebidos como mecanismos utilizados pelo MST no fortalecimento da solidariedade intraclasse e na sua luta pela reforma agrária; na mobilização social e organização das famílias trabalhadoras para a participação em processos de educação formal e de formação política, para contribuir na construção da consciência de classe, necessária à luta dos trabalhadores e à sua organização autônoma em relação aos partidos políticos e instituições que representam o Estado, com as quais o MST mantém relações; na produção e socialização de conhecimentos, a fim de contribuir na constituição de sujeitos coletivos capazes de criar mecanismos de resistência e luta e de participarem da construção da hegemonia da classe trabalhadora. (Lopes e Cardoso, 2009, p.14-15)

Nessa lógica de reflexão é em espaços como este que se aponta “[...] a possibilidade de atuação do (a) assistente social na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político-profissional que tem como horizonte a emancipação da classe trabalhadora e de toda a humanidade (Lopes; Cardoso, 2009, p. 15). A dimensão educativa, nesse contexto, articula possibilidades no interior dos processos de formação da consciência de classe e, ao mesmo tempo, incide sobre os processos organizativos, contribuindo para o fortalecimento da consciência intraclasse e, consequentemente, para a construção da hegemonia da classe trabalhadora.

No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades das classes subalternas se tornarem protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria; e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente para a conquista da hegemonia dessas classes, na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias. Esse rompimento não se efetiva independentemente das transformações econômicas, mas não há, por outro lado, uma dependência absoluta dessas transformações. A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política, pelas classes subalternas. (Lopes; Cardoso, 2009, p.12).

Em Gramsci, a hegemonia ultrapassa a noção restrita de dominação coercitiva, articulando consenso, direção intelectual e moral e organização política. Nesse sentido, a constituição de uma ideologia das classes subalternizadas é apontada como condição necessária para a disputa hegemônica, na medida em que possibilita o rompimento com a dominação ideológica das classes dirigentes. Contudo, a referência ressalta que essa condição, embora essencial, é insuficiente

isoladamente, pois a conquista da hegemonia exige um conjunto mais amplo de mediações sociais, políticas e econômicas.

Nessa perspectiva, outra profissional afirmou que:

Na minha prática existe uma dimensão pedagógica justamente porque vamos contribuir para uma formação crítica, uma formação política, para uma organização coletiva, contribuir no cotidiano desses sujeitos na construção de um projeto societário, que é coletivo. Um projeto que vai contra a hegemonia do capital, contra a hegemonia do agronegócio, um projeto contra hegemônico. (Assistente Social 01, 2025, Informação verbal<sup>61</sup>).

As contribuições gramscianas permitem apreender a relação dialética entre estrutura e superestrutura, na qual o rompimento ideológico não se realiza à margem das transformações econômicas, mas tampouco decorre de modo mecânico delas. Formulação esta que reafirma a centralidade da organização e da consciência de classe como elementos decisivos da luta política.

Nessa perspectiva, a hegemonia é compreendida como um processo histórico, construído na articulação entre lutas sociais, práticas organizativas e disputas no campo das ideias. Essa concepção possui profundas implicações para a ação política e profissional, ao evidenciar que a transformação social exige direção consciente, organização coletiva e intervenção permanente nos espaços nos quais se produzem e se difundem valores, concepções de mundo e projetos societários.

Nesse movimento destaca-se a elaboração de Gramsci (1999) acerca da expressão catarse:

[...] para indicar a passagem do momento meramente econômico (egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da 'necessidade à liberdade'. A estrutura de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas. (Gramsci, 1999, p. 314).

Assim, a função pedagógica contribui nessa dinâmica em que os sujeitos vivenciam as determinações materiais de forma imediata, fragmentada e ainda não

---

<sup>61</sup> Entrevista 01. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

mediada por uma consciência coletiva e organizada, para uma transição a um momento ético-político, que indica a elevação dessa experiência à esfera da consciência crítica, na qual as condições estruturais deixam de ser apenas vividas e passam a ser compreendidas, interpretadas e disputadas no plano da direção moral e intelectual da sociedade. Então, “Sendo assim, não há organização sem organizadores e dirigentes, como também não há intelectuais sem classe. Os intelectuais são criadores e difusores das concepções de mundo das classes fundamentais” (Abreu, 2018, p. 394).

Desse modo, a formação dos intelectuais assume centralidade estratégica na construção da hegemonia, pois é por meio dela que se articulam teoria, prática e organização política. No âmbito do Serviço Social, essa compreensão reafirma a dimensão político-pedagógica do trabalho profissional, uma vez que o (a) assistente social, ao intervir na realidade concreta, participa dos processos de formação da consciência social.

No caso em análise atua diretamente na construção de práticas voltadas à construção de uma outra cultura, alinhada aos interesses da classe trabalhadora. Assim, a formação crítica e comprometida com a filosofia da práxis não apenas qualifica a intervenção profissional, mas também contribui para o fortalecimento dos sujeitos coletivos e das lutas sociais por emancipação.

A esses intelectuais compete o trabalho de reforma intelectual e moral, ou seja, de elaboração de um pensamento superior ao senso comum, mantendo sempre uma relação educativa formativa com a massa no sentido da sua elevação intelectual e cultural, condições necessárias na formação de uma nova cultura. (Abreu, 2018, p. 395).

A atuação dos intelectuais deve estabelecer uma relação educativa e formativa permanente com as massas, compreendidas como sujeitos históricos em potência, e não como receptáculos passivos de saber. A elevação intelectual e cultural das classes subalternas constitui condição indispensável para a **constituição de uma nova cultura**, entendida como base material e simbólica de um novo bloco histórico.

Nesse sentido, afirma-se a dimensão pedagógica da luta hegemônica, na qual a produção do conhecimento, a educação política e a organização coletiva articulam-se como elementos centrais da transformação social. O Serviço Social insere-se nessa dinâmica ao evidenciar a centralidade da dimensão educativa da prática profissional no fortalecimento da consciência crítica e na construção de um

projeto profissional articulado a um projeto societário comprometido com a emancipação das classes subalternas.

Assim,

[...] o modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizado, 'persuasor permanente', já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica – trabalho, chega à técnica – ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece 'especialista' e não se torna 'dirigente' (especialista+ político). (Gramsci, 2000, p. 53).

Gramsci enfatiza que a intervenção intelectual efetiva não se sustenta na retórica, mas na inserção ativa na vida prática, isto é, na participação orgânica nos processos sociais, políticos e culturais das classes que busca representar. O novo intelectual atua como construtor e organizador, exercendo uma persuasão permanente que se dá no cotidiano das lutas e das práticas sociais, e não apenas nos momentos formais de enunciação pública.

Outro eixo do projeto de reforma agrária popular são os direitos sociais, o MST luta por um campo como espaço de bem viver, onde a dignidade humana e a justiça social se sobreponham aos interesses do capital. Ao defender um campo livre de violências e de exploração, o Movimento propõe uma nova forma de organização social e produtiva, fundada na centralidade do trabalho, na solidariedade e no respeito à vida.

Garantir direitos trabalhistas, condições dignas de moradia, saúde e educação, e relações de trabalho baseadas na cooperação representa um rompimento com a herança histórica de opressão que marcou o espaço rural brasileiro, herança expressa no latifúndio, na concentração fundiária, no trabalho precário e nas múltiplas violências contra os povos do campo.

Nesse sentido, os direitos sociais no campo articulam-se à luta mais ampla pela Reforma Agrária Popular, que visa assegurar saúde, educação, moradia, previdência, lazer e participação política às populações rurais, compreendendo tais direitos como condições essenciais para uma vida digna.

O combate à alienação de classe, evidencia a importância da formação de uma consciência crítica e coletiva, capaz de permitir que os trabalhadores reconheçam seu papel histórico e se organizem enquanto sujeitos políticos. Dessa

forma, o campo do “bem viver” configura-se como um espaço onde o trabalho é libertador, a terra é compartilhada e os direitos sociais são inalienáveis.

Nesse sentido, um dos profissionais entrevistado afirmou que sua intervenção:

Do ponto de vista das demandas mais profissionais, é a construção de projetos sociais. E as outras são as demandas de várias violações de direitos e de vulnerabilidade social na base do Movimento. O projeto em que atuo tem a missão de identificar quais são essas expressões e propor intervenções. É um projeto ligado à educação em direitos humanos. (Assistente Social 09, 2025, Informação verbal<sup>62</sup>).

A contribuição evidencia como, no Movimento, as demandas que emergem se expressam em duas frentes articuladas: de um lado, a elaboração de projetos sociais, dimensão estruturante da intervenção profissional; de outro, o enfrentamento cotidiano das violações de direitos que atravessam a vida das famílias assentadas e acampadas. Essas esferas não se apresentam de forma dissociada, mas em permanente relação. Os projetos não são construídos abstratamente, e sim ancorados na leitura crítica das expressões da questão social que atravessam a base do MST.

O relato aponta que o projeto em que o profissional atua possui um caráter investigativo e propositivo, orientado pela educação em direitos humanos. Essa perspectiva revela uma sintonia com o projeto ético-político do Serviço Social, que compreende a profissão como mediadora de direitos e agente de fortalecimento dos sujeitos coletivos. Identificar as expressões da questão social, relacionadas à pobreza, violência, conflitos familiares, desigualdades de gênero, geração e raça, ou limitações no acesso às políticas públicas, significa aproximar o olhar profissional das contradições que atravessam a vida no campo.

Ao analisar a dimensão do diagnóstico Prates (2003, p. 02) afirma que:

Analisar, interpretar em conjunto com os sujeitos usuários a realidade da qual somos parte já constitui processo interventivo. Somente a partir de uma análise conjunta podemos ressignificar espaços, pensar coletivamente alternativas de enfrentamento, redescobrir potencialidades, associar experiências, buscar identificações, dar visibilidade às fragilidades para tentar superá-las, desvendar bloqueios, processos de alienação, revigorar

---

<sup>62</sup> Entrevista 09. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

energias, vínculos, potencial organizativo, reconhecer espaços de pertencimento.

Portanto, ao propor intervenções, a intervenção desloca-se do plano estritamente diagnóstico para o plano político-pedagógico. Isso significa que a atuação não se limita a responder a demandas imediatas, mas busca fomentar processos educativos que ampliem a consciência de direitos, fortaleçam a organização coletiva e possibilitem que os sujeitos compreendam a origem social e estrutural de suas demandas. Nesse sentido, a educação em direitos humanos torna-se uma ferramenta estratégica, capaz de converter situações de violação em experiências de resistência e afirmação de direitos.

O profissional em questão continua afirmando que:

E, eu como Assistente Social tenho a função de dialogar a partir da educação popular. E dialogando com esses territórios que demandam. Outra demanda é questão das escolas e da juventude, na educação do campo, as expressões da questão social e educação, tenho sido chamado a intervir nessas questões, problematizar, dialogar. Realizamos seminários, nas escolas, oficinas, acampamentos, assentamentos, ciclos de debate, rodas de conversas. E realizamos um diagnóstico para compreender quais as principais violações de direitos nesses territórios. (Assistente Social 09, 2025, Informação verbal<sup>63</sup>).

Ao afirmar que sua função é dialogar a partir da educação popular, o profissional inscreve sua prática em uma perspectiva político-pedagógica que rompe com a lógica burocrática e estritamente técnica. A educação popular, enquanto abordagem crítica, dialógica e emancipatória, reafirma a construção coletiva do conhecimento, reconhece os sujeitos como detentores de saberes e torna a realidade concreta como ponto de partida para qualquer processo de intervenção.

Nas análises de Silva *et al.* (2023), a aproximação do Serviço Social com a educação popular consolidou-se ao longo da trajetória profissional, especialmente sob a influência do pensamento do educador Paulo Freire. Essa interlocução ganhou centralidade no processo de renovação do Serviço Social, que passou a enfatizar as dimensões políticas e pedagógicas da intervenção.

As autoras destacam, ainda, que o método de Belo Horizonte (método de BH) incorporou a educação popular como estratégia de conscientização crítica e

---

<sup>63</sup> Entrevista 09. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

mobilização política das classes populares, reconhecendo-a como eixo estratégico para fortalecer a participação social e a construção de sujeitos coletivos.

Nesses termos, Souza (2022) afirma que:

O elo entre Serviço Social e educação popular se dá no debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos maciços de organização sindical. O pensamento freiriano é referência no campo da educação, dos movimentos sociais e da mobilização político-cultural na sociedade brasileira. O interessante das ideias de Paulo Freire é que, apesar da diversidade de possibilidades de abordá-las e do sincretismo que integrou sua gênese, elas não são neutras e puramente teoricistas, uma vez que fornecem subsídios para a práxis social. Dessa forma, apresenta componentes que convergem com o conjunto de valores, princípios e diretrizes que são caros ao Serviço Social (Souza, 2022, p. 9).

Nesse contexto, o diálogo com os territórios ultrapassa a condição de técnica, pois configura-se como uma postura ética e política, alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social e às lutas históricas do campo. As demandas que emergem, sobretudo aquelas vinculadas às escolas, à juventude e às múltiplas expressões da questão social presentes na educação do campo, evidenciam que o profissional não atua de maneira isolada, mas em integração com as comunidades. Trata-se de construir processos de escuta e reflexão que possibilitam apreender como as contradições sociais se materializam no cotidiano.

As práticas mencionadas, seminários, oficinas, rodas de conversa e ciclos de debate, reafirmam o caráter formativo e coletivo da intervenção profissional. Tais iniciativas materializam a compreensão de que a formação política e a construção crítica da consciência constituem dimensões indissociáveis do processo de luta por direitos. Nesses espaços, a problematização assume centralidade, configurando-se como um dispositivo que potencializa a autonomia, o fortalecimento organizativo e a capacidade de reivindicação das famílias.

O diagnóstico realizado também assume um papel estratégico, configura-se como um instrumento voltado a evidenciar violações de direitos, identificar padrões de desigualdade e orientar ações capazes de enfrentar, de forma estrutural, as múltiplas expressões da questão social. Ao construí-lo em diálogo com acampamentos, assentamentos e escolas, o Serviço Social reafirma seu compromisso de produzir conhecimento, ancorado nas vivências dos sujeitos coletivos e comprometido com a transformação da realidade social.

Segundo destaque dado por Iamamoto (2014):

A formação em Serviço Social propõe-se a: viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento histórico da sociedade brasileira; possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e identificar demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social. (ABEPSS, 1999 apud Iamamoto, 2014, p. 619).

Nesse contexto, a dimensão técnico-operativa da profissão não se limita ao mero conhecimento da realidade, tampouco assume um caráter tecnicista. Ao contrário, articula-se às demais dimensões do exercício profissional, orientando os meios pelos quais a realidade é apreendida, o conhecimento é produzido com e a partir dos sujeitos sociais, e as estratégias de intervenção são construídas. Trata-se, portanto, de uma dimensão que incide sobre as expressões da questão social identificadas no processo de análise, considerando as formas específicas pelas quais a classe trabalhadora, público-alvo da intervenção profissional, vivencia tais expressões.

Articuladas aos demais pontos do projeto de reforma agrária popular, tem-se a educação e a cultura, na perspectiva de garantir o acesso da população do campo aos bens culturais e à educação pública, gratuita e de qualidade significa afirmar o direito ao conhecimento, à criação e à valorização das identidades camponesas, rompendo com o histórico processo de negação, estigmatização e invisibilização das culturas rurais.

A educação, nessa perspectiva, passa a ser compreendida como práxis social e política, profundamente vinculada à realidade concreta dos sujeitos do campo. Trata-se de um processo coletivo que forma consciências críticas, fortalece a organização social e possibilita a leitura e transformação da realidade, reafirmando o papel da educação como um dos pilares da Reforma Agrária Popular e da construção de um projeto de sociedade.

Ao defender formações técnicas, científicas e políticas orientadas por perspectivas críticas da realidade, o MST propõe uma educação do campo que integra saberes populares e acadêmicos, articulando teoria e prática, ciência e vida cotidiana. Essa concepção reconhece o território como espaço de aprendizagem, produção de conhecimento e resistência, no qual se constrói uma pedagogia enraizada nas experiências concretas do campesinato.

Além disso, o domínio dos meios de comunicação e de suas ferramentas em favor da cultura camponesa amplia as possibilidades de emancipação, ao dar visibilidade às narrativas populares, fortalecer a memória coletiva e enfrentar os preconceitos e as discriminações históricas que marcaram o campo brasileiro.

Uma das profissionais entrevistadas, que havia atuado no setor de cultura, e na atualidade encontra-se no setor de formação, afirmou que:

Percebo uma função pedagógica no meu trabalho. Sempre tive o olhar sensível para a dimensão pedagógica dos processos. Como setor de cultura, a intencionalidade pedagógica das atividades é onde reside a dimensão cultural delas. Cultural no sentido de cultivo, construção e consolidação de um modo de vida e sua reprodução. Assim como no trabalho com as artes que mais do que linguagens artísticas é também uma práxis criativa com potencial humanizador repleta de intencionalidade pedagógica na forma e no conteúdo quando trabalhada pelo MST. E, atualmente como setor de formação, ainda carrego esses aprendizados e acúmulos do setor de cultura do MST. Pois, desde a forma de fazer a luta, a forma de se organizar, até ao modo de produzir e reproduzir a sua vida no território conquistado, é repleto de cultivo, construção de memória, identidade e celebrações. Criamos uma cultura organizativa que produziu uma identidade: Sem Terra. Como incido, tenho a tarefa, de contribuir na construção das metodologias das diferentes atividades organizativas do estado com esse olhar da intencionalidade pedagógica, da construção de processos, da formação da nossa militância e projeção de novos quadros da Organização. E, fundamentalmente, de zelar pelo método de direção do MST que perpassa pelo método materialista histórico-dialético de compreensão da realidade. Mais um elemento central da formação do Serviço Social que até hoje carrego e é cada vez mais central em minha atuação. (Assistente Social 05, 2025, Informação verbal<sup>64</sup>).

A narrativa revela como a atuação no MST, seja no setor de cultura, seja no setor de formação, está atravessada por uma dimensão pedagógica estruturante, compreendida não como um adorno das práticas, mas como núcleo ético-político que orienta a organização do Movimento. Ao reconhecer essa função pedagógica em sua trajetória, a profissional evidencia a consciência de que toda prática cultural e formativa do MST é, antes de tudo, um processo de produção de sujeitos, de modos de vida e de novas relações sociais. Nesse contexto a cultura não se reduz à expressão artística, é uma práxis criadora, coletiva e politizada, capaz de humanizar, organizar e fortalecer a consciência dos sujeitos.

O movimento cultural de superação do senso comum pelas classes subalternas e formação de uma concepção de mundo própria, unitária e coerente situa-se no campo da filosofia a e coloca determinadas necessidades, como questões pedagógicas [...] Essa mudança de

---

<sup>64</sup> Entrevista 05. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

panorama ideológico, só pode ser concebida como atividade prática coletiva, realizada pelo homem coletivo, pressupõe, como dito, a conquista da unidade teoria e prática, como devir histórico, ou seja, de uma nova unidade cultural-social. (Abreu, 2018, p. 398).

Essa nova cultura configura-se como um processo histórico e socialmente situado, produzido nas relações materiais da vida social, atravessado por contradições e vinculados a interesses de classe. Os saberes produzidos no âmbito do MST, processos mediados pela intervenção de profissionais como o (a) assistente social, seja nas escolas do campo, na educação popular, na formação política, nas práticas agroecológicas ou nas instâncias organizativas, não se limitam à transmissão de conteúdos, mas constituem um esforço sistemático de elevação intelectual e moral das classes subalternas.

Tais saberes constroem-se no diálogo entre o conhecimento científico, os saberes populares e a leitura crítica da realidade social, configurando uma pedagogia própria, orientada à autonomia da classe trabalhadora e à transformação das relações sociais.

Na atuação atual da profissional, no setor de formação, essa trajetória é ressignificada, todo o acúmulo construído no campo da cultura se transforma em método, em elaboração consciente sobre a importância da intencionalidade pedagógica. Conduzir cursos, elaborar metodologias, acompanhar processos formativos e projetar novos quadros organizativos não é apenas uma tarefa administrativa, é um ato político orientado por um projeto de sociedade. É nesse sentido que o método materialista histórico-dialético aparece como eixo estruturante, compreender a realidade, intervir sobre ela e elevar o nível de consciência da militância exigem uma perspectiva crítica.

Assim, o relato enfatiza uma síntese importante, a formação adquirida no Serviço Social, especialmente seu fundamento marxista, não apenas dialoga com o método de direção do MST, mas se converte em ferramenta concreta para pensar processos pedagógicos, organizar a base, formar dirigentes e fortalecer a organicidade do Movimento.

Cultura e formação, nesse percurso, não são campos separados, mas dimensões complementares de uma mesma tarefa histórica, formar sujeitos capazes de construir e sustentar um novo modo de viver, produzir e se relacionar, no campo e na sociedade.

Nesse aspecto, concorda-se com as formulações de Gramsci (1982), para quem cultura e educação constituem instrumentos políticos não neutros, situados no campo da disputa hegemônica. Dessa forma, toda prática educativa envolve a formação de concepções de mundo e, por isso, participa ativamente tanto da reprodução quanto da transformação da ordem social vigente.

A construção de uma nova hegemonia, gestada “a partir de baixo”, enraizada nas necessidades e experiências da classe trabalhadora, requer, portanto, uma nova organização da cultura, capaz de produzir sentidos, valores e práticas que desestabilizem a direção moral e intelectual do bloco dominante.

Nessa perspectiva, os intelectuais orgânicos tornam-se centrais, não sendo entendidos como especialistas isolados ou como detentores de um saber superior, mas como sujeitos que articulam teoria e prática, inseridos na vida cotidiana de seus grupos sociais, atuando como organizadores, mediadores e construtores coletivos de consciência. Sua função é inseparável da luta social, pois emergem das próprias contradições vividas pela classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, contribuem para elevar sua capacidade de organização, leitura crítica da realidade e protagonismo político.

Nesse percurso de formação de seus intelectuais orgânicos, o MST conta com o Setor de Formação, cuja relevância foi amplamente destacada pelos (as) profissionais entrevistados (as) nesta investigação. Nas intervenções foram enfatizados os cursos, seminários, rodas de conversa e encontros, que constituem espaços fundamentais para o fomento de reflexões críticas e para a definição de encaminhamentos práticos que orientam a luta social no contexto concreto dos territórios.

Ressalta-se, ainda, que os (as) profissionais vinculados (as) a esse setor atribuem centralidade à Escola Nacional Florestan Fernandes, reconhecendo-a como um espaço estratégico de educação política permanente, voltado à consolidação de uma consciência crítica e ao fortalecimento da organização coletiva.

Segundo o MST (2020), a Escola Nacional Florestan Fernandes conta com um quadro de professores provenientes de diversos países, especialmente da América Latina, o que possibilita um profícuo intercâmbio cultural e político entre diferentes experiências de luta. Esse caráter internacionalista fortalece as trocas entre movimentos sociais populares e amplia a compreensão crítica das dinâmicas sociais.

Por meio de seus espaços formativos, a escola se dedica ao estudo da realidade social, política e econômica em escala global, sempre sob a perspectiva da classe trabalhadora, reafirmando seu compromisso com a construção de uma formação política enraizada nas lutas e nos projetos emancipatórios.

Ainda no eixo de cultura e educação, no que refere às especificidades de intervenção dos profissionais entrevistados, tem-se:

Dentre as principais tarefas que tenho cumprido neste período está a coordenação da instância de direção do MST no estado do MA, desde uma perspectiva organizativa: coordenar as agendas de reunião e mobilização da direção estadual, acompanhar o planejamento da direção, fazer articulação política, acompanhar as demandas dos setores, representar o MST em agendas políticas, etc. Há também a atribuição de coordenar espaços de diálogo com o a sociedade (por exemplo compoñho o coletivo de coordenação do Solar Cultural da Terra, sendo responsável pela pauta cultural da casa), me insiro em coordenação de cursos formais (via Pronera) ou informais (cursos de formação política interno do Movimento). Em nível nacional, há também as demandas que são para além do estado do Maranhão. Demandas de acompanhamento de tarefas específicas do conjunto do Movimento, de elaboração de materiais de formação, acompanhamento e coordenação de demandas em conjunto com os setores em nível nacional como foi o caso do Festival Literário Escrevivências Sem Terra. (Assistente Social 10, 2025, Informação verbal<sup>65</sup>).

As tarefas desempenhadas revelam um papel estratégico no conjunto da organização, articulando diferentes dimensões da vida política e formativa do MST. A coordenação da direção estadual envolve não apenas gerir agendas, reuniões e processos de mobilização, mas garantir que as decisões coletivas sejam acompanhadas, sistematizadas e transformadas em ações concretas. Essa função exige capacidade de articulação com diversos setores, leitura atenta das dinâmicas territoriais e compromisso com a construção de unidade interna, uma vez que a direção não pode se distanciar das bases nem das demandas cotidianas do movimento.

Ao mesmo tempo, a inserção em espaços de diálogo com a sociedade, como a coordenação cultural no Solar Cultural da Terra<sup>66</sup>, demonstra que a atuação

---

<sup>65</sup> Entrevista 10. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

<sup>66</sup> O Solar Cultural da Terra Maria Firmina dos Reis é um espaço organizado pelo MST dedicado à formação e articulação política, às práticas culturais e à educação popular, localizado no Maranhão. O nome homenageia Maria Firmina dos Reis, escritora maranhense considerada a primeira romancista negra do Brasil e referência na luta antirracista. O Solar promove atividades formativas,

extrapola a organização interna e se projeta no campo da comunicação, da cultura e das relações políticas. Esses espaços cumprem papel importante na aproximação entre campo e cidade, na disputa de narrativas sobre o Brasil rural e na afirmação da cultura camponesa como parte constitutiva do projeto político do movimento. A coordenação de pautas, eventos e articulações públicas é, por isso, uma tarefa que envolve sensibilidade para a dimensão comunicativa e relacional das lutas sociais.

As demandas de caráter nacional, como a elaboração de materiais formativos e a coordenação de atividades em conjunto com setores em nível nacional, mostram que a atuação possui um alcance que ultrapassa a escala estadual, compondo o conjunto de esforços que sustentam a unidade política e programática do MST em todo o país. Iniciativas como o Festival Literário Escrevivências Sem Terra expressam, inclusive, a vitalidade cultural da organização, articulando memória, identidade e expressão artística com a luta social.

O Festival tem como objetivo demarcar o encontro entre a literatura e a trajetória da luta pela terra, constituindo-se como um espaço em que os sujeitos possam expressar-se por meio da escrita, registrando suas percepções, memórias e vínculos com o Movimento.

Como um importante produto do Festival Literário, foi lançado um livro que também foi entregue durante o Encontro Nacional, conforme ilustrado na figura abaixo.

Figura 4 – Escrevivências Sem Terra

---

encontros, oficinas e vivências culturais, fortalecendo a identidade camponesa, a memória coletiva e os vínculos entre cultura, organização popular e projeto histórico do movimento.



Fonte: própria autora em pesquisa de campo, 2026.

A entrega do livro no Encontro demonstra como a literatura ocupa um papel importante na trajetória do Movimento, pois constitui uma expressão de cultura. Ao escrever sobre suas próprias vivências, os Sem Terra registram a história de suas comunidades, suas experiências de resistência e as contradições presentes na realidade do campo brasileiro. Nesse sentido, a produção literária contribui para romper com o silenciamento histórico imposto às populações camponesas, permitindo que os próprios trabalhadores e trabalhadoras narrem suas trajetórias e memórias.

A produção textual, seja em forma de poema, poesia, crônica, música ou outros gêneros, é compreendida como instrumento de afirmação de identidade e memória coletiva, pois materializa a experiência vivida, atualiza a história e consoma o encontro entre luta e criação. Assim, escrever torna-se gesto político e afetivo, enraizado nos sentimentos cultivados e florescidos nos territórios. (MST, 2020)

De acordo com Matos (2015, p. 684):

No cotidiano, o indivíduo vive o mundo a partir do “eu”. Somente quando ele supera essa singularidade pode ter acesso à consciência humano- - genérica. Para isso, tem que suspender a heterogeneidade da vida cotidiana (processo esse entendido como homogeneização do ser singular em direção ao humano-genérico). E as formas privilegiadas para suspensão são: o trabalho criador, a arte, a ciência, a ética. Não tem como o indivíduo ficar permanentemente “suspensão”, mas, ao voltar ao cotidiano, ele o percebe de forma diferente.

Assim, a intervenção profissional contribui para a construção de espaços em que a literatura, a poesia, as narrativas do campo e as expressões artísticas ali socializadas possibilitam que os sujeitos se reconheçam como parte de uma história coletiva, superando a vivência restrita ao “eu” isolado e ampliando sua consciência social, política e cultural. Trata-se de uma experiência ética que contribui para a homogeneização do ser singular em direção ao humano-genérico.

No que tange à perspectiva de uma dimensão pedagógica na intervenção a profissional em questão afirmou que:

Percebo a dimensão pedagógica de muitas maneiras. Primeiro, há uma semelhança, entre o código de ética, as diretrizes do serviço social e o programa de reforma agrária popular, que rege as linhas políticas e as ações do MST: o caráter emancipatório, a projeção de valores e práticas a serem experimentadas nas contradições da luta de classe. Muitas vezes essas diretrizes podem ser lidas como utópicas porque não se encaixam imediatamente na realidade vivida, mas são elas que fornecem o conteúdo para formas novas nos processos de organização e luta dos trabalhadores e trabalhadoras. No MST a própria organização para a luta tem um caráter pedagógico, é um passo importante na formação da consciência. A organização da produção e do trabalho, também são processos pedagógicos. A perspectiva de formação de uma nova cultura, produzir uma nova consciência com base material numa outra organização produtiva demanda a construção de uma práxis. Mais concretamente na minha atuação, penso que o trabalho com a formação e com as artes, junto ao trabalho organizativo, são as dimensões mais demarcadas de processo pedagógico. (Assistente Social 10, 2025, Informação verbal<sup>67</sup>).

A reflexão evidencia que tanto o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social quanto o Programa de Reforma Agrária Popular do MST convergem em direção a um horizonte emancipatório. Entretanto, esses documentos e projetos não se limitam a descrever a realidade existente. Pelo contrário, eles se propõem a incidir sobre ela, tensionando-a na direção de um devir ancorado na emancipação humana.

À luz do aporte marxista, que atribui à práxis um caráter revolucionário, compreende-se que é precisamente na contradição entre o que existe e o que é necessário que se abrem as possibilidades de transformação. Tanto o Serviço Social quanto o MST atuam nesse terreno contraditório, formulando valores, princípios e estratégias que não se ajustam à ordem vigente, mas que, ao orientarem práticas

---

<sup>67</sup> Entrevista 10. [2025]. Entrevistadora: Aylana Cristina Rabelo Silva. Realizada via aplicativo de mensagens.

concretas, contribuem para a produção de novas sociabilidades, novas pedagogias e novas subjetividades.

Por isso, a experiência narrada evidencia que a construção de uma nova cultura, e, portanto, de uma nova consciência, demanda ancoragem material: requer novas formas de produzir, trabalhar, decidir e viver coletivamente. Assim como no Serviço Social, cuja atuação se orienta por um projeto ético-político comprometido em tensionar as estruturas e ampliar direitos, no MST a práxis militante materializa o projeto histórico do movimento.

A formação, as artes, o trabalho organizativo e a direção coletiva constituem dimensões que configuram um campo pedagógico vigoroso. Nesse processo, luta e formação não se dissociam; são dimensões imbricadas de um mesmo percurso de humanização, no qual sujeitos coletivos se formam ao mesmo tempo em que constroem o mundo que aspiram transformar.

Segundo Abreu (2018), a ideologia entendida como concepção de mundo, não se restringe às elaborações filosóficas sistemáticas, mas se manifesta também nas formas cotidianas de pensar, agir e se expressar, difundindo-se como modo de vida. A distinção entre ideologias orgânicas e arbitrárias reforça que apenas aquelas enraizadas nas condições históricas e nos interesses de uma classe possuem capacidade de orientar a ação prática e sustentar a construção de uma nova ordem intelectual e moral.

No depoimento da profissional, tanto o Projeto ético-político do Serviço Social como o Programa de Reforma Agrária Popular, são projetos políticos, que operam com diretrizes contra-hegemônicas que projetam valores, práticas e horizontes emancipatórios ainda não plenamente realizados, mas fundamentais para orientar a ação coletiva. Assim como as ideologias orgânicas em Gramsci, tais diretrizes cumprem um papel decisivo ao fornecer conteúdo e sentido aos processos de organização, luta e formação da consciência de classe.

A dimensão pedagógica destacada pela profissional expressa, em termos concretos, o processo gramsciano de constituição de uma nova cultura. A organização para a luta, a direção coletiva, a produção e o trabalho associados, às práticas formativas e artísticas e os enfrentamentos cotidianos às diversas formas de violência constituem mediações por meio das quais a ideologia se transforma em prática social, linguagem, valores e sociabilidade. Trata-se de uma pedagogia

imane à práxis, na qual a consciência não se forma de modo abstrato, mas no interior das contradições reais da luta de classes.

Destarte,

**[...] a formação de uma nova cultura pelas classes subalternas só pode ser entendida no marco dos processos revolucionários da sociedade capitalista,** ou seja, do conjunto das transformações estruturais e superestruturais em que a ação política direta constitui o primeiro passo no sentido da auto realização auto transcendente das referidas classes. (Abreu, 2018, p. 400, grifo nosso).

Assim, a cultura é uma dimensão constitutiva da luta de classes, que se desenvolve em estreita articulação com as condições materiais de existência e com a ação política organizada. Com isso, a emergência de uma nova cultura pressupõe a intervenção consciente das classes subalternizadas no processo histórico, tendo na ação política direta o ponto de partida para sua autorrealização enquanto sujeito coletivo. A construção de uma nova hegemonia, portanto, não se limita à disputa no plano das ideias, mas envolve a reorganização das relações sociais.

Segundo Netto (1999) o futuro do projeto ético-político do Serviço Social reside em sua capacidade de se afirmar como projeto contra-hegemônico, orientado para o enfrentamento ético, teórico, político e prático-social do neoliberalismo. Tal enfrentamento não se limita à crítica discursiva, mas se materializa na defesa dos direitos sociais, na luta pela universalização das políticas públicas e na afirmação de valores que se alinham aos interesses históricos da classe trabalhadora.

Ao manter seu compromisso com um projeto societário orientado pela democracia substantiva, pela justiça social e pela emancipação humana, o Serviço Social reafirma sua identidade profissional enquanto prática social de caráter crítico, apta a responder às demandas contemporâneas sem renunciar ao seu horizonte histórico de transformação social.

Os desafios postos ao projeto ético-político do Serviço Social na atualidade estão relacionados às transformações do capitalismo contemporâneo, especialmente sob a hegemonia do neoliberalismo. O avanço da precarização do trabalho, o desmonte das políticas sociais, a mercantilização dos direitos e o fortalecimento de perspectivas conservadoras tensionam a efetivação dos princípios do projeto profissional, como a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social e da democracia.

Nesse cenário, o (a) assistente social enfrenta o desafio de atuar em instituições muitas vezes orientadas por lógicas gerencialistas e restritivas, que limitam a universalização dos direitos e tendem a responsabilizar os indivíduos pelas expressões da questão social.

Ademais, o crescimento de discursos autoritários, a criminalização dos movimentos sociais e o aprofundamento das desigualdades sociais, raciais e de gênero colocam novos obstáculos à materialização do projeto profissional. Tais processos reforçam práticas institucionais que podem entrar em contradição com os princípios da profissão, exigindo do (a) assistente social uma postura crítica e comprometida com a análise da realidade social em sua totalidade. Assim, a defesa da democracia, da participação popular e dos direitos sociais torna-se um campo permanente de disputa no cotidiano profissional.

Nesse contexto, experiências de organização coletiva da classe trabalhadora, como as desenvolvidas pelo MST, apresentam importantes perspectivas de possibilidade para o fortalecimento do projeto ético-político. O MST constitui-se como um movimento social que articula a luta pela terra, pela reforma agrária e por direitos sociais mais amplos, desenvolvendo práticas de educação popular, organização comunitária e participação política. Essas experiências evidenciam a importância da mobilização social na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, dialogando com os princípios de emancipação e justiça social defendidos pelo Serviço Social.

Nesse percurso, a atuação do (a) assistente social em articulação com movimentos sociais como o MST pode ampliar as possibilidades de intervenção crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Ao contribuir com processos de organização popular, fortalecimento da participação coletiva e defesa de direitos, o profissional reafirma os fundamentos éticos e políticos da profissão.

Diante do exposto, este processo analítico revela que a utopia, longe de ser um ideal inalcançável, constitui um horizonte mobilizador que orienta práticas concretas tanto no Serviço Social quanto no MST. Em ambos, a utopia funciona como força crítica que move a ação para além do imediato, impulsionando a construção de novas formas de sociabilidade, de organização coletiva e de produção de direitos. A utopia torna-se caminho possível porque se enraíza na experiência concreta dos sujeitos, nutrindo processos pedagógicos, políticos e organizativos que afirmam um outro futuro.

## 5 CONCLUSÃO

A relação Serviço Social e Questão Agrária, especialmente na atuação de assistentes sociais junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, configura-se como um processo histórico em constante construção, marcado pelo avanço das expressões da questão agrária no contexto do capitalismo neoliberal, que, ao mesmo tempo em que aprofunda desigualdades sociais no campo, impulsiona o avanço do agronegócio.

A referida relação, no contexto do neoliberalismo, se configura como um eixo estratégico para a leitura crítica da realidade brasileira. Isso porque a questão agrária, em suas múltiplas determinações históricas, econômicas e políticas, permanece como uma das expressões mais agudas da desigualdade estrutural gerada pelo modo de produção capitalista, especialmente em sua fase financeirizada, mundializada e expressa pela hegemonia do agronegócio.

A análise da formação social brasileira evidenciou que as raízes da questão agrária encontram-se inscritas no processo de colonização, marcado pelo genocídio e pela escravização de povos originários e africanos, bem como pela permanência de uma burguesia agrária branca que, ao longo dos séculos, consolidou e reproduziu seu poder hegemônico político e econômico. A estrutura fundiária vigente, portanto, não é contingente, mas expressão histórica de um projeto de dominação que organizou o território, a economia e as relações sociais a partir da concentração da terra e da negação de direitos às classes subalternizadas.

As transformações engendradas pelo neoliberalismo no campo incidem diretamente sobre a vida, a cultura e até mesmo sobre a possibilidade de reprodução material e social do campesinato. A intensificação do agronegócio consolida um modelo de desenvolvimento que expropria territórios, precariza relações de trabalho e destrói, de forma material e simbólica, modos de vida historicamente vinculados à terra.

A expansão contemporânea do agronegócio articula um passado histórico a uma sofisticada racionalidade tecnológica e financeira, que não apenas intensifica as violações territoriais, ambientais e sociais, mas também produz narrativas midiáticas capazes de legitimar e naturalizar suas práticas, na construção de sua hegemonia. Trata-se de um movimento que atualiza e reforça a permanência do latifúndio sob

novas roupagens, revestindo de modernidade um padrão de concentração fundiária que permanece estrutural à formação social brasileira.

Demarca-se que a ofensiva neoliberal se inscreve também no plano da subjetividade, produzindo formas de percepção e interpretação do mundo que consolidam um consenso em torno do ideário neoliberal de progresso, desenvolvimento e modernidade, ao mesmo tempo em que obscurecem as múltiplas expressões de violência que sustentam o modelo hegemônico. Nesse horizonte, narrativas meritocráticas e individualizantes reforçam a responsabilização dos sujeitos por suas condições de vida, fragilizam a consciência de classe e contribuem para a fragmentação das resistências e o esvaziamento de práticas coletivas solidárias.

A emergência e consolidação do MST não se vinculam exclusivamente às carências materiais vivenciadas no campo, mas respondem, de modo mais amplo, à necessidade histórica de ruptura com a lógica de subalternização imposta às famílias camponesas. O Movimento se afirma como sujeito político estratégico na disputa pela terra, na efetivação de direitos e na construção de um outro projeto societário, orientado por princípios emancipatórios e pela transformação das relações sociais vigentes.

Nessa perspectiva, compreender a inserção e a atuação de assistentes sociais no âmbito do MST exigiu a retomada da trajetória histórica da profissão, de suas determinações ontológicas e das condições concretas que possibilitaram sua vinculação ética e política à classe trabalhadora. A inflexão crítica que marca a ruptura com o conservadorismo e a proposição do projeto ético-político do Serviço Social constituem marcos fundamentais para essa aproximação, permitindo que a profissão se articule a projetos coletivos de transformação social, como o protagonizado pelo MST.

O referencial gramsciano revelou-se fundamental para a interpretação do papel desempenhado pelos (as) assistentes sociais enquanto intelectuais orgânicos (as) no âmbito da luta social. A articulação do conceito de intelectual orgânico à prática profissional crítica permite compreender que a atuação do (a) assistente social ultrapassa a dimensão técnico-operativa, envolvendo processos de mediação pedagógica, incidência na direção política e contribuição para a formação da consciência de classe.

Os diálogos apontam a atualidade e a necessidade das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, na medida em que as experiências dos (as) assistentes sociais do MST evidenciam a centralidade de uma formação crítica para o enfrentamento das determinações contemporâneas do capitalismo. Diante da precarização das condições de trabalho e do acirramento das disputas ideológicas sob o avanço do neoliberalismo, os relatos demonstram que a apreensão da totalidade social, o rigor teórico-metodológico e o compromisso ético-político, princípios estruturantes das Diretrizes, constituem fundamentos indispensáveis para uma atuação profissional qualificada e socialmente comprometida.

Nesse sentido, o engajamento político dos (as) assistentes sociais não se configura como resultado de posturas voluntaristas, messiânicas ou motivadas exclusivamente por iniciativas individuais, mas como expressão concreta da dimensão ético-política que orienta a profissão. Trata-se, portanto, de uma atuação que articula compromisso social, análise crítica das determinações estruturais e participação ativa nos processos coletivos de transformação da realidade.

A referida atuação demanda dos (as) profissionais a apreensão da dialética entre estrutura e superestrutura, entre território e identidade, entre organização política e condições materiais de existência. É precisamente nessa complexidade, que se articulam determinações objetivas e processos de formação de consciência, que se materializa a atuação do intelectual orgânico, cuja prática integra mediação política, elaboração teórica e enraizamento nas lutas concretas dos sujeitos coletivos.

Portanto, a intervenção profissional se concretiza como uma prática eminentemente pedagógica, contribuindo para o acúmulo teórico, político e organizativo da classe trabalhadora. A formação de consciência, nesse contexto, emerge como dimensão constitutiva da prática profissional, orientando processos de leitura crítica da realidade, fortalecimento das capacidades organizativas e a mobilização dos sujeitos envolvidos na luta social.

O MST constitui um espaço privilegiado de construção de experiências emancipatórias, no qual o Serviço Social encontra condições concretas para materializar o seu projeto ético-político. Contudo, essa potencialidade não se realiza sem tensões e contradições próprias da sociabilidade do capital, com destaque para o contexto neoliberal, que impõe limites significativos, expressos na criminalização dos movimentos sociais, na desresponsabilização do Estado, na restrição de

políticas públicas e no avanço do agronegócio como projeto hegemônico para o campo.

As contradições próprias da sociabilidade do capital atravessam as relações sociais e as formas de organização do Movimento, de modo que a proposta societária defendida pelo MST se constrói em meio a tais tensões. Expressões como o machismo, a homofobia e o racismo, constitutivas dessa sociabilidade, também se fazem presentes no interior do Movimento, o que evidencia que ele não está isento das determinações e conflitos engendrados pela sociedade capitalista.

Tais determinações repercutem diretamente no cotidiano profissional, exigindo dos (as) assistentes sociais constante elaboração crítica, capacidade de resistência e reinvenção das práticas frente às ofensivas conservadoras. Assim, ainda que o MST ofereça um terreno fértil para experiências revolucionárias, sua potência é permanentemente tensionada pelas condições estruturais que conformam a realidade social brasileira.

O diálogo entre teoria e prática revelou-se indispensável para compreender como a atuação profissional contribui para a conformação de novas territorialidades, sustentadas pela solidariedade intraclasse, pelo trabalho coletivo, pela produção de alimentos saudáveis e pela resistência ao modelo hegemônico de desenvolvimento defendido pelo capital.

No âmbito do Serviço Social, a prática profissional crítica não se sustenta no isolamento técnico, mas se efetiva na articulação orgânica com os sujeitos coletivos da classe trabalhadora. É no interior das lutas sociais, e não à margem delas, que a profissão encontra sua potência ético-política, consolidando uma intervenção capaz de incidir sobre as determinações estruturais da desigualdade e de fortalecer processos emancipatórios.

A formação profissional requer, de modo cada vez mais urgente, a incorporação da questão agrária como eixo estruturante, dada sua centralidade para a apreensão crítica das expressões da questão social no Brasil, como já indicado. Nesse horizonte, destaca-se a importância estratégica da pesquisa e da extensão universitária como mediações fundamentais para que a universidade cumpra seu papel social.

Investigar a questão agrária, produzir conhecimento comprometido com o campesinato e desenvolver ações extensionistas que promovam diálogo, formação e fortalecimento das comunidades camponesas constituem dimensões que ampliam a

capacidade crítica da instituição acadêmica e rompem com uma perspectiva meramente tecnicista de formação.

Neste sentido, o debate sobre a questão agrária não deve restringir-se ao Serviço Social, uma vez que trata-se de um campo multidimensional que atravessa diversas áreas. Assim, incorporar essa discussão na universidade como um todo significa reconhecer que a terra, o território e a luta social são elementos estruturantes da realidade brasileira e, portanto, exigem abordagens interdisciplinares e críticas. O fortalecimento da pesquisa e da extensão nesse campo contribui para a democratização do conhecimento, para o enfrentamento das desigualdades e para a formação de profissionais e intelectuais comprometidos com projetos societários emancipatórios.

No que tange ao Serviço Social e sua relação com questão agrária, esta não se limita à intervenção em políticas públicas, mas abrange a disputa de projetos societários, a defesa do trabalho, da vida e da terra enquanto direito coletivo. Trata-se de uma vinculação que convoca a profissão a se posicionar diante das contradições estruturais que conformam o campo brasileiro, reconhecendo que a luta pela terra é, simultaneamente, luta por condições ao exercício da dignidade, por reforma agrária e por outra sociabilidade.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o Serviço Social compreende que a política pública não é apenas um dispositivo técnico, mas expressão da correlação de forças entre classes sociais, configurando-se como espaço de disputa, mediação e luta. Intervir na questão agrária significa, portanto, reconhecer que cada política, agrícola, agrária, ambiental, educacional, de saúde, assistência social ou de desenvolvimento territorial, carrega projetos societários em disputa.

Nesta dinâmica, o Serviço Social assume papel fundamental na mediação entre Estado e campesinato, atuando na construção de condições para que direitos sejam efetivados. Isso envolve desde a implementação das políticas públicas até a identificação de suas lacunas e contradições, especialmente em territórios como assentamentos, acampamentos, comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas. O (a) profissional contribui para o acesso à terra, à educação do campo, à assistência técnica, à segurança alimentar, à proteção social, elementos essenciais para o fortalecimento das comunidades rurais.

O acúmulo intelectual, ancorado na tradição crítica das Ciências Sociais e no projeto profissional do Serviço Social, constitui o ponto de partida para que o (a)

assistente social compreenda as determinações estruturais da desigualdade e as contradições que atravessam a questão social e agrária. No entanto, embora essencial, essa dimensão não se apresenta suficiente para garantir uma atuação transformadora, pois, isolada, tende a reproduzir uma postura distanciada e contemplativa do mundo social.

Neste processo, o (a) profissional deixa de ser apenas um (a) detentor (a) de saberes e passa a contribuir com a formação de consciência, enquanto mediador (a) pedagógico (a). Ao integrar-se às lutas sociais, como no caso do MST, o (a) assistente social converte sua formação acadêmica em instrumento de elaboração, direção política e fortalecimento da resistência coletiva, materializando a função histórica da profissão e afirmando seu compromisso como intelectual orgânico (a) da classe trabalhadora.

Assim, a formação acadêmica surge como deliberação política estratégica, orientada pela necessidade da compreensão crítica das determinações da realidade e construção de ferramentas teóricas capazes de fortalecer a organização coletiva. A academia, nesse sentido, é apropriada como espaço de disputa, onde o conhecimento deixa de ser um privilégio das classes dominantes e converte-se em instrumento de enfrentamento, contribuindo para a passagem do (a) assistente social de um (a) intelectual tradicional para um (a) intelectual orgânico (a) comprometido (a) com os projetos históricos da classe trabalhadora.

Nesses termos, a identidade profissional se consolida quando o conhecimento técnico, teórico e ético se articula às experiências concretas de resistência, organização e formação de consciência. Essa vinculação amplia a cultura profissional ao incorporar, ao repertório do Serviço Social, saberes produzidos nos territórios, metodologias de educação popular, práticas organizativas e leituras políticas inscritas na realidade agrária.

Portanto, o Serviço Social quando articulado às lutas sociais, materializa a crítica social ao romper com uma postura meramente contemplativa e assumir seu potencial de intervenção na história, afirmando a necessidade, e a possibilidade, de transformar o mundo a partir da disputa concreta por terra, condições de dignidade e emancipação humana.

Por fim, cumpre salientar que a presente pesquisa não tem por objetivo esgotar a complexidade inerente à relação Serviço Social e questão agrária, uma vez que as categorias aqui analisadas são historicamente constituídas, dinâmicas e

continuamente atravessadas por novas determinações. Nessa direção, o estudo se configura, antes, como ponto de partida para investigações posteriores, reconhecendo que a amplitude, a densidade e a complexidade desses fenômenos demandam a continuidade dos esforços analíticos.

## REFERÊNCIAS

ABESPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABESPSS - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em serviço social**. Vitória: ABEPSS, dez. 2018. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: julho de 2024.

ABREU, M. M. CARDOSO, Francly Gomes. Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil. In: **Mesa temática coordenada: Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil e Colômbia**. São Luís: JOINPP, 2013.

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, M.M. A questão pedagógica e a perspectiva de hegemonia das classes subalternas. In: **Revista de Políticas Públicas**. UFMA. 2018.

AGÊNCIA SENADO. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/hpsenado>. Acesso em: Junho/ 2024.

ALBUQUERQUE, V. Reforma Agrária no Governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária. **Dissertação** apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca-SP. 2006

ALENTAJANO, P. AS POLÍTICAS DO GOVERNO BOLSONARO PARA O CAMPO: A contrarreforma agrária em marcha acelerada. In: **Revista da ANPEGE**. v. 16. Nº. 29, p. 353 - 392, 2020.

ALENTEJANO, P. R. A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS DO GOVERNO FHC E OS DESAFIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL DO SÉCULO XXI. In: **AGRÁRIA**, nº 1, pp. 2-15, 2004.

ALMEIDA, José Maria de. O Serviço Social e a construção da unidade nas lutas contra as reformas neoliberais. In: **Conferências e Deliberações do 38º Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Rio Grande do Norte. 2007

ALMEIDA, M. CONTRIBUIÇÕES DE VIGOTSKI PARA A ANÁLISE DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p. 551-560, out./dez. 2011.

ALMEIDA, P. A atuação do analista de desenvolvimento agrário – assistente social – no Itesp. In: **Anais X ENPESS**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2006.

AMADO, Jorge. **Terras do sem-fim**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMARAL, W. BILAR, J. **A questão indígena no Serviço Social**: um debate necessário na profissão. Em pauta. Rio de Janeiro. V.18. 2020.

AMMANN, Safira Bezerra. Movimentos Sociais: unidade na diversidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 36, p. 126 – 136, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado Democrático. SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADES, T.O de; GAMINI, R. N. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. Publicado em 2007. Disponível em: [www.Cesjf.br/revista/edicoes/2007/revolucao\\_verde.pdf](http://www.Cesjf.br/revista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf). Acesso em: abril. 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ARENHART, D. **Infância, educação e MST quando as crianças ocupam a cena**. Chapecó: Argos, 2007.

AZAR, Z. MORAIS, A. **A RELAÇÃO QUESTÃO AGRÁRIA E SERVIÇO SOCIAL**: uma abordagem a partir do ENPESS. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2022.

AZAR, Z. S. O MST e a luta pela terra: uma luta para além das reformas. In: **Revista de Políticas Públicas**, 2018

AZAR, Z. S. **Questão Agrária no Brasil**: aspectos histórico-conceituais. São Luís: JOINPP, 2009.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

BATISTONI, M. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte — 1960-1975: uma reconstrução histórica. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

BEHRING, E. Ética, política e emancipação: a atualidade de nossas escolhas. In: **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social** : os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

BEZERRA, C.S. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem Terra: uma análise sobre estratégias produtivas e políticas do

movimento. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária.** 2014.

BOGO, A. **DESAFIOS PERMANENTES DO MST.** 4º Congresso Nacional, Brasília. São Paulo: MST. 2000.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. **Vida Vamos Nós, e não Estamos Sós:** Organização Política do Serviço Social. In: Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada\Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2012.]

BRAZ, M. Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin: Significado e Atualidade do “Que Fazer?”. In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D. (org.). **Lenin: teoria e prática revolucionária.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **SERVIÇO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CALDART, R. EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO. In: **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

CALDART, Roseli Salete. A educação das crianças nos acampamentos e assentamentos. In: Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária, 2012. Uberlândia: **Anais.** UFU, 2012.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, nº 1, pp. 60-81, Jan/Jun, 2003.

CANES, Michele. **Comissão reconhece 434 mortes e desaparecimentos durante a ditadura militar.** Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/comissao-reconhece-mais-de-200-desaparecidos-politicos-durante>>. Acesso em jan.2023.

CARDOSO, Franci Gomes e LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009

CARNEIRO, F. ET.AL. FRUTAS, CEREAIS E CARNE DO SUL: agrotóxicos e conflitos socioambientais no agronegócio no Brasil. In: **Cadernos CES.** 2012.

CARVALHO, Adriana Lima de. OLIVEIRA, Edelwiss Falcão de. A Questão Social no Contexto Contemporâneo. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.** Fortaleza, 2004.

Cattelan, R. Et.al. A Reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 2019). **Revista NERA.** Vol. 23, n. 55, pp. 138-164. ISSN: 1806-6755. Presidente Prudente. 2020.

CAVALCANTE, I. **Agrotóxicos**: contexto, aplicabilidade e toxicidade dos ingredientes ativos mais utilizados no Brasil. TCC. UFRN. 2022.

CFESS, Apresentação In: **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada/Conselho Federal de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. *Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais*. CFESS, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

CFESS. CFESS Manifesta – **Dia Internacional das Lutas Camponesas**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS. CFESS Manifesta – **A Gente Quer Segurança e Soberania Alimentar**. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2023.

CISNE, M. Resistência de classe no Brasil contemporâneo: mediação política para o enraizamento do projeto ético-político do Serviço Social. In **Temporalis**/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano1, n. 1. Jan-jun 2000/Brasília: ABEPSS, 2000.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

DELGADO, Laurinete Rodrigues da Silva. A relação Serviço Social e Questão Agrária na contemporaneidade: inserção e prática de Assistentes Sociais no MST e na FETAEMA no Maranhão. 233f. **Dissertação** (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2010.

DIAS, A. P. et.al. **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2021.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 118, p.265-293, abr./jun. 2014.

DURIGUETTO, M. L. BAZARELLO, R. MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL: termos do debate. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

DURIGUETTO, M. L. **Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social**. Serv. Soc. São Paulo, nº. 128, pp. 104-122, jan./abr. 2017.

DURIGUETTO, Maria Lucia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo. In: \_\_\_\_\_. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

EBIOGRAFIA. **Personalidades do Brasil e do Mundo**. Disponível em: <https://www.ebiografia.com>. Acesso em: jan.2025.

ELIAS, M. Movimentos populares, políticas públicas e direitos de cidadania no Brasil. In: **Temporalis**, Brasília, v. 22, n. 44, p. 319-334, jul./dez. 2022.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. O Serviço Social no mundo contemporâneo. In **Serviço Social e Trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. Lúcia M.B. Freire, Silene de Moraes Freire, Alba Tereza Barroso de Castro (orgs). 2. Ed. São Paulo: Cortez, RJ: UERJ, 2008.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, B. TARLAU, R. **Razões para mudar o mundo: a educação do campo e a contribuição do PRONERA**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 140, p.545-567, jul.-set., 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes. Que Reforma Agrária? In: **A Questão Agrária na Virada do Século**. Vol. II – Mesas Redondas. XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Presidente Prudente, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A Reforma Agrária que o Governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil. pp. 191-205, 2013.

FERREIRA, A. SOARES, EMANOEL. A preservação Patrimonial do Quilombo dos Palmares como um ato de Resistência. In: **Copene Nordeste**. 2023.

FIGUEIREDO, J. **Modos de ver a produção do Brasil**. Educ Campinas, SP: Editora Antunes Associados, 2004.

FORNAZIER, T. **“Em passos firmes, linha reta”**: lutas antirracistas e o trabalho profissional de assistentes sociais. Serv. Soc. Soc., São Paulo, v. 146(1), p. 118-138, 2023.

FORTI, V.; COELHO, M. Contribuição à crítica do projeto ético-político do Serviço Social: considerações sobre fundamentos e cotidiano institucional. In: FORTI,

V.; GUERRA, Y. (orgs). **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuições a sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

FREIRE, A. S.; CÂNDIDO, S.S. Uma análise da origem do Serviço Social no Brasil. In **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano VI – Nº 08, Setembro 2013. Disponível em: <[http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo\\_348\\_364.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao08/Artigo_348_364.pdf)> acesso em 13 de fevereiro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1969.

GHON, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GHON, M. G. O Movimento dos Povos Originários Indígenas no Brasil: história das lutas e confrontos no campo dos direitos. In: **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol.12. 2024.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONG's e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, nº 1, p.11-40. Jan-junho, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Girardi, E. Fernandes, B. A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: A REFORMA AGRÁRIA CONSERVADORA. In: **AGRÁRIA**, São Paulo, no 8, pp. 73-98, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **A indissociabilidade entre a questão agrária e a questão racial no Brasil**: análise da situação do negro no campo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Eduardo Paulon Girardi. – São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2022.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente. 2008.

GORENDER, Jacob, 1923-2013. **O escravismo colonial**. 6.ed.—São Paulo: Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere** - Temas de cultura. Ação Católica. Americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Gramsci, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2 (1921-1926).

GRAMSCI, A. **Os Cadernos do Cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Gramsci, A. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 10 dez. 2024.

GRAMSCI, Antonio, 1891-1937 Cadernos do cárcere [**livro eletrônico**]: caderno 11 (XVIII): 1932 - 1933: introdução ao estudo da filosofia / Antonio Gramsci; tradução Giovanni Semeraro, Rodrigo Lima. -- Rio de Janeiro :IGS-Brasil, 2024.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere - Os Intelectuais**. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI. Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro (RJ): CIV. Brasileira, 1982.

GUERRA, Y. A. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Revista Libertas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2002.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Edições: Loyola. São Paulo. Brasil, 2008.

HENIG, Edir Vilmar. Políticas sociais, Estado e a reforma agrária pós-constituição de 1988. **Revista Videre**, Dourados, MS, v. 10, n. 19, p. 323-349, jun. 2018.

HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. 3ª. Ed., São Paulo: Unicamp, 2002.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M.V. A fé que virá e a alegria de olhar pra trás: 30 anos do projeto ético-político profissional. In: **Seminário Nacional: 30 anos do congresso da virada**. CFESS. 2012.

IAMAMOTO, M.V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

IAMAMOTO, M.V. A Questão social no Brasil. In: **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. Ed. São Paulo. Cortez. 2008.

IAMAMOTO, M.V. Marxismo e Serviço Social: uma aproximação. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.18, n.2, P. 204-226, ago. a dez. / 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional. In: **Seminário Nacional: 30 anos do Congresso da Virada**/Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n.3 (jan-jul). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 12. ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 1998,2005.

IAMAMOTO. M. **O Brasil das desigualdades**: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: Ser social, Brasília, v.15, n. 33, pp. 261-384, jul/dez, 2013.

IASI, Mauro Luís. **O dilema de Hamlet**. O ser e o não ser da consciência. São Paulo, Viramundo, 2002.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil>. Acesso em: 17 de abril de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **SIDRA** – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Estimativas 2023**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2023.pdf>.

Kosík, K. **Dialética do concreto**: O mundo da pseudoconcreticidade e o homem (C. Neves & A. Toríbio, Trads.; 8. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução**. São Paulo: Editora Instituto José Luís: Rosa Sundermann, 2005.

LENIN, V. I. **Obras escolhidas**. Tradução das Edições Avante!. Lisboa: Avante!; Moscou: Progresso, 1977.

LENIN, V. **O Estado e a Revolução** – O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. São Paulo: Expressão popular, 2010.

LENIN, V. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. FE/UNICAMP. CAMPINAS. SP. 2011.

LIMA SOBRINHO, J. A relação teoria/prática no Serviço Social brasileiro: velha questão/novas tensões. In: **Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória, Es. 2023.

LIMA, M. S. **Construindo o Sindicalismo Rural**: lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora oito de março, 2005.

LOLE, A. Filosofia da Práxis em Antonio Gramsci. In: **Revista Encontros com a Filosofia**. 2016.

LOPES, A. Relação Serviço Social e Movimento Social: indicações para um estudo. In: **Serviço Social e Movimento Social**, N.1. Outubro, 1999.

LOPES, C. ALBUQUERQUE, G. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. In: **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, nº. 117. pp. 518-534, abr-jun, 2018.

LOPES, Josefa Batista. Perspectiva da emancipação na América Latina e desafios para o Serviço Social. In: **Mesa temática coordenada: Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil e Colômbia**. São Luís: JOINPP, 2013.

LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**: estudos sobre a dialética marxista. Martins Fontes, 2003.

LUSA, M.G. Serviço Social e questão agrária no Brasil: notas para um debate necessário. In: **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, V. 25, N.1, p.84-105, JAN./JUN. 2022.

MACEDO, A. Classes sociais e movimentos sociais. In: **Democracia e Direitos Humanos**. Goiânia. 2019.

MARIANO, A. TEIXEIRA, J. A REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS PÓS REGIME MILITAR NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS. In: **Revista de Geografia** (Recife) V. 38, No. 1, 2021.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do termo camponês. In: **Revista Nera**. Presidente Prudente. Ano 11. pp. 57-67. Jan. Jun/2008.

MARTINE; Arias. Modernização e emprego no campo. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, pp. 4157, 1987.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MARTINS, V. **“A HISTÓRIA DA CPI É A HISTÓRIA DO BRASIL”**: Gestão da burocracia, crise democrática e pânico morais na CPI do MST. Tcc. UFPB. 2023.

MARX, K. **A miséria da filosofia**. Editora Escala. São Paulo: 2007.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. Grundrisse: **Manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo. 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**, 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **Carta a Joseph Weydemeyer**, em Nova York, de 5 de março de 1852. [S.l.]: [s.n.], 1852. Disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/marx/1852/03/05.htm]. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Local: São Paulo, Editora Nova Cultural, 1988. 3v.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro I. O processo de produção do capital: tradução: Rubem Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. Editora Martin Claret. 2005.

MATOS, M. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 678-698, out./dez. 2015.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. 17.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1982.

MELUCCI, A. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova. São Paulo. 1989.

MÉSZAROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (Brasil). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**: manual de operações. Edição revista e atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010 / MDA – INCRA. Brasília, DF: Incra. Acesso: Dez/2024.

MIRANDA, A. A. B. M. **O processo de luta dos trabalhadores rurais pela reforma agrária no estado do Maranhão** – O caso do MST. Universidade Federal do Maranhão Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, 2003.

MIRANDA, R. CUNHA, L. **A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MST**: lógica política e lógica prática. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 363-376, Maio/Ago. 2013.

MONASTA, Attilio. **Antonio Gramsci**. Tradução: Paolo Nosella – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massagana, 2010.

MOREIRA, T. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. In: **Sociedade em Debate** (Pelotas), v. 27, n. 1, p. 83-100, 2020.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, A. E. Prefácio. In: **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. 2014.

MOTA, A.E. RODRIGUES, M. Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. In: **R. Katál.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 199-212, maio/ago. 2020.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

MST. **Acervos e Notícias**. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: jan/dez 2024.

MUSTAFA, A. Reflexões sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social, n. 11 – “Ética e Direitos Humanos”. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

NETTO, J. P. “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo 1. Brasília. CEAD/CFESS/ABEPSSCEAD, UnB, Módulo 01, 1999.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 4ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social**: os princípios do

código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social (Org.). – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

NETTO, J. P. SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA. In: Maria Lúcia Duriguetto, Marilda Villela Iamamoto (Organizadoras.). **Serviço social: questão social, território e política social** – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **Serviço Social e Método**. Disponível em: [cac-  
php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico\\_social/MSS35.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/servico_social/MSS35.pdf). Acesso em 15 de janeiro de 2023.

PASTORINI, A. Transformações societárias e questão social: as políticas sociais no capitalismo contemporâneo. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

PICOLOTTO, E. MOVIMENTOS SOCIAIS: abordagens clássicas e contemporâneas. In: **Revista Eletrônica em Ciências Sociais**. 2ª edição. 2007.

PINTO, W. C. de O. **O assistente social como agente de transformação na agricultura familiar de Sousa, PB**. RBFH ISSN 2447-5076 (Pombal PB, Brasil), v. 13, n. 2, p. 3089-3096, abr.-jun., 2024.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Porto: Portucalense Editora, 1971.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

PRATES, J. C. et.al. O OBJETO DE TRABALHO E A FORMAÇÃO GENERALISTA EM SERVIÇO SOCIAL: EM DEBATE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS. In: **Tandil**, Ano 5 - Nº 7 Volume. n 4, Jul de 2012.

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva de totalidade**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 2, n. 1, p. 1-14, 2003.

RODRIGUES, A. DETERMINAÇÃO RECÍPROCA ENTRE A QUESTÃO SOCIAL E A QUESTÃO AGRÁRIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOANALÍTICOS. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2019.

RODRIGUES, L. **O Movimento Estudantil e a Formação Política do (a) estudante de Serviço Social**: contribuições e desafios. Natal. 2008.

ROSSETO, E. R. A. Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós: a educação de crianças sem terrinha no MST. **Dissertação** (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, SP., 2009.

SALLA, A. Freitas, M. Movimentos Sociais: um estudo sobre o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade no Município de Guarinhata – MG. **Anais IV Encontro de Ensino de História**. ISSN 2179 5663. Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gérias. 2017.

SANT'ANA, R. DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS E A QUESTÃO AGRÁRIA. IN: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 172-188, jan./jun. 2019.

SANT'ANA, R. ET.AL. Pesquisa e extensão sobre a perspectiva interdisciplinar: A experiência de estágio do Núcleo Agrário Terra e Raiz. **XI ENPESS**. São Luís. 2008.

SANT'ANA J. V.; PAZ, R. D. O. da; RIBEIRO, R.; HOLANDA, A. C. G.; SILVA, O. M. T. (Orgs.). **Serviço social e habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 217f. Tese (doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.

SERIACOPI, G. C e A. **História**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, A. et.al. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: uma experiência na Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA). In: **JOINPP**. UFMA. 2023.

SILVA, J. ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DA ÉTICA E A LIBERDADE COMO VALOR CENTRAL. In: **Seminário Nacional de Serviço Social**, Trabalho e Política Social. Florianópolis. 2015.

SILVA, M. O. S. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2005.

SIMIONATTO, I. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOARES, L. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Lilian Angélica da Silva Souza. Serviço Social, Educação e a pandemia para as infâncias negras: contribuições da Educação Popular frente aos desafios do tempo presente. **Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço**

**Social.** Questão Social, pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora. Rio de Janeiro, 14-17 dez. 2022.

SPOSATI, A. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. In: **Rev. Katál.** Florianópolis. v. 10 n. esp. p. 15-25 2007.

STÉDILE, J. P. Introdução. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980/** João Pedro Stédile (org.). 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, J. P. Questão agrária. In: **Dicionário da educação do campo.** 1.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente: **A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**, 1ª reimpressão, 2000.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa:** II: a maldição de Adão. Tradução de Denise Bottmann. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

VÁZQUEZ. Adolfo Sánchez. **Ética.** Tradução de João Dell’Anna. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado.** São Paulo: Todavia. 2019.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS\ABEPSS, 2009.

## APÊNDICE

## **ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA REALIZADA COM ASSISTENTES SOCIAIS DO MST**

**Professora Orientadora:** Zaira Sabry Azar

**Discente:** Aylana Cristina Rabelo Silva

**Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFMA)**

**Objetivo:** Analisar a relação do Serviço Social com a Questão Agrária, demarcando as contribuições de natureza político organizativa de assistentes sociais no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil.

### **1. Identificação;**

- Nome:
- Estado:
- Forma de inserção:

### **2. Contextualização da atuação no MST;**

- Motivações para inserção no âmbito do Movimento;
- Setor de atuação;
- Quais são as suas atribuições nesse setor? E qual sua opinião sobre elas?
- Quem decide estas atribuições?
- Quais as maiores e mais importantes demandas que você recebe hoje?
- Como estas demandas chegam até você?
- Quais são as principais atividades realizadas, metodologias utilizadas e competências exigidas para atingir os objetivos?

### **3. Função pedagógica;**

- Como você relaciona as especificidades do seu processo de trabalho com a dimensão educativa?
- Quais seriam os principais aspectos que potencializam a efetivação dessa dimensão no seu cotidiano profissional?